

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

IZABELA GOMES GONÇALVES

A SOMBRA E A PENUMBRA:

o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre
centro e periferia no Império Português (1763-1767)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social da Universidade
Federal Fluminense como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em História.

NITERÓI

2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DO GRAGOATÁ

Gonçalves, Izabela Gomes

A Sombra e a Penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)/ Izabela Gonçalves. — Niterói, 2010.

207 f.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves

Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2010.

Bibliografia:f.123-131

1. Vice-rei. 2. América Portuguesa. 3. Governação Pombalina

IZABELA GOMES GONÇALVES

A SOMBRA E A PENUMBRA:

o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre
centro e periferia no Império Português (1763-1767)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social da Universidade
Federal Fluminense como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em História.

**Orientador: Prof. Dr. Guilherme Paulo
Castagnoli Pereira das Neves**

NITERÓI

2010

IZABELA GOMES GONÇALVES

A SOMBRA E A PENUMBRA:

o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre
centro e periferia no Império Português (1763-1767)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social da Universidade
Federal Fluminense como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves - Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Adriana Barreto de Souza
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Carlos Gabriel Gimarães
Universidade Federal Fluminense

NITERÓI
2010

A minha família, meu porto seguro.

Agradecimentos

O caminho até aqui não foi fácil, inúmeros obstáculos dificultaram o desenvolvimento desta pesquisa. Contudo, com muita persistência e determinação, além do apoio e a dedicação do meu orientador, parentes e amigos, tornou-se possível a realização deste trabalho, tão importante para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Portanto, espero fazer destas linhas um verdadeiro espaço de reconhecimento de que nunca caminhei sozinha.

Ao meu querido orientador Guilherme Pereira das Neves gostaria de deixar registrado o grande privilégio de ter sido orientada por alguém que, além de uma grande erudição, é acima de tudo um grande Professor. Gostaria de agradecer pelos inúmeros momentos de aprendizado, pelos encontros, pelas maravilhosas aulas e por todo o carinho e compreensão. Foi realmente um grande prazer e privilégio poder ter convivido mais de perto com um ser humano tão incrível.

Ao meu querido professor Carlos Gabriel Guimarães, que me acompanha de longa data, deixo aqui o meu profundo agradecimento pelas suas precisas orientações ao longo de todo [parte suprimida] este trabalho. Gostaria de agradecer também pelas conversas sempre interessantes, pelos textos e livros, pelas preciosas indicações bibliográficas [principalmente o Romero Magalhães] e pelas maravilhosas aulas.

Agradeço também à professora Adriana Barreto, que gentilmente aceitou acompanhar o desenvolvimento desta pesquisa, da qualificação à defesa, contribuindo de forma dedicada e atenta para a transformação de um projeto pretensioso e amplo em um trabalho de pesquisa com um escopo mais fino e preciso. Agradeço pelas enriquecedoras observações que muito ajudaram a acrescentar novas perspectivas acerca do tema.

Ao meu querido professor Rodrigo Bentes que muito me incentivou, agradeço pelas inúmeras aulas e orientações, das quais sentirei muitas saudades.

No quase sempre solitário trabalho do historiador, existem aquelas pessoas que colaboram, e muito, para amenizá-lo. Em meio a uma burocracia acadêmica austera, um sorriso, uma palavra amiga, uma ajuda inesperada faz você perceber que o mundo não é feito só de manuscritos, documentos, textos, livros, formulários, fichas, provas e trabalhos. A todos os funcionários da Universidade Federal Fluminense, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional do

Rio de Janeiro, fica o meu agradecimento pela paciência e carinho dispensados. E, de forma especial, gostaria de agradecer à Juceli, secretária do departamento de História da UFF e minha amiga de todas as horas, quase minha *fada madrinha*; e ao Seu Pedro, do IHGB, pelas tardes de conversa e orientação.

À minha maravilhosa família, meus pais e seus respectivos cônjuges, meus irmãos e irmãs e minha avó, que tiveram muita paciência em suportar minhas ausências e que tanto me incentivaram. Aos meus primos queridos Adriana e Rafael gostaria de agradecer não só por todo o apoio, mas também as inúmeras revisões atentas e inteligentes que fizeram em meus trabalhos acadêmicos desde a graduação.

E de forma muito especial agradeço aqueles que mais sentiram a minha ausência, foram horas, dias, fins de semana e até mesmo férias inteiras que se viram privados da presença tão importante de sua mãe. À Ricardo, Rodrigo e Juliana, motivo da minha força e de toda a minha esperança, gostaria de dizer que todo esforço é recompensado, e que o crescimento nunca é uma tarefa fácil. Muito obrigada por existirem em minha vida.

Gostaria de fazer também um agradecimento especial aos meus amigos que me apoiaram, ouviram, e tantas vezes discutiram comigo inúmeros textos e fontes, colaborando para o enriquecimento deste material. Deixo aqui registrado que sem essa interação e debate não teria sido possível avançar nesta difícil tarefa de construir um trabalho de pesquisa. Ao meu querido amigo Marcelo que muito colaborou com indicações de textos e fontes preciosas e que me acompanhou nesta difícil jornada, incentivando e acreditando sempre, fica aqui meu profundo agradecimento. Às minhas amigas Letícia e Juliana agradeço pelas tardes, noites e madrugadas que passamos juntas discutindo e repensando novos rumos para que este trabalho pudesse se realizar.

E por fim, agradeço a CAPES por ter financiado esta pesquisa, através da bolsa de mestrado que me foi contemplada, tal iniciativa foi fundamental para viabilizar a mesma.

Resumo

O trabalho em tela se propõe a analisar as relações estabelecidas entre a Coroa lusa e os governantes ultramarinos, durante o período pombalino, focando de forma especial o vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha, o primeiro vice-rei depois da transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763). Diante da fragilidade do Império português, da crescente projeção da hegemonia britânica e das constantes ameaças espanholas nas fronteiras, o governo de d. José I e de seu principal ministro, Conde de Oeiras, empreendeu uma série de reformas militares em seus domínios, direcionadas em especial aos territórios reinóis e ao centro-sul da América Portuguesa. Neste sentido, tal esforço investigativo partirá da análise das mais diversas estratégias que visavam atingir pontos sensíveis relacionados à defesa da colônia: fortalezas; recrutamento; organização e uniformização de regimentos, pagamento de soldos e fardamento das tropas. Ações que expressaram a percepção da fragilidade militar da América portuguesa, principalmente em relação à defesa de suas desguarnecidas fronteiras.

Abstract

The work on screen is to analyze the relations between the Crown and the rulers lusa overseas during Pombal, focusing on a particular vicerealty Antonio Alvares da Cunha, the first viceroy after the transfer of capital to Rio de Janeiro (1763). Given the fragility of the Portuguese Empire and the growing projection of British hegemony, the government of D. José I and his chief minister, Count of Oeiras, undertook a series of military reforms in their areas, directed in particular to the territories reinóis and south-central Portuguese America. In this sense, this investigative effort from the analysis of many different strategies aimed at achieving sensitivities related to the defense of the colony: fortresses, recruitment, organization and standardization of regiments, payment of wages and uniforms of the troops. Actions that reflected the perceived military weakness of Portuguese America, especially in relation to the defense of its unguarded borders.

Sumário

INTRODUÇÃO ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

I. PORTUGAL E O IMPÉRIO NO TERCEIRO QUARTEL DO SÉCULO XVIII ERRO!
INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1.1. A balança de poder européia.....**Erro! Indicador não definido.**

1.2. A governação pombalina**Erro! Indicador não definido.**

1.3. As fronteiras da América**Erro! Indicador não definido.**

II. AS ARTES DE GOVERNAR O BRASIL NO PERÍODO POMBALINO ERRO!
INDICADOR NÃO DEFINIDO.

2.1. Trajetórias.....**Erro! Indicador não definido.**

2.2. Modos de Governar na América Portuguesa.....**Erro! Indicador não definido.**

**III. TENSÕES E ACOMODAÇÕES: OS ASPECTOS MILITARES DO VICE-REINADO
DE ANTÔNIO ÁLVARES DA CUNHA**..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

3.1. O Rio de Janeiro e Cooperação Militar com as Capitâneas do Sul.**Erro! Indicador não definido.**

3.2. A Situação da Defesa da América portuguesa**Erro! Indicador não definido.**

3.3. As Tropas Coloniais: resistências e negociações.....**Erro! Indicador não definido.**

CONCLUSÃO ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

FONTES PRIMÁRIAS..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

APÊNDICE ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1. Relação de Portarias Expedidas pela Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro no período do Vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha (1763-1767)**Erro! Indicador não definido.**

2. Índice referente à digitalização dos documentos relacionados ao período de governo do Vice-rei Antônio Álvares da Cunha, depositados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, contendo toda a documentação encontrada no acervo.....**Erro! Indicador não definido.**

3. Mapeamento temático antroponímico das cartas do Vice-rei Antônio Álvares da Cunha encontradas do no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.**Erro! Indicador não definido.**

4. Esquema de Distribuição de Cores dos Componentes dos Uniformes Portugueses, 1806 e 1810**Erro! Indicador não definido.**

Introdução

A pesquisa aqui proposta busca contemplar um tema recorrente na produção historiográfica que trata da história política do Império Português e, em particular, da América Portuguesa: as relações entre centro e periferia na administração do Império. Este tema assumiu posição de destaque no debate especializado mais recente, suscitando um confronto acalorado entre perspectivas diversas, quando não antagônicas, acerca do grau de controle do centro sobre suas periferias.¹

Em relação ao período pombalino, no entanto, persiste uma produção historiográfica que, “de uma maneira geral, e salvo, é claro, as honrosas exceções de sempre”, interpreta o “sentido de tais práticas reformistas segundo o ponto de vista da retórica das autoridades da Metrópole”. Assim, das reformas político-administrativas da época pombalina teriam resultado a “centralização político-administrativa, a afirmação e o fortalecimento do poder real, a racionalização do aparelho administrativo, e a supressão dos abusos praticados pelos oficiais da Coroa”.²

Consustanciada num “silêncio, quase total e insistente, a respeito da ‘recepção’ das reformas no ambiente colonial”,³ esta historiografia tem analisado as mudanças na estrutura político-administrativa da América Portuguesa durante o período pombalino a partir de “certas medidas mais ou menos pontuais”, tais como: a extinção do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a extinção das Capitanias privadas (adquiridas pela Coroa), a criação de novas “Capitanias reais” e, em especial, a

¹ Como exemplos desta recente discussão podemos citar o recém publicado livro de Laura de Mello e Souza, *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 27-78, em especial o primeiro capítulo, “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”, cujas críticas se dirigem frontalmente à obra de João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho (orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. Tais críticas foram, em parte, respondidas pelo historiador português Antônio Manuel Hespanha, em seu artigo: “Depois do Leviathan” [on-line], *Almanack Braziliense*, São Paulo, nº 5, pp. 55-66, maio 2007. E, antes disso, Russell-Wood, “Centros e Periferias no Mundo Luso-brasileiro, 1500-108.” *Revista Brasileira de História*, v. 18, nº 36, p. 187-250, 1998.

² Francisco José Calazans Falcon, “Pombal e o Brasil”, in: José Tengarrinha (org.), *História de Portugal*, 2ª ed., São Paulo, Edusp/Unesp, 2001, pp. 227-244. As citações são das pp. 228 e 237, respectivamente.

³ Idem, *ibid.*, p. 228.

transferência da sede do Governo Geral do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro, em 1763.⁴

Sob a inspiração de trabalhos recentes que têm procurado matizar esta interpretação consagrada,⁵ a pesquisa aqui proposta pretende contribuir para a revisão das relações entre centro e periferia na administração do Império Português durante o período pombalino através de um estudo de caso. Buscando romper o “silêncio” apontado por Falcon acerca da “‘recepção’ das reformas no ambiente colonial”, pretende-se valorizar suas “‘leituras’ e as práticas daí decorrentes, quer [por parte] dos próprios agentes da administração lusitana, quer dos grupos, ou segmentos sociais, que, na falta de um termo mais preciso, denominamos ‘as elites coloniais’”.⁶

O caso em tela refere-se ao período do Vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha — doravante referido como *Conde da Cunha*.⁷ Primeiro Vice-rei do Estado do Brasil após a transferência da capital, sua nomeação está intimamente associada à busca de uma maior centralização político-administrativa na América Portuguesa.

⁴ Idem, *ibid.*, p. 236. Sobre as reformas implementadas pelo Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, durante o período em que foi ministro de Portugal, ver também José Vicente Serrão, “Sistema político e funcionamento institucional no pombalismo”, in: Fernando Marques da Costa, Francisco Contente Domingues e Nuno Gonçalo Monteiro, *Do Antigo Regime ao Liberalismo – 1750–1850*, Lisboa, Ed. Veja, 1989; Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996; e Francisco José Calazans Falcon, *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*, São Paulo, Ática, 1982.

⁵ Como exemplo desta historiografia que vem (re)dimensionando a distância entre as intenções e os efeitos alcançados pelo projeto pombalino no Atlântico português pode-se mencionar o estudo inspirador e quase solitário de José Damião Rodrigues em relação aos Açores: José Damião Rodrigues, “Para o sossego e tranqüilidade pública das Ilhas: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores”, *Tempo*, v. 11, n° 21, pp. 157-185, jul. 2006. Dauril Alden, *Royal government in colonial Brazil, with special reference to the administration of the marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1968.

⁶ Falcon, “Pombal e o Brasil”..., 2001, p. 228.

⁷ Antônio Álvares da Cunha, o Conde da Cunha, teve uma ampla trajetória dentro deste Império ultramarino português, marcada pela ocupação de cargos como: trinchante-mor da Casa Real, comendador de Almendra e Idanha-a-Nova, Deputado na Junta dos Três Estados, Mestre-Campo-General, Conselheiro de Guerra, Chefe de Artilharia em 1762, sem contar o fato de ter passado durante o período de vinte e dois anos pelos governos de Mazagão e de Angola (1753-1758). Foi nomeado ainda ministro de Portugal na corte de Paris (cargo que não chegou a assumir) e, por fim, do Estado do Brasil. O percurso traçado por este oficial-régio nos permite perceber seu forte caráter militar, que se via aliado a uma “memória administrativa”, consubstanciada pela sua ampla trajetória, traços marcantes para a seleção dos homens que ocupavam cargos de governança no Império. Ver. Afonso Eduardo Martins Zúquete (dir.), *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, história, nobiliarquia, numismática*, Lisboa, Edições Zairol, 2000, vol. 2., p. 549; Joaquim Manuel de Macedo, *Suplemento do Ano Biográfico*, Rio de Janeiro, Typografia Perceverança, 1880, vol. 1, pp. 40-45. Sobre a “memória administrativa” acumulada por estes oficiais régios, ver Maria de Fátima Gouvêa, “Poder político e Administração no complexo atlântico português (1645 – 1808)”, in Fragoso, Gouvêa e Bicalho (orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos...*, pp. 303-304; João Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho, “Uma Leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império”, Penélope, Revista de História e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 23, pp. 81-82, 2000.

Uma investigação inicial sobre sua governação mostrou, contudo, que as ações do novo Vice-rei – no sentido de afirmar e fortalecer o poder real e de suprimir os abusos praticados pelos demais oficiais régios – encontraram fortes resistências por parte destes últimos.

Pesquisas anteriores já identificaram a existência de dificuldades no relacionamento entre os Vice-reis e as elites e poderes periféricos em outros contextos e regiões.⁸ Evaldo Cabral de Mello, por exemplo, em seu trabalho *A Fronda dos Mazombos*, estudou o curioso caso das relações de poder entre o Vice-rei, Conde de Óbidos, o governador de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, “o Xumberga”, e os poderes localmente constituídos na capitania de Pernambuco, no período entre a expulsão dos holandeses e a Guerra dos Mascates.⁹ A análise do conflito entre eles evidenciou como estas relações podiam se tornar complexas, envolvendo conflitos de jurisdição e busca por autonomia. O autor destaca ainda que estes conflitos, muitas vezes, colocavam em lados opostos os próprios agentes da Coroa portuguesa. Uma contenda análoga parece ter acontecido durante o governo do Conde da Cunha, de acordo com Arno Wehling. O autor argumenta que o período do Vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha foi marcado por relações especialmente tensas entre o Vice-rei e membros do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, atribuindo a animosidade destes aos mesmos fatores apontados pelo próprio Vice-rei na carta em que solicita sua substituição. O Vice-rei diz não ter conseguido *ser bem quisto e amado*, atribuindo o malogro de sua tarefa às resistências que encontrara contra as tentativas de centralização administrativa em que estava empenhado, ao seguir as ordens régias que recebera.¹⁰

Na mesma carta, o Vice-rei listava ainda os dez motivos principais que o levaram a pedir um sucessor: eles passavam por problemas físicos, mas especialmente por dificuldades de se relacionar com outros representantes da autoridade régia na América Portuguesa e demais membros das elites coloniais. Na sua lista do que podem

⁸ Ver, por exemplo, Arno Wehling, *Direito e Justiça no Brasil Colonial – O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*, Rio de Janeiro, Renovar, 2004; e Stuart B. Schwartz, *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial – A Suprema Corte da Bahia e seus juízes*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.

⁹ Cf. Evaldo Cabral de Mello, *A Fronda dos Mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco, 1666-1715*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pp. 19-50.

¹⁰ Carta do Vice-rei do Brasil Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado; Acerca dos motivos que teve para pedir nomeação de sucessor (1767). IHGB – Arquivo do Conselho Ultramarino – Rio de Janeiro – Correspondência dos Vice-reis – 1763 a 1777. Doc. 278.

ser consideradas como forças centrífugas da elite colonial encontravam-se: militares; desembargadores e o Chanceler do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro; o bispo; a Câmara Eclesiástica; frades; homens de negócio; ourives; oficiais da alfândega e funcionários da Casa da Moeda.

Em todos os casos, o Vice-rei ressaltava que sua busca pelo reto cumprimento das ordens régias o levava a atritos com interesses contrários a elas, não lhe possibilitando se fazer *amar*, fato que ele resalta como fundamental ao real serviço de Sua Majestade.¹¹ Esta resistência é atribuída pelo Vice-rei ao envolvimento de representantes régios com interesses locais, explicitando uma denúncia do próprio Conde da Cunha contra outros “oficiais periféricos”¹² que estariam deixando de cumprir retamente as ordens da Coroa, porque mantinham ligações com atores sociais com interesses enraizados naquela importante região do Império.¹³

Assim, o tema proposto será contemplado por meio do estudo de caso das relações de poder estabelecidas entre, de um lado, aquele que pretendeu ser a *sombra* do rei na principal região da periferia atlântica do Império entre 1763 e 1767, o Vice-rei Conde da Cunha; e, de outro lado, os demais agentes governativos da Coroa, constituintes daquela *penumbra* americana. Trata-se, portanto, de conferir maior atenção a alguns aspectos pouco destacados das relações entre centro e periferia no Império Português, enfatizando o papel dos próprios agentes no estabelecimento de um maior ou menor grau de controle do centro sobre suas possessões ultramarinas.

Em outras palavras: o foco analítico sobre as relações conflituosas entre os próprios oficiais periféricos, que já se mostrou profícuo para a compreensão da dinâmica administrativa em outros períodos e regiões do Império Português, será aqui

¹¹ O amor e a amizade na Época Moderna têm pouco a ver com a interpretação que conhecemos em nossos dias. Estes eram, no plano político e administrativo, laços de afeto que serviam à finalidade de criar vínculos duradouros de fidelidade, permitindo resolver problemas, obter vantagens ou garantir mútua proteção e segurança. Sobre isso, ver Pedro Cardim, “Amor e Amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII”, *Lusitânia Sacra* (Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa), Lisboa, Tomo 11, 2ª série, 1999, pp. 21-57.

¹² O termo “oficial periférico” é usado de acordo com a concepção mobilizada por Antônio Manuel Hespanha. Ver: Antônio Manuel Hespanha, “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviosamentos correntes”, in: Fragoso, Gouvêa e Bicalho (orgs.), *Antigo Regime nos Trópicos...*, pp. 163-189.

¹³ As acusações do Vice-rei contra seus colegas do Tribunal da Relação, por exemplo, são claras, diretas e incisivas: “(...) os ministros desta Relação, que deviam concorrer para a boa harmonia do mesmo tribunal e para a boa arrecadação da Real Fazenda, uniram-se ao chanceler João Alberto Castelo Branco, para protegerem homens indignos, e outros devedores de quantias graves à Real Fazenda (...)”. Cf. Carta do Vice-rei do Brasil Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado; Acerca dos motivos que teve para pedir nomeação de sucessor (1767). IHGB – Arquivo do Conselho Ultramarino – Rio de Janeiro – Correspondência dos Vice-reis – 1763 a 1777. Doc. 278.

mobilizado para avançar na compreensão dos efeitos das reformas pombalinas na América Portuguesa, de modo a matizar interpretações que, como apontado por Falcon no recente texto supracitado, avaliam o sentido de tais reformas sem a adequada investigação dos efeitos que produziram em cada região do Império.

Buscar-se-á avançar no sentido de enfatizar um conjunto de medidas que imprimiram ao governo de Antônio Álvares da Cunha um caráter amplamente militar. Sem deixar de destacar que o impulso de militarização e o reforço das defesas da América portuguesa faziam parte de um movimento mais amplo iniciado com a governação de Gomes Freire de Andrada e que se estenderam até o Vice-reinado do 2º Marquês de Lavradio. Motivada por uma conjuntura internacional delicada, a Coroa portuguesa buscou de todas as formas garantir a segurança da sua mais importante possessão ultramarina.

Desta forma, o desdobramento da pesquisa trouxe ao trabalho o grande desafio de se enquadrar como um estudo da *nova história militar*, no qual buscou-se estar atento à interação entre forças militares e sociedade, levando em consideração ainda os vínculos de sociabilidade e as interações formais e informais de hierarquias que se faziam presente no cenário colonial.

Cabe destacar, que diferente da história administrativa, que tem sido amplamente revisitada, os estudos de história militar ainda apresentam uma difícil trajetória em nosso país. Até o século XIX, tais estudos contavam apenas com uma proposta mais tradicional, restritos a batalhas, táticas, guerras e campanhas, muitas vezes, alvo de interesse apenas de historiadores militares, tendo pouca difusão entre os civis.

Organizado por Celso Castro, Vitor Izecksoh e Hendrik Kraay, o recente livro *Nova História Militar Brasileira*, chama atenção para o fato de que para “além do estudo do envolvimento militar na política”, a academia dedicou pouca atenção à história militar. A renovação deste tipo de história só iria acontecer na década de 1990, quando as pesquisas em arquivos públicos ganharam um novo fôlego, e governadores coloniais e presidente de províncias começaram a ser alvos de novas pesquisas. Ainda segundo os organizadores da coletânea, o estudo das instituições militares parece ter encontrado reconhecimento no Brasil entre os anos de 1997 e 1999, quando as dissertações de mestrado de Adriana Barreto de Souza e Álvaro Pereira do Nascimento

ganharam o prêmio do Arquivo Nacional de Pesquisa, servindo de incentivo para novos trabalhos nesta área de pesquisa.¹⁴

Assim, coube a este esforço investigativo enfrentar o desafio de um caminho de pesquisa ainda pouco visitado, com um número ainda restrito de trabalhos publicados, principalmente no que se refere século XVIII, o que de certa forma contribuiu para torná-lo ainda mais instigante.

¹⁴ Ver, Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (org.), *Nova História Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, pp. 13-26. Ver ainda: Adriana Barreto de Souza. *O Exército na consolidação do império: um estudo sobre a política militar conservadora*, Rio de Janeiro, Arquivo nacional, 1999; e, Álvaro Pereira do Nascimento, *A ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001.

I. Portugal e o Império no terceiro quartel do século XVIII

O terceiro quartel do século XVIII foi marcado, na Europa, por um contexto de disputas sistêmicas por hegemonia. Nesta conjuntura, os mecanismos da balança de poder europeia tragaram o Império português para um equilíbrio de forças instável, em que a decadência do poderio ibérico, outrora hegemônico, era flagrante. Em ascensão, Grã-Bretanha e França subordinavam Portugal e Espanha e impunham seu alinhamento, inclusive militar, de um dos dois lados do conflito que logo desaguardaria naquela que já foi considerada a “primeira guerra mundial”, a Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

Alinhado à Grã-Bretanha no início do período, Portugal buscava diminuir sua subordinação à “pérfida Albion”, ao passo que precisava cada vez mais dela para se proteger dos inimigos que “herdara” de sua aliada. Militarmente vulnerável, a potência lusa, decadente, buscava fortalecer seus recursos de poder enquanto assistia à consolidação da hegemonia mundial britânica após 1763 – beneficiando-se do alinhamento ao lado vitorioso. Paradoxalmente, contudo, a percepção de um “perigo inglês” reeditado faria com que o governo pombalino vislumbrasse a oportunidade, ou mesmo a necessidade, de uma nova aliança, agora com os inimigos da véspera.

Inserido neste contexto, atento aos movimentos da balança de poder europeia, e buscando diminuir a fragilidade do Império português diante da crescente projeção da hegemonia britânica, o governo de d. José I e de seu principal ministro, Conde de Oeiras, empreendeu uma série de reformas militares em seus domínios, direcionadas em especial aos territórios reinóis e ao centro-sul da América Portuguesa, onde os efeitos da guerra sistêmica entre as potências europeias faziam-se presentes de modo cada vez mais crítico.

Frustrada a possibilidade de realinhar-se contra a Grã-Bretanha na balança de poder europeia, tornava-se clara a percepção dos perigos que ameaçavam as possessões lusas no Estado do Brasil, agravados pela crescente conflagração na fronteira meridional da América Portuguesa. Esta constatação de uma dupla ameaça, inglesa e espanhola, redundou em reformas de caráter acentuadamente militar na administração luso-americana. Para garantir as fronteiras e as riquezas do Brasil,

Pombal¹⁵ e seus oficiais régios buscaram afirmar a presença militar do Império português, militarizar a sociedade colonial, guarnecer e uniformizar as tropas e proteger a costa. O capítulo que se segue busca situar as *reformas pombalinas* voltadas ao Estado do Brasil neste contexto mais amplo da balança de poder européia no terceiro quartel do século XVIII.

As *reformas pombalinas* foram introduzidas no Estado do Brasil através das “Cartas Instrutivas”, enviadas por Pombal as governantes que lá chegavam. Tais cartas tinham por objetivo orientar os oficiais régios em relação às medidas traçadas pela Coroa lusa, dando especial destaque aos aspectos militares. As “Instruções Militares” evidenciavam em seu início um padrão que será reproduzido durante todo o período pombalino:

Entre as muitas e muito úteis disposições que El Rei nosso senhor tem mandado estabelecer nos seus Domínios Ultramarinos, uma das mais importantes é a que tem por objetivo a defesa, conservação e segurança de todos e de cada um deles.¹⁶

1.1. A balança de poder européia

Após o esplendor francês, com Luís XIV, e as disputas comerciais anglo-holandesas do século XVII, o século seguinte foi marcado pela rivalidade entre França e Inglaterra. Os conflitos entre estes dois países deram origem a uma grande instabilidade européia; para se fortalecerem, ambos se lançaram em busca de aliados. O domínio dos mares e do mundo ultramarino alimentou os anseios das duas potências, aumentando a rivalidade e a instabilidade entre elas e, por consequência, entre seus aliados. As forças da Europa se realinhavam: “a chamada *revolução diplomática* da década de 1750 dispunha as novas forças do velho continente: de um lado França, Espanha e Áustria, e de outro, Inglaterra e Prússia.”¹⁷ Tal *reversão das alianças*, que aproximou os antigos inimigos França e Áustria e deu início à Guerra dos Sete Anos (1756-1763), envolveu o conjunto dos Estados europeus e resultou em

¹⁵ Para todos os efeitos, este trabalho utilizará indistintamente os nomes Pombal, Conde de Oeiras e Sebastião José de Carvalho e Mello. Contudo, Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1792), recebeu o título de Conde em 15 de junho de 1759 tornando-se o 1º Conde de Oeiras, e o título de marquês em 16 de setembro de 1769 tornando-se o 1º Marquês de Pombal.

¹⁶ Marcos Carneiro de Mendonça, “O pensamento da metrópole portuguesa em relação ao Brasil”, *RIHGB*, Rio de Janeiro, v.257, outubro-dezembro, 1963, p. 54 e 55.

¹⁷ Maria Fernanda Bicalho. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 56.

profundas repercussões para as possessões coloniais. A primeira guerra, diz Perry Anderson, “que foi travada através do globo, embora como demonstração secundária para a maior parte dos participantes”.¹⁸ Na realidade, da Europa, a Guerra dos Sete Anos estendeu-se à Ásia, África e América. Apesar de não serem os principais protagonistas, os países ibéricos nela se viram gravemente envolvidos, não podendo eximir-se de uma tomada de posição.¹⁹

A situação inicial de neutralidade de Portugal na Guerra dos Sete Anos colocava a Inglaterra em sobressalto. Aliado comercial da Inglaterra de longa data, Portugal procurava não se envolver no conflito entre Inglaterra e França.²⁰ Contudo, cada vez mais as questões coloniais pesavam no equilíbrio do Velho Mundo, e o alinhamento dos países ibéricos a um ou outro dos campos em luta era uma questão de tempo.²¹

Em 15 de agosto de 1761 constituiu-se o *Pacto de Família*, um acordo que uniu os Bourbons da França, da Espanha, de Nápoles e de Parma, acirrando ainda mais a tensão entre Portugal e Espanha. A aliança franco-espanhola acabou por pressionar Portugal, que até então tinha permanecido neutro. O objetivo da Espanha e da França era fazer uma aliança com a Coroa lusa, conseguindo permissão para que instalassem tropas em território português. Tal intuito, contudo, obviamente contrariava os interesses ingleses: “Mesmo em neutralidade, o litoral português era para as esquadras britânicas um ponto estratégico, de que os adversários tinham o máximo interesse em desalojar”.²²

Entretanto, o alinhamento nesse momento com a Inglaterra colidia com a preocupação pombalina de diminuir a dependência de Portugal em relação à Albion, que se manifestara na década anterior por meio da política lusa de fortalecer certos

¹⁸ Ver *Linhagens do Estado absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984. p. 64.

¹⁹ A Áustria era há muito aliada dos britânicos e hostil em relação à França, um aliado da Prússia. Porém, este sistema de alianças sofreu uma radical alteração em 1756. A surpreendente aliança dos britânicos com a Prússia foi arquitectada em parte como forma de proteger a Hannover eleitoral, uma possessão dinástica dos britânicos no continente. Consequentemente, os britânicos aliaram-se com a Prússia, em janeiro de 1756, para assegurar a defesa de Hannover contra um possível ataque dos franceses. Ver Günter Barudio. *La época del absolutismo y la ilustración (1648-1779)*. México, Siglo Veintiuno, 1986. p. 280 e também 351.

²⁰ A aliança inglesa tinha raízes antigas em Portugal, remontando à primeira dinastia. Com a ascensão dos Avis, foi firmado entre Portugal e Inglaterra o Tratado de Windsor, em 1386, consolidando as boas relações, prevendo favores comerciais recíprocos e dispoção sobre a mútua defesa. Ver: Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na Crise...*, p. 19-20. A aproximação comercial, contudo, se consolida entre meados do século XVII, com a crônica carência de recursos do Império luso após a Restauração (1640) e a assinatura do Tratado de Methuen (1703).

²¹ Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na Crise...*, p.30

²² João Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal e a sua época*, São Paulo, Alameda, 2004, p. 246.

grupos de comerciantes portugueses através da criação de companhias de comércio. A tentativa pombalina de diminuir a dependência da economia portuguesa em relação à Inglaterra exigia cautela: sua aliada podia transformar-se em perigosa inimiga.²³ Afinal, caso Portugal fechasse os portos para os navios ingleses, o prejuízo comercial britânico haveria de reverter contra Portugal, ameaçando sua soberania: “Se o comércio inglês fracassar, encorajando o da França e Espanha, adeus à liberdade do seu país [Portugal].”²⁴ Por conseguinte, foi ao lado de seu antigo aliado diplomático que Portugal se colocou.

Apesar disso, a rejeição da Coroa lusa à intimação franco-espanhola trazia implicações diretas. Já prevendo possíveis retaliações, o Conde de Oeiras solicitou ao governo inglês apoio para tentar organizar a resistência militar. “Através da aliança política com o Rei da Inglaterra, expressa na permanência da abertura dos portos aos navios britânicos [...] tentar-se-iam adquirir meios materiais indispensáveis para a preparação das ações bélicas que se prefiguravam necessárias e cabíveis.”²⁵

De fato, a resposta ao alinhamento português com a Grã-Bretanha não tardou. Portugal foi atingido em duas frentes. Em 1762, a invasão espanhola de Trás-os-Montes pelo exército franco-espanhol, que levou à conquista de Miranda, Bragança e Chaves, acabou de vez com as ilusões da política portuguesa de neutralidade, que já durara um decênio. A ajuda inglesa tornava-se ainda mais premente. Epifenômeno da guerra sistêmica, a invasão espanhola ao território luso, na península Ibérica, foi sucedida pela retaliação britânica contra a praça espanhola de Havana e, conseqüentemente, por um segundo ataque espanhol às possessões ultramarinas do Império português, com a invasão da Colônia de Sacramento pelo governador de Buenos Aires, d. Pedro de Cevallos. Arrastado, dessa forma, para o conflito

²³ Sobre a criação das companhias de comércio pombalinas, do Gão-Pará e Maranhão (1755) e de Pernambuco e Paraíba (1756), e o favorecimento de grupos de comerciantes portugueses devido à concessão de monopólios comerciais, ver os trabalhos do historiador português Jorge Miguel Viana Pedreira, *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa, de Pombal ao Vintismo (1755-1820). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*, dissertação de doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995; “Negócio e capitalismo, riqueza e acumulação. Os negociantes de Lisboa (1750-1820)”, *Tempo* (revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense), vol.8 – n.º 15, Dez. 2003, pp.37-69. Ver também: Jorge Borges de Macedo, *A situação econômica no tempo de Pombal*, 3ªed., Lisboa, Gradativa, 1989; Antônio Carreira, *As Companhias Pombalinas. De Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, Lisboa, Editorial Presença, 1983; e, a respeito da percepção dos britânicos de que estariam sendo preteridos, bem como de sua “pressão” sobre Pombal, ver: Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal...*, p. 59-68 e p. 124 ss.

²⁴ Mr. Punch ao rei de Portugal, *Punch's Politiks*, Londres, 1762, *apud* Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal...*, p. 125.

²⁵ Chistiane Figueiredo de Mello, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças*, p. 122.

generalizado entre Inglaterra e França, Portugal, muito inferior em termos de população diante de seus inimigos, viu-se envolto numa crise originada pelo *Pacto de Família*, tornando-o ainda mais dependente da Inglaterra.²⁶

Envolvida por esse cenário internacional conturbado, a Coroa lusa apresentava grandes vulnerabilidades, uma vez que, a situação militar em Portugal era precária: “as tropas pouco numerosas, mal pagas, mal vestidas, mal armadas, e em pior estado ainda quanto à disciplina, eram constituídas pelo que da ralé da nação se podia apanhar.”²⁷ Em tais circunstâncias, o apoio inglês, mais uma vez, revelava-se a única saída encontrada pela Coroa lusa para garantir a integridade territorial e política de seus territórios naquele momento. Diante das perdas, Portugal, contando com o apoio inglês, formou um exército anglo-português sob o comando do militar prussiano Guilherme de Schaumburg-Lippe, o Conde de Lippe. Contudo, não houve confrontos diretos, configurando uma guerra marcada por sucessivas movimentações dos exércitos sem nenhuma batalha. Foi a *Guerra Fantástica*.²⁸

O apoio inglês expressou-se, ainda, na retaliação britânica contra a Espanha. Com grande poderio naval, a Inglaterra, ao invadir territórios no ultramar, como Flórida, Havana e Manila, obrigou Carlos III de Espanha e Luís XV de França a recuarem.²⁹ Em compensação, elo mais fraco, em 31 de outubro de 1762, os espanhóis tomavam a Colônia do Sacramento. Pombal começou então uma campanha para que a Inglaterra interviesse. A “ameaça espanhola à fronteira sul do Brasil tornou essencial, para Portugal, conservar a boa vontade britânica.”³⁰

A intervenção britânica ao lado de Portugal, para retomar Sacramento³¹, foi contudo rechaçada pelo governador de Buenos Aires, que aproveitou o ensejo para

²⁶ Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo, Hucitec, 2001, p. 51.

²⁷ Ofício de 23 de Fevereiro de 1762 *Apud* João Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal...*, p. 248.

²⁸ Sobre o “Pacto de Família” e a “Guerra Fantástica”, ver: Nuno Gonçalves Monteiro, *D. José na sombra de Pombal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006. Ver também: João Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal...*, p. 252. John Keegan ainda observa que as grandes batalhas das guerras dinásticas, como foi a dos Sete Anos, notabilizaram-se “antes pelo número de baixas sofridas pelas dóceis fileiras dos participantes que por qualquer durabilidade do resultado obtido.” Cf. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 355.

²⁹ Sobre a intervenção inglesa na América espanhola, ver: João Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal...*, p. 252.

³⁰ Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal...*, p. 125.

³¹ Sobre a articulação do “projeto de curso anglo-fluminense” que buscava saquear e tomar Buenos Aires e Montevideu, ver: Maria Fernanda Baptista Bicalho, “A fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina”, in: *Actas do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”*. Lisboa, 2 a 5 de novembro de 2005,

avançar em direção ao Rio Grande. A situação na fronteira meridional da América só reverteu a favor de Portugal com o fim da guerra e os *dividendos* resultantes do alinhamento luso ao lado vitorioso. Ao acordo preliminar de paz, assinado em 7 de novembro de 1762 (Tratado de Fontainebleau), seguiu-se o Tratado de Paz de Paris, em 10 de fevereiro de 1763, que encerrou a Guerra dos Sete Anos. A Inglaterra saía fortalecida da confrontação sistêmica e se beneficiava com a aquisição de novos territórios, cedidos pela França: Senegal, parte do Canadá, o vale do rio Ohio e a margem esquerda do rio Mississipi, abdicando também de qualquer pretensão na Índia. A Espanha, por seu turno, tinha que abrir mão da Flórida para retomar Havana e Manila; a Inglaterra impôs ainda o fim das hostilidades nos domínios portugueses, determinando que as praças conquistadas fossem restituídas.³²

A aliança anglo-lusa, contudo, trouxe vários problemas para Portugal, além de representar um grande abalo aos interesses comerciais que a Coroa buscava promover, tendo em vista a conquista de certa autonomia em relação à Inglaterra. Ao colocar-se ao lado da Inglaterra em busca de proteção política e militar, Portugal teve seus territórios coloniais ainda mais ameaçados, e o fantasma de uma invasão externa, que rondava a Coroa portuguesa desde o início da colonização da América, ganhou novo ímpeto no imaginário dos principais estadistas portugueses.

A Inglaterra, por sua vez, saiu mundialmente fortalecida da Guerra dos Sete Anos, consolidando sua hegemonia diante das demais potências. O período que se seguiu ao Tratado de Paris consagrou a supremacia marítima e comercial da Grã-Bretanha. O “esvaziamento do mundo colonial francês colocava o Reino Unido em uma posição de ascendência nas relações internacionais”, agravando ainda mais a dependência portuguesa diante da Inglaterra.³³

A Paz de Paris não se mostrou duradoura, uma vez que as tensões entre Inglaterra e França e seus respectivos aliados, Portugal e Espanha, continuavam: “Assinou-se a paz, mas os sentimentos de hostilidade e desconfiança entre Inglaterra e Espanha permaneciam.”³⁴

FCSH/UNL. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/maria_fernanda_bicalho.pdf>. Acesso em 22.jul.2009.

³² Dauril Alden, *Royal government in colonial Brazil...*, p. 99.

³³ Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na Crise...*, p. 51.

³⁴ João Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal ...*, p. 252-254.

1.2. A governação pombalina

Uma grande parte da historiografia que estuda o Império Português destaca a década de 1750 como um divisor de águas. O historiador português Antônio Manuel Hespanha é um dos principais defensores desta perspectiva, identificando neste período uma alteração na forma pela qual os poderes se organizavam na sociedade lusa do Antigo Regime. Segundo este autor, baseado em novos modelos de pensar a sociedade e o poder, o período pombalino impõe uma reorganização nos poderes constituídos, que afeta diretamente a malha institucional. O período pombalino foi marcado por rupturas, devido ao advento das concepções e práticas centralizadoras, com raízes no iluminismo, que possibilitaram o surgimento de novos paradigmas políticos “fundados no individualismo, no contratualismo, na centralização e no legalismo”.³⁵

Em contraposição a esta ideia encontra-se José Damião Rodrigues. Notando que, de modo geral, “o período pombalino tem sido perspectivado mais em termos de ruptura do que de continuidade”, o autor chama a atenção para o esforço de revisão historiográfica operado desde a década de 1990, problematizando o uso das categorias históricas e analíticas como “Iluminismo” e “despotismo iluminado”. Rodrigues ressalta que novas perspectivas historiográficas têm contribuído para o enriquecimento do debate em tela, por estarem atentas à “importância dos diferentes contextos nacionais e regionais e para a existência de vários centros de gravidade intelectual na Europa do século XVIII”.³⁶

Cabe destacar que a política pombalina posta em marcha a partir de 1750 envolvia um conjunto de homens e entidades institucionais que formavam uma rede de solidariedades políticas e pessoais, que tinha por centro a figura do futuro marquês de Pombal. Para José V. Serrão, o projeto pombalino ter-se-ia desdobrado em três direções: uma primeira que buscava a consolidação e afirmação do Estado enquanto

³⁵ José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 4, Antônio Manuel Hespanha (coord.), “O Antigo Regime”, Lisboa, Estampa, 1994, p. 7; ainda sobre a perspectiva de ruptura atribuída pela historiografia à década de 1750, ver: José Subtil, *O Terremoto Político (1755-1759) - Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL, 2006.

³⁶ José Damião Rodrigues, “Para o sossego e a tranquilidade pública das ilhas: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos açores”, *Tempo*, nº21, v. 11, jul.–dez., p.157-185, 2006, p. 157.

entidade institucional; uma segunda voltada para a afirmação de um grupo político dirigente; e por último uma ação reformadora global.³⁷

Charles Boxer, em seu clássico *The Golden Age of Brazil*, ressalta a década de 1750 como um marco, também, na história da América Portuguesa. Uma série de transformações e acontecimentos mostraram-se fundamentais para estabelecer este momento como uma ruptura. Entre eles, o declínio da produção aurífera; a morte de D. João V, levando ao trono D. José I e seu novo ministro, Pombal; a virtual extinção das bandeiras paulistas, responsáveis pelo ciclo decisivo da ocupação do território brasileiro; e a assinatura do Tratado de Madri entre Portugal e Espanha, com o intuito de estabelecer as fronteiras entre os domínios dos dois Estados ibéricos na América.³⁸

Destarte, a partir de 1750, Sebastião José de Carvalho e Mello, imbuído de uma nova lógica organizacional do aparelho de Estado, formulou um projeto para a sociedade portuguesa, a do reino e a de todo o Império. Neste trabalho, contudo, nos interessa perceber o modo pelo qual a monarquia lusa buscou materializar estas reformas na América Portuguesa.

Na América Portuguesa, o *pombalismo* foi colocado em curso por meio de vários programas que levavam em conta as especificidades locais e eram materializados em discursos e práticas dos agentes governativos. Novos grupos sociais foram sendo incorporados ao aparato estatal, em um processo de dependência mútua, sendo estes responsáveis por levar a cabo as pretensões da Coroa lusa. Entre os agentes governativos encarregados de pôr em marcha esta nova lógica de governo estava Antônio Álvares da Cunha, o Conde da Cunha, alvo deste trabalho.³⁹

* * *

A ascensão de Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), no reinado de D. José I, coincidiu com um período de grandes disputas no cenário internacional. Com grande experiência em outras cortes da Europa (Inglaterra e Áustria), o futuro

³⁷ José Vicente Serrão, “Sistema político e funcionamento institucional do pombalismo”, in: Fernando Marques da Costa, Francisco Contento Monteiro e Nuno Gonçalo Monteiro, *Do Antigo Regime ao liberalismo – 1750-1850*, Lisboa, Vega, 1989, p. 12.

³⁸ Ver Charles R. Boxer. *A Idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 309.

³⁹ Sobre o significado do termo *pombalismo*, ver: José Vicente Serrão, “Sistema político e funcionamento institucional do pombalismo”, in: Fernando Marques da Costa, Francisco Contento Monteiro e Nuno Gonçalo Monteiro, *Do Antigo Regime ao liberalismo...*, p. 19. Sobre a importância dos agentes governativos para a implementação das reformas pombalinas, ver também: José Damião Rodrigues, “Para o sossego e a tranquilidade pública das ilhas...”, p. 165.

marquês de Pombal assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros buscando levar a Portugal os frutos de suas experiências, com o intuito de modernizar o país e de afirmar sua soberania diante das grandes potências.

Pombal era conhecedor dos desafios que devia enfrentar para colocar em prática seus planos modernizadores: sua carreira internacional servira para dimensioná-los. Entre 1739 e 1743, havia representado d. João V na corte de St. James e viu de perto o florescimento do expansionismo inglês e suas ideias, ficando impressionado com o poder e a riqueza daquele país. Em seguida foi transferido para Viena (Áustria,1745), onde permaneceu até 1750.

Destarte, o período em que o futuro marquês esteve cumprindo suas atribuições diplomáticas na Inglaterra e em Viena foi marcante em sua formação como agente governativo, contribuindo para a forte influência em sua formação dos letrados conhecidos como *estrangeirados*. Entre estes, estavam homens de letras, muitos dos quais haviam sido expatriados de Portugal pela Inquisição, por suas ideias ou pelo fato de serem cristãos-novos.

Sua carreira diplomática no exterior foi interrompida com uma convocação de retorno ao reino em 1749, por incentivo da rainha, devido ao delicado estado de saúde de D. João V. Com a posterior morte do rei, o *diplomata* torna-se Ministro dos Negócios Estrangeiros (1750), já sob o reinado de D. José I. A partir de então seria uma personagem marcante da história de Portugal.

O início de sua ascensão como estadista proeminente, contudo, tem sido apontado pela historiografia como fruto da sua atuação estratégica na reconstrução de Lisboa depois do terremoto de 1755. Segundo José Subtil, as repercussões políticas do terremoto e as práticas políticas e administrativas que decorreram dele teriam alterado profundamente a organização do poder, transformando as relações da “Coroa com a Nobreza, a Igreja e o Reino”, e recompondo-se, a partir de então, o núcleo de governo em torno de Pombal, possibilitando a imposição de uma nova lógica governativa.⁴⁰

Assim, o terremoto que destruiu Lisboa parece ter servido para a projeção de Sebastião de Carvalho e Mello perante o rei. Das medidas emergenciais de remoção dos escombros e cadáveres aos planos urbanísticos, Pombal foi tornando-se cada vez mais merecedor da confiança de D. José I.

⁴⁰ José Subtil, *O Terremoto Político...*, p. 110.

Às urgências da situação Carvalho acudiu com firmeza e inteligência que tornaram famoso o seu nome. Nas horas angustiosas, em que foi preciso proporcionar socorros, mantimentos, abrigo, defesa; prestar socorro a milhares de criaturas, vencidas de terror; enfim cuidar dos vivos e enterrar os mortos (...) ele foi só a dispor, agir e mandar.⁴¹

A grande calamidade que o terremoto representou para Portugal contribuiu para tornar ainda mais evidente “o vulto do *grande reformador*” de Sebastião de Carvalho e Mello, que teve seu empenho prontamente retribuído: seis anos depois de ser nomeado Ministro de Negócios Estrangeiros, foi nomeado para o cargo de Secretário de Estado do Reino. Sua enérgica participação no processo de reconstrução de Lisboa, após o terremoto, ao lado da sua participação decisiva na investigação da tentativa de regicídio em 1758, rendeu-lhe ainda o título de Conde de Oeiras, em 15 de junho de 1759.⁴²

Cabe destacar que Sebastião de Carvalho e Mello ascendia ao poder em um período delicado para o Império luso: aos poucos, o clima de tranquilidade e falsa euforia vinha sendo rompido por claros sinais de crise, que se intensificaram após o terremoto de 1755. Este desastre natural fez surgir a necessidade da grande quantia de recursos necessária à reconstrução de Lisboa. Ao mesmo tempo, a renda que Portugal arrecadava da América Portuguesa começava a entrar em declínio, devido à redução da produção aurífera e de diamantes e aos grandes gastos militares com as tensões no Sul.

Fortes desafios foram sendo impostos à governação josefina, levando Pombal a empenhar-se no fortalecimento do Estado português, adotando uma série de medidas com o propósito de restabelecer o respeito pela autoridade do Estado e de desestimular os conflitos que impediam o bom funcionamento do governo.

Dentro de um contexto internacional delicado, Pombal percebia a grande importância da América Portuguesa para viabilizar seus intuitos, empenhando-se em racionalizar e fortalecer a máquina de governo que dizia respeito ao Brasil.⁴³ A

⁴¹ João Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal...*, p. 153.

⁴² Sobre o terremoto de 1755, ver também: Claudio de Brito Reis, *O Terremoto de Lisboa*, Rio de Janeiro, Altiava, 2003; e Mary Del Piore, *O Mal sobre a Terra: uma história do Terremoto de Lisboa*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.

⁴³ Andée Mansuy-Diniz Silva, “Portugal e o Brasil: A Reorganização do Império...”, p. 488.

política pombalina para a América Portuguesa pautou-se em três grandes pilares: o fortalecimento do poder central, a expansão econômica e a defesa do território.⁴⁴

Quanto à necessidade de promover uma expansão econômica, o governo josefino voltou seus esforços para aumentar as rendas da Coroa. Através do incentivo ao comércio, principalmente com o Brasil, buscava reduzir o *déficit* da balança comercial e diminuir a dependência em relação à Inglaterra. Dentro deste contexto, na esperança de tornar mais eficiente e lucrativo o comércio com suas possessões ultramarinas, foram criadas as Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a de Pernambuco e Paraíba (1756), reforçando as atividades agroexportadoras e extrativistas do Norte e Nordeste da América Portuguesa. Estas companhias beneficiavam os comerciantes lusos, que passavam a receber monopólios na América Portuguesa, mas atingiam os interesses britânicos.

Nas décadas de 1750 e 1760, a questão territorial e militar na América Portuguesa mostrou-se imperiosa, sendo seu principal intuito “estender seu território até onde fosse possível, reforçar sua estrutura administrativa, judicial e militar mediante o fortalecimento do poder absoluto da monarquia”. Para tanto, todos os obstáculos deviam ser removidos, e a ocupação dos territórios, garantida a qualquer custo.⁴⁵

Ao longo de dois séculos e meio de colonização, as fronteiras portuguesas na América tinham sido estendidas para além do meridiano de Tordesilhas e, mesmo após o Tratado de Madri, a dificuldade de demarcação dos limites acordados entre as duas Coroas mantinha indefinidas, na prática, as fronteiras do centro-sul da América Portuguesa. Em fronteiras tão tênues, as tensões eram constantes, e somavam-se à suposta ameaça de uma invasão estrangeira, que assombrava Pombal. Sendo assim, para reforçar a defesa destas regiões, era essencial garantir a presença militar do Estado e a sua ocupação efetiva do território por súditos fiéis.

O temor constante de uma invasão e a situação de conflagração na fronteira meridional levaram a Coroa lusa a traçar planos que garantissem a posse de áreas fronteiriças, de modo a viabilizar efetivamente a ocupação das regiões fronteiriças da América Portuguesa. Com isso, um programa de povoamento foi posto em curso,

⁴⁴ Ver, por exemplo: Caio Boschi, “Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais”, *Tempo*, Rio de Janeiro, n° 13, v. 7, 2002, pp. 77-110.

⁴⁵ Andée Mansuy- Diniz Silva, “Portugal e o Brasil: A Reorganização do Império...”, p. 480.

contando com a criação de povoados ao longo das fronteiras, mas esbarrando no problema da disponibilidade de homens para a tarefa:

[...] há que considerar em Carvalho e Mello os seus propósitos geopolíticos relativamente à Colônia, mormente diante do fato de ali necessitar-se consolidar o princípio do *uti possidetis*, consagrado pelo Tratado de Madri (1750). Concretizou o insigne estadista através de uma ostensiva política de povoamento e de fixação populacional. É neste quadro que se compreende a razão de ser da adoção de certas medidas, como, por exemplo, a abolição de diferenças entre os portugueses e o gentio, ou o corolário desta decisão, o de incentivar as uniões e os casamentos entre estes dois segmentos sociais; ou, ainda, o estímulo à deslocação de casais açorianos em direção a terras brasileiras.⁴⁶

Para viabilizar sua política de ocupação territorial, a Coroa lusa incentivou a migração para áreas fronteiriças da região centro-sul de seus domínios americanos. Além da migração interna, Pombal implementou medidas anteriormente projetadas mas não executadas, como a *importação de casais* de outras partes do Império luso, principalmente das ilhas dos Açores e da Madeira. Este grande esquema de ocupação contou com o empenho incisivo de Pombal. Foram enviados à zona meridional da América Portuguesa cerca de quatro mil açorianos.⁴⁷

Na metade Sul do país foram feitas tentativas semelhantes de impedir invasores estrangeiros por meio de um programa de povoamento, embora sob formas diferentes. As defesas do Rio Grande de São Pedro e da ilha de Santa Catarina foram reforçadas, e casais dos Açores e migrantes das outras partes do Brasil foram ativamente encorajados a se fixar na região. Na capitania de São Paulo, Pombal procurou manter a soberania portuguesa sobre os territórios ocidentais, fundando um povoado a cada 50 quilômetros, aculturando índios e ensinando-os a trabalhar.⁴⁸

Outra estratégia utilizada pela Coroa lusa para povoar as fronteiras foi o decreto que estabelecia o fim da escravidão indígena, incentivando casamentos mistos e deslocando os índios para aquelas regiões: “Uma legislação foi promulgada entre 1755 e 1758, com a finalidade de dar dignidade aos índios, libertá-los e educá-los e integrá-los à sociedade portuguesa.” Junto com essa legislação, as aldeias indígenas foram convertidas em paróquias e mais de setenta vilas foram criadas. Tais medidas naturalmente, encontraram a oposição por parte dos jesuítas.⁴⁹

⁴⁶ Caio Boschi, “Administração e administradores no Brasil pombalino...”, p. 78.

⁴⁷ Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal...*, p. 134.

⁴⁸ Andée Mansuy-Diniz Silva, “Portugal e o Brasil: A Reorganização do Império...”, p. 486.

⁴⁹ Idem, *ibidem*.

Este descontentamento devido à questão indígena deu origem então a uma ferrenha campanha anti-jesuítica por parte de Pombal, que passou a tê-los como perigosos inimigos. Para intensificar esse *temor jesuíta* na região dos Sete Povos das Missões, que deviam ser anexados pelos portugueses em virtude do Tratado de Madri, os jesuítas espanhóis foram acusados de fomentar rebeliões indígenas contra a entrega daquela área aos portugueses, iniciando assim a chamada Guerra Guaranítica (1754-1756).⁵⁰

O confronto com os jesuítas e a constante busca para centralizar a administração lusa levaram o Conde de Oeiras, já no fim da década de 1750, a tomar uma medida extrema, expulsando os jesuítas de Portugal e de seus domínios, com o confisco de todos os seus bens. Desta forma, além de conseguir grandes recursos para os cofres portugueses, Pombal afastava o perigo de tão temidos *conspiradores*.⁵¹

A expulsão dos jesuítas promovida por Pombal ficou conhecida como uma das medidas mais controvertidas da administração josefina. Entre outras razões, visava impedir que áreas econômicas fossem ocupadas por ordens religiosas, uma vez terem elas objetivos diversos dos da Coroa. Apesar de o alvo principal ser a Companhia de Jesus, outras ordens também foram expulsas, como os mercedários, a segunda ordem em importância na Amazônia, que, em meados da década de 1760, foram expelidos da região e também tiveram suas propriedades confiscadas.⁵²

Durante o ano de 1759, os jesuítas foram suprimidos do Brasil, e o sistema diretivo de controle secular dos índios, o Diretório, que havia sido projetado por seu irmão, Mendonça Furtado, para o Grão-Pará e Maranhão, foi estendido para toda a América Portuguesa.⁵³ Tal mecanismo era providencial para os interesses *geopolíticos* da Coroa lusa naquela conjuntura, já que os índios passavam a ser, desse modo,

⁵⁰ Sobre a resistência dos jesuítas espanhóis dos Sete Povos ver, André Mansuy-Diniz Silva, “Portugal e o Brasil: A Reorganização do Império”..., p. 496.

⁵¹ Um fator decisivo para a expulsão dos jesuítas foi a acusação de envolvimento na tentativa de regicídio de D. José I, em setembro de 1758. Trata-se de um incidente no qual o rei saiu ferido ao regressar ao palácio após uma visita a sua amante, a esposa do marquês Luís Bernardo de Távora. A seriedade do acidente levou à substituição temporária do rei pela rainha, durante a recuperação de d. José. Apesar de um inicial silêncio sobre o suposto atentado, as investigações corriam, e entre os principais e mais influentes prisioneiros estavam membros da família Távora, uma das mais importantes da nobreza lusa. Pombal usou este ocorrido para atingir, de uma só vez, dois opositores de seu governo: a grande nobreza portuguesa e os jesuítas. Ver, por exemplo: Nuno Gonçalves Monteiro, *D. José na sombra de Pombal*..., p. 108 ss.

⁵² A Igreja acabou cedendo às pressões também da Espanha e da França e, em 1773, o papa Clemente XIV extinguiu a Companhia de Jesus, que só voltou a ser recriada em 1814.

⁵³ Cf. Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal*..., p. 91-92.

considerados súditos da monarquia, garantindo a ocupação efetiva de territórios juridicamente disputados.

Com a expulsão dos jesuítas, Pombal resolvia então, aparentemente, três problemas: afastava alguns de seus opositores, obtinha recursos para os cofres reais e minimizava o problema da falta de homens para a efetiva ocupação dos territórios. Assim, a situação dos índios na América Portuguesa também começa a mudar. Como ressalta Luiz Felipe de Alencastro, a governação pombalina reservou outro papel para a população indígena dentro da América Portuguesa, tornando-a ator fundamental de uma política de repovoamento das regiões fronteiriças: “Em meados do século XVIII, sob influência da política pombalina, que reabilita o indígena americano integrando-o [...], estava em curso um processo de dominação e exploração baseado em uma política de repovoamento [...]”⁵⁴ Contudo, a questão da defesa territorial da América ia muito além da política pombalina de ocupação dos territórios fronteiriços. O clima de rivalidade internacional despertou na Coroa lusa um temor constante de invasão da América Portuguesa, levando Lisboa a tomar medidas preventivas.

* * *

As investidas estrangeiras contra as possessões portuguesas ao redor do mundo são tão antigas quanto a própria formação do Império. Mesmo depois de legitimada pela Santa Sé, ou ainda pactuada com a Coroa espanhola, a posse lusa sobre territórios ao redor do mundo era contestada por monarcas menos afortunados ou retardatários na expansão marítima. Ingleses e holandeses assediaram várias regiões do Império, em especial a América Portuguesa, ao longo dos séculos. O *perigo francês*, por seu turno, já havia ameaçado a soberania lusa no continente americano desde o período pré-colonial, e resultaria em tentativas frustradas de fundação de colônias, como a França Antártica, no século XVI, e a França Equinocial, no XVII.

Durante o século XVIII, contudo, o temor português de possíveis invasões ultramarinas se intensificou. Desde o início da centúria, particularmente durante a Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714), as ameaças tornaram-se flagrantes devido à instabilidade do cenário internacional num contexto de disputas sistêmicas, à cobiça estrangeira sobre as riquezas da região mineradora, e à fragilidade militar das defesas

⁵⁴ Luiz Felipe de Alencastro, *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 330-340.

na costa da América Portuguesa, com destaque para o porto do Rio de Janeiro, estratégico para o Império e suas riquezas. Meio século depois, as invasões francesas ao Rio de Janeiro, em 1710 e 1711, não tinham sido esquecidas, reavivadas que foram as impressões de terror diante da arribada de navios franceses no porto do Rio de Janeiro em 23 de Julho de 1757.⁵⁵

Na década de 1750 os temores de uma invasão francesa na fronteira norte da América Portuguesa tomaram maior vulto, com a circulação de boatos sobre a possibilidade da libertação dos índios, o que criou um clima de grande insatisfação entre os colonos, deixando Pombal temeroso de uma aliança entre estes e os franceses e quiçá os jesuítas.

A Espanha era também uma antiga rival no continente e no ultramar, e vinha de longa data pressionando as fronteiras ao sul. Desde o colapso do Tratado de Madrid, em 1761, os impasses envolvendo a Colônia de Sacramento, o Rio Grande e a ilha de Santa Catarina tiravam o sossego da Coroa, forçando-a a tomar medidas enérgicas para conter a ofensiva espanhola.

Mas, na segunda metade do século, sobretudo após a vitória inglesa na Guerra dos Sete Anos, o que mais assombrava os principais estadistas portugueses era o suposto *perigo inglês*, que Pombal cultivara desde seus tempos de representante em Londres, e que agora retomava ímpeto em sua correspondência com vários dos administradores do Império, configurando uma quase idéia-fixa. Pombal alertava seus subordinados quanto aos interesses de sua suposta *aliada*, a Inglaterra, país com que Portugal mantinha estreitas e antigas relações diplomáticas, mas que nem por isso deixava de despertar o temor lisboeta.

A gritante preponderância inglesa nos assuntos mundiais, ao terminar a Guerra dos Sete Anos, transformou sua constante preocupação com as intenções expansionistas inglesas em uma quase obsessão centrada na vulnerabilidade da América Portuguesa.⁵⁶

Como resultado, sempre interessado nas causas e mecanismos do poder comercial e naval britânico, Pombal passou a observar de forma mais atenta a política expansionista imperial da Grã-Bretanha.

⁵⁵ Para maiores informações sobre o medo de uma invasão francesa ao Brasil, ver: Maria Fernanda Bicalho, *A cidade e o império...*, p. 60.

⁵⁶ Kenneth Maxwell, *A Devassa da Devassa...*, p. 55.

Uma carta escrita por Pombal ao Vice-rei Antônio Álvares da Cunha destacava, logo em seu início, que a Guerra dos Sete Anos tinha colaborado para aumentar a “ vaidade ” e a “ arrogância ” dos ingleses, a ponto de se acharem “[...] no estado de conquistarem os domínios ultramarinos de todas as outras potências da Europa, cada vez que acharem ocasião ou pretexto para o emprenderem.”⁵⁷ O Conde de Oeiras ressaltava ainda o incrível poderio bélico dos ingleses, que levava monarquias do porte da França e Espanha a inúmeros prejuízos, reconhecendo assim tratar-se de potência militar muito forte e experiente.

O futuro Marquês, que já de longa data conhecia a força e a superioridade das naus inglesas, alertou o Vice-rei para um perigo de grandes proporções, apontando, no caso do Rio de Janeiro,

o desprezo, que imprudentemente fazem das fortalezas e tropas que defendem este porto, e guarnecem esta cidade, chegando a escrever e publicar projetos, em que dão por coisa acertada que oito naus de guerra inglesas bem armadas serão o bastante para conquistarem o Rio de Janeiro.⁵⁸

Pombal escrevia em nome do rei, dizendo que este confiava na “ força natural do porto ” sabendo estar este bem fortificado, ressaltando que seu discurso estava baseado em informações que chegaram à Coroa através de uma carta topográfica e relatos trazidos pelo engenheiro Miguel Angelo Blasco, por ocasião de sua passagem pelo Estado do Brasil. Contudo, repassava um alerta feito por Blasco referente às praias adjacentes ao Rio de Janeiro, que seriam de mais fácil desembarque para os ingleses. Segundo Miguel Angelo Blasco: “ no caso de fazerem os ingleses uma expedição ao Rio de Janeiro; não hão de ir atacar pelo porto com tantas dificuldades, e maiores perigos; mais sim pelas praias adjacentes, e pela via da terra, por onde esta cidade tem menor força.”⁵⁹ Tal advertência se somou a observações de outros ataques feitos pelos ingleses, que seguiram moldes parecidos, como o de Cartagena em 1741 e o de Havana em 1762. Pombal buscou alertar o Vice-rei para as possíveis estratégias de invasão por parte dos ingleses, um *inimigo* que possuía grande experiência neste tipo de embate, sempre surpreendendo seus adversários.

⁵⁷ “Carta escrita pelo Conde de Oeiras ao Vice-rei Antônio Álvares da Cunha”. ANRJ, Secretaria de Estado, códice 67, v. 1, Fundo 86, p. 71-75.

⁵⁸ Idem, *ibid.*

⁵⁹ *Carta escrita pelo Conde de Oeiras ao Vice-rei Antônio Álvares da Cunha*. ANRJ, Secretária de Estado, códice 67, v. 1. p. 72.

Os comentários do futuro Marquês foram acrescidos de instruções para que se fortificassem as fortalezas de Santa Cruz, da Praia Vermelha e de São João, e se fizessem reparos na Ilha das Cobras a fim de preparar a colônia para uma possível invasão. As instruções também se referiram à necessidade de aparelhar melhor a infantaria, de modo a criar um “corpo de tropas competentes para defender os ditos desembarques, passagens; e para as mais operações, que pertencem às tropas de terra, contra os ataques [...]”⁶⁰.

Muitas medidas deviam ser tomadas em um esforço conjunto do Vice-rei e da Coroa. O despreparo das tropas aliava-se ainda a outra debilidade: a falta de experiência na guerra. Pombal ressaltava ser conhecedor deste problema que, segundo ele, deixava as tropas da colônia em grande desvantagem frente ao experiente *inimigo*, cujas tropas haviam participado de inúmeros confrontos na Europa e no ultramar. Para tentar remediar esta situação, a Coroa enviou para a colônia dois militares experientes em guerras na Europa: o general Heinrich Böhm, para chefiar as tropas; e, para chefe do corpo dos engenheiros e artilheiros, o brigadeiro Jacques Funck. Ambos vinham juntamente com um bom provimento de munições de guerra.⁶¹

Esta iniciativa de utilizar militares com experiência nas batalhas européias e alinhados às novas técnicas de guerra não era novidade. Em 1762, o marquês de Pombal, vislumbrando iminente a guerra entre Portugal e as Coroas de Espanha e França, buscara apoio na experiência de um general estrangeiro para reorganizar e chefiar o exército português. Por indicação do rei de Inglaterra, o Conde Schaumbourg-Lippe buscou dar às tropas reinóis e, mais tarde, às tropas coloniais, uma especialização necessária nas novas táticas militares que vinham sendo implementadas desde meados do século XVII. Esta iniciativa de Pombal visava reorganizar militarmente o Império português, visto em toda a Europa como frágil neste aspecto. Böhm, por exemplo, devia trazer para as tropas do Estado do Brasil seus “Artigos de Guerra”, elaborados por Lippe logo após a campanha de 1762 e inspirados

⁶⁰ *Carta escrita pelo Conde de Oeiras ao Vice-rei Antônio Álvares da Cunha*. ANRJ, Secretária de Estado, códice 67, v. 1. p. 73.

⁶¹ Os oficiais estrangeiros Jacques Funck e Heinrich Böhm estavam em Portugal participando da campanha militar conduzida por *Graf von Lippe*. Ver Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal...* p. 126. A respeito do contexto que motivou as reformas a cargo dos dois mercenários estrangeiros, ver: Adriana Barreto de Souza, *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 48 ss.

no modelo militar prussiano, “vitorioso no combate às três maiores potências européias”.⁶²

Inúmeras recomendações foram feitas ao Vice-rei orientando-o a receber bem estes agentes militares, devendo fornecer-lhes grande liberdade para agirem em prol da militarização da colônia. Quanto ao brigadeiro, o futuro Marquês de Pombal adverte que o fato de ele não saber se expressar em outra língua que não a sua própria não o impediria de dar grandes colaborações para aumentar, com baixo custo, as defesas das praças em Portugal. Pombal chamava a atenção do Vice-rei para as grandes habilidades militares de Jacques Funck e Heinrich Böhm, advertindo para que ele se empenhasse em manter boas relações com os ditos oficiais, para o bem do Império. Assim, o envio desses oficiais fazia parte de um procedimento agressivo para melhorar a defesa e promover uma reorganização militar na colônia.

As medidas a serem adotadas para a defesa da América Portuguesa diante de um possível ataque inglês deram origem a uma série de instruções que foram enviadas, por carta, ao Vice-rei Antônio Álvares da Cunha, em 20 de junho de 1767. Segundo Pombal, este perigo se tornava ainda maior devido a uma possível aliança com os jesuítas: “que os Jesuítas se acham em uma íntima união com os ingleses, constando que os primeiros têm prometido aos segundos introduzi-los em todos os Domínios que Portugal e Castela possuem dessa parte do Sul da linha.”⁶³

A hipotética união dos jesuítas com os ingleses colaborava para desprestigiar ainda mais os inicianos. Pombal alertava para três perigos principais desta união: “O primeiro caso pode ser o de fornecerem os ditos ingleses, tropas, armas, munições, aos referidos jesuítas”, sendo esta, segundo ele, uma forma de os ingleses “esconderem suas mãos”, ou seja, não se envolverem num embate direto. O segundo seria a ameaça de a Inglaterra invadir as possessões espanholas na margem meridional do Rio do Prata, estando assim muito perto da Colônia do Sacramento. O terceiro caso seria de os ingleses declararem guerra à Coroa lusa tendo “por pretextos um grande número de imposturas, e de calúnias que os referidos Jesuítas têm nestes últimos tempos

⁶² Adriana Barreto de Souza, *Duque de Caxias...*, p. 64. A autora esclarece que, entre os objetivos dos artigos, figuravam normas revolucionárias de organização militar, tratando de subordinação, covardia, fuga ao combate, embriaguez em serviço etc.

⁶³ “Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha”. (Lisboa, 20 de junho de 1767) ANRJ, Correspondência da Corte com o Vice-reinado, código 67, v. 01. Sobre o temor de uma aliança entre ingleses e jesuítas ver: Dauril Alden, *Royal government in colonial Brazil...*, p. 110 ss.

espalhado contra nós pelos papéis públicos, que se divulgam cotidianamente na Cidade de Londres”.⁶⁴

As orientações de Pombal ao Conde da Cunha seguiam dizendo que era necessário o máximo de cautela, pois os ingleses buscavam atacar o Rio da Prata e, caso conseguissem se estabelecer, a Colônia haveria de correr grande perigo:

seria o mesmo do que fazerem-se senhores do Paraguai e Tucumã, do Chile e de todo o Peru, ou em uma só palavra de toda a América Espanhola, que seria o mesmo que perder sua majestade logo em necessária consequência todo o Estado do Brasil.⁶⁵

Pombal acreditava assim que um ataque à América Espanhola estaria indissociável de um ataque à América Portuguesa, e caso os ingleses invadissem territórios espanhóis os portugueses deviam de imediato julgá-los como “dolosos e declarados inimigos”, antecipando-se assim a uma situação de guerra declarada, fato que daria à Coroa portuguesa alguma vantagem.⁶⁶

A saída apontada por Pombal era o reforço da defesa, que pode ser assim resumida, por meio de suas próprias palavras: “nos devemos prevenir desde logo, como se já estivéssemos em uma atual Guerra com os ditos ingleses; porque este será o meio mais próprio, e seguro até, para evitarmos que a mesma guerra seja declarada.”⁶⁷

Em resposta, o Vice-rei dizia estar se empenhando para minimizar o “perigo inglês”, dizendo que a qualidade de suas “distintas” tropas e “honrosos oficiais” eram suficientes para inibir um ataque: “se estes nossos inimigos vierem a este porto ou aos seus adjacentes, que será só para termos a glória de anunciar e de se abater a sua insuportável soberba, castigando também a sua cobiça”.⁶⁸ Tal discurso estava longe da realidade militar da colônia, mas cumpria o papel de ressaltar os feitos do Vice-rei no seu posto no ultramar, engrandecendo-os.

⁶⁴ “Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha”. (Lisboa, 20 de junho de 1767) ANRJ, Correspondência da Corte com o Vice-reinado, códice 67, v. 01.

⁶⁵ “Carta escrita pelo Vice-rei Antônio Álvares da Cunha a Conde de Oeiras em 30 de outubro de 1767.” IHGB, Arquivo do Conselho Ultramarino, Arq 1.1. 29, p. 189.

⁶⁶ “Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha”. (Lisboa, 20 de junho de 1767) ANRJ, Correspondência da Corte com o Vice-reinado, códice 67, vol. 01.

⁶⁷ Idem, ibidem;

⁶⁸ “Carta escrita pelo Vice-rei Antônio Álvares da Cunha a Conde de Oeiras em 30 de outubro de 1767, a respeito dos oficiais estrangeiros que tinham sido enviados ao Brasil”. IHGB – Arquivo: Conselho Ultramarino – Catálogo: Arq. 1.1. 29, p. 190.

À frente do comando militar da colônia, o Vice-rei Conde da Cunha cobrava de Pombal mais instruções de como proceder perante este possível embate, sendo tais ordens necessárias, segundo as palavras do Vice-rei, a quem “como eu com tão poucas luzes deve reger, e defender tão inumeráveis e distantes portos, com forças tão diminutas para a extensão e longitude deles”. E, apesar de seu discurso ressaltar seus feitos e melhoramentos militares, no final de sua carta o Vice-rei parecia reconhecer que suas “distintas tropas” e “honrosos oficiais” não eram suficientes para a extensão do perigo a ser enfrentado. Antônio Álvares da Cunha reconhecia a necessidade de se planejar uma defensiva, dizendo ser esta uma incumbência que cabia melhor ao ministro, por ser ele capaz de articular melhor as ações que deviam ser tomadas em prol da segurança da colônia.

Quanto à efetiva existência de um *perigo inglês*, vale destacar que autores como Maxwell defendem a ideia de que as intenções britânicas de uma suposta invasão ao Brasil, levantadas por Pombal, eram bastante fora de propósito. Para o autor, os interesses ingleses eram essencialmente comerciais e não territoriais. Para ratificar sua ideia, Maxwell utiliza um panfleto britânico que deixava claros os objetivos da potência “aliada”: “o comércio é o seu sustentáculo, e a expansão territorial, com o comércio negligenciado, será a sua ruína”. Não se trata, contudo, de discutir se as preocupações do futuro Marquês e da Coroa portuguesas eram ou não sem propósito. O fato é que elas existiram e influenciaram a forma de organizar e reger esse imenso Império Ultramarino português. O que isto evidencia é que as preocupações militares ocupavam um lugar de destaque no governo do Estado do Brasil no terceiro quartel do século XVIII. Sejam elas de origem francesa, espanhola ou, principalmente, inglesa, o perigo de invasões externas se apresenta como uma importante preocupação da Coroa portuguesa e de seu principal ministro em relação ao Estado do Brasil. Como resultado, nesse período, tanto quanto a vulnerabilidade da costa Sul da América Portuguesa e o *perigo inglês* geraram um esforço por parte da Coroa lusa para aumentar as defesas de sua mais importante possessão colonial, no terceiro quartel do século XVIII, esses temores parecem ter diretamente influenciado os critérios de seleção e nomeação do oficial-régio que foi encarregado de dirigir a colônia em momento tão conturbado: Antônio Álvares da Cunha.⁶⁹

⁶⁹ Ver: Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal...*, p. 125.

* * *

Inserida nas medidas pombalinas que visavam melhorar as defesas da América Portuguesa encontra-se a transferência da capital do Estado do Brasil da cidade de Salvador (onde estivera desde 1549) para o Rio de Janeiro. Além da crescente importância de seu porto, o Rio de Janeiro representava um melhor centro caso a fronteira Sul precisasse de proteção, possuindo uma localização privilegiada para garantir maior controle do continente.⁷⁰

A mudança da capital para o Rio de Janeiro já vinha sendo planejada durante o período do Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, como governador e capitão-geral da cidade entre 1733-1763. A cidade vinha gradativamente ganhando prestígio e crescendo de importância dentro do Império luso recebendo, em 1751, o Tribunal da Relação, nos mesmos moldes do que já existia na Bahia.⁷¹

Entretanto a transferência da capital só veio a efetivar-se em 1763, com o governo de Antônio Álvares da Cunha (1763-1767). Tratava-se de uma medida estratégica que ratificava o “caráter central que essa cidade vinha assumindo desde meados do século XVII como *locus* articulador de toda a região centro-sul da colônia” e também “da vasta região das Minas (Gerais, de Goiás e de Mato Grosso ou Cuiabá)”.⁷²

Assim, em 1763 o Rio de Janeiro era o ponto de articulação de toda a região meridional do Império atlântico português e sua importância era devida não só às rotas de navegação atlânticas às quais se ligava, mas aos serviços que passou a prestar à atividade econômica da região. Com isso, o porto devia ser bem protegido, uma vez que o Rio de Janeiro se tornara escala obrigatória dos navios que iam em direção ao extremo Sul do Brasil e do continente, assim como à costa do Pacífico.⁷³

Apesar de inúmeras vantagens, a transferência da capital impôs grandes desafios aos seus governantes, principalmente no que se refere a sua fortificação. A situação militar da América Portuguesa era muito frágil e, não obstante a firmeza dos

⁷⁰ Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal...*, p. 126.

⁷¹ A carta régia que cria o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro depositado: AHU, RJ, C. A., doc. 16.071. O tribunal da Relação do rio de Janeiro passa a julgar as causas de Capitania que se estendiam do Espírito Santo a Santa Catarina, incluindo áreas estratégicas para a Coroa, como, Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Para a instituição, ver Arno Wehling & Maria José Wehling. *Direito e Justiça no Brasil Colonial – O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

⁷² Cf. Maria Fernanda Baptista Bicalho, “A fronteira dos Impérios...”, p. 5.

⁷³ Cf. Corcino Medeiros dos Santos, *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica*, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1993, p. 2.

propósitos régios, o Conde da Cunha reclamava de ter que enfrentar, durante toda a sua governação, grandes obstáculos e conviver com precários recursos militares e financeiros.

As dificuldades com a defesa começavam na própria capital, uma preocupação recorrente nas cartas enviadas pelo novo Vice-rei ao Conselho Ultramarino:

Não há nesta capital quartéis para o Regimento de Artilharia, e os dois dos Regimentos Velho e Novo são tão pequenos e estão em tal ruína especialmente o do Regimento de Francisco Antônio de Meneses que para se reedificarem será necessária uma despesa muito considerável, e ainda que sua Majestade a queira mandar fazer, nunca os soldados serão neles bem acomodados, nem os quartéis terão a regularidade de que necessitam, nem esta se lhe pode remediar pela falta de terreno.⁷⁴

A centralidade da nova sede administrativa permitia não só um maior controle por parte da Coroa, como também que as ações militares fossem mais articuladas, além de demandar um grande empenho em arregimentar a população local. Tropas portuguesas foram enviadas para o Rio de Janeiro e posteriormente para o Sul, onde a ameaça espanhola era constante: “tensionavam-se as questões de delimitação de fronteiras das possessões portuguesas ao sul da América; a perspectiva de guerra era flagrante, e notória a necessidade de reavaliar o sistema defensivo até então utilizado.”⁷⁵

Contudo, o envio de tropas para conter as tensões no Sul devia ser bem articulado, buscando não deixar o Rio de Janeiro desguarnecido. A proximidade com a região das Minas atraía para o Rio de Janeiro um grande número de corsários e contrabandistas. Desde 1720, a Coroa vinha buscando meios de controlar este contrabando, proibindo definitivamente a circulação do ouro bruto ou em pó em todas as regiões de mineração, passando o ouro a ser embarcado apenas em navios de guerra.⁷⁶

Contudo, apesar de seu porto privilegiado e da proximidade da área de mineração, foi a privilegiada posição *geo-estratégica* do Rio de Janeiro o que parece ter

⁷⁴ “Carta do Vice-rei Antônio Álvares da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 13 de Julho de 1764, sobre as providências tomadas pelo Vice-rei para remediar a precária situação das tropas e quartéis na colônia”. IHGB, Arquivo do Conselho Ultramarino, Arq. 1.1.29, p. 66.

⁷⁵ Maria Fernanda Bicalho, *A Cidade e o Império*, p. 55.

⁷⁶ Sobre os descaminhos do ouro, ver, por exemplo: Paulo Cavalcanti, *Negócios de Trapaça. Caminhos e Descaminhos na América portuguesa (1700-1750)*, São Paulo, Hucitec, 2005.

pesado mais para a sua transformação em cidade-capital. Segundo André Mansuy, esse deslocamento do eixo de poder do Nordeste (Bahia e Pernambuco), para o centro-sul (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Capitânicas subsidiárias) fazia parte de “uma conseqüência lógica” de se terem tornando estes “os centros estratégicos, políticos e econômicos no Estado do Brasil”.⁷⁷

Portanto, para se proteger dos perigos, a transferência da capital para o Rio de Janeiro foi posta em curso. “O medo gerado pela Guerra dos Sete Anos influenciou diretamente na decisão tomada por Pombal de transferir a capital do Brasil de Salvador (Bahia) para o Rio de Janeiro”.⁷⁸

Cabe destacar ainda que as tensões entre as Coroas lusa e espanhola já haviam levado o Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, logo em seus primeiros anos de governo, a sugerir uma estratégia político-militar de unificação bélica, visando uma melhor organização da defesa desde a costa do Rio de Janeiro à Colônia de Sacramento, manifestando a necessidade de uma centralização do comando militar:

Gomes Freire de Andrada julgou que, detendo total controle político-administrativo sobre a região do Sul, assim como um rígido domínio sobre os governos a ele subordinados, e, principalmente centralizando em si a decisão de mais estratégica importância, qual seja, a militar, poderia, então, melhor defender sua área de governo contra a investida dos espanhóis.⁷⁹

Contudo, foi com a transferência da capital para o Rio de Janeiro que o Conde de Oeiras concretizou essa importante estratégia de centralização do comando militar nas mãos do Vice-rei do Rio de Janeiro. As instruções enviadas pela Coroa ao Conde da Cunha eram claras:

que as tropas desse reino girem com as desse Estado, e que todas elas constituam um só e único exército, debaixo das mesmas regras, e da mesma idêntica disciplina, sem diferença alguma: encarregou o dito general João Henrique Böhm, de reduzir os regimentos da cidade, os do

⁷⁷ André Mansuy- Diniz Silva, “Portugal e o Brasil: A Reorganização do Império...”, p. 487.

⁷⁸ Charles Boxer, *O Império marítimo português – 1415-1825*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 207.

⁷⁹ Chistiane Figueiredo de Mello, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças...*, p. 116-117.

seu território, os da Bahia, e os de Pernambuco à mesma figura, disciplina e economia dos três regimentos que se transportam na atual expedição.⁸⁰

Portanto, Pombal assimilou a importância da centralização e unificação militar sob o comando do Rio de Janeiro, sugerida por Gomes Freire de Andrada ainda na primeira metade do século XVIII, empenhando-se para proteger e fortificar as ameaçadas Capitanias do Sul, promovendo uma reorganização militar na colônia. O critério de seleção do novo Vice-rei do Estado do Brasil a partir de 1763 obedeceu à necessidade premente de guarnecer militarmente as fronteiras meridionais da América Portuguesa, em suspenso desde 1761, garantindo não apenas a unificação do comando das tropas do Centro-Sul do Brasil, como também a fortificação militar das fronteiras com os domínios coloniais espanhóis na América.

A Coroa lusa volta-se para um grande esforço de aumento da defesa da América Portuguesa visando garantir as fronteiras através de ações diretas, como construção de inúmeras fortificações, a reativação de uma milícia colonial e o envio de regimentos portugueses e de experientes militares estrangeiros, como o comandante Böhm e Jacques Funck.

⁸⁰ Instrução do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha, 20 de junho de 1767, in: Marcos Carneiro de Mendonça, *Século XVIII – Século do Pombalismo do Brasil*, Rio de Janeiro, Xerox do Brasil, 1989, p. 462.

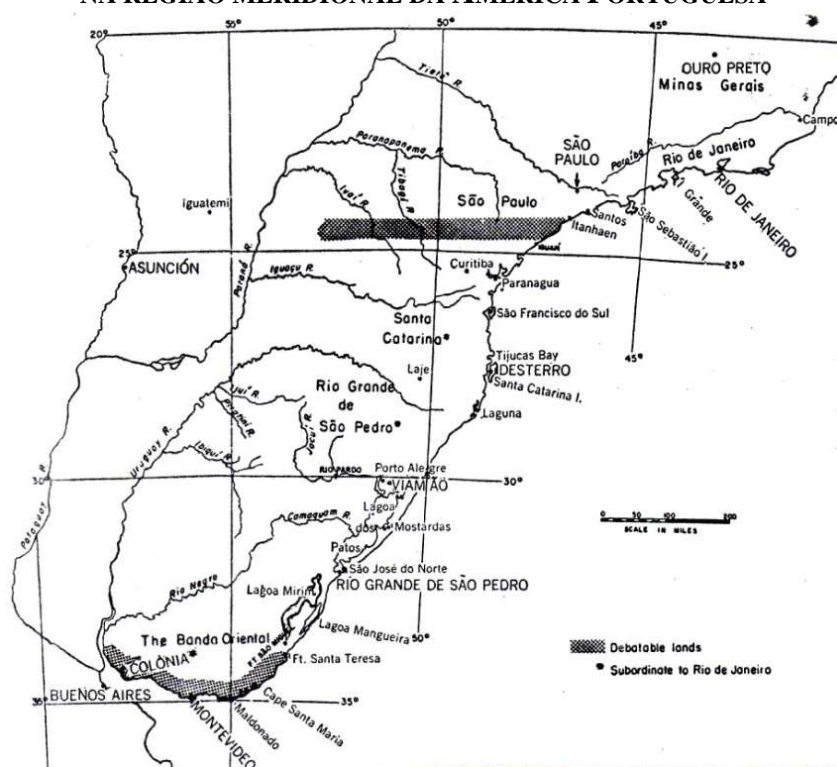


(Organizado pela professora Lia Machado, compilado a partir de fontes diversas. Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/gruporetis/modules/xcgai/thumbnails.php?album=1>>. Acesso em: 23.jul.2009.)

1.3. As fronteiras da América

Dessa forma, durante o período pombalino (1750-1777), uma das principais ameaças à Coroa portuguesa provinha de sua vizinha mais próxima, a Espanha. A rivalidade entre Portugal e Espanha era antiga, com um histórico de batalhas travadas não só na península como nas possessões atlânticas, principalmente na região platina. A Colônia do Sacramento, alvo privilegiado destes embates, tinha sido fundada por portugueses em 1680; invadida pela Espanha em 1705; devolvida em 1713; e reocupada por forças portuguesas em 1716, como resultado do 2º Tratado de Utrecht (1715). Tal Tratado não pôs fim à disputa entre as duas Coroas, e o impasse se estendeu por longos anos. Uma tentativa de resolver tal conflito surge, então, em meados da década de 1740, redundando no Tratado de Madri (1750).

ZONAS DISPUTADAS ENTRE AS COROAS IBÉRICAS NA REGIÃO MERIDIONAL DA AMÉRICA PORTUGUESA



Fonte: Dauril Alden, *Royal government...*, p. 62.

* * *

O Tratado de Madri foi negociado secretamente durante os reinados de D. João V (Portugal) e D. Fernando VI (Espanha). A essa altura, elos frágeis de um complexo jogo internacional, as duas Coroas ibéricas buscavam minimizar sua debilidade num contexto de disputa sistêmica por hegemonia entre Inglaterra e França. Entre os séculos XV e XVIII, a supremacia luso-espanhola fora sobrepujada pela ascensão franco-britânica. As forças mais poderosas do mundo de outrora estavam, desde pelo menos inícios do setecentos, subordinadas às novas, pujantes e concorrentes potências mundiais. Ao fim da Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714), com um Bourbon no trono de Madri, os Tratados de Utrecht vincularam diplomaticamente Portugal à Grã-Bretanha e a Espanha, à França.

O responsável pelas negociações do lado português foi Alexandre de Gusmão. Representando os interesses lusos, buscava garantir a manutenção da extensão Norte e Centro-Oeste da América Portuguesa para além do limite de Tordesilhas, mesmo que

para isso fosse necessário ceder a colônia de Sacramento e a parte Sul da capitania do Rio Grande para a Espanha. Para a Espanha, representada por D. José de Carvajal y Lancáster, o objetivo era conter a expansão portuguesa que avançava sobre o seu território na América do Sul, assim como garantir exclusividade no estuário do Prata, evitando o contrabando da prata dos Andes que passava por ali.

Gusmão convenceu os espanhóis da necessidade de negociar um tratado compreensivo de fronteiras por meio de um argumento eficiente: diante dos flagrantes desrespeitos portugueses ao Tratado de Tordesilhas (1494), que definira uma “fronteira indemarcável”⁸¹ na América, e das violações espanholas ao contra-meridiano estabelecido na Capitulação de Saragoça (1528), fazia-se mister negociar novos limites entre as possessões ibéricas no Oriente e no Ocidente. Afinal, como Gusmão bem percebia, o contexto de disputas entre Inglaterra e França podia, a qualquer momento, ameaçar as possessões das duas Coroas ibéricas, subordinadas de lados opostos às novas potências mundiais.

Em caso de vitória francesa, Portugal seria prejudicado. Mas, analogamente, em caso de vitória britânica, numa possível guerra com a França, a Espanha perderia territórios para Portugal – como de fato veio a ocorrer na Guerra dos Sete Anos. Era do interesse de ambos os lados, portanto, uma negociação secreta entre as duas Coroas ibéricas, de modo a pactuar novos limites entre suas possessões, sobretudo na conflagrada região meridional do continente americano.

Como fruto das iniciativas portuguesas levadas a cabo por Gusmão, tal articulação diplomática sigilosa ocorreu, de fato, entre 1746 e 1750, redundando no Tratado de Madri, que trouxe em seu preâmbulo o objetivo expresso de pacificar e redefinir a fronteira meridional da América. No texto final do acordo, mais exatamente em seu artigo XXI, estabelecia-se ainda o compromisso de manter em paz os súditos das duas Coroas na América, mesmo em caso de guerra européia.

Substituindo todos os tratados de limites anteriormente estabelecidos entre as duas Coroas, o Tratado de Madri legalizava a ocupação lusitana da Amazônia, do centro-oeste e do sul da América Portuguesa, consolidando um movimento de expansão que havia sido iniciado dois séculos antes pelos colonos, bandeirantes e religiosos. De fato, a pecuária, as missões religiosas, as *tropas de resgate*, as monções cuiabanas, as bandeiras de apresamento, especialmente durante a União Ibérica (1580-

⁸¹ Synesio Sampaio Goes Filho, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas...*, p. 48.

1640), e as de prospecção mineral, em fins do XVII, além das *monções do norte*, haviam alargado o território brasileiro muito além do meridiano de Tordesilhas.

Ainda por sugestão de Gusmão, a nova fronteira definida pelo Tratado de Madri devia seguir *fronteiras naturais* (rios, cadeias de montanhas), utilizando marcos mais facilmente demarcáveis, diferentes daqueles estabelecidos na linha geodésica e *indemarcável* instituída pelo Tratado de Tordesilhas. Gusmão serviu-se ainda da apropriação de um princípio do direito privado romano, *uti possidetis, ita possideatis* (como possuíis, assim possuais), delineando os contornos aproximados do Brasil atual. “Era o mito da ‘ilha Brasil’ que, com as imperfeições da realidade, se corporificava”. Ou, na verdade, não se corporificava, devido aos conflitos entre as comissões demarcadoras que, na Bacia Amazônica e na zona meridional, esbarraram em inúmeras dificuldades e mesmo desinteresse de lado a lado. No Sul, em especial, devido aos freqüentes conflitos armados, a fronteira ficava em aberto, apresentando uma grande inexatidão e obstáculos à sua demarcação efetiva.⁸²

“ILHA BRASIL”



Fonte: *Nossa História*, n. 25, nov. 2005, p. 15.

⁸² Sobre as demarcações e limites propostos pelo Tratado de Madri, ver Synesio Sampaio Goes Filho, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas...*, p. 187.

Para convencer os espanhóis das novas balizas territoriais que propunha, Alexandre de Gusmão valeu-se de uma carta cartográfica, que teria sido confeccionada sob sua própria supervisão, contendo os limites propostos pela Coroa lusa nas negociações. Este seria “o primeiro mapa do Brasil, com forma quase triangular, hoje familiar a todos. Sob o nome de Mapa das Cortes”.⁸³ O mapa, enviado para Madri em 1749 para auxiliar a negociação, tinha como base cartas conhecidas da América do Sul. Contudo, a área extra-Tordesilhas da América Portuguesa, por meio de distorções na projeção das longitudes, fora representada com dimensões bem diminuídas, com o intuito de convencer os espanhóis de que havia poucos ganhos territoriais portugueses a oeste do meridiano.

Também segundo Roberto Simonsen, o “Mapa das Cortes” tinha proporções distorcidas e fora uma estratégia usada por Alexandre Gusmão para assegurar ganhos territoriais:

A carta do Brasil está visivelmente deformada, apresentado Cuiabá sobre o mesmo meridiano da foz do Amazonas, próximo ao qual passaria a linha de Tordesilhas (um erro de nove graus). Essa construção, mostrando ser menor a área ocupada, talvez tenha sido feita visando facilitar a aceitação, pelos espanhóis, do princípio do *uti possidetis*, que integrou na América Portuguesa tão grande extensão de terras ao oeste do meridiano de Tordesilhas.⁸⁴

MAPA DAS CORTES

⁸³ Synesio Sampaio Goes Filho, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas...*, p. 186.

⁸⁴ Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o tratado de Madri*, Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, s.d., 8v., Tomo I, p. 261, *Apud* Synesio Sampaio Goes Filho, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas...*, p. 186.



Fundação Biblioteca Nacional/Reprodução, em: Mário Clemente Ferreira, “O Mapa das Cortes: a cartografia a serviço da diplomacia”, *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p. 51-69, Jan/Jun 2007.⁸⁵

Além do Mapa das Cortes, outras estratégias foram elaboradas pelo representante português Alexandre de Gusmão. Synésio Goes Filho, em seu livro *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*, descreve as *linhas de força* seguidas pelos portugueses e espanhóis durante a negociação do Tratado. Do lado português:

- a) era necessário celebrar um tratado geral de limites e não fazer ajustes sucessivos sobre trechos específicos, como queria originalmente a Espanha;
- b) tal Tratado só podia ser feito abandonando-se o meridiano de Tordesilhas, violado pelos portugueses na América e, mais ainda, pela Espanha no hemisfério oposto;
- c) as colunas estruturais do acordo seriam os princípios do *uti possidetis* e das ‘fronteiras naturais’, assim referidos respectivamente no preâmbulo: ‘cada parte há de ficar com o que atualmente possui’ e ‘os limites dos dois domínios... são a origem e o curso dos rios, e os montes mais notáveis’;

⁸⁵ A versão mais difundida deste mapa é a que costuma ser extraída da obra: *Question des limites du Brésil et de la Guyane Anglaise soumise a l'arbitrage de S. M. le Roi d'Italie*. Paris: Ducourtioux et Huillard, 1903.

- d) a colônia de Sacramento e o território adjacente eram portugueses, se não pelo Tratado de Tordesilhas, certamente pelo tratado de Utrech, de 1715;
- e) podia-se admitir (é clara a lembrança da colônia de Sacramento) ‘que uma parte troque o que lhe é de tanto proveito, com outra parte, a que faz maior dano que ela o possua’, nas próprias palavras do Gusmão.⁸⁶

O autor destaca ainda as réplicas e argumentações do lado espanhol:

- a) sendo certo que as Filipinas caíam na zona de soberania espanhola, o melhor para Portugal era prescindir de qualquer alegação neste hemisfério;
- b) sobre a Colônia do Sacramento, mais que qualquer e eventual direito, era intolerável para a Espanha ser ela, com o contrabando que propiciava, como diz D. José de Carbajal, “causa de la discipación de las riquezas del Peru”;
- c) era aconselhável a troca da Colônia do Sacramento por uma área equivalente (citando outra vez o Ministro espanhol), fácil de encontrar nos territórios de Cuiabá e Mato Grosso, ainda que, com a morte de Felipe V, o governo espanhol estudasse os meios para recobrá-la.⁸⁷

Seguindo os termos apresentados acima, o Tratado de Madri foi assinado em 13 de janeiro de 1750. Sua demarcação era teoricamente facilitada, como já foi dito, por seguir marcos naturais reconhecíveis até o limite Sul (Colônia de Sacramento, Rio Grande de São Pedro e a ilha de Santa Catarina), onde as fronteiras naturais se tornavam obscuras, “tratando-se de um território incerto e de limites abertos”.⁸⁸

A viabilidade da assinatura do Tratado de Madri se deu devido a concessões de ambas as partes: em troca do reconhecimento, pela Espanha, das fronteiras fluviais ocidentais da América Portuguesa, a Coroa lusa cedia a Colônia de Sacramento à Espanha, que em troca devolvia aos portugueses o Rio Grande, sendo-lhe anexada a região dos Sete Povos das Missões, ocupada até então pelos jesuítas espanhóis e índios agrupados em aldeias.

⁸⁶ Synesio Sampaio Goes Filho, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas...*, p. 184- 185.

⁸⁷ Synesio Sampaio Goes Filho, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas...*, p.185; Sobre as cláusulas do Tratado de Madri, ver também, Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, s.d., 8v., Tomo I, p. 285-197.

⁸⁸ Synesio Sampaio Goes Filho, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas...*, p. 170-171.

Assim, o Tratado impôs uma nova organização territorial às possessões atlânticas de Portugal e Espanha:

O século XVII foi o momento decisivo de definição das fronteiras entre a América Portuguesa e as Índias de Castela. O grande movimento de penetração impulsionista no século anterior vai assumindo ao longo de setecentos as feições de uma política definida de arredondamento territorial: o domínio do vale amazônico, a margem setentrional do Prata, a posse dos planaltos centrais.⁸⁹

Por ter sido criado ainda durante o governo joanino, Pombal não havia participado das negociações e tinha suas restrições ao Tratado. Assim, “duvidando que o território dos Sete Povos das Missões fosse realmente cedido, decidiu não transferir a posse da Colônia de Sacramento até que as Sete Missões [sic] fossem totalmente evacuadas.” A Espanha, por sua vez, também tinha seus receios, uma vez que a Colônia do Sacramento era um centro de contrabando de prata de estratégica importância para o controle da região do Rio da Prata.⁹⁰

Na América Portuguesa, comissões de demarcação foram nomeadas. No Norte, o responsável pela demarcação era Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, mas o trabalho de demarcação sequer chegou a ser começado. Já no Sul, que tinha à frente, como representante português, o Governador do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrada, a demarcação teve início, mas enfrentou sérias disputas e impasses.⁹¹

Na parte espanhola, no território dos Sete Povos, os jesuítas espanhóis e os índios guaranis recusaram-se a obedecer às ordens de evacuação, rebelando-se, em 1754, contra a comissão de demarcadores luso-espanhóis. Este impasse ficou conhecido como a *Guerra dos Guaranis* ou *Guerra Guaranítica*, que se estendeu até 1756, quando foi reprimido por tropas espanholas com ajuda militar de Gomes Freire de Andrada. A região continuou, contudo, a ser palco de inúmeros conflitos.⁹²

⁸⁹ Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na Crise...*, p. 49.

⁹⁰ André Mansuy-Diniz Silva, “Portugal e o Brasil: A Reorganização do Império...”, p. 480.

⁹¹ Sobre os representantes portugueses responsáveis pelas demarcações dos limites na América Portuguesa, ver: André Mansuy-Diniz Silva, “Portugal e o Brasil: A Reorganização do Império...”, p. 480-481; Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal...*, p. 52; e também: Synesio Sampaio Goes Filho, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*, São Paulo, Martins Fontes, 1999, p. 187.

⁹² Chistiane Figueiredo de Mello, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças ...*, p. 121. Sobre a conquista “definitiva” dos Sete Povos das Missões pelos portugueses, ver: Elisa Frühauf Garcia, “A derradeira expansão da fronteira: a ‘conquista’ definitiva dos Sete Povos das Missões – 1801”, in *Actas*

Assim, o Sul se torna o principal problema para a consolidação do Tratado de Madri, devido à Guerra Guaranítica, ao desinteresse da Coroa lusa, sob Pombal, em ceder Sacramento, e à ausência de fronteiras naturais consensuais para estabelecer a demarcação. A questão de Sacramento e do acesso a Mato Grosso pela Bacia do Prata se torna latente, e Portugal recusa-se a tomar posse do território conflagrado dos Sete Povos das Missões, negando-se também a devolver a Colônia do Sacramento à Espanha. Estas dificuldades fomentaram inúmeros conflitos entre portugueses, espanhóis, índios e religiosos, levando à grande necessidade de se povoar as fronteiras para garanti-las. Pombal, em carta *secretíssima* a Gomes Freire, alertou-o dessa necessidade de garantir a ocupação das áreas fronteiriças:

como a força e a riqueza de todos os países consiste principalmente no número e multiplicação da gente que o habita: como este número e multiplicação da gente se faz mais indispensável agora na raia do Brasil para a sua defesa em razão do muito que têm propagado os espanhóis nas fronteiras deste vasto continente, onde não podemos ter segurança sem povoarmos à mesma proporção as nossas províncias desertas, que confinam com as suas povoadas.⁹³

* * *

Assim como as delimitações de limites nas possessões americanas das Coroas ibéricas não ocorreram conforme o esperado, os anos que se seguiram ao Tratado de Madri foram marcados pela deterioração das relações entre Portugal e Espanha. A ascensão de Carlos III ao trono espanhol e a consolidação do poder de Marquês de Pombal em Portugal, ambos ferrenhos opositores do acordo, foram seguramente causas importantes do rápido esquecimento de Madri. A Guerra Guaranítica e a recusa lusa de tomar posse do território conflagrado serviram, na prática, para que os portugueses não se retirassem de Sacramento. As comissões de demarcação de limites, ademais, encontraram no terreno, além de discordâncias de parte a parte, uma realidade territorial bem diferente daquela que os cartógrafos tinham sido capazes de projetar em teoria. Diante de tantos impasses, em 12 de fevereiro de 1761, enfim, foi

do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”. Lisboa, 2 a 5 de novembro de 2005, FCSH/UNL. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/elisa_fruhauf_garcia.pdf>. Acesso em 22.jul.2009.

⁹³ “Primeira carta secretíssima de Sebastião José de Carvalho e Mello, para Gomes Freire de Andrada” Lisboa, 21 de setembro de 1751, para servir de suplemento às instruções que lhe foram enviadas sobre a forma da execução do tratado Preliminar de Limites assinado em Madrid a 13 de janeiro de 1750, in: Marcos Carneiro de Mendonça, *O Marquês de Pombal e o Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960, p. 188.

estabelecida a anulação de Madri pelo Tratado de El Pardo, firmado entre os reis de Portugal, D. José I, e da Espanha, D. Carlos III.⁹⁴ Com o estabelecimento do Tratado de El Pardo, as disposições do Tratado de Madri (1750) foram anuladas, deixando em suspenso as questões de limites no Brasil:

Voltava-se, assim, pelo menos em teoria, às incertezas da divisão de Tordesilhas, tão desrespeitada no terreno quão alterada por acordos posteriores. Na prática nenhuma nação pretendia renunciar a suas conquistas territoriais ou a seus títulos jurídicos.⁹⁵

Segundo Goes Filho, o Tratado de El Pardo representou uma pausa nas disputas de limites, uma trégua entre as duas Coroas até que, em momento mais propício, pudesse ocorrer um novo ajuste, não significando o fim das disputas territoriais. Estas prosseguiram por mais dezesseis anos antes de se chegar a um novo acordo. Logo após a assinatura do Tratado de El Pardo, a formação do *Pacto de Família* e a *Guerra Fantástica* tinham resultado, para a zona meridional da América Portuguesa, em mais instabilidade. A bem sucedida ofensiva de d. Pedro de Cevallos, em outubro de 1762, levara os espanhóis à (re)conquista, pela força militar, da Colônia, que os portugueses tinham se comprometido a entregar em 1750 mas que não haviam desocupado até então.

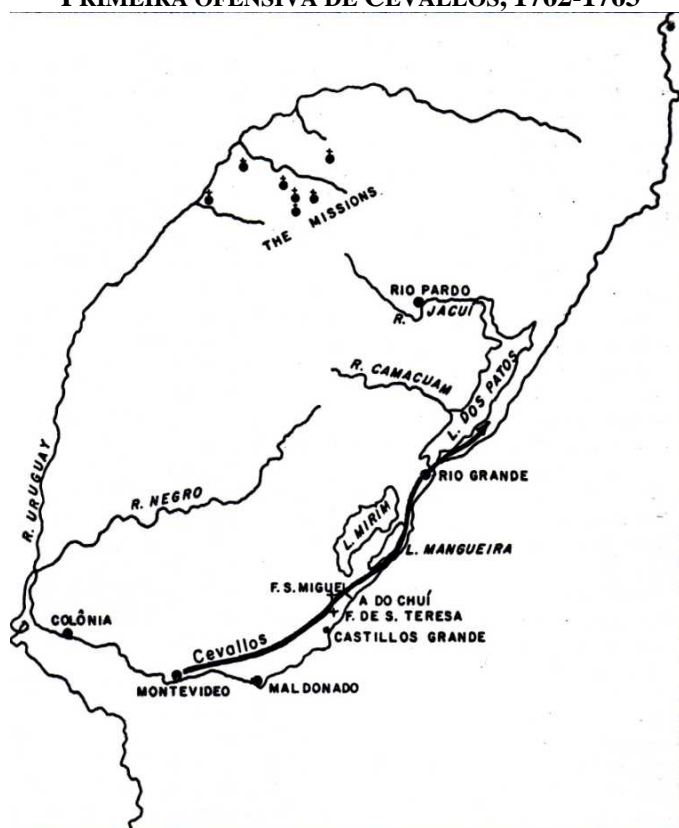
Uma tentativa de reconquista luso-britânica foi posta em curso, em 6 de Janeiro de 1763: 9 navios e 500 soldados foram enviados a Sacramento na tentativa de reconquista, afinal rechaçada por Cevallos. O contra-ataque espanhol custou caro à Coroa portuguesa: o governador de Buenos Aires, com uma tropa de 1000 homens, atacou o Rio Grande de São Pedro, tomando-o em 24 de Abril.⁹⁶

⁹⁴ Sobre o fim do Tratado de Madri e a assinatura de El Pardo ver, Synesio Sampaio Goes Filho, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas...*, p. 192.

⁹⁵ Synesio Sampaio Goes Filho, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas...*, p.193.

⁹⁶ Dauril Alden, *Royal government in colonial Brazil*, p. 96-97.

PRIMEIRA OFENSIVA DE CEVALLOS, 1762-1763



Map 6 The first Cevallos campaign, 1762-1763. (After Tasso Fragoso, *A Batalha do Passo do Rosário*, facing p. 66.)

Fonte: Dauril Alden, *Royal government...*, p. 98.

Assim, dois meses após a assinatura da Paz de Paris (1763) entre França / Espanha e Inglaterra / Portugal, o exército espanhol havia tomado o Rio Grande de São Pedro. “A fim de justificar tal invasão e ocupação, o único argumento do Governador Cevallos era de que nada havia recebido da Espanha sobre a adesão portuguesa ao convênio de Paris”.⁹⁷

Na ocasião, a ilha de Santa Catarina também fora invadida e o Rio Grande do Sul tomado, sendo anexada, ainda, a região dos Sete Povos, em 1763. Os espanhóis subiram da costa até o sangradouro da Lagoa dos Patos. A facilidade com que as tropas da Coroa espanhola avançaram no Sul deixou Pombal preocupado, levando-o a insistir junto à Inglaterra para que ela obrigasse a Espanha a manter na América do Sul o que tinha sido acordado na Paz de Paris. Ou seja, que os domínios portugueses não fossem mais invadidos e que os territórios ocupados fossem devolvidos pela Espanha.

⁹⁷ Chistiane Figueiredo de Mello, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças...*, p.123.

Contudo, a presença espanhola no Sul do Rio Grande do Sul estender-se-ia pelos treze anos seguintes:⁹⁸

A Paz de Paris, tecnicamente, foi projetada para restabelecer a posição *quo ante*, mas deixou espaço para interpretações do que havia sido estipulado com respeito em relação à América do Sul tanto para Espanha como para Portugal, segundo seus próprios interesses. A Espanha devolveu [a] Colônia do Sacramento, mas estabeleceu um bloqueio que tornou a vida de seus habitantes extremamente difícil.⁹⁹

* * *

Apesar de receber de volta a Colônia do Sacramento, as vantagens portuguesas com a Paz de Paris foram parcas, uma vez que outras áreas no Rio Grande permaneceram sob o domínio dos espanhóis e a intervenção inglesa na América Portuguesa tinha levado Portugal a uma maior dependência da Inglaterra, uma vez que a paz só foi possível com o seu auxílio.

Destarte, após a Paz de Paris, Pombal viu seus planos de fortalecer a Coroa lusa através do incentivo aos comerciantes portugueses serem abalados pela reafirmação da dependência inglesa. Esta conjuntura impôs maior cuidado em lidar com seu *aliado*. Mas as pretensões de Pombal não foram silenciadas: “e o primeiro desastre foi a planejada extensão do esquema de companhias monopolistas para a Bahia e para o Rio de Janeiro [...]. Os comerciantes ingleses queixavam-se de que tais instruções acabariam com seu comércio com o Brasil, de forma completa.” E as tensões diplomáticas entre Portugal e Inglaterra se viam ainda mais ameaçadas diante dos interesses econômicos de ambos os lados.¹⁰⁰

O resultado dessa situação, além da transferência da sede do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro, em 1763, consistiu numa série de outras medidas no sentido de garantir militarmente aquilo que tinha sido obtido pela diplomacia ou, o que dá no mesmo, pelo alinhamento ao lado da potência vitoriosa na Guerra dos Sete Anos. Entre tais medidas, exploradas mais detidamente adiante, destacam-se a nomeação de um novo Vice-rei para o Rio de Janeiro, a contratação de mercenários estrangeiros

⁹⁸ Sobre a invasão espanhola ao Sul da América Portuguesa em 1763, ver: Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal...*, p. 125. Para uma descrição detalhada dos acontecimentos de 1762-1763, ver: Dauril Alden, *Royal government in colonial Brazil...*, p. 96 ss.

⁹⁹ Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal...*, p. 134.

¹⁰⁰ Kenneth Maxwell, *A Devassa da Devassa. Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*, São Paulo, Paz e Terra, 2001, p. 58.

para reorganizar, disciplinar e uniformizar as tropas lusas na região Centro-Sul do Estado do Brasil, a progressiva incorporação das Capitânicas Hereditárias ainda existentes como Capitânicas da Coroa, os planos de reforma das guarnições militares do Rio de Janeiro, a unificação do comando das tropas lusas entre o Rio de Janeiro e a Banda Oriental, a ocupação da região meridional do Estado do Brasil por casais açorianos e a reunificação dos Estados do Maranhão e do Brasil, em 1774.

A Espanha também reagiu, *pari passu*, ao esforço pombalino de afirmação da presença militar da Coroa lusa na fronteira mais crítica dos domínios americanos das duas monarquias ibéricas. Em 1776, a criação do Vice-reino do Prata, com sede em Buenos Aires, fortaleceu a posição de d. Pedro de Cevallos, que voltou à ofensiva, reeditando os avanços de 1762-1763. Desta feita, contudo, Portugal já não saiu beneficiado pela vitória inglesa numa guerra sistêmica que arrastara a Espanha para o lado derrotado. Ao contrário, contava apenas com seus próprios recursos de poder, tropas e posições militares.

A vitória platina foi, uma vez mais, afirmada militarmente em Sacramento, na ilha de Santa Catarina, em parte do Rio Grande e nos Sete Povos das Missões. Para não perder a estratégica ilha de Santa Catarina, conquistada pelos espanhóis sob o comando de Cevallos, a Coroa lusa – já sob d. Maria I, desde 1777 – viu-se forçada a negociar a cessão, para a Espanha, de Sacramento e dos Sete Povos das Missões, além de parte do atual Rio Grande do Sul. Era o Tratado de Santo Ildefonso, de 1 de outubro de 1777. Embora se tratasse de um acordo preliminar de limites entre as duas Coroas, era o que restava a Portugal após a anulação de Madri e o fracasso das reformas militares do período pombalino diante da bem sucedida estratégia espanhola, enfim vitoriosa na fronteira meridional.¹⁰¹

* * *

A reorganização militar promovida por Pombal demonstrava o quanto ele estava atento ao contexto internacional no qual Portugal estava inserido. Ao abrir mão de sua neutralidade na Guerra dos Sete Anos e recusar a adesão ao *Pacto de Família*, Portugal se viu ameaçado no continente e em suas possessões coloniais, passando a buscar emergencialmente a ajuda militar inglesa.

¹⁰¹ Sobre o Tratado de Santo Ildefonso ver, Synesio Sampaio Goes Filho, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas...*, p. 193; e também: André Mansuy-Diniz Silva, “Portugal e o Brasil: A Reorganização do Império...”, p. 482.

A aliança com a Inglaterra, no entanto, não se deu de forma harmônica, uma vez que a criação das companhias de comércio do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba, somada ao projeto de estendê-las para Bahia e Rio de Janeiro, esbarrava nas pretensões comerciais inglesas.

A decisiva participação inglesa na Guerra dos Sete Anos e na Paz de Paris soou para Portugal como perigosos ventos que marcariam definitivamente a mudança dos rumos traçados por Pombal. A sua antiga aliada se tornara uma ameaça às possessões ultramarinas do Império. Mas, como afirma Maxwell, a

contínua e não-declarada guerra no sul, entretanto, é que iria ter o impacto mais imediato nas políticas de reforma de Pombal no Brasil. O colapso dos tratados de Madri em 1761 provocou uma grande ofensiva espanhola para expulsar os portugueses da Colônia do Sacramento e de terras que haviam povoado ao sul da ilha de Santa Catarina na década de 1750.¹⁰²

O medo gerado pela suposta ameaça externa levou a Coroa lusa a buscar reforçar o poder português na Costa Sul brasileira. Dentro deste contexto, a preocupação com o fortalecimento da cidade, ponto estratégico da principal colônia portuguesa do período, aumentou consideravelmente, e a capital foi então deslocada da Bahia para o Rio de Janeiro.

¹⁰² Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal...*, p. 134.

II. As artes de governar o Brasil no Período Pombalino

Nesta recíproca união de poder consiste essencialmente a maior força de um Estado, e, na falta dela, toda a fraqueza dele.¹⁰³

Identificar a diretriz central da Coroa lusa para os mais altos oficiais régios que serviram no Estado do Brasil entre 1750 e 1777 é o objetivo precípuo que este capítulo persegue, por meio de um estudo comparativo das administrações de Antônio Álvares da Cunha e de outros oficiais régios que lhe precederam e sucederam durante o período pombalino. Buscam-se identificar as rupturas e continuidades que marcaram os *modos de governar* dos representantes da Coroa lusa no centro-sul da América Portuguesa durante o terceiro quartel do século XVIII. Neste intuito, serão destacados alguns aspectos capazes de iluminar, sobretudo, os *objetivos* perseguidos pela administração pombalina em relação à sua principal possessão ultramarina: quem eram os homens escolhidos para tão destacadas funções? Quais as instruções que receberam e que análises fizeram sobre suas ações governativas no momento de retornar à Corte e colher os frutos de seu serviço à Coroa?

Assim, buscar-se-ão estabelecer conexões entre as ações dos seguintes oficiais régios: o governador Gomes Freire de Andrada, que não foi Vice-rei, mas governador do Rio de Janeiro, entre 1733 e 1763, tendo seu poder ampliado para outras regiões ao longo destas três décadas que precederam a transferência da capital; o 6º Conde dos Arcos, Vice-rei do Brasil entre 1754 e 1760; o 1º Marquês de Lavradio, que ocupou o cargo máximo do Estado do Brasil durante menos de um ano, em 1760; o Conde da Cunha, primeiro Vice-rei no Rio de Janeiro, que aqui ficou entre 1763 e 1767; e o 2º Marquês de Lavradio, Vice-rei do Brasil entre 1769 e 1779.

Como se procurou desenvolver no primeiro capítulo, uma hipótese de trabalho norteia e fornece os critérios da comparação: as principais medidas de Pombal em relação à América Portuguesa atendiam ao objetivo principal, ainda que não

¹⁰³ “Instrução Militar” passada para uso do Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, em 24 de janeiro de 1775, citada por: Marcos Carneiro de Mendonça, “O pensamento da metrópole portuguesa em relação ao Brasil”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 257, p. 43-61, out.-dez. 1963, p. 54.

exclusivo, de delimitar, defender e preservar as fronteiras com a América Espanhola, fortalecendo as defesas militares limítrofes do Estado do Brasil e de sua sede, o Rio de Janeiro, contra possíveis agressões externas. Por isso, serão contrastadas em especial as instruções régias delegadas a tais oficiais em relação à ocupação e fortificação dos territórios limítrofes entre as possessões lusas e espanholas na América. Serão comparadas, ainda, as medidas voltadas à organização das tropas lusas no Centro-Sul da América Portuguesa, bem como aquelas destinadas ao incremento das defesas e tropas do Rio de Janeiro, a partir de 1763.¹⁰⁴

Como *corpus* documental contamos com fontes primárias de cunho administrativo: em especial, a correspondência ativa e passiva de tais oficiais, produzida durante o período em que estiveram em postos-chave da governação lusa na América. Este tipo de fonte primária adquire relevância destacada para o estudo da atuação dos oficiais régios na América Portuguesa durante o período pombalino pois, como afirma Lourival Machado, “mesmo a ampla planificação de Pombal não se exprimira em estatutos legais básicos e gerais, tanto que devemos pesquisá-la preferentemente em cartas, instruções e relatórios.”¹⁰⁵

As cartas que serão aqui utilizadas como fontes privilegiadas têm, portanto, o valor analítico de um regimento, contendo as *instruções* do Conde de Oeiras aos seus subordinados, que costumavam ser enviadas logo após a nomeação. E, como explica Marcos Carneiro de Mendonça:

o que na administração de Pombal chamavam de instruções, antes eram Regimentos [...]. As chamadas Instruções, tanto vinham de Lisboa, como eram aqui passadas de governante para governante; sendo que as de Lisboa eram também denominadas ‘Cartas Instrutivas’. [...] Os Regimentos e Instruções vindos de Lisboa com os governantes que nos mandaram, e as Instruções e Relatórios – aqui organizados pelos governantes que se iam para o uso e orientação dos que aqui chegavam, constituí a espinha mestra ou, se quiserem, a linha mestra do pensamento da metrópole, em relação ao Brasil, quer tomada sob o ponto-de-vista geral, quer sob seus mais variados aspectos, como os políticos, os administrativos, os militares, os econômicos, os judiciários, e ainda os eclesiásticos ou das Religiões.¹⁰⁶

¹⁰⁴ As fronteiras entre a América Portuguesa e a Espanhola acima do Mato Grosso eram as menos conflagradas, embora também desprotegidas, além de estarem, durante o período de governação do Conde dos Arcos, sob a jurisdição do Estado do Maranhão, fugindo ao escopo deste trabalho.

¹⁰⁵ Lourival Gomes Machado, “Política e administração sob os últimos Vice-reis”, em: Sérgio Buarque de Holanda (dir.), *A época colonial: administração, economia e sociedade*, 12ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008, p. 421. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 1; v. 2).

¹⁰⁶ Marcos Carneiro de Mendonça, “O pensamento da metrópole portuguesa...”, p. 43-44.

Cabe ressaltar ainda que, ao analisar estes documentos, buscou-se atentar aos procedimentos retóricos que engendram. Encarando os discursos como *atos de fala* que buscavam fundamentar ações políticas, construir estratégias e legitimar posturas. Como forma recorrente de *persuasão*, tais documentos foram tratados como parte de um “arsenal erudito da cultura política”, importante na tessitura e formação do Estado.¹⁰⁷

Com isso, procuram-se considerar tais documentos no contexto em que foram produzidos, buscando perceber a que esquemas de raciocínio estavam ligados, investigando os contextos nos quais estavam inseridos, impondo-lhes limitações e possibilidades.¹⁰⁸ No que tange particularmente a tais correspondências de caráter oficial, trata-se de identificar aquilo que, nelas, obedece à própria lógica nobiliárquica do serviço no ultramar. Como ressalta Alden, os administradores lusos “estavam sempre ansiosos para persuadir a Coroa de sua própria devoção ao cargo e para se proteger contra possíveis acusações de má conduta” – o que, por vezes, passava por apontar os erros de outros oficiais régios, como era, aliás, incentivado pela própria Coroa como forma de controlar melhor seus próprios oficiais no ultramar, servindo como árbitro dos conflitos entre eles.¹⁰⁹

2.1. Trajetórias

No mundo de Antigo Regime da América portuguesa, Vice-reis e governadores entravam em cena com uma grande responsabilidade de serem os representantes mais diretos da vontade régia no ultramar português, e tinham como parte principal das suas atribuições a manutenção da justiça régia. Eram estes oficiais periféricos representantes do poder real em regiões dotadas, muitas vezes, de grande autonomia, uma vez que a grande distância destas províncias não permitia ao rei que

¹⁰⁷ Para a análise dos discursos na Época Moderna, ver Alcir Pécora, “Introdução”, in: Antônio Vieira, *Sermões*, São Paulo, Hedra, v. 1, pp. 11-25; João Adolfo Hansen, “A murmuração do corpo místico”, in: *A sátira e o Engenho. Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII*, São Paulo, Companhia das Letras; Secretaria de Cultura, 1989, pp. 71-142; Diogo Ramada Curto, *O discurso político em Portugal: (1600-1650)*, Lisboa, Projecto Universidade Aberta, 1988, pp. 143-241.

¹⁰⁸ Ainda sobre análise de discurso, ver: John G. A. Pocock, *Linguagens do ideário político*, Trad. de Fábio Fernandez, São Paulo, Edusp, 2003; Quentin Skinner, *Liberdade antes do liberalismo*, São Paulo, Unesp, 1998.

¹⁰⁹ Tradução livre de: Dauril Alden, *Royal government...*, p. 471 e nota 101.

as governasse pessoalmente.¹¹⁰ Desta forma, este *outro eu do rei* devia estar unido a ele por fortes laços de fidelidade, recebendo em troca benefícios, gratidão e mercês.¹¹¹ Contudo, estes mesmos laços de fidelidade e *amor*, que deviam fortalecê-los em sua governação, eram a todo tempo questionados e monitorados pelos demais poderes concorrentes a eles.

Governadores e Vice-reis eram então elementos fundamentais na tessitura de uma complexa rede política que servia como engrenagem para a administração das extensas possessões lusas. A presença destes agentes governativos na América Portuguesa, suas ações e práticas, e o contexto no qual estão inseridos, evidenciam quais eram os principais interesses e expectativas da Coroa lusa no período pombalino.

Assim sendo, a configuração das trajetórias administrativas e o contexto que envolveu o recrutamento dos oficiais régios – suas origens sociais, condição e critérios de escolha – são fatores que colaboram para esclarecer a governação lusa a partir da segunda metade do século XVIII.

O período pombalino foi marcado por um maior empenho e preocupação com as *qualidades* dos homens que estariam à frente da administração régia, entre eles os Vice-reis, nas várias regiões do Império. Contudo, as reformas pombalinas não alteraram muito o padrão tradicional de recrutamento dos Vice-reis do ultramar.¹¹²

De forma geral, o nome escolhido era selecionado por sua experiência militar e qualificada nobreza e fidalguia. Desde o final do século XVII, a política de nomeação desses oficiais régios, no entanto, passou a contar ainda com um progressivo aumento da importância da experiência acumulada nos serviços do ultramar.¹¹³

Não obstante, a origem desses homens continuou sendo um importante requisito para a escolha de Vice-reis e governadores, uma vez que “as reformas

¹¹⁰ Joel Serrão, *Dicionário de Portugal*, v. 4, Lisboa, Iniciativa, 1985.

¹¹¹ Ver Pedro Cardim. “Amor e Amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII”, *Lusitânia Sacra* (Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa), Lisboa, Tomo 11, 2ª série, 1999.

¹¹² Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo F. Monteiro. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: Mafalda Soares da Cunha, Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim (orgs.), *Optima Pars Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 213.

¹¹³ Sobre os critérios de recrutamento de Vice-reis e governadores-gerais, ver: Nuno Gonçalo F. Monteiro, “Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os Vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”, in: João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa, Maria Fernanda Bicalho (orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001; e Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, “Governadores e capitães-mores do império...”, 2005.

pombalinas não transformaram o padrão tradicional do exercício do poder no Império”.¹¹⁴ Mesmo depois do século XVII, eles continuavam a ser oriundos da primeira nobreza de Portugal, apesar de as nomeações passarem a ser mais comuns entre os filhos segundos. E, a partir da primeira metade do XVIII, torna-se mais evidente uma grande ligação entre o título condal e o Vice-reinado.¹¹⁵

No intuito investigativo de perceber mudanças e continuidades nas ações administrativas, principalmente de cunho militar, dos homens que estiveram à frente da governação da América Portuguesa durante o período pombalino, é de grande valia compreender quais eram as intenções da Coroa lusa na América Portuguesa no período anterior ao Vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha.

Dois oficiais régios foram incumbidos da importante e honrosa tarefa de ocupar o cargo máximo do Estado do Brasil na primeira fase do governo pombalino: D. Marcos José de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, que exerceu seu governo de 1754 a 1760; e seu substituto, D. Antônio de Almeida Soares e Portugal, o 1º Marquês de Lavradio, empossado em 9 de janeiro de 1760, que exerceu o cargo por apenas seis meses, devido ao seu falecimento em 4 de julho.

D. Marcos José de Noronha e Brito (1712-1768), o 6º Conde dos Arcos, era filho do primeiro matrimônio do 5º Conde dos Arcos, e tio da primeira mulher de Pombal. D. Marcos José de Noronha e Brito iniciou sua carreira militar em 1726, servindo como soldado num regimento de cavalaria da Corte, sendo promovido em Maio de 1734 a alferes e em Agosto de 1735 a tenente, no regimento comandado pelo Marquês das Minas, tornando-se anos mais tarde capitão. Contudo, sua carreira administrativa começa a tomar fôlego ao ser nomeado governador e capitão-general de Pernambuco em 12 de Novembro de 1745, passando três anos mais tarde a governar Goiás (4 de Setembro de 1748). Assim, ao ser nomeado o 7º Vice-rei e capitão-general do Brasil em 24 de junho de 1754, já havia acumulado experiências administrativas e militares em postos importantes, permanecendo no cargo até 1760.¹¹⁶

D. Antônio de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça e Melo (1701-1760), o 1º Marquês de Lavradio, era filho do 3º Conde de Avintes. Teve o título de Conde de

¹¹⁴ Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José na sombra de Pombal...*, p. 180.

¹¹⁵ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo F. Monteiro. “Governadores e capitães-mores do império...”, p. 215.

¹¹⁶ Sobre o 6º Conde dos Arcos, ver: Afonso Eduardo Martins Zúquete (dir. e coord.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, v. 2, Lisboa, Ed. Zairol, 2000, p. 290; Pedro Calmon, *História do Brasil*, v. 3, Rio de Janeiro, José Olympio Ed, 1959, p. 1045.

Lavradio concedido por D. João V em 17 de Janeiro de 1725, sendo mais tarde engrandecido com a elevação a Marquês, em 18 de Outubro de 1753, por D. José I. Senhor da vila do Lavradio, recebera a comenda de S. Pedro de Castelões na Ordem de Cristo (em atenção aos serviços de seu tio, o Cardeal D. Tomás de Almeida). Ao suceder seu pai na Casa dos Avintes, além do senhorio daquela vila recebera as comendas da Santa Maria de Lamas e S. Martinho Lordosa na Ordem de Cristo. Sua trajetória militar também era marcante, tendo sido capitão de infantaria e coronel do regimento de Elvas. Assim como Antônio Álvares da Cunha, passou pelo governo de Angola (1748-1753), sendo nomeado governador e capitão-general antes de se tornar Vice-rei do Brasil. Ocupou, ainda, os postos de coronel de infantaria na Corte e governador de Elvas, quando foi promovido a sargento-mor de batalha em 1757.¹¹⁷

Com uma vasta trajetória dentro do Império, o Marquês de Lavradio foi enviado para substituir o Conde dos Arcos, tomando posse em 9 de Janeiro de 1760, incumbido da importante tarefa de desterrar os jesuítas. Contudo, foi acometido de grave enfermidade, vindo a falecer seis meses depois. Devido ao curto período à frente da governação na América Portuguesa, não são atribuídas a ele grandes obras.

D. Antônio de Almeida Soares e Portugal foi o último Vice-rei instalado na Bahia. A América Portuguesa só recebeu outro Vice-rei em 1763, já com a sede transferida para o Rio de Janeiro. Antes da governação do Conde da Cunha, no entanto, outro oficial régio também merece destaque devido a sua importante atuação na América Portuguesa. Trata-se de Gomes Freire de Andrada, que apesar de não ser um Vice-rei deixou profundas marcas nos modos de governar desta parcela do Império luso.

Gomes Freire de Andrada (1685-1763) nasceu em Portugal; era filho de Bernardino Freire, destacado governador de S. Tomé, Peniche, Estremoz, Costa da Mina e Alentejo. Homem letrado, teve que interromper seus estudos na Universidade de Coimbra quando Portugal se envolveu na Guerra de Sucessão Espanhola, engajando-se no serviço militar como Sargento-mor de cavalaria do regimento de Alcântara, no qual serviu durante vinte e três anos (1710-1733). Com esta importante experiência militar, além das letras, o futuro Conde de Bobadela foi nomeado pelo rei

¹¹⁷ Sobre o 1º Marquês de Lavradio, ver: Afonso Eduardo Martins Zúquete (dir. e coord.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, v.2, Lisboa, Ed. Zairol, 2000, p. 678-679; Pedro Calmon, *História do Brasil*, v. 3, Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1959, p. 1046.

D. João V Governador do Rio de Janeiro (26 de Julho de 1733), assumindo o cargo em 10 de agosto de 1733.¹¹⁸

Em anos posteriores, D. João V o beneficiou consecutivamente com os governos de Minas Gerais, em 10 de janeiro de 1735; de São Paulo, em 25 de outubro de 1737; e de todo o Sul e Centro-Oeste, em 7 de maio de 1748. Assim, Gomes Freire permaneceu como o oficial régio mais poderoso do Centro-Sul da América Portuguesa por quase trinta anos.¹¹⁹ Este fato por si só chama atenção: foram quase três decênios de um governo que abrangia uma vasta jurisdição, correspondente aos territórios atuais do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, além da Colônia de Sacramento.

Logo após a morte de Gomes Freire de Andrada, foi enviado para a recém transferida capital no Rio de Janeiro o Vice-rei Antônio Álvares da Cunha. Sua trajetória pouco se diferenciava daquela de seus antecessores. Recebera o nome do avô D. Pedro Álvares da Cunha, 18º senhor de Tábua, e sucedeu a seu pai nos senhorios de Tábua, Cunha e Ouguela. Graças aos seus serviços no ultramar e ao seu casamento com a filha da Condessa de Val dos Reis, tornou-se o primeiro em sua família a ser agraciado com o título de Conde por D. José I em 15 de Março de 1760.¹²⁰

Sua trajetória foi marcada pela ocupação de cargos como: trinchante-mor da Casa Real, comendador de Almendra e Idanha-a-Nova, Deputado na Junta dos Três Estados, Mestre-Campo-General, Conselheiro de Guerra, Chefe de Artilharia em 1762, sem contar o fato de ter passado durante o período de vinte e dois anos pelos governos de Mazagão, Angola (1753-1758), ministro de Portugal na Corte de Paris (1759, cargo que não chegou a exercer) e, por fim, Vice-rei do Brasil.

Em período posterior ao Vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha, o Vice-rei do Estado do Brasil que governou por mais tempo no período pombalino foi D. Luís de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas (1769-

¹¹⁸ Roberto Macedo, “Gomes Freire, o Principal Comissário”, in: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 1, Rio de Janeiro, 1979, p. 95. Sobre a nomeação de Gomes Freire de Andrada para governador do Rio de Janeiro, ver: ANRJ, código 84 vol. 02. Carta de 24 de Julho de 1733.

¹¹⁹ Arthur Cezar Ferreira Reis, “Gomes Freire – Governante do Rio de Janeiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 259, p. 155-169, abril-junho 1963.

¹²⁰ Para maiores informações sobre a vida e trajetória de Antônio Álvares da Cunha, o Conde da Cunha, ver as obras: Afonso Eduardo Martins Zúquete (dir.), *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, história, nobiliarquia, numismática*, Lisboa: Edições Zairol, 2000, v. 2, p. 549; Joaquim Manuel de Macedo, *Suplemento do Ano Biográfico*, Rio de Janeiro, Typografia Perceverança, 1880, v. 1, p. 40-45.

1779), o 2º marquês do Lavradio. Sua administração à testa da governação portuguesa na América é tão importante que já se chegou a tratá-la como “comparável somente à de Bobadela, a quem possivelmente igualou tanto no espírito de iniciativa quanto no descortínio das questões públicas”.¹²¹

Assim como seus antecessores, o marquês de Lavradio possuía uma vasta carreira militar dentro do Império ultramarino. Havia sido armado cavaleiro em 1746, assentando praça no Regimento de Infantaria de Elvas. No ano de 1749 seguiu para Madri e, mais tarde, para Paris, onde teria estudado as artes militares e noções de fortificação. Doze anos mais tarde, em 1761, D. Luís de Almeida ascendeu ao posto de coronel-comandante do Regimento de Cascais.¹²²

Em meio à Guerra dos Sete Anos, liderou tropas na Campanha Peninsular de 1762. Sua eficaz participação lhe rendeu um dos postos mais altos da hierarquia militar, o de Brigadeiro. Homem de origem nobre, o 2º marquês do Lavradio casou-se, em 1752, com D. Mariana Teresa Rita de Távora, filha do 5º Conde de São Vicente, aparentado dos marqueses de Távora, acusados da tentativa de regicídio de D. José I em 1758.¹²³

Lavradio foi o quadragésimo quinto governador e capitão-general da Bahia de Todos os Santos. Nomeado em 25 de setembro de 1767, ocupou o cargo em 1768, tornando-se, no ano seguinte, Vice-rei do Estado do Brasil, cargo que ocupou até 1779.¹²⁴ Assim, a “origem familiar e a experiência militar encaixavam o marquês do Lavradio no modelo do administrador colonial.”¹²⁵

O percurso percorrido por estes oficiais régios nos permite perceber a manutenção de um forte caráter militar, que se via aliado a uma *memória*

¹²¹ Lourival Machado, “Política e administração sob os últimos Vice-reis...”, p. 409. A governação do marquês do Lavradio é também o objeto precípuo, por exemplo, da obra clássica de Dauril Alden, *Royal Government...*

¹²² Para maiores informações sobre a vida e a trajetória de D. Luís de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas (1769-1779), o 2º marquês do Lavradio, ver: Afonso Eduardo Martins Zúquete (dir.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1989, v.3, p.291-2; José d’Almeida Correia de Sá. *Vice-reinado de D. Luiz d’Almeida Portugal, 2º Marquês do Lavradio, 3º Vice-rei do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1942.

¹²³ Fabiano Vilaça dos Santos, “Mediações entre a fidalguia portuguesa e o Marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 48, 2004, pp. 301-329.

¹²⁴ Ver: *Auto de Posse do Marquês de Lavradio*, 4 de novembro de 1779, em Marcos Carneiro de Mendonça, *O Marquês de Pombal e o Brasil...*, p. 177; ver também, Dauril Alden, *Royal government in colonial Brazil...*, p. 6.

¹²⁵ Fabiano Vilaça dos Santos, “Mediações entre a fidalguia portuguesa e o Marquês de Pombal”..., p. 6.

administrativa, consubstanciada por uma ampla trajetória em altos cargos da burocracia nos domínios ultramarinos do Império português, traços marcantes para a seleção dos homens que serviam à Coroa lusa na sua mais importante possessão do século XVIII.

Assim, como se pode constatar, o recrutamento e a trajetória destes oficiais régios obedecem a uma lógica própria de Antigo Regime, matizada pelas necessidades específicas da Coroa naquele momento particular. Eram homens recrutados levando em consideração sua experiência militar e o desempenho de outras funções do governo, além de suas origens. Os oficiais que estiveram à frente do governo do Estado do Brasil no terceiro quartel do setecentos eram todos, portanto, membros de famílias nobres, atendendo a critérios de seleção nos quais a experiência acumulada e a origem nobre se faziam fundamentais.

2.2. Modos de Governar na América Portuguesa

No mesmo momento em que se tornava patente, para a Coroa lusa, no século XVIII, a importância cada vez mais destacada da América Portuguesa (e do Atlântico Sul) na constituição e conformação do Império, as possessões lusas no Novo Mundo se tornavam alvo de constantes ameaças de invasão, em especial o Estado do Brasil. A frágil situação de defesa da gigantesca área que correspondia à da América Portuguesa era um grande obstáculo às pretensões da Coroa de manter sua integridade territorial diante de um quadro complexo e tenso de relações internacionais, no qual Espanha, França e até mesmo a sempre *aliada* Inglaterra eram vistas como ameaças constantes.¹²⁶ Assim, a fragilidade das defesas da América Portuguesa já vinha sendo motivo de preocupação antes mesmo do período pombalino, tornando as reformas militares uma das maiores incumbências dos oficiais régios que lá estavam.

Em 1733, desembarca no Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrada, iniciando uma estadia que durou trinta anos e alcançou grande repercussão. Ao assumir o cargo, o governador se deparou com situações bem específicas: o auge da mineração e os conflitos no Prata tinham desviado o eixo de interesses da administração lusa para o Oeste e para o Sul da província.

¹²⁶ Ver: Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José na sombra de Pombal...*, 2006, p. 152-161; Synesio Sampaio Goes Filho, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*, São Paulo, Martins Fontes, 1999; e Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal...*, 1996.

No Sul do Estado do Brasil, o problema se mostrava mais latente, uma vez que os espanhóis apresentavam um grande obstáculo às pretensões expansionistas da Coroa portuguesa. Ao mesmo tempo, nas Minas, o cenário também não era dos melhores; havia um constante clima de insatisfação política, além dos descaminhos do ouro, que se mostravam um grande desafio ao controle administrativo – o que não era absolutamente uma novidade.

As tensões nas fronteiras entre os territórios das Coroas lusa e espanhola levaram o novo Governador, logo em seus primeiros anos de governo, a sugerir uma estratégia político-militar de unificação bélica, visando uma melhor organização da defesa desde a costa do Rio de Janeiro até a Colônia de Sacramento, manifestando a necessidade de uma centralização do comando militar.¹²⁷

As habilidades diplomáticas de Gomes Freire o aproximaram das delicadas questões de limites que movimentaram o cenário americano durante o século XVIII:

Com a proeminência de Sebastião José de Carvalho e Melo na direção dos negócios e dos domínios ultramarinos, em especial face à permanente necessidade de operacionalizar as resoluções do tratado de Madri (1750), reconhecido pelos seus méritos de bom estrategista e administrador, Gomes Freire deslocou-se para a região platina.¹²⁸

Em 23 de agosto de 1751, já na conjuntura pombalina, Gomes Freire de Andrada foi nomeado o *Principal Comissário* para as negociações que sucederam ao Tratado de Madrid, sobre a demarcação dos limites com as possessões espanholas no Sul do Brasil. Esta questão permaneceu prioritária durante o período da administração de Gomes Freire no Rio de Janeiro, que coincidiu com a administração do Conde de Oeiras no reino.

Em 21 de setembro de 1751,¹²⁹ por exemplo, Sebastião José de Carvalho e Melo enviou para Gomes Freire instruções sobre a execução do Tratado de Limites de 1750. A “primeira carta secretíssima” informava das negociações que haviam sido

¹²⁷ Como ficará evidente adiante, esta sugestão foi futuramente incorporada como política permanente da Coroa Portuguesa, sendo repetidamente reafirmada pelas “Instruções” pombalina aos vários Vice-reis da América Portuguesa.

¹²⁸ Caio Boschi, “Administração e administradores no Brasil pombalino...”,

¹²⁹ *Primeira carta secretíssima de Sebastião José de Carvalho e Melo, para Gomes Freire de Andrada, para servir de suplemento às instruções que lhe foram enviadas sobre a forma de execução do Tratado Preliminar de Limites, assinado em Madrid a 13 de janeiro de 1750.* Sebastião José de Carvalho e Melo a Gomes Freire, Lisboa, 21 de setembro de 1751. Arquivo Nacional (RJ), Correspondência da Corte com o Vice-reinado, códice 67, vol. 01, fundo D9. Há versão transcrita e publicada da carta em: Marcos Carneiro de Mendonça, *O marquês de Pombal e o Brasil...*, p. 179-189.

feitas pelas duas Coroas e buscava orientar o comissário em como proceder, alertando para o fato de serem os comissários espanhóis pouco confiáveis, fato que devia despertar a maior cautela nas demarcações. O primeiro ponto exposto na carta dizia respeito à entrega da Colônia do Sacramento, que devia ser acompanhada com muito cuidado, pois havia um “Plano” [sic] dos espanhóis a esse respeito, evidenciado desde as negociações do Tratado. Tratava-se, segundo o futuro marquês de Pombal, de introduzirem-se os espanhóis na Colônia, sob ordens da Coroa portuguesa, que teria em troca as ordens espanholas para a entrega das “aldeias da margem oriental do Uruguai”. Depois da ocupação de Sacramento, o governo espanhol, “capciosamente”, nas palavras do ministro português, deixaria a Coroa lusa “às presas com os Tapes sobre a entrega e a pacífica conservação das aldeias”.

E, quanto à Colônia do Sacramento, “depois que os espanhóis a ocupassem”, seria “para dela não sair mais”. Neste caso, a entrega da Colônia teria sido em vão e unilateral, pois caso os “tapes” das aldeias resistissem e os portugueses reclamassem, em nome disso, a anulação da troca devido à impossibilidade de receber sua parte na permuta, os espanhóis “responderiam facilmente, que era fato alheio; que El Rei Católico tinha satisfeito pela sua parte com as ordens da entrega, sendo tudo que havia prometido”. Assim, ficaria a cargo dos comissários portugueses desalojarem os índios, o que seria o mesmo que entregar uma praça sem receber o equivalente.

O segundo ponto tratado na “carta secretíssima” expunha o fato de ficarem as províncias do Brasil muito expostas a espanhóis que “pudessem internar por elas no futuro”, uma vez que cabia à Espanha, a partir do Tratado, o “privativo domínio do Rio da Prata e da navegação dele”, ao mesmo tempo em que se estipulou que a Coroa lusa não podia fazer fortificações “em nenhuma das fronteiras de Sua Majestade”, enquanto a Espanha haveria de ter “as fortalezas de Montevideú e da Colônia de Sacramento para se cobrir e segurar”. Por isso, esperava segurar a prorrogação do termo das mútuas entregas, para que houvesse tempo para negociar e para que se pudessem instruir os comissários.

Pombal alertava Gomes Freire no sentido de como proceder com os comissários espanhóis:

quão indispensável se faz toda a circunspeção e toda a cautela no modo de tratar com o comissário principal espanhol com a circunspeção que

persuada a que dele confia muito ao mesmo tempo em que nada se pode fiar da sinceridade das suas instruções.

Segue dizendo que o comissário devia documentar todos os seus passos em cartas ou ofícios e conferir com o comissário espanhol para que a Coroa lusa ficasse isenta de qualquer acusação de atrapalhar a execução do tratado de limites. Desta forma, Gomes Freire devia acompanhar bem de perto a execução do acordado em Madri, percebendo e informando à Coroa qualquer impossibilidade de evacuação das aldeias da margem oriental do Uruguai, ou quaisquer impedimentos que inviabilizassem sua conservação.

Todos os esforços deviam estar focados para “não largar da sua mão a praça da Colônia sem uma inteira segurança, não só de se entregarem as aldeias na margem oriental do Uruguai, mas de se entregarem de sorte que a essa Coroa fique conservado o domínio e posse delas incontestáveis e que da mesma sorte segue a demarcação das fronteiras que por aquela parte foi estipulada a S. Majestade sem que nisso haja malícia ou engano”. Sendo preciso que “haja caminhos seguros e praticáveis para que as ditas aldeias fiquem comunicáveis” com os outros lugares da costa do Brasil, pois de outra forma “não interessa um território que não se possa ir cultivar nem proteger em caso de ataque.”

Outro pedido feito a Gomes Freire foi o de tentar “desconectar a sinistra ideia com que o ministério espanhol estabeleceu a proibição de se fortificarem e povoarem as fronteiras”, devido à necessidade de manter nelas habitantes e comércio para poder conservá-las. A partir de então, Pombal defende a necessidade da povoação para garantir a segurança de tão importante possessão ultramarina: “E como a força e a riqueza de todos os países consiste principalmente no número e multiplicação da gente que o habita: como este número e multiplicação da gente se faz mais indispensável agora na raia do Brasil para a sua defesa em razão do muito que têm propagado os espanhóis nas fronteiras deste vasto continente, onde não podemos ter segurança sem povoarmos à mesma proporção as nossas províncias desertas que confinam com as suas povoadas [...]”. Para pôr em prática tal povoamento, Pombal esclarece ser necessário um esforço conjunto, no qual “reinícolas e americanos” fossem incentivados a ocupar as áreas limítrofes, sendo encorajada e incentivada também a ocupação pelos *Tapes*. Que estes últimos fossem encorajados para “viverem nos domínios de Portugal antes do que nos de Espanha”. Cibia ainda a essa política de

povoamento acabar com as diferenças entre portugueses e *Tapes*, incentivando inclusive os casamentos mistos. Outra importante cautela devia ser tomada quanto à escolha das “pessoas do governo” das novas povoações: era necessário que fossem homens de “religião, justiça e independência”, que estabelecessem a paz pública entre os habitantes, evitando a distinção e ridicularização dos *Tapes*.

Em uma segunda “carta secretíssima” escrita pelo futuro Marquês de Pombal a Gomes Freire, em de 21 de setembro de 1751, portanto com a mesma data da primeira, são destacados dois “perigos” que deviam ser observados com grande cautela e prudência pelo seu *principal comissário*.¹³⁰

O primeiro se referia ao fato de a direção das tropas de sua Majestade, responsáveis pela demarcação dos limites, não serem chefiadas por estrangeiros, que “não têm outro estímulo que não seja o do lucro do soldo”, o que significava um grande perigo devido à ameaça de “suborno”, que podia lesar a Coroa.

O segundo “perigo” se referia ao fato de os mesmos estrangeiros “voltarem para a Europa instruídos” da localização e da informação da pouca fortificação dos sertões. Uma vez que tais informações privilegiadas, conseguidas pelos estrangeiros durante o esforço de demarcação das fronteiras, podiam contribuir para acender ainda “mais a cobiça das diversas potências”, por se tratarem de informações “oculares e estas dos lugares onde se podem estabelecer as mesmas potências”.

Segundo o futuro Conde de Oeiras, as informações levadas pelos estrangeiros deixavam os sertões expostos a uma invasão, destacando que “teve o Brasil em segurança por mais de dois séculos, por ter sido impenetrável pelos estrangeiros”, o que ocorrera “não pela força”, mas pelo “segredo”. Para validar seu argumento, Conde de Oeiras explicita que desde o momento que o interior da América Espanhola foi conhecido “se estabeleceram nela franceses, ingleses e holandeses”.

Destarte, Pombal ressalta que para evitarem-se tais perigos era preciso que Gomes Freire estivesse à frente do esforço de demarcação dos limites, atentando para alguns cuidados: das três tropas marcharem sempre combinadas, onde portugueses acompanhassem de perto todos os movimentos de espanhóis e estrangeiros; e que o

¹³⁰ *Segunda carta secretíssima de Sebastião José de Carvalho e Melo, para Gomes Freire de Andrada, sobre os oficiais militares que se lhe enviaram, assim nacionais, como estrangeiros, com motivo da execução do Tratado de Limites.* Sebastião José de Carvalho e Melo a Gomes Freire, Lisboa, 21 de setembro de 1751. Versão transcrita e publicada da carta em: Marcos Carneiro de Mendonça, *O marquês de Pombal e o Brasil...*, p. 189-196.

“governo principal” de cada tropa coubesse sempre a um português, que devia também estar incumbido de “tudo o que pertencer à substância do negócio”.

O ministro português segue recomendando que os limites deviam ser demarcados “material e mecanicamente por cada uma das tropas” seguindo “a carta geográfica” remetida pela Coroa a Gomes Freire, ficando as operações reduzidas a “simples divisões topográficas, que se devem fazer por partes e lugares certos, determinados e prefixos”. E toda a operação devia ser posta em prática com grande cautela no trato com os estrangeiros, que deviam ser “empregados em parte e excluídos em parte”, sem que se levantasse a suspeita e desconfiança dos mesmos.

Com isso, as tropas que iam ocupar-se da demarcação das fronteiras deviam ser montadas de maneira que fossem lideradas sempre por portugueses, mesmo em caso de “mortes e falecimento”, nas quais não deviam ultrapassar o número de dois oficiais estrangeiros. Além do reduzido número, os oficiais estrangeiros não deviam nunca passar “da patente de tenente e ajudante para cima”, cabendo apenas aos comandantes de cada tropa as informações necessárias para poderem conferir as demarcações.

Segundo o Conde de Oeiras, se tomados estes devidos cuidados os perigos seriam neutralizados:

sendo cada uma das três tropas subordinadas inteiramente a um comandante português, sendo pouco em número os subalternos estrangeiros, e sendo estes sempre acompanhados por oficiais portugueses, que hão de informar o sobredito comandante de tudo que eles fizerem, não poderão facilmente extrair cartas topográficas e menos cartográficas, nem ainda formar relações dos países, sem que o comandante venha logo a ter conhecimento delas para os fazer repor e fechar na secretaria da sua comissão.¹³¹

Para que não levantassem suspeitas ou ocorresse qualquer “contestação desagradável”, fazia-se necessário estabelecer as seguintes ordens às tropas: “que nenhum oficial ou soldado de qualquer qualidade possa formar carta ou relação particular nos países a que se dirigir.” E que cada uma das tropas tenha livros “destinados e distintos, para se escrever em um o que pertencer à demarcação de limites na forma e que for concordado pelos dois respectivos comandantes”.

¹³¹ *Segunda carta secretíssima de Sebastião José de Carvalho e Melo, para Gomes Freire de Andrada, sobre os oficiais militares que se lhe enviaram, assim nacionais, como estrangeiros, com motivo de execução do Tratado de Limites.* Sebastião José de Carvalho e Melo a Gomes Freire, Lisboa, 21 de setembro de 1751. Versão transcrita e publicada da carta em: Marcos Carneiro de Mendonça, *O marquês de Pombal e o Brasil...*, p. 195.

Assim, a Coroa lusa procurava evitar que estrangeiros viessem depois das ditas demarcações a “vender manuscritos, ou publicar impressos, cartas e relações do sertão do Brasil”.

Por fim, uma última instrução é passada a Gomes Freire: que de maneira discreta fossem introduzidos nas tropas “bons sertanejos do país, daqueles que têm experiência de descobrimentos”, com “melhor conhecimento das terras minerais, para reconhecerem se há algumas desta qualidade nas terras que nos ficam pertencendo” e que se tome o cuidado de escolher homens de confiança que “guardem o segredo que observarem”.

Uma análise mais atenta das duas “cartas secretíssimas” enviadas por Sebastião José de Carvalho e Melo para Gomes Freire sobre as demarcações do Tratado de Madri ratifica, mais uma vez, quais eram as principais preocupações da Coroa em relação à América Portuguesa. As instruções enviadas demonstram a insegurança perante as intenções de seu vizinho espanhol, que já de longa data vinha pressionando suas fronteiras e ameaçando o domínio de seus territórios americanos, e o perigo constante de uma invasão estrangeira, fazendo-se necessário um grande cuidado com a defesa. Defesa esta que, nas palavras do futuro Marquês de Pombal, se tinha feito, até então, muito mais pelo *segredo* do que pela força militar.

O desempenho diplomático de Gomes Freire de Andrada foi alvo de muitas críticas disseminadas por seus adversários políticos. Contudo, a Coroa parece ter reconhecido o extremado empenho que colocou em sua função.¹³² Além das questões de limites da América Portuguesa, Gomes Freire de Andrada foi incumbido também de pôr em curso a determinação régia de expulsar os jesuítas dos domínios lusos em 1759.¹³³

Os jesuítas vinham sendo acusados de conspiração e más intenções em relação à Coroa, que, ao escrever ao Conde de Bobadela, em 4 de novembro de 1759, alertava-o para o perigo dos jesuítas insuflarem a população contra o governo, sendo necessário prudência no trato com os inacianos:

Eu em uma tal distância vos ponho diante dos olhos, como certa, que os ditos Regulares só não farão ao meu Real serviço, e interesses; a esse Estado, e ao

¹³² Nelson Costa, “Gomes Freire, Vice-rei”, em: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.225, Abril-Junho, 1962, p. 364. Sobre sua ação como diplomata nas fronteiras sul da América portuguesa ver também: Roberto Macedo, “Gomes Freire, o Principal...”, p. 69

¹³³ Arthur Cezar Ferreira Reis, “Gomes Freire...”, p. 157.

sossego público dele, o mal, que não poderem pela absoluta, e total impossibilidade de meios, e de comunicações, a que os reduzires: E não devendo ser inútil a lembrança do que tem sucedido nestes Reinos com os sobreditos Regulares contra tudo o que se devia esperar das pessoas por eles iludidas [...] para incutirem medos, onde acham espíritos capazes de neles fazerem impressão as suas ameaças; têm procurado iludir a credulidade das pessoas pias, e timeratas, para concitarem com elas sedições, e formarem partidos sequazes das suas horrorosas malícias.¹³⁴

Com isso, Gomes Freire uniu-se ao Vice-rei Conde dos Arcos num grande esforço governativo que buscava pôr fim à ação da Companhia de Jesus na América. Durante toda a governação do Conde dos Arcos, a *questão jesuítica* e o controle das populações indígenas tiveram grande destaque. Em carta régia datada de 1758, a Coroa ordenou ao arcebispado da Bahia a substituição das missões jesuíticas por vicariatos, a ser organizados por aquela instituição. No caso de resistência, El-rey afirmava:

No cazo em que os Religiosos, que actualmente adminstrão as ditas Paroquias, intentem despojal-as, como praticarão em algumas do Maranhão escandalosamente, não permittireis hum attentado tão estranho e tanto mais destituído de todo o pretexto para se colorar. [...] Assim he de esperar que o reconheção perante vós para cumprirem as vossas ordens ao dito respeito. Succedendo porem pelo contrario, fareis executar o que houveres determinado com o auxilio com que para este effeito vos mando eficazmente assistir pelo Governo desse Estado.¹³⁵

A organização das populações indígenas em villas, que já vinha sendo feita no Estado do Maranhão, passa a se tornar também uma preocupação no Estado do Brasil. Ao Conde dos Arcos foi recomendado, por carta régia, para que tomasse encargo do estabelecimento de um governo civil dos índios e o erguimento de “villas e logares”, no lugar das aldeias já estabelecidas, a fim de um maior controle e incentivo ao crescimento das populações locais:

Sou servido a ordenar-vos, que logo que receberes esta, façaes dar às sobreditas leis a sua devida e plenária execução, restituindo os Indios de todas as Aldeias desse Estado à inteira liberdade das suas pessoas, bens e commercio, na forma, que nellas tenho determinado: dando-lhes todo o favor e protecção de que necessitarem, até serem todos constituídos na mansa e pacifica posse das referidas liberdades: fazendo-lhes repartir as terras competentes por novas cartas

¹³⁴ Carta Régia ao Conde de Bobadela, em 4 de novembro de 1759. Ver: “Correspondência da Corte com o Vice-reinado”, *ANRJ*, fundo D9, códice 67, v. 1.

¹³⁵ Carta Régia de 8 de maio de 1758, in: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 31, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1913, p. 299.

de sesmaria, para a sua lavoura e commercio, nos districtos das Villas e Lugares [...].¹³⁶

O repúdio e a perseguição aos jesuítas encontrou seu ponto máximo na lei de 3 de setembro de 1759, na qual a Coroa lusa expulsou dos “seus Reinos e domínios os regulares da Companhia de Jesus”. Os membros da Companhia, a partir de então, foram tidos oficialmente como “notórios rebeldes, traidores, adversários e agressores” que agiam contra a paz do Reino e de seus domínios, passando a ser deportados, em sua grande maioria, para os Estados Pontifícios.¹³⁷

As medidas governativas tomadas pelo Conde dos Arcos, em seguimento às ordens da Coroa, demonstravam prudência e desconfiança em relação aos padres jesuítas, fazendo se concentrar ainda mais naquela que havia sido uma grande preocupação durante todo seu vive-reinado: o reforço da defesa. Uma série de ações foi posta em prática visando à melhoria da defesa e à organização do território. O Conde Vice-rei buscou fardar suas tropas e melhor equipá-las, assim como reformou algumas fortalezas e edificou outras, como o fortim Rio Vermelho.¹³⁸

Cabe destacar, ainda, que as medidas tomadas pelo Vice-rei Conde dos Arcos buscando diminuir o controle dos jesuítas sobre as populações indígenas, eram vistas, desde pelo menos o início da década, como elementos estratégicos para a povoação das fronteiras.

Destarte, a preocupação com a defesa da colônia, que datava de antes do período pombalino, viu-se reforçada neste, seja com medidas efetivas em relação a tropas, fortalezas, ou em ações extremas que buscavam afastar aqueles elementos que podiam apresentar riscos maiores ao controle luso sobre suas possessões. Assim, ao deixar o posto em 1760, o Vice-rei Conde dos Arcos foi substituído pelo Marquês de Lavradio, escolhido e enviado para continuar o legado de seu antecessor. Contudo, tendo vindo “incumbido de desterrar os jesuítas, foi o último Vice-rei instalado na Bahia.

¹³⁶ Carta Régia dirigida ao Vice-rei Conde dos Arcos, em 19 de maio de 1759, in: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 31, Rio de Janeiro, Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1913, p. 336.

¹³⁷ Ver: Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José na sombra de Pombal...*, 2006, p. 137.

¹³⁸ Ver Pedro Calmon. *História do Brasil*, vol. 3, Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1959, p. 1045. Coube ainda ao Conde dos Arcos impor o subsídio para a reconstrução de Lisboa. Cf. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Diogo de Mendonça Corte-Real, de 14/05/1756. In: Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, v. 2, tomo IV, Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp, 1981, p. 248.

Empossou-se em 9 de janeiro de 1760, mas, gravemente enfermo, faleceu logo em 4 de julho.”¹³⁹

Nos três anos seguintes, o Estado do Brasil permaneceu sem Vice-rei. Durante este período, a intensificação das tensões no Sul e as ações militares comandadas por Gomes Freire de Andrada, que tinha a tutela de boa parte das Capitanias do Sul, contribuíram para destacá-lo como um nome cotado para assumir o cargo de Vice-rei do Brasil. Seus serviços já lhe tinham rendido, além do título de Conde de Bobadela e de um retrato no Senado da Câmara, o cognome de “*Pai da Pátria*, dado pelo povo”.¹⁴⁰ Contudo, Gomes Freire de Andrada não chegou a assumir o Vice-reinado devido a seu falecimento, em 1 de Janeiro de 1763.¹⁴¹

Pelo próprio modo que se despediu da vida o simpático patricio Conde de Bobadela, cumpriu ele de todo a promessa que fizera, em 10 de Abril, ao agradecer a nomeação de Vice-rei, e varias graças e favores feitos a ele, pelo rei e pelo ministro, na pessoa de seu irmão [...].¹⁴²

Devido ao grande envolvimento de Gomes Freire com as tensões no Sul da América Portuguesa, difundiu-se a hipótese de que seu falecimento teria sido fruto do desgosto diante da notícia, em 5 de dezembro de 1762, de considerar-se perdida a Colônia de Sacramento, região que tanto lutara para conservar: “foi sua ação no Sul, referente à Colônia de Sacramento, que lhe deu especial projeção, a par de muitas contrariedades, que culminaram no desgosto fatal de perda daquela praça.”¹⁴³

Com a morte do Conde de Bobadela não se concretizou sua possível governação como Vice-rei do Estado do Brasil. Contudo, “apesar de nunca ter sido Vice-rei, Gomes Freire exerceu sua jurisdição sobre uma parte do Brasil mais extensa do que a abrigada pelos Vice-reis da Bahia.”¹⁴⁴

¹³⁹ Cf. Pedro Calmon, *História do Brasil*, vol. 3, Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1959, p. 1046.

¹⁴⁰ Nelson Costa, “Gomes Freire, Vice-rei”, em: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.225, Abril-Junho, 1962, p. 364.

¹⁴¹ Vale registrar a controvérsia sobre se Gomes Freire de Andrada teria ou não sido convocado para se tornar Vice-rei do Brasil, que data, pelo menos, da década de 1960, em: Arthur Cezar Ferreira Reis, “Gomes Freire – Governante do Rio de Janeiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 259, abril-junho 1963, p. 159.

¹⁴² Francisco Adolfo Varnhagen, *História Geral do Brasil*, v. 4, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1959, p. 233-234, apud Roberto Macedo, “Gomes Freire...”, p. 92.

¹⁴³ Nelson Costa, “Gomes Freire, Vice-rei”, em: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.225, Abril-Junho, 1962, p. 363-364.

¹⁴⁴ Russell-Wood, *Um mundo em movimento; os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Lisboa, DIFEL, 1998, p. 109.

Durante os trinta anos em que o governador Gomes Freire prestou serviços para a Coroa lusa no Estado do Brasil, suas ações estiveram pautadas, em grande parte, pelo reforço das defesas, seja nas demarcações das fronteiras, nas tensões referentes à Colônia do Sacramento ou nas estratégias de melhoria dos quadros militares. As ações do Conde de Bobadela o destacaram com grande estrategista e homem de governo, cujas obras só se compararam, mais tarde, às do 2º Marquês de Lavradio.

No mesmo mês do falecimento do Conde de Bobadela, janeiro de 1763, foi enviado como Vice-rei do Estado do Brasil, agora com sede no Rio de Janeiro, Antônio Álvares da Cunha, no qual permaneceu durante os anos de 1763 a 1767 e que será examinado adiante.

No final do período do Vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha, o Conde de Oeiras passa a sistematizar suas ações governativas em relação à América Portuguesa, dando início a uma política mais efetiva de defesa das fronteiras e militarização da colônia. Segundo Romero Magalhães, foi a partir de 1760 que “pode começar a falar-se com rigor de uma política ‘pombalina’ para o Brasil.” Sendo nomeados por Pombal homens de governo da sua confiança como, “a partir da nomeação do Conde da Cunha (1763-1767) como Vice-rei e, sobretudo, com a do Marquês de Lavradio, em 1767 para a Bahia – Lavradio que reverenciava o Conde de Oeiras sem pudor.”¹⁴⁵

Entre os Vice-reis do Estado do Brasil escolhidos pela Coroa lusa no período pombalino, a nomeação do 2º Marquês de Lavradio talvez seja a mais instigante. Muito se tem cogitado sobre a relação entre Pombal e Lavradio: seu biógrafo e sucessor, o 7º Marquês de Lavradio, relata que a indicação do 2º Marquês do Lavradio para o governo da Bahia ocorreu para afastá-lo da Corte, devido ao *ciúme* de Pombal ao vê-lo indicado por D. José I para ser preceptor de seu neto.¹⁴⁶ No entanto, Dauril Alden argumenta que o prestígio do 2º Marquês de Lavradio na Corte e suas vinculações familiares contribuíram para sua nomeação e governação como governador da Bahia e seu Vice-reinado no Estado do Brasil.¹⁴⁷

¹⁴⁵ Ver: Joaquim Romero Magalhães, “Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia no Brasil,” em: Seminários de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004, Lisboa. Disponível em: <[HTTP://www.ics.ul.pt/agenda/seminarios/historia/Joaquimromero.pdf](http://www.ics.ul.pt/agenda/seminarios/historia/Joaquimromero.pdf)>. Acesso em: 30 de Agosto de 2007, p. 14.

¹⁴⁶ José de Almeida Correia de Sá, *Memórias do Conde do Lavradio: D. Francisco de Almeida Correia de Sá: 1858 a 1865*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1943, 306 p.

¹⁴⁷ Fabiano Vilaça dos Santos, “Sociabilidade de Pares: relações cortesãs em torno do Marquês do Lavradio”, *Anais do X Encontro Regional de História - ANPUH-RJ História e Biografias*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - 2002. Disponível em: <www.rj.anpuh.org/Anais/2002/.../Santos%20Fabiano%20V.doc>. Acesso em: jul.2007. Ver também, do mesmo autor, “Mediações entre a fidalguia

Seja como for, as instruções de Pombal em relação ao governo do Brasil durante o Vice-reinado do 2º Marquês de Lavradio seguiram aquilo que parece ter sido o padrão sistematizado desde Gomes Freire. Dois documentos, já muito divulgados pela historiografia, permitem analisar de forma privilegiada as diretrizes que lhe foram recomendadas para execução durante os dez longos anos de sua governação.¹⁴⁸ A “Carta de Instruções” enviada pelo Conde de Oeiras ao 2º Marquês de Lavradio, em 14 de abril de 1769, por exemplo, passava “secretíssimas e cabais instruções” nas quais as ações militares e as intermináveis tensões no Sul se destacavam, demonstrando a grande atenção dispensada pela Coroa lusa a esse assunto.

Cumprindo uma estratégia recorrente durante todo o período de sua governação, Pombal envia ao novo Vice-rei do Estado do Brasil, o 2º Marquês de Lavradio, “cartas instrutivas” contendo orientações minuciosas de como proceder. Logo em suas primeiras linhas, Pombal destaca aquele que seria “o maior e mais importante interesse” da Coroa lusa: a “segurança e conservação da praça do Rio de Janeiro em seu estado respeitável”. Era fundamental que o novo Vice-rei criasse meios para “que cubra e proteja aquela capitania; e que desengane a cobiça dos que sabemos que têm vastas e ambiciosas ideias contra ela”.¹⁴⁹

As *secretíssimas e cabais instruções* a serem seguidas por Lavradio estavam organizadas em um conjunto de quatro cartas, todas a mesma data, 14 de abril de 1769. Estas, além das orientações sobre as medidas governativas a serem postas em prática, informavam também das estratégias implementadas no período dos Vice-reinados que o antecederam. Entre elas estavam nove cartas que continham as instruções enviadas ao Conde da Cunha.

Os assuntos tratados nas instruções dos antecessores do 2º Marquês de Lavradio conformam um grande conjunto de medidas de aspecto principalmente militar, como o envio, organização, criação e distribuição dos regimentos, a formação e recrutamento

portuguesa e o Marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 48, pp. 301-329, 2004.

¹⁴⁸ Os documentos destacados, que tratam do Vice-reinado do Marquês de Lavradio, estão publicados, Ver: *Carta de Instruções enviada pelo Conde de Oeiras ao Marquês de Lavradio*, em 14 de abril de 1769, em: Marcos Carneiro de Mendonça, *O Marquês de Pombal e o Brasil...*, p. 4 e 31; *Relatório do Marquez do Lavradio, Vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza*, que o sucedeu no Vice-reinado, em 19 de julho de 1779, *Revista do IHGB*, vol. 4, Rio de Janeiro, p. 409-486, 1842. Ver também, Lourival Machado, “Política e administração sob os últimos Vice-reis...”, p. 409.

¹⁴⁹ *Carta de Instruções enviada pelo Conde de Oeiras ao Marquês de Lavradio*, em 14 de abril de 1769, em: Marcos Carneiro de Mendonça, *O Marquês de Pombal e o Brasil...*, p. 4 e 31.

de tropas e oficiais, a disciplina dos soldados, entre outros. Através da troca de experiências vividas por outros oficiais régios, a Coroa buscava colocar o Vice-rei a par de suas intenções para aquela que era a sua principal possessão ultramarina. Este procedimento típico parecia colaborar para a formação de um tipo de *memória administrativa*, tendo a função, neste caso em particular, de apontar os caminhos a serem seguidos por Lavradio.

Assim, pode-se perceber que eram os Vice-reis instrumentos privilegiados de “poder e conhecimento” que, inseridos no interior de “redes”, transformavam-se em “centros de transmissão e produção de poder e saberes”. Eram homens que propiciavam a circulação de informações privilegiadas pelo imenso Império Português. Através de instruções, registros e cartas, as informações circulavam, sendo produzidas em diferentes níveis da administração colonial portuguesa. “Os circuitos de oficiais régios que movimentavam a governação portuguesa tornaram possível a acumulação e a circulação de informações essenciais para o acrescentamento político e material dos interesses portugueses”.¹⁵⁰

As instruções enviadas ao 2º Marquês de Lavradio não diferiam em muito das de seus antecessores: em suas raízes estavam problemas que perpassaram todo o período pombalino. Os ingleses continuavam sendo alvo das atenções e preocupações da Coroa lusa, apesar de se manterem até aquele momento como um perigo “somente figurado”. A possível aliança entre jesuítas e ingleses também não tinha sido descartada: Conde de Oeiras continuava a apontar os jesuítas e os ingleses como “os principais inimigos a serem confrontados”, argumentando inclusive para as possíveis infiltrações de ambos dentro da sociedade colonial.¹⁵¹

A preocupação com o contrabando também ocupou lugar de destaque nas instruções enviadas ao Marquês de Lavradio. O Conde de Oeiras lembrava a Lavradio que o contrabando representava um grande perigo aos cofres da Coroa, tendo sido “o verdadeiro espírito da carta instrutiva que S. Majestade mandou expedir ao Conde da Cunha, na data de vinte e seis de junho do ano de mil setecentos setenta e sete [...]”.¹⁵²

¹⁵⁰ Maria de Fátima Gouvêa, Gabriel Almeida Frazão e Marília Nogueira dos Santos, “Redes de poder e conhecimento no governo do Império português (1688-1735)”, *Topói*, Rio de Janeiro, UFRJ/7 letras, v. 5, nº 8, 2004, p. 102.

¹⁵¹ *Carta de Instruções enviada pelo Conde de Oeiras ao Marquês de Lavradio*, em 14 de abril de 1769, em: Marcos Carneiro de Mendonça, *O Marquês de Pombal e o Brasil...*, p. 31-35.

¹⁵² Idem, *ibidem*, p. 36.

Frente ao contrabando e aos perigos de invasões constantes, as instruções esclareciam ser necessárias medidas para fortalecer a defesa, “fazendo ver aos nossos até agora figurados inimigos, que não lhes seriam tão fáceis como eles cuidavam: ou para nos casos delas, resistirmos aos seus iníquos e cobiçosos atentados.”¹⁵³

Na última carta de instruções, o Conde de Oeiras buscou esclarecer os “meios e modos com que S. Majestade tem ordenado que os Capitães-Generais do Rio de Janeiro e São Paulo se devem conduzir em causa comum a respeito dos nossos infectos vizinhos Castelhanos”, uma vez que representavam naquela altura um perigo igual ao dos jesuítas. Sendo assim, era necessária muita cautela para não se deixar enganar por eles. A carta seguia lembrando as tensões, os embates e os enormes prejuízos causados por eles (castelhanos e jesuítas) à Coroa lusa, tanto na disputa por Sacramento quanto em relação à ocupação do Rio Grande:

É certo que os mesmos Castelhanos e Jesuítas, seus sócios (ou sobre eles dominantes), fingindo ignorarem que a dita paz se achava concluída, foram invadir o Rio Grande de São Pedro e o seu território, que perfidamente ocuparam e estão ocupando até o dia de hoje.¹⁵⁴

Dando um panorama geral de sua governação, o “Relatório do Marquez do Lavradio”, entregue ao seu sucessor Luiz de Vasconcelos e Souza, também se revela de suma importância, uma vez que neste documento Lavradio procurava prestar contas das medidas governativas que havia posto em andamento. Em seu “Relatório”, Lavradio segue o padrão de ressaltar o reto cumprimento de todas as instruções enviadas pela Coroa. O que é digno de nota, contudo, é que, também neste documento, estavam mais uma vez “em primeira linha de conta os problemas militares do sul, sempre presentes”, e recrudescidos “com inesperado vigor”, devido à recente ofensiva militar de d. Pedro de Ceballos, sob as ordens de Floridablanca.¹⁵⁵

Assim como ocorrera com o Conde da Cunha, o relatório de *prestação de contas* de Lavradio destacava “o estado deplorável em que encontr[ara] as fortificações da

¹⁵³ Marcos Carneiro de Mendonça, *O Marquês de Pombal e o Brasil...*, p. 120.

¹⁵⁴ *Carta de Instruções enviada pelo Conde de Oeiras ao Marquês de Lavradio*, em 14 de abril de 1769, em: Marcos Carneiro de Mendonça, *O Marquês de Pombal e o Brasil...*, p. 168.

¹⁵⁵ Lourival Gomes Machado, “Política e administração sob os últimos Vice-reis”, em: Sérgio Buarque de Holanda (dir.), *A época colonial: administração, economia e sociedade*, 12ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008, p. 410 (História Geral da Civilização Brasileira; t. 1; v. 2).

capitania” e as realizações e reformas que teve de empreender, tanto quanto a criação e reorganização dos corpos e regimentos.¹⁵⁶ Por isso,

ainda que a S.M. tenha o Conde da Cunha dado conta de ter formado quatro terços de infantaria auxiliar nesta capital, e que estavam em muito boa ordem e disciplina, os quais nunca existiram senão na imaginação do Conde, que se contentou com a nomeação de Mestres-de-Campo, Sargentos-Mores e Ajudantes, e de chamar em multidão estes povos, mandando formar delles umas relações que nunca apareceram, nem se registraram, e finalmente sem se ter formado nem uma só companhia [...].¹⁵⁷

Como de costume, desmerecia a governação anterior e engrandecia seus feitos. O Marquês de Lavradio escreve, ainda, sobre a utilidade da conservação de corpos e terços e seu caráter disciplinador, atentando para a criação de terços auxiliares e ordenanças:

Estes povos em um paiz tão dilatado, tão abundante, tão rico; compondo-se a maior parte dos mesmos povos de gentes de peor educação, de um caráter o mais libertino, como são negros, mulatos, cabras e mestiços, e outras gentes semelhantes, não sendo sujeitos mais que ao Governador e aos magistrados, sem serem primeiros separados e costumados a conhecerem mais junto, assim outros superiores que gradualmente vão dando exemplo uns aos outros da obediência e respeito, que são depositários das leis e ordens do Soberano, fica sendo impossível o poder governar com socego e sujeição a uns povos semelhantes.¹⁵⁸

Assim, também o Marquês de Lavradio teve seu Vice-reinado marcado pelas ações militares, principalmente no que se refere ao Sul. Ao final de sua governação, apontava sugestões sobre como resolver o problema das defesas militares da América Portuguesa e acusava seu antecessor de ter feito muito pouco em relação a isso, menos até do que tinha afirmado que fizera. Além de ser uma recorrência na correspondência de quase todos os Vice-reis e oficiais régios que lhe precederam, tal procedimento do marquês de Lavradio era uma forma, também, de se isentar de responsabilidade sobre a derrota recente para os espanhóis, que tinha custado a Portugal não só a Colônia de Sacramento, mas também parte do Rio Grande, os Sete Povos das Missões e a ilha de Santa Catarina (depois retomada, no Tratado de Santo Ildefonso, como foi apontado

¹⁵⁶ *Relatório do Marquez do Lavradio, Vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza*, que o sucedeu no Vice-reinado, em 19 de julho de 1779, *Revista do IHGB*, vol. 4, Rio de Janeiro, p. 409-486, 1842.

¹⁵⁷ *Relatório do Marquez do Lavradio...*, p. 418.

¹⁵⁸ *Relatório do Marquez do Lavradio...*, p. 424.

no capítulo anterior). Por isso mesmo, as obras para a defesa do Rio de Janeiro não cessariam, demarcando antes uma continuidade nos períodos mariano e joanino.¹⁵⁹

A proeminência das questões militares na administração da América Portuguesa durante o período pombalino pode ser cotejada ainda de outro modo. Como já foi destacado no início deste capítulo, com base nos trabalhos de Lourival Machado e Marcos Carneiro de Mendonça, as reformas pombalinas para a América não se explicitam ao pesquisador por meio de documentos legais, mas principalmente por meio de “cartas, instruções e relatórios”,¹⁶⁰ análogos, no período em tela, ao que “antes eram Regimentos”.¹⁶¹

Em tais documentos é que Marcos Carneiro de Mendonça identifica, desde 1771, a recorrência do que ele chama de um *slogan*: uma espécie de *um por todos e todos por um* que representa, de certo modo, a *oficialização* das sugestões de Gomes Freire quanto à unificação das tropas do Centro-sul do Estado do Brasil. Em sua forma mais acabada, tal *slogan* aparece por volta de meados da década, como exemplificado no trecho da “Instrução Militar” que serviu de epígrafe a este capítulo:

Todas as Colônias Portuguesas são de S. Maj. e todos os que as governam são Vassallos seus: e nesta inteligência tanta obrigação tem o Rio de Janeiro de socorrer a qualquer das Capitânicas do Brasil, como cada uma delas de se socorrerem mutuamente, umas às outras e ao mesmo Rio de Janeiro, logo que qualquer das ditas Capitânicas for atacada ou ameaçada de o ser: sendo certo que nesta recíproca união de poder consiste essencialmente a maior força de um Estado, e, na falta dela, toda a fraqueza dele.¹⁶²

* * *

O século XVIII foi marcado por intensas disputas de poder entre as grandes potências européias (França e Inglaterra), alterando profundamente o cenário internacional e impondo rearranjos e realinhamentos aos países ibéricos, que se colocaram em lados opostos da disputa. A Europa passou a estar constituída por monarquias muito mais poderosas e capazes de desenvolver atividades coordenadas, tornando a paz entre elas ainda mais incerta.

¹⁵⁹ Lourival Gomes Machado, “Política e administração sob os últimos Vice-reis...”, p. 410.

¹⁶⁰ Lourival Gomes Machado, “Política e administração sob os últimos Vice-reis”, em: Sérgio Buarque de Holanda (dir.), *A época colonial: administração, economia e sociedade*, 12ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008, p. 421. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 1; v. 2).

¹⁶¹ Marcos Carneiro de Mendonça, “O pensamento da metrópole portuguesa...”, p. 43-44.

¹⁶² “Instrução Militar” passada para uso do Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, em 24 de janeiro de 1775, citada por: Marcos Carneiro de Mendonça, “O pensamento da metrópole portuguesa...”, p. 54.

O alinhamento de Portugal à Inglaterra, que sai vitoriosa da Guerra dos Sete Anos, deixa o Império português mais vulnerável, principalmente em relação às suas possessões ultramarinas. A partir de então a Coroa se colocou em constante estado de alerta, principalmente em relação à América, que tinha se tornado sua principal fonte de recursos.

A percepção de um constante perigo de invasão estrangeira perpassa todo o período pombalino, refletindo diretamente nas instruções enviadas pela Coroa aos diversos oficiais régios que estiveram envolvidos no governo do Estado do Brasil. O acompanhamento destas instruções ao longo do período é instrumento adequado para cotejar as intenções da Coroa lusa em relação à América Portuguesa.

No período pombalino se consolidou a ideia de que o eixo do Império português tinha se deslocado do oceano Índico para o Atlântico, transformando a América Portuguesa na principal fonte de recursos da Coroa lusa, tornando fundamental sua defesa. Pombal, ao perceber a importância da centralização e unificação militar sob o comando do Rio de Janeiro, sugerida por Gomes Freire de Andrada ainda na primeira metade do século XVIII, se empenhou em fazê-lo para proteger e fortificar as ameaçadas Capitânicas do Sul, promovendo uma reorganização militar na colônia.

A análise diacrônica das instruções régias a sucessivos oficiais régios que serviram à Coroa no Estado do Brasil serviu para demonstrar continuidades e tensões marcantes quanto às questões militares. Talvez o melhor aspecto para evidenciar este argumento seja o papel militar desempenhado pelo Rio de Janeiro nesta conjuntura. Para ilustrar este aspecto, pode-se recorrer a uma continuidade marcada durante a governação dos três oficiais régios mais destacados neste capítulo: na governação de Gomes Freire de Andrada, quando as questões do Sul ganham proeminência e motivam a sugestão de unificação das tropas do Centro-Sul sob o comando do Rio de Janeiro; no Vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha, quando a capital é transferida para o Rio e implementa-se a sugestão de Gomes Freire; e, por fim, no Vice-reinado do Marquês de Lavradio, quando o problema capital da arregimentação de tropas para dar cabo da contenção das seguidas investidas espanholas no Centro-sul se evidencia, e se institucionaliza a recomendação real a todos os seus Vice-reis, repetidas e insistentes vezes, que se transformou no mote central das instruções pombalinas: uma espécie de *um por todos e todos por um*.

O próximo capítulo persegue o objetivo de compreender por quê. Talvez isto possa ser melhor esclarecido por meio do estudo de caso da governação do Conde da Cunha, o primeiro Vice-rei a instalar-se no Rio de Janeiro. Suas relações com os outros oficiais régios na tentativa de (re)organização, incremento e homogeneização das tropas e Capitânicas do Centro-sul da América Portuguesa podem elucidar os motivos do fracasso, assim como as conflituosas relações estabelecidas com a população local em prol de seu esforço militarizante.

III. Tensões e Acomodações: os aspectos militares do Vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha

Imerso na polêmica e intrigante governação pombalina, as ações governativas do Vice-rei Antônio Álvares da Cunha apontam as preocupações militares como uma chave fundamental para elucidar as intenções, tensões e acomodações implementadas pela Coroa lusa na América portuguesa no terceiro quartel do século XVIII, já que se sobrepunham a quaisquer outras.¹⁶³ Para melhor elucidar essas intenções régias, partir-se-á da análise das mais diversas estratégias que visavam atingir pontos sensíveis relacionados à defesa da colônia: fortalezas; recrutamento; organização e uniformização de regimentos, pagamento de soldos e fardamento das tropas. Tais ações refletiam a percepção da fragilidade militar da América portuguesa, principalmente em relação à defesa de suas desguarnecidas fronteiras.

Inseridas numa conjuntura geopolítica delicada, as ações e intenções da Coroa lusa se tornam mais perceptíveis na medida em que se analisa a correspondência ativa e passiva entre os agentes governativos e a metrópole, dando-se um destaque especial para a importante análise das “cartas instrutivas” enviadas pelo Conde de Oeiras.

As preocupações militares com o Brasil são muito claras em toda a ação de Sebastião José – quase obsessivas. Como são a expulsão da Companhia de Jesus e a condição dos índios. A derrota do Sul frente aos espanhóis e as tentativas de reconquista duram longos anos. A isso foi dada bem mais atenção do que as necessidades econômicas da colônia.¹⁶⁴

Cabe mais uma vez destacar a importância do Rio de Janeiro para o sucesso da defesa da América Portuguesa. Após o Conde de Bobadela, a unificação das forças militares no Sul da colônia tomou maior vulto durante o governo de Antônio Álvares da Cunha, que passou a coordenar as defesas lusas na colônia a partir do Rio de Janeiro. Afinal, para o Conde de Oeiras, a cidade era o coração do Brasil.¹⁶⁵

¹⁶³ Joaquim Romero Magalhães, “Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia no Brasil,” em: Seminários de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004, Lisboa. Disponível em: <[HTTP://www.ics.ul.pt/agenda/seminarios/historia/Joaquimromero.pdf](http://www.ics.ul.pt/agenda/seminarios/historia/Joaquimromero.pdf)>. Acesso em: 30 de Agosto de 2007, p. 16-17. Nuno Gonçalo F. Monteiro. *D. José na sombra de Pombal*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2006. p.180.

¹⁶⁴ Vitorino Magalhães Godinho, Nuno Valério e Jaime Ferreira (dir.), Lisboa, Âncora Editora, 2004. p. 10.

¹⁶⁵ ANRJ, Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte, Cód. 80, vol.10, fundo 86, “*Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha*” (Lisboa, 20/06/1767).

A chegada de Antônio Álvares da Cunha, no início do ano 1763, buscou dar novo fôlego à frágil situação militar da colônia. Em busca de melhor se orientar e dar conta à Coroa da situação com que se deparava, logo após o seu desembarque e conseqüente posse, o Conde da Cunha tratou de enviar cartas aos governadores das Capitânicas do Estado do Brasil. Nestas, não só procurava dar ciência de sua autoridade, mas, como de costume, se inteirar da situação de cada Capitania em relação a suas respectivas defesas.

Neste momento, os agentes governativos já pareciam compreender como as defesas das Capitânicas do Sul estavam intimamente ligadas. Cada vez mais se tornava imperioso para manutenção do território colonial a preocupação com suas vastas e frágeis fronteiras. Sendo assim, a defesa da Capitania de São Paulo estava diretamente relacionada à defesa do Rio de Janeiro e à disputa das fronteiras com os castelhanos. E a pressão espanhola, conseqüentemente, colocava em xeque todas as demais Capitânicas do Sul. Portanto, era indispensável a interação e a cooperação num esforço conjunto de defesa e militarização da América portuguesa.

Destarte, o Vice-reinado em tela se insere em uma conjuntura marcada pelo estabelecimento de “novas diretrizes régias referentes à militarização da população colonial”. Um período especialmente interessante, marcado por intensas conseqüências sociais, capaz de esclarecer a importância dos aspectos militares implícitos tanto na política régia como no nível local.¹⁶⁶

Depois de traçada a conjuntura geopolítica na qual Portugal estava inserido, e demonstrados os interesses governativos que pautavam os agentes régios envolvidos na administração da América portuguesa, este esforço de pesquisa se voltará para as práticas régias e governativas movidas em prol de um esforço de reorganização militar. Um empenho régio que implicou “necessariamente uma reordenação da sociedade, sob os aspectos tanto políticos quanto social e espacial, resultando daí as várias dimensões das dificuldades encontradas em nível local para a concretização de tal política.”¹⁶⁷

¹⁶⁶ Christiane Figueiredo Pagano de Mello, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII...*, p. 132-133.

¹⁶⁷ Christiane Figueiredo Pagano de Mello, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII...*, p.133.

3.1. O Rio de Janeiro e Cooperação Militar com as Capitanias do Sul

A urgência da situação militar da colônia foi um traço marcante na documentação ativa e passiva dos governantes coloniais e objeto das angústias presentes em relatos não só do Vice-rei Conde da Cunha, mas também daqueles que lhes eram contemporâneos. O governador enviado à Capitania de São Paulo, Morgado de Matheus, que assumiu o cargo logo após o restabelecimento do governo autônomo da Capitania, em 1765, também destacava na sua correspondência com a metrópole a importância das questões militares durante todo o período de seu governo, uma vez que a situação do Sul se tornava cada vez mais delicada.¹⁶⁸

Notícias e busca por orientações movimentaram os primeiros tempos do Vice-reinado do Conde da Cunha. Cartas e instruções eram enviadas a todo tempo para as Capitanias, num empenho em melhor mapear os obstáculos que deveriam ser enfrentados. Em carta ao governador da Ilha de Santa Catarina, o Conde da Cunha buscava deixar claro seu esforço de reunir as informações necessárias para dar início a sua administração:

o que participo a V.S. para que fique entendendo o que o mesmo Senhor foi servido ordenar nesta parte, haja daqui em diante de me participar todas as novidades que ocorrerem nesse Governo, para lhe dar a necessária providência.¹⁶⁹

Com uma ampla experiência militar adquirida ao longo de sua carreira no ultramar, o Vice-rei expedia ordens para que fossem elaborados mapas sobre o sistema de defesa da Ilha de Santa Catarina:

Em V.S podendo me remeter um Mapa das Tropas, que estão debaixo do seu Comando, os armamentos, e petrechos de guerra, que ali existem; e do que precisa para a defesa de tudo o que [...] ao seu distrito, apontando-me nesta matéria o que lhe parecer mais conveniente ao Serviço de S. Majestade.¹⁷⁰

Seguindo seu intento de melhor conhecer a situação que devia enfrentar, cartas em busca de orientações mais precisas sobre a situação da defesa também seguiram em

¹⁶⁸ Heloísa Liberalli Belotto. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: O governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2ªed. São Paulo: Alameda, 2007, p. 91.

¹⁶⁹ ANRJ, Conjunto Documental: Registro de correspondência do Vice-reinado com diversas autoridades, Cód.70, vol.02, Fundo 86, “Carta enviada pelo Vice-rei Conde da Cunha ao governador da ilha de Santa Catarina”, (24 de outubro de 1763).

¹⁷⁰ ANRJ, Conjunto Documental: Registro de correspondência do Vice-reinado com diversas autoridades, Cód.70, vol.02, Fundo 86, “Carta enviada pelo Vice-rei Conde da Cunha ao governador da ilha de Santa Catarina”, (24 de outubro de 1763).

direção diversas. Nesta correspondência, o Conde Vice-rei expressava sua preocupação com a infra-estrutura militar, necessária para melhor guarnecer as regiões mais vulneráveis e propícias aos ataques inimigos. Por isso, mandava

remeterem-me na primeira ocasião os Mappas das Tropas de toda esta Capitania, e do estado, em que se acha cada uma das Fortificações della, e juntamente Relações de todos os armamentos, e petrechos de Guerra, que houverem nos mesmos Armazéns.¹⁷¹

Um grande problema a ser enfrentado era a necessidade de uma maior articulação militar entre as regiões mais afetadas pelos *perigos*. A necessidade latente de guarnecer e amparar a região Sul criava uma situação delicada para cada Capitania. Como obedecer às ordens régias de auxílio à região Sul, sem deixar suas próprias Capitánias desguarnecidas? Os terços auxiliares, que tinham como principal tarefa a defesa de suas respectivas Capitánias, estavam, a partir de então, expostos a uma nova incumbência: auxiliar militarmente as regiões que sofriam de mais urgência militar, ou seja, que estivessem mais expostas a uma invasão estrangeira. Cabia à Coroa a prerrogativa de revogar privilégios concedidos a tais terços, obrigando-os ao auxílio militar quando solicitado.

Assim sendo, diante da necessidade da defesa de sua colônia, tornava-se imperativo que a Coroa, mesmo que provisoriamente, revogasse a exclusividade concedida aos Auxiliares, fazendo com que viessem também a atuar como força e reforço na defesa das regiões em litígio ao sul da América portuguesa.¹⁷²

A importância da manutenção do Rio de Janeiro era o tempo todo salientada pelo Vice-rei. Era preciso esclarecer o valor geoestratégico da defesa do Rio de Janeiro, não somente pelo seu privilegiado posicionamento geográfico e pelo seu importante porto, mas também devido ao seu vínculo econômico com a região das Minas. O Rio de Janeiro tornou-se cada vez mais fundamental para a conservação de todo o Estado do Brasil:

Que a Capital deste Estado, de cuja conservação depende a existencia de Minas Geraes, hé o Rio de Janeiro; he que perdida huã vez esta Capital, se perdem

¹⁷¹ ANRJ, Conjunto Documental: Registro de correspondência do Vice-reinado com diversas autoridades, Cód.70, vol.02, Fundo 86, “Carta enviada pelo Vice-rei Conde da Cunha ao governador da ilha de Santa Catarina”, (24 de outubro de 1763).

¹⁷² Christiane Figueiredo Pagano de Mello, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII...*, p. 195.

consecutivamente as Minas e se pode também considerar perdido todo o resto do Brasil.¹⁷³

O Conde Vice-rei voltava também seus esforços para alertar à metrópole da necessidade de auxílio às tropas do Rio de Janeiro, que devia ser atendida imediatamente em nome da segurança de todo Centro-Sul, frente às incessantes ameaças estrangeiras e devido à ineficiência das tropas existentes naquela região. Para guarnecer as Capitânicas do Rio de Janeiro e do Sul, tropas de outras Capitânicas, como Bahia, Minas, Pernambuco e São Paulo, foram deslocadas. Neste sentido, um olhar mais atento para as portarias¹⁷⁴ expedidas pela Real Fazenda¹⁷⁵ referente ao pagamento de soldos permite localizar, de forma privilegiada, tais deslocamentos.¹⁷⁶

Atento a estas necessidades, o Conde da Cunha escrevia insistentemente ao Conde de Oeiras, em busca de auxílio para as tropas da metrópole ao Rio de Janeiro, deixando claro que o Estado do Brasil não podia se manter diante das ameaças dos inimigos europeus, tão melhor preparados na arte da guerra, com tropas que ele avaliava como sendo de pouco valor militar. Desta forma, lhe pedia a mercê de enviar, o mais breve possível, socorro do Reino. Pois, segundo o Conde da Cunha, o remanejamento das tropas coloniais não era suficiente, sendo de suma importância o envio de tropas mais bem treinadas e preparadas. Caso contrário, a Coroa podia sofrer a grande decepção de ter seus territórios coloniais perdidos.

¹⁷³ Ref. “Minuta escrita pelo Vice-rei Conde da Cunha, 1767”. AHU. Cx.90. doc.76; Apud, Christiane Figueiredo Pagano de Mello, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII...*, p. 138-9.

¹⁷⁴ O significado de *Portaria*, segundo o *Vocabulário Português e Latino* do padre Raphael Bluteau, é: “Decreto e Provisão Real. Letras patentes do Príncipe. Daqui parece veio o nome *Portaria* nesse sentido, como quem dissera, determinação do Príncipe, não selada, e fechada, mas com porta aberta, e patente”.

¹⁷⁵ As Provedorias da Fazenda Real foram os órgãos centrais da administração fazendária na América Portuguesa, sendo criadas entre as décadas de 1530 e 1540 e prolongando sua existência até 1770. Não obstante, acabaram também por estender suas funções à intendência militar. Cabe destacar, que a preocupação com os aspectos militares e sua relação à administração das rendas da colônia também era evidente nas atribuições concedidas ao provedor-mor, já estando presentes no regimento do provedor mor da Fazenda, Antônio Cardoso de Barros, de 17/12/1548. Nos regimentos seguintes (Dom Fernando de Mascarenhas, de 1638 e Roque da Costa Barreto, de 1677), os aspectos militares concernentes à administração fazendária se tornaram ainda mais amplos, estando também relacionados ao pagamento, registro e assentamento dos postos militares. Ver: Memória – Receita Federal, *Provedorias da Fazenda Real*, disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/provedfazreal.asp>>, acesso em: 17/04/2010. Ver também, Graça Salgado (coord.), *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, pp.155-156, 213-214, 273-274.

¹⁷⁶ A movimentação de tropas de outras Capitânicas para guarnecer o Rio de Janeiro e o Sul é perceptível através da análise das portarias nº 33, 34, 36, 38, 43, 44, 45, 54, 59, 82, 91, ver, *Portarias Soldos*, “Relação de Portarias Expedidas pela Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro no período do Vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha (1763-1767)” contidas no apêndice nº 1.

No entanto, a debilidade das fronteiras se impunha como um dos esforços mais imediatos. A pressão dos espanhóis ao Sul era cada vez mais latente e as estratégias a serem traçadas deviam contar com inúmeras preocupações: a defesa era precária, as fronteiras pouco povoadas, as demarcações eram tênues, os mapas ainda muito imprecisos. Ao perigo externo, somavam-se os desafios impostos pelo próprio meio colonial: a dificuldade de lidar com a população que habitava as regiões fronteiriças era intensa, continuando sertanejos e índios a representar um grande desafio para as relações dos governantes periféricos e os anseios da Coroa.

Uma das saídas para minimizar as debilidades encontradas era a própria expansão das regiões limítrofes. O governador e Capitão General de São Paulo, Dom Luiz Antônio de Souza havia alertado ao Vice-rei sobre os meios necessários para se dilatar os limites dos sertões daquela Capitania. Segundo a interpretação do Conde da Cunha, esta seria uma forma possível de tentar “afastarmos de nós os mesmos Castelhanos, quando possível fosse.”¹⁷⁷

As disputas na região de São Paulo eram intensas, e só através de medidas mais enérgicas era viável conter o avanço dos temidos Castelhanos. Contudo, tais esforços não podiam deixar de lado as delicadas relações diplomáticas entre as duas Coroas (Portugal e Espanha), ou seja, todas as medidas deviam ser calculadas e as reações *inimigas* ponderadas. Destarte, alertava o Vice-rei

que se deve praticar em tal forma, que, fazendo-se ver sempre aos Castelhanos; e dizendo-se-lhes, que V. Ex.^a e Dom Luiz Antônio de Souza, tem apertadas ordens, para praticarem com os Espanhóis seus confinantes a maior amizade, depois da expulsão dos Jesuítas: obrem sempre debaixo deste compasso com tais medidas; que nem lhes dêem justa queixa, adiantando por ora sobre eles o domínio; nem lhes permitam, que eles se adiantem pelas Terras, e Postos, de que estivemos até agora de posse.¹⁷⁸

A recém restaurada Capitania de São Paulo ocupava boa parte das preocupações do Conde Vice-rei, uma vez que a via como uma região estratégica para resistência do perigo castelhano. Assim, era urgente a necessidade da formação de companhias naquela região capaz de conter os planos e intentos do capitão general Pedro Cevallos.

¹⁷⁷ ANRJ, Correspondência da Corte com o Vice-reinado – Cód.27, vol.01, Fundo D9, pág. 31-77. Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte, Cód. 80, vol.10, fundo 86, “Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha” (Lisboa, 20 de junho de 1767).

¹⁷⁸ ANRJ, Correspondência da Corte com o Vice-reinado – Cód.27, vol.01, Fundo D9, pág. 31-77. Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte, Cód. 80, vol.10, fundo 86, “Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha” (Lisboa, 20 de junho de 1767).

Por ordem de Antônio Álvares da Cunha, o governador de Santos, Alexandre Luís de Souza e Meneses devia conservar na capital tropas prontas para um possível embarque de emergência.

Cabe destacar ainda, o respeito que o Vice-rei nutria pela *vocação* militar dos paulistas, podendo ser percebida na correspondência do Vice-rei com a Corte, que os apontavam como “os mais próprios homens que o Brasil tem para a vida militar”, apesar da sua reconhecida aversão à obediência rígida.¹⁷⁹

Os alertas do Vice-rei parecem ter encontrado eco na Corte, que passou a enviar ordens régias diretamente ao Morgado de Mateus, tratando especificamente das fronteiras do Oeste e das medidas necessárias para a pronta defesa do território. O Conde de Oeiras avançava nos seus esforços de defesa, propondo uma ação conjunta da Capitania de São Paulo com as forças militares de Minas. Desta forma, se fazia necessário um acordo tático com o capitão general e governador de Minas, Luís Diogo Lobo da Silva, para que levassem a cabo a ação contra os castelhanos. Segundo Laura de Mello e Souza, a possibilidade de deslocamento das populações naturais para as áreas fronteiriças também foi uma preocupação recorrente do governador das Minas, principalmente na eventualidade do perigo da invasão castelhana, seguindo assim as orientações pombalinas.¹⁸⁰ A ação conjunta dessas duas Capitanias seria, portanto, mais eficaz, não dando margens para réplicas e impossibilitando o envio de socorro de Montevideú para as forças espanholas de Colônia.

O objetivo era “recuperar todo o território que elles nos tem roubado athe a Margem Setentrional do Rio da Prata [...]”. Através da defesa e da ação militar, coordenadas contra as conquistas já realizadas pelos espanhóis, era possível não só contê-los, mas principalmente impedi-los de um avanço ainda mais prejudicial à Coroa. Logo, todo o esforço de militarização e de campanhas contra os espanhóis dependia da eficaz articulação de diversos setores da sociedade colonial, dos investimentos em defesa e povoação dos caminhos fronteiriços do Sul.¹⁸¹

Inserida nessa racionalidade de utilização das populações naturais, o uso dos índios como força militar também ajudava a reforçar as tropas nas disputas fronteiriças, que envolviam a conquista dos Sertões. Neste sentido, as ordens régias

¹⁷⁹ Heloísa Liberalli Belloto, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial...*, p.92.

¹⁸⁰ Laura de Mello e Souza, *O Sol e a Sombra...*, p.334-335.

¹⁸¹ Heloísa Liberalli Belloto, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial...*, p.60-61.

avançavam na perspectiva de um esforço ainda maior, buscando forças nas interlocuções dos governadores junto ao Vice-rei.

Cabia então ao Vice-rei Conde da Cunha a direção de uma ação estratégica que exigia comum acordo com o novo general de São Paulo, estabelecendo ainda a união São Paulo, Rio Grande e Minas. Seria através deste grande empenho conjunto, que contava com a adesão dos três governos, que a Coroa podia consolidar uma força militar superior à dos inimigos castelhanos. Uma vez articulada uma ação de tal envergadura, as forças coloniais passavam a contar com maior prestígio frente não só aos espanhóis, como também às demais potências européias. Esta união militar tinha como sede São Paulo, que devia receber toda assistência material e técnica que pudesse viabilizar a estruturação das ações e a movimentação bélica necessária.¹⁸²

As delicadas e primordiais questões militares envolvendo a capitania de São Paulo podem ser melhor elucidadas a partir da preocupação geopolítica e militar expressas nas primeiras instruções de Pombal ao Morgado de Mateus:

Ora, se compararmos tais disposições [objetivos políticos de Pombal para o Ultramar: militarização, diplomacia com a Espanha e fomento econômico da colônia] com as primeiras instruções ao Morgado de Mateus, veremos que elas se enquadram, tão somente, na primeira daquelas preocupações: militarização e combate aos espanhóis. Os meios mais eficazes de fazê-lo deveriam incluir sigilo, dissimulação e 'diversão'. As Instruções definem-se, portanto, como fundamentalmente militares e bem determinadas.¹⁸³

Segundo Heloísa Belloto, que se debruçou detalhadamente sobre o governo do Morgado de Mateus, apesar do caráter diverso encontrado nas instruções régias enviadas pelo Conde de Oeiras àquela Capitania, o mote da militarização ocupava papel central. “A conclusão de que a raiz da restauração de São Paulo está no combate ao espanhol é perfeitamente lícita.”¹⁸⁴

De forma objetiva, as instruções pombalinas deixavam claro que, naquele momento pós-restauração, a Capitania de São Paulo devia desempenhar um papel geoestratégico fundamental para as pretensões da Coroa, tornando-se uma *barreira*

¹⁸² Heloísa Liberalli Belloto, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial...*, p.63.

¹⁸³ Heloísa Liberalli Belloto, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial...*, p.71.

¹⁸⁴ Heloísa Liberalli Belloto, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial...*, p.71.

defensiva diante dos espanhóis. E mais do que isso, devia manter tropas com uma força capaz de promover campanhas ofensivas, caso fosse necessário.¹⁸⁵

Se, por um lado, São Paulo devia coordenar a ação conjunta com Rio Grande e Minas, tal medida não pode ser compreendida sem que se perceba o sentido das complexas relações que presidiam a integração das Capitânicas. Apesar do nítido cuidado com as fronteiras do Sul, a correspondência entre o Conde de Oeiras e o Vice-rei Conde da Cunha explicitava que a salvaguarda da Capitania do Rio de Janeiro era o ponto mais sensível e imprescindível destes esforços. Ao escrever ao Vice-rei, o Conde de Oeiras ressaltava:

Não deve V. Ex^a. diminuir em coisa alguma as forças dessa Capital, para o socorrer com elas: Assentar V. Ex^a, em que conservando, e sustentando o Rio de Janeiro tem conservado, e sustentado o Brasil; e em que o mesmo Brasil ficaria perdido, logo que se perdesse o Rio de Janeiro. [...] Muito mais importante é a Ilha de Santa Catarina: E ainda assim no caso de marchar contra em uma Expedição, não deve V. Ex^a enfraquecer o Rio de Janeiro, para se empenhar em socorrê-la; de sorte que enfraqueça essa força, de que tanto necessita para defender esse Porto e a Cidade.¹⁸⁶

3.2. A Situação da Defesa da América portuguesa

A delicada situação da defesa da América Portuguesa se arrastava de longa data. Um ano antes de Antônio Álvares da Cunha ser nomeado Vice-rei, cartas eram enviadas ao Reino relatando a débil situação das tropas e da segurança das possessões ultramarinas. O governo interino que antecedeu a vinda do novo Vice-rei expunha o complexo quadro da estrutura militar da praça do Rio de Janeiro. O reduzido e mal preparado número das tropas fazia com que fosse imperioso o envio de pessoal do Reino.

As cores que iam delineando o cenário colonial, no segundo quartel do século dezoito eram opacas. Havia era uma grande escassez de homens para guarnecer a Capitania, dificuldades de se proteger um extenso território e o despreparo militar dos soldados que formavam os regimentos. Tudo isso não deixava dúvida de que era necessária a adoção de novas estratégias militares pela Coroa.

¹⁸⁵ Instruções do Conde de Oeiras ao Morgado de Mateus (25/1/1765), in, Heloísa Liberalli Belloto, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial...*, p.73.

¹⁸⁶ ANRJ, Correspondência da Corte com o Vice-reinado – Cód.27, vol.01, Fundo D9, pág. 31-77. Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte, Cód. 80, vol.10, fundo 86, “Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha” (Lisboa, 20 de junho de 1767).

Em janeiro de 1763 desembarcava, no Rio de Janeiro, o Vice-rei Antônio Álvares da Cunha e logo enviava ao reino suas primeiras impressões. Como de costume, fez um balanço dos novos desafios e descreveu o estado em que encontrara a Capitania. A questão da segurança logo se mostrou fulcral e, em carta de 20 de março de 1763, enviada ao Conselho Ultramarino, o Conde da Cunha destacava:

Logo que tomei posse do governo desta Capitania, visitei as fortalezas deste Porto e todas mais precisam de reformas, assim nas muralhas e como os reparos de artilharia como mostrei nas contas. [...] Também passei mostra as tropas pagas, e as achei faltas de gente e disciplina.¹⁸⁷

As carências eram inúmeras e abrangiam diversos aspectos, desde os mais elementares, como a falta de fardamentos e ração, como também os mais estruturais, como as péssimas condições das construções de defesa. Em correspondência com a Corte, o Conde Vice-rei buscou deixar registrado que a tarefa da qual fora incumbido não seria contornada apenas com sua grande experiência, sendo necessárias mudanças e um grande empenho para reestruturar a situação militar da colônia. Afinal,

nem achei Fortaleza neste Porto que pudesse ter este nome, nem tropas que competentes fossem à sua extensão, assim na qualidade, como no número, e porque também nem armamentos achei para guarnecer os Auxiliares e Ordenanças, tudo pedi logo que aqui cheguei, e nem resposta tive a esta matéria [...].¹⁸⁸

Os registros de suas primeiras impressões marcavam o tom de um discurso que servia para respaldar seu governo de possíveis acusações futuras contra sua ação administrativa e militar no território colonial. Além das dificuldades impostas pela escassez e mal preparo das tropas, problemas ainda mais graves afligiram o então Vice-rei: a falta de armamentos e desvio de recursos destinados a fins militares nas possessões ao Sul:

Não é muito, Senhor, que faltem os armamentos nestes armazéns, pois não acho na Provedoria clareza a quem se entregassem, nem ordens dos Governadores que os mandassem dar pelo que é sem dúvida que por ordens vocais se davam aos

¹⁸⁷ Carta sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Conselho Ultramarino - Catálogo: Arq. 1.1.29, p. 23. Esta documentação também está disponível em: “Correspondência do Conde da Cunha”, *Revista do IHGB*, v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, jan-mar, 1962, p. 260 ss.

¹⁸⁸ Ref. “Ofício do Vice-rei Conde da Cunha para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Rio de Janeiro, 3/11/1765”, AHU, Cx. 83, Doc. 1; Apud, Christiane Figueiredo Pagano de Mello, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII...*, p. 138.

regimentos, sem se fazerem cargas deles a pessoa alguma; pela mesma forma se mandavam para Santa Catarina – Rio Grande – e Colônia, *e como não houve arrecadação natural é que se furtasse tudo quanto desse Reino se remetia para o uso dos militares.*¹⁸⁹

O desvio de recursos que deviam ser empregados na esfera militar parecia ser uma prática recorrente na América portuguesa, atingindo de forma mais latente a região Sul, que precisava ser melhor guarnecida. Sem recursos, todo o resto ficava comprometido; portanto, era imprescindível conter os desvios e encontrar novas fontes de receitas para garantir a conservação da América portuguesa.

* * *

A tarefa de conservação da Capitania do Rio de Janeiro e o reforço das defesas ao Sul trouxeram consigo a necessidade da elaboração de uma série de medidas que pautaram a ação governativa do Vice-rei. Uma das medidas mais importantes dizia respeito aos investimentos que deviam ser feitos para fortificar as fortalezas existentes, e ainda na criação de outras novas. O Conde de Oeiras reforçava em suas *cartas instrutivas* que, caso um desembarque inimigo surpreendesse as forças militares da colônia, as fortalezas deviam desempenhar um papel decisivo para impedi-los. Cabia, por conseguinte, ao Vice-rei redobrar seus cuidados em relação à defesa dos pontos estratégicos do litoral.

Diante dessa importante missão, o Conde da Cunha buscou, durante cada etapa de sua governação, orientações de como proceder, assinalando sempre que possível a dificuldade de defender tão extensa possessão do Império com tropas mal equipadas, pior remuneradas e fortalezas em estado precário:

Vi as fortalezas, e todas ellas necessitam de reformas muito importantes, especialmente Santa Cruz, que o lado que pode defender a entrada da barra, que é a da parte do sul, não tem canhoneiras, nem parapeitos, nem plataformas; a artilharia, assim desta fortaleza como a das mais todas está mal montada, por não serem feitos os reparos pelas justas medidas dos canhões. [...] Devo também dizer a V. Ex^a. que as tropas que guarnecem Santa Catarina e Rio Grande estão por

¹⁸⁹ *Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, Rio de Janeiro 18 de junho de 1764. Ver: “Correspondência do Conde da Cunha”, em *Revista do IHGB*, v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, jan-mar., 1962, p. 292. Grifo meu.

pagar e fardar e que à sua proporção se lhe deve muito mais que às do Rio de Janeiro.¹⁹⁰

A espera instruções vindas da Corte nem sempre ocorria a contento, devido à grande dificuldade de comunicação com o reino. Deste modo, muitas vezes era preciso tomar atitudes emergenciais. A reestruturação das fortalezas não era uma tarefa fácil, pois, além de toda a logística envolvendo engenheiros militares em um grande esforço de construção para a época, pesava ainda o fato de ser necessário “uma despesa muito considerável, e que esta se aumentará com as muitas munições de guerra, que se deve comprar para estes armazéns que estão faltos de tudo”. A Real Fazenda teria, assim, uma sobrecarga considerável de gastos, com que a arrecadação da alfândega do Rio de Janeiro não tinha como arcar.¹⁹¹

Portanto, a situação das tropas e fortalezas colaborava para deixar o Estado do Brasil à mercê de invasões. E, além das questões internas, aspectos externos também ajudavam a intensificar tal fragilidade, já que, de longa data, as possessões ultramarinas na América portuguesa eram vistas como um local militarmente desguarnecido. As demais potências européias nutriam pouco respeito pelas forças militares lusas na colônia, como Pombal escreveu ao Conde da Cunha, em documento já citado acima, a respeito da opinião que corria na Inglaterra de que oito navios bem armados eram o suficiente para conquistar o Rio de Janeiro.¹⁹²

Os alertas do Vice-rei encontraram eco, movendo o futuro Marquês de Pombal a adotar medidas que auxiliassem no processo de fortificação das defesas coloniais. Através do estudo das cartas topográficas enviadas da colônia, o Conde de Oeiras procurou preparar uma possível contra-ofensiva frente a futuros ataques que pudessem ameaçar a capital. Tornava-se preciso calcular os danos e bloquear as rotas que pudessem ser utilizadas pelos inimigos por força da cobiça de tomar à Coroa tão importante possessão. Se estes não temiam uma retaliação à altura, deviam ser surpreendidos com uma ação militar efetiva e coordenada, que os fizesse ficar “expostos a sofrer [com pouco, ou nenhum movimento dos seus Navios] todo o fogo, que

¹⁹⁰ Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 17 de dezembro de 1763. Ver: “Correspondência do Conde da Cunha”, *Revista do IHGB*, v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, jan-mar., 1962, p. 261-262.

¹⁹¹ *Revista do IHGB*, vol. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, jan-mar.1962, Correspondência do Conde da Cunha, “Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, (Rio de Janeiro, 17/12/1763). p. 261, 262.

¹⁹² ANRJ, Correspondência da Corte com o Vice-reinado, Cód.27, vol.01, Fundo D9, pág. 31-77. Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte, Cód. 80, vol.10, fundo 86, “Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha” (Lisboa, 20/06/1767).

sobre eles fizeram Vila Ganhão [Villegagnon], a Ilha das Cobras, e as mais baterias, que em tal caso se erigiriam onde a necessidade o pedisse.”¹⁹³

Reformulações profundas em toda a estrutura física das fortalezas que defendiam a Capitania do Rio de Janeiro deviam ser providenciadas com a maior urgência. Destarte, o Vice-rei devia se dedicar em guarnecer as fortalezas de Santa Cruz, São João, São Teodósio, e principalmente a Ilha das Cobras, uma vez que, segundo as preocupações e instruções de Conde de Oeiras, em caso de um ataque inimigo à baía do Rio de Janeiro seriam elas as primeiras forças a oferecer resistência ao *inimigo*.

O futuro Marquês de Pombal continuava suas instruções destacando que “os objetos do nosso maior cuidado hão de ser: um, o ataque, e a defesa da Fortaleza de Santa Cruz, pelo desembarque intentado na Praia de Fora, e a defesa dele”. Assim como se fazia urgente o reforço da defesa da Praia Vermelha, sendo necessário estar atento “para se evitar nela o desembarque, e fechar o caminho oculto entre ela, e a Fortaleza de São João”. Outro ponto vulnerável era um “ataque contra o Vila Galhão com o desembarque na parte daquela Fortaleza, que olha para a Cidade, onde são os Quartéis”.¹⁹⁴

De fato, a cidade do Rio de Janeiro havia se tornado um “ponto de articulação de toda a região meridional do império atlântico português o que a transformou em centro cosmopolita e aberto à circulação de homens, capitais, embarcações, mercadorias, políticas e projetos”, aumentando consideravelmente o assédio que já a vinha rondando de longa data. Desta forma, se fazia indispensável redobrar os esforços que impulsionavam os “funcionários e engenheiros militares de encerrá-la sob fortalezas, trincheiras e muralhas”.¹⁹⁵

O empenho em guarnecer e fortificar as fortalezas torna-se evidente através da análise das portarias, referentes à utilização de pólvora, expedidas pela Provedoria

¹⁹³ Correspondência da Corte com o Vice-reinado – Cód.27, vol.01, Fundo D9, pág. 31-77. Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte, Cód. 80, vol.10, fundo 86, “Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha” (Lisboa, 20/06/1767).

¹⁹⁴ ANRJ, Correspondência da Corte com o Vice-reinado – Cód.27, vol.01, Fundo D9, pág. 31-77. Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte, Cód. 80, vol.10, fundo 86.” Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha” (Lisboa, 20/06/1767).

¹⁹⁵ Maria Fernanda Bicalho, “O Rio de Janeiro no século XVIII: A transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa”, in, *Urbana* - Revista Eletrônica do centro interdisciplinar de Estudos da Cidade. Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, ano 1, nº.1, set-dez., 2006, *Dossiê: Religião, poder, civilização e etnia na cidade colonial*, p.8.

da Fazenda Real durante o governo do Conde da Cunha. Visto que o uso da pólvora apresentava duas especificidades principais: não só o municionamento da artilharia e das armas leves dos regimentos, como também as obras de construção e fortificação das fortalezas. Das cento e oitenta portarias relacionadas ao envio de pólvora, cento e quatorze, ou seja, aproximadamente 63%, eram destinadas às reformas das fortalezas do Rio de Janeiro. Dentre estas, enumeram-se as obras nas fortalezas como Conceição, Villegagnon, Praia Vermelha, São João, Praia de Fora, Santo Antônio de Macaé, Pombas, Laje, Boa Viagem, Gravatá, Santa Cruz.¹⁹⁶

Apesar de a Capitania do Rio de Janeiro ser o principal alvo das ações governativas, no que diz respeito à fortificação da colônia, a remodelação das fortalezas devia se estender a todas as praças do litoral Sul. Tal empenho pode ser observado através dos ofícios enviados pelo Conde de Oeiras ao Morgado de Mateus nos quais recomendava que “as Fortalezas dos portos marítimos fossem imediatamente municionadas, guarnecidas, e postas em estado de ficarem livres dos insultos de nossos inimigos.”¹⁹⁷

As medidas referentes ao reforço das fortalezas da América Portuguesa, contou ainda, com o envio de engenheiros estrangeiros, que buscaram pôr em prática novas técnicas de construção. Contudo, segundo André Corvisier, no século XVIII, apesar da realização de consideráveis progressos técnicos, “a arte da fortificação seguramente pouco evoluiu”.¹⁹⁸

Em vista disso, a tentativa de resguardar o território colonial procurou contar ainda com outra saída: o povoamento das regiões limítrofes. Tal medida foi apontada pelo Vice-rei como eficaz para o reforço da defesa do extenso território e das tênues fronteiras da América Portuguesa. A ereção de novas vilas e o remanejamento de populações foi posto em prática. Em especial, a ocupação das regiões litorâneas devia funcionar como uma barreira protetora para as Capitanias, principalmente a do Rio de Janeiro.

Todos os mais Terços que nesta Capitania deve haver, se estão presentemente alistando e regulando os distritos, a gente é a melhor que se pode ver; porém a

¹⁹⁶ Ver: Portarias relacionadas à *Pólvora*, em, “Relação de Portarias Expedidas pela Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro, no período do Vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha (1763-1767)”, contidas no apêndice 1.

¹⁹⁷ Ofício do Morgado de Mateus ao Conde e Oeiras, São Paulo 17 de Janeiro de 1767, Apud, Heloísa Liberalli Belloto, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial...*, p. 99.

¹⁹⁸ André Corvisier, *História Moderna*, São Paulo, Diefel, 1976, p. 406.

desordem com que toda está estabelecida por aqueles dilatados e remotos distritos, necessita de que se remedeie erigindo-se com as mesmas novas Vilas, e próximas às margens desta baía; porque o estarem estes homens tão excessivamente distantes desta Capital, e o irem-se entranhando no sertão é a meu entender muito prejudicial ao bem público e muito mais aos interesses régios.¹⁹⁹

A construção de novas vilas devia obedecer a uma lógica que procurasse dar conta de áreas estratégicas, que até então estavam desguarnecidas. O objetivo concentrou-se em proteger as regiões litorâneas ao Sul, que se apresentavam cada vez mais como perigosas portas de entrada para a ocupação inimiga, visto que as tropas disponíveis não eram suficientes.

Nas margens marítimas desta Costa (assim para o sul desta barra como ao norte dela) há alguns portos com praias de fácil desembarque, e próximo a estes é que me parece se devem formar também algumas Vilas, para que os moradores delas possam embarçar e defender a tempo conveniente, quaisquer invasões que os nossos inimigos repentinamente nos vierem fazer, que para tudo há gente dispersa e presentemente inútil nas mesmas vizinhanças.²⁰⁰

Desta forma, a segurança do território colonial, não dependia apenas do reparo e da construção das fortalezas, quartéis e armazéns; nem tampouco o envio de militares, engenheiros, tropas e munições mostrar-se-iam suficientes para dar conta de uma ação de tal envergadura. O investimento na ocupação das fronteiras, com incentivo à fundação de novas vilas e ao deslocamento de gente para aquelas áreas, devia ocupar uma posição estratégica dentro dos esforços de defesa a serem postos em curso pelo então Vice-rei.

Cabe ainda destacar, que nesta diligência de ocupação dos territórios desprotegidos da América portuguesa, o envio de contingentes foi bem recebido pelo Vice-rei Conde da Cunha. O dos colonos açorianos, em particular, também se revelou importante para o serviço nos regimentos. Tratando desta matéria, Francisco Xavier de Mendonça Furtado escreveu ao Vice-rei:

Sendo presente a Sua Majestade pela Carta que ultimamente V. Ex^a. me dirigio, a boa gente que compreendia nos duzentos homens que voluntariamente

¹⁹⁹ Revista do IHGB, v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, jan-mar., 1962. Correspondência do Conde da Cunha. “Carta do Conde da Cunha à Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (Rio de Janeiro, 26/03/1767), p.392.

²⁰⁰ Revista do IHGB, v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, jan-mar., 1962. Correspondência do Conde da Cunha. “Carta do Conde da Cunha à Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (Rio de Janeiro, 26/03/1767), p. 393.

embarcaram da Ilha de S. Miguel para Recrutarem os Regimentos da Guarnição desta cidade, o mesmo Senhor ficou sumamente agradado daquela notícia e manda participar a V. Ex.^a. vá mais Gente para o serviço dos mesmos Regimentos: Para cujo efeito partira dentro em pouco tempo uma charrua para fazer o dito transporte que conduzirá outro igual numero ao que levou a mesma ano passado. E este socorro poderá servir de ajuda para se formarem nove Companhias que Sua Magestade manda criar nos três Regimentos dessa Capitania. Esperando que os ditos recrutas sejam iguais aos outros porque se acham Recomendadas ao Governador [...].²⁰¹

No terceiro quartel do século XVIII, a ocupação das áreas limítrofes foi, assim, largamente incentivada pela Coroa e seus agentes governativos, em um esforço que buscou deslocar tanto as populações localmente estabelecidas – índios e sertanejos – como ainda populações de outras partes do Império ultramarino português, como acontecia com a diminuta população das ilhas dos Açores. Tal esforço demonstrava a incrível necessidade de utilizar a povoação dos territórios como força de resistência a possíveis tentativas de invasões. Contudo, essas medidas nem sempre aconteceram de forma organizada ou sistematizada; grandes carências estruturais e obstáculos naturais impediram que elas apresentassem resultados significativos. Na verdade, faltavam homens e sobravam terras. A grande extensão das fronteiras da América Portuguesa, já há muito motivo de disputas, ora através de guerras vivas, ora através de impasses diplomáticos, sempre se apresentou como desafio à defesa.

* * *

Ao esforço de povoar as áreas mais desguarnecidas, somavam-se problemas estruturais ligados ao abastecimento bélico da colônia. Se o Reino já havia, passado por reformas militares capazes de amenizar problemas pontuais em relação ao débil aparato militar luso, as possessões ultramarinas ainda não tinham vivenciado tal intento. A necessidade de grande reformulação estrutural passava por questões essenciais de abastecimento de materiais militares. A escassez de armas, munição e todos os demais apetrechos fundamentais para se organização da defesa das Capitánias sempre foram marcantes na história militar da América portuguesa.

Antes mesmo da nomeação de Antônio Álvares da Cunha para o posto de Vice-rei do Estado do Brasil, cartas enviadas pelo governo interino deixavam

²⁰¹ ANRJ, Conjunto Documental: Correspondência da Corte com o Vice-reinado – Cód.27, vol.24. Fundo 86, “Carta de Francisco de Mendonça Furtado ao Conde da Cunha” (Lisboa, 23/03/1767).

explícito que o fornecimento de material bélico para as Capitânicas do Sul encontrava-se dependente da oferta possibilitada pelos Armazéns Reais da Capital, já esvaziados. Portanto, a falta de armamentos ia além das ações localmente estabelecidas, e medidas deviam ser tomadas pela Coroa para sanar aquele ameaçador problema. Em carta ao irmão do Conde de Oeiras, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ressaltava o governo interino a carência de “aprestos e munições de Guerra de que necessita esta Praça, Ilmo e Exmo Snr., para guarnecerem as Praças de Santos, Ilha de Sta. Catarina e Rio Grande”, pedindo

com repetição seus respectivos governadores os petrechos, e munições de Guerra, de que tem necessidade, a fim de conservarem as ditas praças em estado de melhor defesa, quando os novos públicos e declarados inimigos tentem fazer-lhes qualquer ataque, o que é muito presumível pela conjuntura presente [...].²⁰²

Não bastassem os poucos recursos que eram dispensados à compra de materiais bélicos, pesava ainda o fato de os armazéns não possuírem insumos para abastecer nem mesmo as tropas de Auxiliares e Ordenanças, que, para se manterem, tinham que custear seus próprios armamentos. Um bom exemplo eram os Auxiliares a cavalo, pois, mesmo diante da importância estratégica de tais tropas, o governo interino deparava com sérios obstáculos no que diz respeito ao provimento de seus equipamentos.

A procura incessante para guarnecer as tropas esteve presente nos pedidos enviados ao reino durante todo o vice-reinado do Conde da Cunha. Em busca de sensibilizar o reino, a comunicação do Conde vice-rei procurava relatar a trágica situação do braço de suas forças militares: “o regimento dos Auxiliares de Cavallo, não estão bem armados, e não tem a onde compre estes gêneros; os quaes se lhe poderião vender nos mesmos Armazéns Reais, com a utilidade grande [...].” Curiosamente, as tentativas de convencer seus superiores da necessidade de remeter, o mais rápido possível, aqueles itens fundamentais para guarnecer as tropas e, conseqüentemente, assegurar a defesa da Colônia nem sempre encontravam eco.²⁰³

²⁰² ANRJ, Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte –Cód.10, vol. 10, Fundo 86, “Carta dos Governadores interinos à Francisco de Mendonça Furtado” (Rio de Janeiro, 25/01/1763).

²⁰³ Christiane Figueiredo Pagano de Mello, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII...*, p. 137.

A deficiência da Coroa em atender aos pedidos do Vice-rei se fez evidente nas diversas queixas relatadas pelo Conde da Cunha. A partir do aumento do número de Corpos Auxiliares, em 1766, a situação se agravou ainda mais, deixando o Vice-rei exposto a um quadro muito delicado perante seus subordinados, uma vez que o aumento dos contingentes trazia consigo a conseqüente necessidade de multiplicação dos armamentos. Além de todas as dificuldades impostas à necessidade de reforço das defesas, não havia como superar o fato de não dispor de armas.

Em março de 1767, portanto, às vésperas de deixar seu posto, o Conde da Cunha ainda insistia em alertar a Coroa lusa das crescentes necessidades bélicas: “Para se poderem armar nesta Capitania os novos terços de Auxiliares que S. Magestade he servido mandar levantar, são precisas pelos menos, 6 mil armas de igual calibre [...]” Já em maio do mesmo ano, avaliava, então “que 9 mil armamentos pelo menos são precisos aos auxiliares Infantes [...]” Simultaneamente a tais solicitações, advertia repetidamente a Coroa que “tudo esta desarmado carecendo de providencia.”²⁰⁴

Elementos importantes para elucidar tal matéria são as portarias expedidas durante o período da governação de Antônio Álvares da Cunha, tratando do abastecimento de materiais bélicos e apetrechos relacionados à vida militar (dentre os quais: pólvoras, cartuchos espingardas, granadas, peças para fabricação de cartuchos, alcatrão, barris contendo munições). Tais portarias destacam a atenção dedicada a essas questões pelos agentes governativos, no afã de dar conta dessas deficiências, sendo destinadas, em sua grande maioria, ao Rio de Janeiro. Contudo, outras áreas também eram abastecidas, entre elas, as Capitânicas do Sul (Colônia de Sacramento, Ilha de Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro), Vila de Santos, Capitania das Minas, Mato Grosso, Espírito Santo.²⁰⁵

Entretanto, não faltaram só armas aos impulsos de militarização da colônia. Uma lista interminável itens marcava estas carências. A falta de fardamentos, por exemplo, era outro elemento capaz de demonstrar como eram primárias as

²⁰⁴ “Ofício do Vice-rei, Conde da Cunha, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado RJ, 3/5/1767”. AHU, RJ, Cx 87, Doc. 88; Apud, Christiane Figueiredo Pagano de Mello, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII...*, p.148.

²⁰⁵ Ver: Portarias relacionadas a *Matérias bélicas*, em, “Relação de Portarias Expedidas pela Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro, no período do Vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha (1763-1767)”, contidas no apêndice 1.

necessidades militares da América portuguesa. De tudo faltava um pouco: panos para a confecção de fardamentos, chapéus, pares de meias, calçados. O envio de fardamentos e acessórios para confeccioná-los nunca supria as crescentes necessidades coloniais:

O Desembargador Provedor da Fazenda Real ordena ao Almojarife da mesma faça embarcar na Corveta de S. Majestade Nossa Senhora da Glória, que está a partir para a Praça da Colônia oitocentos côvados e duas terças de pano franco de lã; vinte e dois côvados da sarafina branca, duzentos trinta e seis côvados de sarafina verde; seiscentas e três varas de liagem, cento noventa e três oitavas de lã verde; trezentas e setenta e seis oitavas e meia de lã branca; trezentas setenta e nove dúzias, e oito botões de metal para casaca; trezentas camisas feitas com seiscentas varas de pano de linho, trezentos e trinta e sete varas e meia de pano de linho para sessenta e oito camisas, e cem polainas; trinta e quatro pares de meias; cento e trinta e quatro chapéus; duzentos sessenta e oito pescocinhos, que tudo é necessário para fardamentos dos soldados do Regimento da Praça da Colônia.²⁰⁶

Neste caso, também era comum o envio de *mapas* que buscavam atualizar o número de homens dos regimentos, informando da crescente falta de fardamentos. Em 25 de junho de 1765, Conde da Cunha envia ao Reino mais um desses *mapas*, destacando que a falta de fardamentos não só afetava a moral das tropas como colaborava para diminuir o respeito por parte de seus vizinhos espanhóis:

Pelos mapas inclusos verá V. Ex^a. no primeiro o número dos militares que em cada um dos Regimentos desta Cidade existem ao presente, e assim também o dos novos recrutados que lhe tenho feito para a Colônia, Santa Catarina e Rio Grande; e porque esta considerável fortuna de gente que ainda está desfardada, e a desprezível desnudez em que os soldados velhos se acham, causa um prejudicial objeto, pois que estes Castelhanos que aqui arribaram nos estão observando muito miudamente [...].²⁰⁷

Aspecto emblemático dos problemas estruturais de defesa a serem enfrentados, o envio e a confecção de novos fardamentos foram alvos de inúmeras portarias expedidas pela Fazenda Real. Só no período do Conde da Cunha foram cento e quatro. A análise destas ressalta um grande esforço no sentido de fornecer fardamentos, não só para o Rio de Janeiro, como também para as Capitanias do Sul.

²⁰⁶ ANRJ, Conjunto Documental: Portarias, Cód. 73, vol. 01, Fundo 86, “Portaria para se mandar para a Colônia o fardamento que dela consta” (Rio de Janeiro, 10/--/1764). Ver também, Portarias relacionadas a *Fardamentos*, em, “Relação de Portarias Expedidas pela Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro, no período do Vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha (1763-1767)”, contidas no apêndice 1.

²⁰⁷ *Carta do Vice-rei Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, Rio de Janeiro, 25 de junho de 1765. Ver: “Correspondência do Conde da Cunha”, *Revista do IHGB*, v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, jan-mar., 1962, p. 314., 1998, p.338, Apud,

É revelador destacar que, diferentemente da distribuição dos demais materiais militares, os fardamentos encontravam um número de destinos mais restrito. Se setenta por cento foram remetidos ao Rio de Janeiro, acompanhando a mesma lógica de distribuição dos demais materiais militares, os outros trinta por cento tiveram como destino apenas o Sul da colônia (Ilha de Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e Colônia de Sacramento), reforçando a preocupação mais incisiva no que diz respeito a uma melhor organização das tropas concentradas no eixo Sul. Contudo, a ponderação destes números com a correspondência trocada entre os agentes governativos da Coroa permite perceber a insuficiência destes envios no tocante às demandas destas localidades. Desta forma, uma questão continuava a afligir o vice-rei mesmo nos últimos momentos de seu vice-reinado: como arregimentar mais braços, se, nem ao menos, era possível vesti-los?²⁰⁸

Em compensação, no reino, como se pode verificar do Apêndice 4, um pouco mais tarde, é verdade (embora a conjuntura não fosse muito melhor...), rebuscados esquemas, cuidadosamente elaborados, definiam as cores de cada componente dos uniformes dos diversos regimentos, para os quais, com muita probabilidade, continuavam também a faltar os fardamentos nas quantidades necessárias.

3.3. As Tropas Coloniais: resistências e negociações

*Fazer soldados poder tremendo! Não os fazer,
maior ainda.*²⁰⁹

Se por um lado, o vice-rei Conde da Cunha teve que enfrentar problemas estruturais intransponíveis, por outro, devia estar atento a outra situação extremamente delicada: a necessidade de aumentar os contingentes militares coloniais frente à forte resistência das populações locais à arregimentação. Entre as Capitânicas, corriam as informações dos péssimos tratos impostos aos homens submetidos à vida militar, faltavam fardamentos e ração para as tropas, e os soldos

²⁰⁸ Ver, portarias referente aos *Fardamentos*, em, “Relação de Portarias Expedidas pela Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro, no período do Vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha (1763-1767)”, contidas no apêndice 1.

²⁰⁹ Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve Econômico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.338, Apud, Christiane Figueiredo Pagano de Mello, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII...*, p. 212.

atrasavam com recorrência. A penosa vida militar na colônia pouco tinha de atrativa. Ao contrário, na maioria das vezes, despertava uma grande repulsa por parte da população colonial.

O recrutamento de mais homens se tornou um desafio a ser enfrentado e negociado pelo Vice-rei. De nada adiantava atacar os problemas estruturais se não fossem disponibilizados contingentes maiores para as tropas coloniais. Contudo, um ponto era imperativo: para conseguir uma maior aceitação aos esforços de arregimentação, fazia-se necessário enfrentar o problema dos soldos.

Os regimentos coloniais vinham de longa data enfrentando atraso pelo pagamento de seus serviços, ou até mesmo, a falta deles. Este fato deixou o Conde da Cunha com sérias dificuldades em relação à disciplina das tropas. Se esta já não era uma característica própria das tropas coloniais, a falta de pagamento fazia com que a situação se tornasse um outro *barril de pólvora* prestes a explodir. Em uma tentativa de amenizar o problema, o Vice-rei buscou levantar as contas de quanto era devido a cada Regimento, enviando longas cartas com o balanço dos números que encontrava:

Fiz fazer a conta do que se deve de soldos, aos trez Regimentos e achei, que Sua Magestade lhe é devedor de 32:145\$564 reis, como com certesa se vê na certidão N° 3. [...] Fiz a mesma averiguação no Regimento da Colônia, e a este se lhe deve de soldos 2:537\$373 reis, e de fardas 13:291\$660 reis, o que também se prova nas mesmas certidões N° 3 e 4.²¹⁰

As irregularidades referentes ao pagamento dos soldos não era privilégio da capitania do Rio de Janeiro, estendendo-se pelas demais Capitânicas. Em todas elas encontravam-se tropas por pagar e muita insatisfação com o governo no que se referia àquela matéria. No esforço de quantificar as dívidas, o Vice-rei esbarrava ainda na falta de registros e informações mais precisas:

Devo também dizer a V. Ex^a que as tropas que guarnecem Santa Catarina e Rio Grande, estão por pagar e fardar, e que à sua proporção se lhe deve muito mais que às do Rio de Janeiro, e por estarem incorporadas em diferentes vedorias, donde ainda me não veio clareza destas dívidas as não remeto a V. Ex^a.²¹¹

²¹⁰ Revista do IHGB, v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, jan-mar., 1962. Correspondência do Conde da Cunha. “Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (Rio de Janeiro, 17/12/1763), p. 261.

²¹¹ Revista do IHGB, v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, jan-mar., 1962. Correspondência do Conde da Cunha. “Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (Rio de Janeiro, 17/12/1763), p. 262.

As dívidas relativas à falta de quitação dos soldos se avolumavam e o Vice-rei se preocupava em deixar registrado, em sua correspondência com o reino, que essa delicada situação já havia sido deixada por governos anteriores ao seu. O acúmulo das dívidas aumentava, cada vez mais, os valores a saldar para os cofres da Coroa.

Se as dívidas a serem pagas durante o seu vice-reinado já contavam com escassos recursos, as acumuladas por seus antecessores só podiam ser regularizadas com o envio de mais recursos do reino. Muitos relatórios foram entregues. Buscavam dar ciência da situação encontrada. Tal medida tinha um caráter dúbio, pois ao mesmo tempo em que o Vice-rei procurava auxílio do reino, buscava também, como bom agente da monarquia de Antigo Regime, eximir-se de qualquer culpa diante da caótica situação em que encontrara a colônia. Em outra carta, o Vice-rei informava que o Conde de Bobadela deixara

de pagar muitos anos de soldos, assim aos militares e gente do mar na Praça da Colônia, como aos do Rio Grande e Santa Catarina, e também os quatro mil cruzados que anualmente Sua Magestade manda dar á Provedoria de Santos, e não se tendo pago, no tempo do mesmo Governador, muitos gêneros e mantimentos que para as expedições do sul se tomaram assim como também se praticou no tempo do Governo interino, fizeram estas dividas umas quantias tão avultadas, que tem causado aos credores perdas irreparáveis, pela demora que tem havido na sua satisfação.²¹²

Assim, buscava o Vice-rei autorização para pagar as dívidas com os rendimentos da Casa da Moeda, “pois só nesta repartição há suficientes meios, para se poderem matar estas consideráveis dividas às quais se devem juntar às que nesta Provedoria se tem contraído”. Na realidade, o problema com o pagamento dos soldos extrapolava a colônia, atingindo também a estrutura militar do próprio reino. Em 18 de novembro de 1762, o Conde de Oeiras escrevia ao Conde Lippe, explicando que, apesar da situação do Erário ser aflitiva, ao findar a guerra, o pagamento das tropas era visto como prioridade, trazendo constrangimento a dificuldade em fazê-lo:

Já tive a honra de informar a Vossa Excelência da economia particular que seguimos para fazer pontualmente o pagamento às tropas e para que ele continue no mesmo pé no regulamento de 31 de julho último. Atualmente devo informar mais a Vossa Excelência a este respeito, com a franqueza que é dever meu depois da confiança ilimitada que el-rei depositou tão dignamente na pessoa de vossa

²¹² Revista do IHGB, v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, jan-mar., 1962. Correspondência do Conde da Cunha. “Carta do Conde da Cunha à Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (Rio de Janeiro, 12/08/1764), p. 298.

excelência. Não esqueci, mas antes desejei bem mandar pagar as mesmas tropas os atrasados dos meses que lhe eram devidos anteriores a agosto último. Tive mesmo toda a esperança de poder fazê-lo. Mas os subsídios da Inglaterra, que se julgavam a caminho, não chegaram até agora. As munições de boca em todas e respectivos transportes custam muito mais do que noutras circunstâncias custariam. Os fornecimentos de guerra causaram também uma brecha nas finanças de el-rei. Há no entanto motivos para que Vossa Excelência não se inquiete com esse assunto.²¹³

Por parte da Coroa, o Conde de Oeiras buscava destacar o empenho em manter em dia os soldos, que, apesar de algum atraso, era sempre visto como prioridade. E ainda ressaltava que “as nossas tropas nunca foram tão regularmente pagas como são agora”. Desta forma, procurava ratificar o compromisso firmado com homens, que segundo ele, “não faltavam ao seu dever”, o que contribuía “para que as tropas sejam regularmente pagas antes de qualquer outra despesa”.²¹⁴

Se as cartas destacavam que as despesas militares eram as primeiras a serem pagas, e se mesmo estas se estavam devendo, então, imagine-se a situação dos demais pagamentos, reflexo de quanto custara caro à Coroa o período de guerra.²¹⁵

Para efeitos econômicos pode dizer-se que a guerra durou treze ou quatorze meses, pois que a desmobilização só se efetuou uns tempos após o Tratado de Paris. Na Biblioteca Nacional e, sobretudo no Arquivo do ministério das Relações Exteriores, existem numerosíssimos documentos relativos às despesas feitas neste período com armamento, munições, paga de oficiais e soldados estrangeiros, aquisição de grande número de animais de carga e montadas para a cavalaria, compra de grandes reservas de mantimentos para os celeiros do exército, gratificações da espionagem, etc. etc.²¹⁶

À grande despesa da Coroa, ainda haveria “que juntar os prejuízos das destruições e da desorganização do trabalho.” E se a situação do pagamento de soldos já criava tantos incômodos no Reino, o que dizer dos homens que precisavam receber por seus serviços nas possessões ultramarinas?²¹⁷

²¹³ Mr. Do Ministério das Relações Exteriores, escrito em francês. Apud, Antônio de Sousa Pedroso Carnaxide -Visconde de Carnaxide, *O Brasil na Administração Pombalina (Economia e política externa)*, 2ª ed, São Paulo, Companhia da Editora Nacional, 1979, p.140.

²¹⁴ Mr. Do Ministério das Relações Exteriores, escrito em francês. Apud, Antônio de Sousa Pedroso Carnaxide -Visconde de Carnaxide, *O Brasil na Administração Pombalina (Economia e política externa)*, 2ª ed, São Paulo, Companhia da Editora Nacional, 1979, p.140.

²¹⁵ Antônio de Sousa Pedroso Carnaxide -Visconde de Carnaxide, *O Brasil na Administração Pombalina (Economia e política externa)*, 2ª ed. São Paulo, Companhia da Editora Nacional, 1979, p.140.

²¹⁶ Antônio de Sousa Pedroso Carnaxide -Visconde de Carnaxide, *O Brasil na Administração Pombalina...*, p.141.

²¹⁷ Antônio de Sousa Pedroso Carnaxide -Visconde de Carnaxide, *O Brasil na Administração Pombalina...*, p.141.

Assim, o problema com o pagamento das tropas influenciava diretamente na falta de homens com disposição de ingressar na carreira militar, aumentando as dificuldades que a Coroa lusa enfrentava com os processos de arregimentação das tropas. Este era um antigo ponto de tensão entre governantes e a população local, uma vez que “as conseqüências sociais do recrutamento são mais graves porque os seus efeitos a nível local não são proporcionais à quantidade de recrutas exigida e, conseqüentemente, ao seu impacto real sobre a população disponível.”²¹⁸

Segundo Christiane Mello, durante o vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha, iniciou-se o estabelecimento de novas diretrizes por parte da Coroa, referentes à “militarização da população colonial”, o que imprimiu um sério impacto na sociedade. Tal medida demonstra em uma escala local os efeitos da política régia sobre a sociedade colonial. Ao demandar uma reordenação da sociedade sob os aspectos políticos, sociais e espaciais, o Vice-rei se deparou com sérias dificuldades.²¹⁹

O recrutamento de soldados estava no centro da questão militar, que, como afirmou Fernando Dores Costa, surgia como um dos importantes aspectos de ação administrativa, bem como do conjunto da vida social. Tal dimensão, para o autor, explicava o mal-estar existente entre os sujeitos do recrutamento, e também entre os proprietários agrícolas e os mestres artesãos, uma vez que interferia no mundo do trabalho das populações. Assim como, em outras regiões, durante toda a Idade Moderna, o método de recrutamento levado a cabo na colônia gerava sérios descontentamentos entre a população local.²²⁰

Além do fato de as tropas se acharem “tão diminutas” naquelas partes, o problema da disciplina também se fazia presente. Desta forma, o Vice-rei procurou enviar a Corte diversos pedidos, para que fosse providenciada, o mais breve possível,

²¹⁸ Fernando Dores Costa, “O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar”, *Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998, p. 977; Sobre a questão do recrutamento militar, ver ainda, do mesmo autor, “Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da Nação”, *Análise Social*, Lisboa, vol. XXX (130), p. 121-155, 1995; e Fernando Dores Costa e Nuno Gonçalo Monteiro, “Milícia e Sociedade”, em: Antônio Manuel Hespanha (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol.2. Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 68-111.

²¹⁹ Christiane Figueiredo Pagano de Mello, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII...*, p. 133.

²²⁰ Costa, Fernando Dores, “O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar”, *Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998, pp.969-1017. p. 974.

a expedição de tropas do Reino para a defesa do Sul, ante a incapacidade do contingente colonial e a ineficiência dos soldados.

A diminuição que as tropas tem experimentado com os diferentes successos da guerra, necessitam de Officiaes e soldados; estes devem ser desse Reyno e não do Brazil, por que os seus naturaes não tem actividade, nem forças para a vida militar, e os que até agora houve e que ainda há, sempre foram e seram praças supostas; e o fructo que destas se tira é o perder-se tudo o que ellas guarnecem, como prezentemente succedeo largando-se a Colonia sem bastante causa e o Rio Grande sem dispararem nem uma só arma, e pelo que aqui me têm dito assim Sancta Catharina como esta Capital, estavam do mesmo accordo de se não deffenderem, e só sim de se refugiarem no sertão para onde tinham já mandado uma grande parte dos seus bens; estes são os motivos porque não tenho mandado fazer gente neste recôncavo, pois acho que esta só serve de se augmentar a despeza à real fazenda de Vossa Magestade.²²¹

A insuficiência de homens para guarnecer o Sul se tornava cada vez mais evidente. A colônia parecia se conservar muito mais por falta de investidas inimigas do que por tropas capazes de guardá-la. Além disso, os *naturais da terra* pareciam demonstrar poucas qualidades aos olhos do Vice-rei, que contava com uma combinação explosiva de *virtudes* entre seus soldados: o despreparo militar e a falta de disciplina. A descrição das tropas que tinha a seu dispor eram no mínimo impressionantes: “velhos e entrevados, os doentes incuráveis e as crianças de menor idade [...], pelo menos a terça parte era inútil.”²²²

Em primeiro lugar digo que *estão dezordenadas as tropas, o que succede por dous motivos, o primeiro por falta de disciplina e o segundo por falta de homens*; porque a má qualidade destes por serem naturaes desta Capitania, e das Ilhas dos Açôres, se não pode duvidar que são naturalmente moles, doentes e frouxos, o que se prova com os injuriosos successos desta última guerra; e para que Sua Magestade possa ficar persuadido desta verdade, lhe deve V. Ex.^a. dizer que Dom Pedro Cevalhos tomou a Praça da Colonia, com setecentos homens somente de tropa regular; com este mesmo número tomou as fortificações e districtos do Rio Grande, e que com este grande exército tomaria sem opposição alguma, tudo até ao Rio de Janeiro inclusive, se lhe demorasse a notícia da paz, isto é certíssimo, todos o confessam, e todos estavam de accordo de lhe abandonarem a Cidade, no

²²¹ “Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (15/03/1764). Revista do IHGB, Correspondência do Conde da Cunha v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa nacional, jan.-mar, p. 279.

²²² “Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (16/06/1764). Revista do IHGB, Correspondência do Conde da Cunha v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa nacional, jan.-mar, p. 287.

caso que elle apparecesse na barra deste porto, ainda que fosse a sua pessoa somente em uma canoa.²²³

Por certo as tropas coloniais pareciam sofrer de dois problemas crônicos, a falta de homens e a falta de disciplina, e as tentativas da Coroa para contornar tal situação eram, no mínimo, paliativas. Segundo o Vice-rei, ao tentar reforçar as débeis tropas coloniais com os despreparados soldados açorianos, a Coroa nem de longe tinha condições de resolver tal problema. A correspondência de Antônio Álvares da Cunha está povoada de reclamações e lamúrias sobre a impossibilidade de se defender tão importante possessão com homens tão mal preparados. A “má qualidade dos oficiais” era outra constante na correspondência ativa por aquele que fora incumbido de reorganizar militarmente as possessões coloniais, fato que cada vez mais parecia inalcançável.

Esta falta de homens se experimenta mais visivelmente nos officiaes, porque os que são Brasileiros não têm préstimo pelos defeitos já apontados, e os que são desse Reyno por falta de capacidade, e pela má criação que aqui tiveram estão tão débeis e achacados como os outros; meu antecessor tendo tantas virtudes como todos lhe conhecíamos, teve o grande fraco de não gostar dos naturais de Portugal, e especialmente de todos os homens de actividade e préstimo, isto se prova e vê observando-se a capacidade e serviços dos que graduou tão distintamente, que entre todos elles não acho nem um só que possa ser conservado no posto que tem.²²⁴

Ou seja, mais uma vez o Conde Vice-rei deixava claro que a falta de soldados unia-se à inutilidade dos mesmos. Os “soldados, sendo tão maus como tenho dito, são também tão poucos”. Diante dos poucos recursos disponíveis para mudar tal situação, o Conde da Cunha contiuava enviando *mapas* à Corte, buscando atualizar o lamentável estado em que se encontravam as tropas. Não era raro estabelecer comparações com seus antecessores, que haviam sido melhor sucedidos em seus intentos de conter o avanço dos espanhóis. Como julgava mostrar por “mapa incluso”, seu “antecessor teve sempre os regimentos muito mais numerosos, porém para assim o conseguir, conservava com praça nelles.”²²⁵

²²³ “Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (16/06/1764). Revista do IHGB, Correspondência do Conde da Cunha v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa nacional, jan.-mar, p. 285-289.

²²⁴ “Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (16/06/1764). Revista do IHGB, Correspondência do Conde da Cunha v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa nacional, jan.-mar, p. 286.

²²⁵ Idem, *ibid.*

O número reduzido de homens aptos à vida militar na colônia pode ser explicado por diversos motivos. Entretanto, eram os *naturais da terra* os que pareciam se destacar como os mais indispostos à atividade, muitas vezes se valendo de cargos religiosos para se manterem longe da vida militar na colônia:

os soldados tem a mesma falta assim porque todos são brasileiros, como por que só os homens inúteis e inábeis são os que se podem meter nos regimentos, os ativos e capazes todos tem privilégios, metem-se nas Religiões e ordenam-se de clérigos.²²⁶

Para o Conde da Cunha, uma eficaz saída para guarnecer as tropas coloniais era oferecer vantagens para atrair para o ultramar homens com mais preparo, sendo assim o envio de “recrutas desse Reino com algum aumento de soldo, pode ser remédio competente para um mal de tanta conseqüência”. Destacava ainda o desejo de muitos homens do reino em vir para o Rio de Janeiro em busca de benefícios para si e suas casas. Em fala extremada, dizia ser conhecedor

que todo o Portugal deseja vir para o Rio de Janeiro, persuado-me que não seria dificultoso achar quem por sua livre vontade quisesse vir servir nele, assim com praças de soldados como de Oficiais e destes haveria muitos, pois na regulação que se fez pouco antes de eu sair dessa Corte, ficaram muitos fora do serviço que eram capacíssimos, e teriam por fortuna o quere-los Sua Magestade empregar no Brasil.²²⁷

Contudo, os reforços esperados do Reino custavam a chegar, e o Conde Vice-rei buscava sanar as dificuldades imediatas recrutando braços nas possessões americanas. Tornava-se cada vez mais necessário aumentar a participação dos *naturais da terra* para engrossar as tropas coloniais. A esta altura, já se sabia que até o envio de homens de outras partes do reino para guarnecer as tropas da América portuguesa havia demonstrado pouca efetividade, além de numericamente ser incapaz de guarnecer tão extenso litoral. Seriam os homens que viviam na colônia os mais capazes em número para atingir um contingente mais satisfatório às urgentes necessidades de defesa da colônia. No fundo, era

²²⁶ “Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (12/08/1764). Revista do IHGB, Correspondência do Conde da Cunha v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa nacional, jan.-mar, p. 291.

²²⁷ “Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (12/08/1764). Revista do IHGB, Correspondência do Conde da Cunha v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa nacional, jan.-mar, p. 291.

preciso que dos naturais desta terra e sua vizinhança hajam de sair todos os seus soldados, porque os pais destes os ajudam a viver com o sustento diário, com a camisa e sua limpeza – com os sapatos quando os necessitam, e com tudo o mais que podem à proporção das suas posses (ainda que nesta Capitania são presentemente bem poucas) e isto se poderá conseguir se os seus Bispos não ordenarem mais clérigos que os que lhe nomearem, e as religiões não tomarem mais frades que os que puderem sustentar.²²⁸

Não obstante, a tarefa de ampliar o corpo militar colonial chocava-se com a falta de *vocação* para tal atividades encontrada entre os *naturais da terra*. A resistência da população local em seguir uma carreira militar encontrava distintas maneiras de burlar o recrutamento imposto pela Coroa através de seus agentes governativos. Se por um lado, ela buscava organizar e sistematizar o recrutamento, por outro, as próprias medidas régias eram utilizadas pela população local como forma de resistência. Um bom exemplo disso pode ser percebido através do alvará régio de 24 de fevereiro de 1764, que estipulava uma nova forma de recrutar os soldados. Considerava

como maior benefício dos povos, que delles vem a sahir somente aquelles mancebos desocupados, que aos sobreditos povos servem de opressão, e a si mesmos de prejuízo, com o ócio, e com a preguiça, que costumam precipitar em absurdos a mocidade.²²⁹

Assim sendo, para escapar do recrutamento, alguns homens utilizavam o casamento como um pretexto, reconhecido pela Coroa, para não fazê-lo. Casamentos arranjados passaram a ser prática recorrente entre a população, atingindo um grande vulto entre aqueles que possuíam menor renda. Ou seja, o próprio alvará régio que estabelecia as regras para o recrutamento foi utilizado para burlá-lo.

Com o mesmo objetivo, outra prática recorrente era o ingresso na vida religiosa. Segundo o Vice-rei, as excessivas ordenações feitas pelos bispos, colaboravam para o desvio de função dos homens disponíveis para a vida militar existentes na colônia. E, quanto a isso, não media as palavras:

²²⁸ “Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (27/7/1767). Revista do IHGB, Correspondência do Conde da Cunha v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa nacional, jan.-mar, p. 399-400.

²²⁹ “Alvará de 15/11/1764”, in, *Coleção de Leis, Alvarás, e Decretos, que desde o reinado do Senhor Rei D. José I se tem promulgado até o presente ano de 1794*, Lisboa, Officina de Antônio Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho de Guerra, p. 127; Apud, Christiane Figueiredo Pagano de Mello, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII...*, p. 210.

preciso era que se aumentassem e completassem presentemente [as tropas], porém não é possível conseguir-se o achar-se nem um só homem a quem se possa assentar praça, porque todos se escondem nos matos e todos se vão ordenando de clérigos; o ano próximo passado deu ordem o Bispo desta Dioceze a alguns moços desta capitania, e a mais de setenta das Minas: neste presentemente ano tem ordenado a muitos mais, e hoje me disseram que anteontem e no antecedente dia tinha ordenado alguns outros; se este Prelado tem ordem de Sua Magestade para não ordenar, eu não sei o porque ele desobedece ao seu Monarca, mas conheço que, tirando-se por este modo os vassallos ao seu Rei e Senhor, e à Pátria os homens que lhe podem ser úteis, e lhe são necessários para a sua defesa, é porque querem perdê-la e isto é ser traidor.²³⁰

Muitas vezes, a Igreja se apresentava como uma saída para aqueles que *fugiam* do recrutamento, impondo ao meio militar grandes obstáculos que levaram a enfrentamentos diretos com o Vice-Rei. Os seminários existentes nas Capitanias se apresentavam como uma ameaça aos objetivos militares do governo. Para o Vice-rei o número de seminários era excessivo:

isto se não poderá conseguir em quanto nela [a capitania] houver três seminários que aqui existem, que um só bastaria com trinta estudantes de boa aplicação e bons costumes, para destes se irem tirando e ordenando os que fossem necessários, e capazes para completar o número de clérigos que fixamente se lhe pode e deve regular.²³¹

Também parecia excessivo ao Vice-rei o número de sacristães nas vilas e povoações do Recôncavo, consumindo homens de todas as freguesias, sem real necessidade de fazê-lo, uma vez que, na opinião do Conde da Cunha, tais freguesias já contavam com um “excessivo número de sacristães; e todos eles os mais Capazes daqueles distritos para serem soldados”, que, “pela sua competente idade como pelas suas figuras e costumes, que por estes (que são péssimos) se deviam empregar na vida militar”. Portanto, cabia à Coroa coibir as intenções da Igreja, não permitido que no serviço de seu ministério se ocupassem homens em idade militar, utilizando apenas “homens que passassem de trinta e cinco anos, que destes há muitos nesta Capitania que não tem de que vivam”.²³²

²³⁰“Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (22/01/1766). Revista do IHGB, Correspondência do Conde da Cunha v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa nacional, jan.-mar, p. 344-345.

²³¹ “Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (27/7/1767). Revista do IHGB, Correspondência do Conde da Cunha v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa nacional, jan.-mar, p. 399-400.

²³² Idem, *ibid.*

Para compensar o fato de uma parcela significativa da população ficar fora do alcance régio devido a distintas estratégias postas em prática pelas comunidades locais – seja buscando casamentos de conveniência, seja através do ingresso na vida religiosa – os agentes governativos procuravam novos alvos de arregimentação. Tal fato, colocava não só os homens da Igreja no alvo da cobiça do Conde Vice-rei, mas também os homens de negócio. Entretanto, como era de se esperar, estes gozavam de maior prestígio por parte do Vice-rei e muitas vezes foram convocados a ocupar os melhores postos:

Cada um destes Terços se comporá de seiscentas até setecentas praças, das quais se formarám sete companhias, e para Capitães e Alferes delas nomearei os homens de negócio mais distintos e mais capazes que aqui há, assim por não haver outros de melhor qualidade, como também porque compondo-se presentemente toda esta Cidade de gente desse trato, conveniente me pareceu que da mesma saíssem os seus oficiais competentes.²³³

A arregimentação dos homens de negócio devia obedecer a outra lógica, uma vez que a cooptação destes homens trazia consigo possíveis investimentos para o setor militar. Se, para a Coroa, a presença destes homens em seus quadros parecia vantajosa, os homens de negócio e seus caixeiros também procuravam, ao se alistarem nas ordenanças, ingressar no grupo localmente privilegiado, “uma vez que as ordenanças não só asseguravam certo status social, como também garantiam a seus membros que não seriam enviados em missões para fora da área de atuação do regimento”. Além de certo prestígio, mantinham-se próximos de seus negócios, sem contar que para eles a manutenção da paz era em princípio favorável ao bom andamento de sua própria atividade.²³⁴

Se, por um lado, a população lançava mão, cada vez mais, de uma série de estratégias para fugir da vida militar, por outro, o Vice-rei buscava acenar com vantagens para convencer a população local. Em uma tentativa de amenizar o pouco prestígio da atividade junto à população civil, o Conde da Cunha procurava valorizar o serviço militar falando sobre a sua *nobreza*, buscando, assim, reverter os fatores que contribuía para a pouca aceitação deste, principalmente diante da severa rotina

²³³ “Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (02/11/1767). Revista do IHGB, Correspondência do Conde da Cunha v. 254, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa nacional, jan.-mar, p. 408.

²³⁴ Paulo César Possamai, “O Recrutamento Militar na América Portuguesa: O esforço conjunto para a defesa da colônia do sacramento (1735-1737)”, Revista de História, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, nº 151, 2º semestre de 2004, p.155.

militar e da disciplina que impunha pesados castigos. Seguindo uma lógica parecida com a que já era utilizada, até mesmo, para atrair os agentes governativos.²³⁵

Em uma sociedade de Antigo Regime, considerar o serviço militar como um espaço de nobilitação fazia com que exercesse um papel de atração, dada a configuração social definida por uma hierarquização pautada na natural desigualdade entre os homens. Segundo Ângela Xavier e Antônio Manuel Hespanha, durante esse período, o conjunto da sociedade se apresentava como rigorosamente hierarquizado, naturalmente ordenado e com funções sociais naturalmente definidas e, em princípio, imutáveis.²³⁶ Contudo, em outro trabalho, afirma Hespanha que a mobilidade era possível, desde que não ferisse a natureza das coisas, ocorrendo para aperfeiçoar a ordem natural. Além disso, ela devia provir de “poderes extraordinários, como o do rei que emancipa, legitima, enobrece”.²³⁷

Com isso, a hierarquização da sociedade se reproduzia no corpo do exército. O oficial devia ser um nobre, enquanto o soldado era um peão; um comandava, e o outro, obedecia. Da mesma forma, a ambição do soldado era extremamente limitada, e igualmente, a dos oficiais não era ilimitada.

Problematizando, a questão da ambição no processo de recrutamento dos melhores homens para o serviço militar, pode-se tomar o relato do Conde de Lippe. Para este militar, contratado pela Coroa para organizar as tropas portuguesas por ocasião do envolvimento do país na Guerra dos Sete Anos, muitos oficiais *subalternos*, que tinham uma atitude exemplar frente aos seus superiores, logo que comandavam as tropas com armas ou mesmo sem elas, apresentavam pouco interesse pelo serviço. Desta forma, para o Conde, tal procedimento demonstrava a falta de ambição. No entanto, esquecia-se ele que o desejo de galgar postos maiores devia vir acompanhado de um estímulo proporcionado pelo reconhecimento de seus serviços. Mais uma vez, pode-se notar a importância da nobilitação nesta sociedade, fato que também estava presente no recrutamento das próprias tropas coloniais.²³⁸

Entretanto, a concessão de privilégios e a possibilidades de nobilitação também podia funcionar como um obstáculo aos interesses da Coroa. Como, por exemplo, em

²³⁵ Heloísa Liberalli Belloto, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial...*, p. 97.

²³⁶ Ângela Barreto Xavier & Antônio Manuel Hespanha. *op. cit.*, pp.121-155.

²³⁷ Antônio Manuel Hespanha. “A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime” in: *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF – v.11, n. 21 Julho de 2007 – Niterói: Sete Letras, 2007, pp. 121-143.

²³⁸ Costa, Fernando Dores, “O bom uso das paixões...”, p. 1001.

relação à concessão de alguns privilégios a determinadas profissões e devoções religiosas, que muitas vezes funcionava como impeditivo ao recrutamento. Tal fato ia de encontro à regra para o recrutamento que estabelecia que todos os homens solteiros, entre os 17 e 30 anos, estavam aptos ao serviço nas tropas regulares, deixando de fora uma importante parcela da população que se encontrava dentro desta faixa etária.²³⁹

Além disso, a disseminação dos privilégios, em alguns casos, possibilitava a formação de amplas redes de proteção contra o recrutamento obrigatório. Frente a tantos benefícios, o alvo principal dos recrutadores acabava por recair sobre “os vagabundos, malfeitores, trabalhadores itinerantes e todos aqueles que não contavam com a proteção das comunidades locais”.²⁴⁰ Via de regra, esta era uma situação bastante comum na Europa durante o Antigo Regime, quando as monarquias buscavam evitar o recrutamento dos privilegiados e das camadas produtivas da sociedade.

O Conde da Cunha, durante sua governação, pensando com certeza na questão dos privilégios na América portuguesa, afirma que

nesta terra e suas vizinhanças rara é a casa que não tem privilégio, umas o tem da Sanctíssima Trindade, outras o da Bula da Cruzada, outras o de Familiares do Santo Ofício, outras o de Santo Antônio de Lisboa, e as maiores famílias o de Moedeiros; estes não só livram seus filhos do serviço militar, mas também seus criados-caixeiros-feitores-roceiros, e os que estão aditos aos seus engenhos de açúcar; pelo que se esta multidão de privilégios se não derrogar, ao menos em quanto se não completam as tropas, não será possível haver soldados nellas se não vierem de Portugal, e isto seria o mais acertado.²⁴¹

O Vice-rei destacava a dificuldade em recrutar homens para o serviço militar frente ao grande número de privilegiados. Seja por prerrogativas religiosas ou por outras mercês régias, ou mesmo, como demonstrou Ronald Raminelli, por hábitos falsos, a quantidade de dispensados era significativa. Não cabendo discutir a validade dos privilégios, mas sim a argumentação que acabava por lesar o esforço de recrutamento posto em prática na colônia. De fato, o significado dos privilégios para

²³⁹ Costa, Fernando Dores. “O bom uso das paixões...”, p. 969-1017.

²⁴⁰ Fernando Dores Costa, “Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII...”, p.126.

²⁴¹ ARNJ “Carta do Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (RJ, 16/06/1764), correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a corte, Cód. 80, v.10, fundo 86, p. 287-288.

o recrutamento limitava os recursos disponíveis à Coroa “de transformar súbditos em combatentes.”²⁴²

Também para Christiane Mello, os “limites impostos pela comunidade local ao recrutamento militar eram mais amplos do que aqueles determinados pelo governo central”. Tal fato representava na prática que uma parcela importante da população apta à carreira militar encontrava-se fora do alcance desta política régia.²⁴³

O número de homens que se beneficiavam dos privilégios para evitar a participação nas forças militares só fez crescer ao longo dos anos. Até mesmo com os benefícios oferecidos pela Coroa, o número de homens que buscaram o reconhecimento social a partir da carreira militar continuou reduzido.

Assim, muitos privilégios concedidos pela Coroa acabaram por alimentar a falta de racionalização das forças militares coloniais no século XVIII. E parte disso se dava pelo monopólio da Coroa na distribuição das patentes, vinculando a hierarquia do exército à hierarquia social. O que dificultava a promoção da carreira por regras ligadas à racionalização e trazia, para o cotidiano militar, homens que muitas vezes assumiam postos de comando sem antes nunca ter vivido a realidade militar.²⁴⁴

Devido a essas inúmeras barreiras impostas ao recrutamento militar na colônia, a Coroa se via obrigada a esforçar-se para imprimir mudanças não só no próprio recrutamento, como na formação das forças de defesa da colônia. Desta forma, a vinda dos oficiais estrangeiros, a busca pela unificação militar do Sul, a criação de um regimento aos moldes de Lisboa e a importação dos regimentos marcaram os períodos posteriores da governação na colônia.

* * *

*A especialização do homem de guerra se afirma com os processos da arte militar.*²⁴⁵

²⁴² Costa, Fernando Dorez, “Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII ...”, p.138. Ver também, Ronald Raminelli, *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo a distância*, São Paulo, Alameda, 2008.

²⁴³ Christiane Figueiredo Pagano de Mello, *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII...*, p. 210.

²⁴⁴ Ver, Adriana Barreto de Souza, *Duque de Caxias...*, p. 49.

²⁴⁵ André Corvisier, *História Moderna*, São Paulo, Diefel, 1976, p. 405.

O despreparo das tropas coloniais deixavam-nas muito aquém das ações militares em voga nos conflitos europeus. Portanto, ratificava a ideia anteriormente apresentada pelos governantes coloniais acerca da necessidade tanto do envio dos regimentos portugueses – já fruto da reforma posta em curso pelo Conde de Lippe – quanto dos oficiais estrangeiros preparados para implantar a modernização dos contingentes coloniais.

O diagnóstico exposto pelo Conde de Oeiras sobre a situação militar da colônia destacava duas importantes “certezas”: primeiro, a urgência de serem criadas tropas preparadas o bastante para enfrentar possíveis ataques e operações inimigas. Aqui, o futuro Marquês de Pombal mais uma vez destacava o “perigo inglês”, mas tais medidas serviam também a outros *inimigos*. Outra certeza dizia respeito à valorização dos regimentos da cidade. Novamente, era ressaltada a importância de se confiar na “honra, [n]o zelo, e [n]o préstimo dos oficiais” e, portanto, urgia especializá-lo.

Após relatar os mecanismos de aprendizado a partir da experiência militar adquirida no reino, o Conde de Oeiras ordenava o estabelecimento nessa

Cidade de um competente Corpo de Tropas Regulares; composto por ora dos três Regimentos dela, reforçados com os outros três bons, e disciplinados Regimentos, que vão declarados na Relação, que ajuntarei a esta Carta; de duas companhias de Cavalaria, acrescentando V. Ex^a a que já tem levantado; e dos terços de Auxiliares, que V. Ex^a. aí puder logo formar.²⁴⁶

A fim de reestruturar de forma mais definitiva a estrutura militar da América portuguesa, o Conde de Oeiras enviava oficiais estrangeiros, que ficavam responsáveis pelo treinamento e comando das tropas, assim como provimentos para guarnecer as tropas.

Resolveu, outrossim, Sua Majestade nomear para General em chefe de todas as referidas Tropas o Tenente General João Henrique Böhm; e para chefe do Corpo de Engenheiros, Artilheiros o Brigadeiro Jacques Funck; e resolveu mais o dito Senhor socorrer à V. Ex^a. com o Trem de Artilharia de Campanha competente à esse Terreno, e com o bom provimento de munições de Guerra.²⁴⁷

²⁴⁶ ANRJ, Correspondência da Corte com o Vice-reinado – Cód.27, vol.01, Fundo D9, p. 31-77, Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte, Cód. 80, vol.10, fundo 86, “Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha” (Lisboa, 20/06/1767).

²⁴⁷ ANRJ, Correspondência da Corte com o Vice-reinado – Cód.27, vol.01, Fundo D9, p. 31-77, Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte, Cód. 80, vol.10, fundo 86, “Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha” (Lisboa, 20/06/1767).

A intenção da Coroa era unificar as tropas sob um mesmo comando, um “único Exército, debaixo das mesmas Regras, e da mesma idêntica disciplina, sem diferença alguma”. Deste modo, ficava a cargo do General João Henrique de Böhm reduzir os Regimentos da Capitania do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco sob o mesmo comando. Nomeava, ainda, “o mesmo Tenente General para Inspeção Geral de todas as suas Tropas do Brasil”. O primeiro objetivo era uniformizar as Tropas colônias tal como ocorrera com as tropas portuguesas.²⁴⁸ Desta forma, como destaca a historiadora Adriana Barreto de Souza, a contratação de Böhm estava vinculada a uma dupla função: “reorganizar militarmente a cidade e formar um exército para combater os espanhóis”.²⁴⁹

Identificado pelo ministério pombalino como problema central, o *perigo externo* orientava as ações da Coroa. Além dos ingleses, como destacado acima, a correspondência alertava para o perigo representado pela Espanha, envolvida num complexo jogo de interesses fronteiriços e que continuava a desafiar os portugueses no continente e no ultramar, sobretudo, nas fronteiras ao Sul do Estado do Brasil. Mesmo em períodos de trégua entre as duas Coroas, o Conde de Oeiras reafirmava a manutenção da cautela em relação aos “temidos vizinhos”.²⁵⁰

Em carta de 20 de julho de 1767, o Conde de Oeiras repassava ao Vice-rei a decisão régia de buscar preservar relações amigáveis com os incômodos vizinhos. Para tanto cabia

que em todas as capitanias desses Domínios de El-Rei Nosso Senhor se cultivassem com os Vassallos de Sua Majestade Católica a mais perfeita harmonia e a mais amigável correspondência. Que assim o tem V. Ex^a. ordenado a todos os comandantes das dependências dessa Capitania: que o mesmo tem feito o Governador de São Paulo: E que V. Ex^a. espera, que ele Dom Antônio Bucarelli faça cessar suas hostilidades incompatíveis com o atual sistema de amizade, e união íntima entre as duas Cortes; mandando abrir com a Colônia a comunicação para a qual bastaria a paz entre as duas Nações.²⁵¹

²⁴⁸ ANRJ, Correspondência da Corte com o Vice-reinado – Cód.27, vol.01, Fundo D9, p. 31-77, Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte, Cód. 80, vol.10, fundo 86, “Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha” (Lisboa, 20/06/1767).

²⁴⁹ Adriana Barreto de Souza, *Duque de Caxias...*, p. 64.

²⁵⁰ *Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha*, Lisboa, 20 de junho de 1767, tratando das mudanças nas relações com os territórios espanhóis, após o rompimento de relação destes com os Jesuítas. Correspondência da Corte com o Vice-reinado, ANRJ, fundo D9, código 67, v. 1.

²⁵¹ *Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha*, Lisboa, 20 de junho de 1767, tratando das mudanças nas relações com os territórios espanhóis, após o rompimento de relação destes com os Jesuítas. “Correspondência da Corte com o Vice-reinado”, ANRJ, fundo D9, código 67, v. 1.

Ante a temível sombra de uma invasão estrangeira, a concretização da centralização do comando militar não era o bastante para sanar as fragilidades militares da América portuguesa. Sendo assim, à unificação do comando militar devia vir acrescido de um esforço de reformas. Neste sentido, buscava-se a agilidade das decisões, a otimização do desempenho da defesa e o fortalecimento da costa. As primeiras nomeações de regimentos portugueses, liderados por experientes oficiais estrangeiros, somente ocorreram nos últimos meses do vice-reinado do Conde da Cunha. Segundo Adriana Barreto, a expedição militar que chegou ao Rio de Janeiro em 5 de outubro de 1767 era uma “obra de marquês de Pombal” no intuito de fortalecer o Rio de Janeiro e transformá-lo no “centro de todo o dispositivo militar colonial”.²⁵²

Quanto aos procedimentos que deviam ser levados a cabo pelo vice-rei, o Conde de Oeiras, ainda na mesma carta, alertava que cabia ao Conde da Cunha não só receber bem os ditos oficiais estrangeiros, como tomar prontas providências para estabelecer estes e os sobreditos regimentos a contento. O Conde Vice-rei buscou esmerar-se na tarefa para a qual fora designado. Apesar de encontrar-se acamado e impossibilitado de receber os oficiais no desembarque, no dia seguinte procurou redimir-se da falta, oferecendo em sua própria residência um jantar de boas vindas. Esta atitude demonstrava a preocupação do Conde da Cunha no cumprimento das ordens régias e expressava o valor dos oficiais estrangeiros para as reformas militares a serem executadas. De fato, as reformas eram urgentes e não podiam acontecer sem este importante reforço.

Ao enfatizar a necessidade da organização dos regimentos na capitania do Rio de Janeiro, de extrema importância para defesa do Sul, essas instruções do Conde de Oeiras estivera, no centro da ação governativa do Vice-rei Conde da Cunha em seus momentos finais. Para viabilizar esta empresa, tornava-se preciso uma grande articulação entre a Coroa, os agentes governativos do ultramar e os oficiais estrangeiros, para que se pudessem estabelecer as reformas conforme aquelas adotadas no Reino.

²⁵² Ver, Adriana Barreto de Souza, *Duque de Caxias...*, p. 64

Para que o Regimento de Artilharia dessa cidade se constitua no mesmo bom e útil estado em que hoje se acham os das outras Potências da Europa, de que se assentaram em que na Guerra, que presentemente se faz, consiste nas operações da Artilharia a maior força dela: Ordena também Sua Majestade, que [...] o Regimento seja reduzido à mesma formatura, aos mesmos Estudos, aos mesmos exercícios, e às mesmas manobras, em que os Regimentos de Artilharia desse Reino se acham já tão destros, como os de Inglaterra e de França; e com grande e conhecida superioridade aos de Espanha.²⁵³

Foram enviados para a América Portuguesa, além dos já mencionados tenente-general Böhm e o brigadeiro sueco Jacques Funck, o engenheiro italiano Francisco João do Roscio. Este último devia agir no sentido de intervir na estrutura das fortalezas e na arquitetura militar. Os oficiais estrangeiros passaram a ocupar postos de grande prestígio e comando, intervindo na hierarquia militar da colônia. Entretanto, não só oficiais de alto escalão foram enviados, mas também um contingente de 2.300 homens do reino, entre oficiais de baixo escalão e soldados, que desembarcam na Capitania do Rio de Janeiro e geraram um grande alvoroço junto à população local.

Como ressalta Adriana Barreto, entram em choque, “de forma repentina, milhares de pessoas de culturas diferentes”. Além dos portugueses, que compunham os regimentos e os oficiais estrangeiros, enviados por indicação do prestigiado Conde Lippe para cargos de comando, desembarcaram também na baía de Guanabara homens vindos da ilha dos Açores, além de mercenários oriundos de outros países europeus. Assim, um jogo complexo de disputas e acomodações foi sendo traçado, envolvendo hierarquias e segmentos sociais diferenciados, impondo ao contexto final do vice-reinado do Conde da Cunha um clima de complexas tensões.²⁵⁴

Por outro lado, as ações régias em prol da militarização do território colonial esbarravam em impedimentos relacionados à dinâmica social e política, tanto do reino quanto do Estado do Brasil. Lá, Fernando Dores Costa destacou as inúmeras dificuldades encontradas pelo Conde de Lippe ao buscar pôr em curso a reforma militar de que fora incumbido. Ao queixar-se ao Conde de Oeiras, Lippe destacava que devia ainda

²⁵³ ANRJ, Correspondência da Corte com o Vice-reinado, fundo D9, código 67, v. 1, “*Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha*” (Lisboa, 20 de junho de 1767).

²⁵⁴ Ver, Adriana Barreto de Souza, *Duque de Caxias...*, p. 48.

com grande dor minha, representar a V. Ex^a. que os Batalhões se achão ainda extraordinariamente diminutos, e que sem hua proibição severa e publica a todos os Magistrados das Cidades e Villas de occultar e dar azilo aos que se auzentão dos Regimentos, nunca as tropas poderão chegar ao numero necessario para fazerem hum serviço proporcionado ao numero de Batalhões.²⁵⁵

Ainda segundo Dores Costa, as ações do Conde de Lippe podem ser consideradas uma tentativa de imposição de um modelo de militarização sobre outro, fato que causou profundos impactos na sociedade portuguesa e, por extensão, na colônia. Um bom exemplo desta sobreposição e de seus desdobramentos pode ser percebido através das penas previstas para os infratores que não se adequassem às novas disposições regulamentares. Essas penas eram constantemente criticadas e tomadas como excessivas pela população local, demonstrando a distância encontrada entre a lei e a prática. Destarte, o que era denunciado pelos reformadores como infrações inadmissíveis muitas vezes estavam inseridas no bojo das práticas cotidianas, reforçando a idéia de que as transformações necessárias à reforma militar não eram resultado da simples transposição de medidas penais, por mais rigorosas que estas fossem.²⁵⁶

Logo, a incumbência de dirigir as reformas militares tão necessárias para o reforço da defesa da América portuguesa não se apresentava como uma tarefa simples. Se os oficiais da *escola de Lippe* vinham em busca de prestígio e riquezas, a situação militar na qual a colônia se encontrava esfriava suas expectativas. Além das resistências encontradas entre a população local, o próprio vice-rei tinha os ditos oficiais como uma ameaça, e apesar da sua tentativa de seguir as instruções da Coroa buscando ampará-los no que lhes fosse necessário, sua ação esbarrava no fato destes representarem uma ameaça ao seu próprio poder. O prestígio de oficiais como Böhm atingia a esfera de ação do Vice-rei, e os desentendimentos entre eles não tardaram, sendo inúmeras as reclamações por parte do Conde da Cunha enviadas ao reino, colaborando, inclusive, para o pedido de substituição por parte do Vice-rei.

O maior desafio deste esforço reformador talvez tenha sido o deficiente estado em que se encontrava o aparato militar, com fortes mal guarnecidos, tropas mal preparadas e completamente inábeis, o que tornou tal esforço ainda mais árido. Ao

²⁵⁵ “Carta do Conde de Lippe ao Conde de Oeiras”, apud: Costa, Fernando Dores, “O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar”, *Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998, p. 978.

²⁵⁶ Costa, Fernando Dores, “O bom uso das paixões...”, p. 982-983.

buscar pôr em prática seus “Artigos de Guerra”, o tenente-general Böhm viu-se cercado de obstáculos que se estenderiam por anos. Elaborados após a Guerra dos Sete Anos, em 1762, os artigos tinham como modelo a renomada estrutura militar prussiana, que em nada se assemelhava às inoperantes forças militares lusas, ainda menos àquelas da América portuguesa. Tais artigos tinham por objetivo pontos como: a regulamentação da vida militar; questões relativas à subordinação e comando das tropas; conflitos e agitações dentro do próprio corpo das tropas. Essas idéias inovadoras revolucionaram a arte da guerra então em vigor na Europa, e dentre elas, a disciplina militar era ponto imperativo, o que dificultava ainda mais a tarefa do general diante das autoridades locais, pois a indisciplina e a desorganização eram pontos nevrálgicos das tropas coloniais.

Ditando as linhas finais do governo do vice-rei Antônio Álvares da Cunha, as dificuldades para pôr em curso reformas, nos moldes de Lisboa, se mostraram pesadas demais para o já exausto vice-rei, colaborando para que ele pedisse à Corte um substituto. Assim, o desenrolar da reforma se deu, principalmente, durante a governação do 2º Marquês de Lavradio, que voltou a receber de seus antecessores um legado marcado por inúmeras resistências e antigos desafios.²⁵⁷

²⁵⁷ O mau relacionamento com o corpo militar foi um dos aspectos elencados pelo Conde da Cunha para pedir a Coroa o envio de um sucessor. Ver, Carta do Vice-rei do Brasil Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado; Acerca dos motivos que teve para pedir nomeação de sucessor (1767), IHGB – Arquivo do Conselho Ultramarino – Rio de Janeiro – Correspondência dos Vice-reis – 1763 a 1777, Doc. 278.

Conclusão

O terceiro quartel do século XVIII foi marcado por um contexto internacional de sérias tensões entre as grandes potências européias, que teve o seu apogeu com a Guerra dos Sete Anos. A ameaça que ingleses e espanhóis passaram a representar extrapolavam o território europeu e encontraram um grande eco em territórios americanos. A América Portuguesa passou então a estar sob constante ameaça, e as ações dos agentes governativos, principalmente do Conde de Oeiras, voltaram-se para a necessidade de reestruturar as defesas daquela que passou a representar, desde o início do Setecentos, a mais importante *jóia* da Coroa portuguesa. Imbuída pela necessidade de defesa, a Coroa buscou estabelecer estratégias capazes de conter o tão temido avanço inimigo. Desta forma, o futuro marquês de Pombal lançou mão de uma série de *cartas instrutivas*, buscando orientar os oficiais régios no ultramar quanto a viabilizar ações capazes de guarnecer e fortalecer as defesas.

A percepção desses *perigos*, que constituíram as principais preocupações do discurso contido nas instruções pombalinas, já podia ser percebida no *parecer testamento* de um dos membros do Conselho Ultramarino, Antônio Rodrigues da Costa, em 1732, no qual o conselheiro destacava os três principais perigos enfrentados pela Coroa em relação à América Portuguesa.²⁵⁸ São eles: (1) “o perigo interno”, provocado pela “desafeição e o ódio” contra os governantes, provenientes das injustiças e injúrias pelas quais eram tratados; (2) “o perigo externo”, que estava ligado aos riscos de invasões de nações inimigas, devido à fragilidade da defesa da região, assim como das relações diplomáticas e dos acordos de paz; e (3), um último, o mais temido perigo, que seria a “união dos dois primeiros perigos”, no qual o descontentamento dos vassallos ultramarinos podia reverter em união com outro soberano.

Os três perigos apontados pelo conselheiro ultramarino, ainda no reinado de D. João V, continuaram presentes na documentação administrativa referente à América Portuguesa durante o período pombalino, formada pelas cartas ativas e passivas dos

²⁵⁸ Luciano Figueiredo, “Antônio Rodrigues da Costa e os muitos perigos de vassallos aborrecidos (notas a respeito de um parecer do Conselho Ultramarino, 1732)”, em: Ronaldo Vainfas; Georgina Santos; Guilherme Neves (orgs.), *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português dos séculos XVI a XIX*, Niterói, EdUFF, 2006, p. 187-203.

altos oficiais régios envolvidos: o governador Gomes Freire de Andrada e os Vice-reis Conde dos Arcos, 1º Marquês do Lavradio, Antônio Álvares da Cunha e 2º Marquês do Lavradio.

O *perigo interno*, que dizia respeito à ação *maléfica* dos jesuítas e seu conluio com índios e inimigos externos, que ameaçavam a Coroa, movimentaram a governação do Vice-rei Conde dos Arcos, chegando a envolver, mesmo que por um curto período de tempo, o 1º Marquês de Lavradio. Estes se viram incumbidos de pôr em andamento as ordens régias de 1759, que buscavam acabar com a influência jesuíta no interior do Império português.

Gomes Freire alertou a Coroa para o *perigo externo*, que rondava as fronteiras da América Portuguesa. A presença dos incômodos vizinhos espanhóis levou o governador do Rio de Janeiro a propor uma unificação das forças militares sob seu comando, dizendo ser esta uma medida importante para proteger dos espanhóis os territórios ao Sul. Medida esta que teve uma continuidade efetiva durante a governação de Antônio Álvares da Cunha.

E, no período em que o Conde da Cunha exerceu o Vice-reinado, medidas enérgicas da Coroa buscaram tornar efetivo esse comando centralizado da América Portuguesa, tornando o Rio de Janeiro sede do Vice-reinado e conferindo maior importância a uma região que se apresentava mais próxima das tensões do Sul, da região mineradora e das rotas comerciais do Atlântico. Portanto, como afirma Nuno Gonçalo Monteiro, durante o período pombalino, foi “sobretudo no plano militar que se pode falar de uma maior concentração de recursos no Vice-rei, justificada pela situação de tensão quase permanente no sul da América [...]”²⁵⁹

Destarte, os alertas do conselheiro parecem se repetir nas palavras do futuro marquês de Pombal. Este, através de suas *cartas instrutivas*, buscou programar uma política de defesa pautando-se na definição das fronteiras, no incentivo ao povoamento e ocupação de territórios, no fortalecimento das forças militares. Buscava assim proteger-se daquele grande perigo que já tinham sido anunciado pelo conselheiro Rodrigues da Costa como o *perigo externo*. No entanto, ao esbarrar no problema crítico da arregimentação de tropas, o projeto pombalino parece ter enfrentado um novo obstáculo. A resistência ao recrutamento militar anuncia os limites da ação da Coroa em relação a seus súditos, trazendo à tona o *terceiro perigo*,

²⁵⁹ Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José na sombra de Pombal...*, 2006, p.180.

de que os poderes localmente constituídos, resistindo às políticas governamentais, inviabilizassem a defesa do território contra o *perigo externo* que vinha principalmente do sul.

Em outras palavras, a despeito de todos os recorrentes esforços e instruções de Pombal durante toda sua governação – relativos ao incremento das defesas, fortificações, fronteiras, tropas etc. – o projeto pombalino para a América Portuguesa não foi bem sucedido. A vitória da ofensiva militar de Ceballos, em 1776-1777, e o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, o evidenciam.

Na origem do processo, se a transferência da capital para o Rio de Janeiro havia permitido que as ações militares ficassem mais próximas das áreas conflituosas, estabelecendo melhores condições de defesa e atendendo às exigências imediatas da guerra, os resultados não foram os esperados. Da mesma maneira, a governação do Conde da Cunha, se pôs em prática a unificação militar das forças do Sul, sob o comando do Rio de Janeiro, não conseguiu grandes avanços em seus esforços de militarização da América portuguesa.

Na realidade, a unificação militar iniciada durante o Vice-reinado do Conde da Cunha e as reformas militares nos moldes daquela efetivada no reino acabaram por gerar intensos conflitos envolvendo as forças localmente constituídas. Alvo de supostos grandes esforços por parte do Vice-rei e da atenção dos militares estrangeiros enviados, estas iniciativas, porém, só encontraram maiores desdobramentos mais tarde, durante o Vice-reinado do segundo Marquês de Lavradio.

Nos momentos finais do seu vice-reinado, Antônio Álvares da Cunha escrevia à corte reconhecendo que não havia conseguido estabelecer na América portuguesa os laços necessários ao seu *bom governo*. E apesar de o Vice-rei apontar as forças locais como grandes obstáculos a suas medidas governativas, o vulto de sua empreitada militarizante parece ter sido maior do que as possibilidades de realizá-la.

Trazendo na bagagem uma grande experiência de governo, acumulada ao longo dos inúmeros postos que ocupara, este oficial régio seguiu decerto uma trajetória traçada de acordo com a *hierarquia territorial* que tinha passado a prevalecer. Nesse sentido, as distâncias e a dimensão do Império Ultramarino Português proporcionaram-lhe com certeza, muitas vezes, um acréscimo de poder, pois, se o rei era o *senhor de tudo*, o seu representante, no caso o Vice-rei, não

passava de uma *sombra*, como lembrou Laura de Mello e Souza a partir de um dos sermões do padre Antônio Vieira:

A sombra, quando o sol está no zênite, é muito pequenina, e toda se vos mete debaixo dos pés; mas quando o sol está no oriente ou no ocaso, essa mesma sombra se estende tão intensamente, que mal cabe dentro dos horizontes. Assim, nem mais nem menos os que pretendem e alcançam os governos ultramarinos [...].²⁶⁰

Como *sombra*, o Conde da Cunha, embora atuando no *ocaso* em que estava situada a América, onde ela, a sombra, se revelava *mais longa*, buscou moldar-se e seguir as ordens do *sol*, que se escondia na sombra daquele outro Conde, o de Oeiras. Apesar de seu esforço, no entanto, acabou por encerrar sua governação dizendo ter perdido as condições para cumprir retamente as ordens régias, principalmente porque não havia conseguido se fazer *amar*, ou seja, manter boas relações com os poderes localmente constituídos. A *penumbra* americana tinha se sobreposto à *sombra* da Coroa.

²⁶⁰ Cf. Antônio Vieira, *Sermões pregados no Brasil*, Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1940, v. II, p. 275. Vale destacar também que esta passagem do padre Antônio Vieira foi eleita pela historiadora Laura de Mello e Souza para o título de seu mais recente livro sobre administração colonial: Laura de Mello e Souza, “O Sol e a Sombra...”.

Fontes primárias

- ANRJ - *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Correspondência da Corte com o Vice-reinado, códice 67, vol. 01, fundo D9.
- ANRJ- *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Correspondência da Corte com o Vice-reinado, códice 67, v. 01, Fundo 86.
- ANRJ- *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, Correspondência dos Governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades, códice 84, vol. 02, Fundo 86.
- BN – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 31, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1913.
- IHGB - *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arquivo do Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, Correspondência dos Vice-reis – 1763 a 1777, Arq. 1.1.29.
- IHGB - *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 1, Rio de Janeiro, 1979.
- RIHGB - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 254, Departamento de Imprensa Nacional, jan.-mar., 1962.
- RIHGB - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 255, abr.-jun., 1962.
- RIHGB - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 257, out.-dez., 1963.
- RIHGB - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 259, abr.-jun., 1963.
- RIHGB - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 4, 1842.

Referências Bibliográficas

- ALDEN, Dauril. *Royal government in colonial Brazil, with special reference to the administration of the marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.
- BARUDIO, Günter. *La época del absolutismo y la ilustración (1648-1779)*. México, Siglo Veintiuno, 1986.
- BELLOTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: O governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2ªed. São Paulo: Alameda, 2007.
- _____. “Governo central e administração colonial: convergências e divergências no caso da capitania de São Paulo (1748-1775)”. Conferência do Centro de História do Além Mar. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa 20 de Maio de 2008. Disponível em: < http://www.cham.fcsh.unl.pt/pages/actividades_conferenciascha_m.htm>. Acesso em: Janeiro de 2010. p.8.
- BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. “A fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina”. In: *Actas do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”*. Lisboa, 2 a 5 de novembro de 2005, FCSH/UNL. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/maria_fernanda_bicalho.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2009.
- BOSCHI, Caio. “Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais”, *Tempo*, Rio de Janeiro, v.7, nº13, 2002, pp.77-110.
- BOXER, Charles R. *O Império marítimo português – 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A Idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. v. 3. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1959.
- CARDIM, Pedro. “Amor e Amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII”. *Lusitânia Sacra* (Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa), Lisboa, Tomo 11, 2ª série, 1999.
- CARNAXIDE, Antônio de Sousa Pedroso (Visconde de Carnaxide). *O Brasil na Administração Pombalina (Economia e política externa)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1979.

- CARREIRA, Antônio. *As Companhias Pombalinas; De Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CAVALCANTI, Paulo. *Negócios de Trapaça. Caminhos e Descaminhos na América portuguesa (1700-1750)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, s.d., 8v., Tomo I.
- CORVISIER, André. *História Moderna*. São Paulo: Diefel, 1976.
- COSTA, Fernando Dores. “Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da Nação”. In: *Análise Social*, Lisboa, vol.XXX (130), 1995. p. 121-155.
- _____. “O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar”. *Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998. p.969-1017.
- CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Projeto Universidade Aberta, 1998.
- CUNHA, Mafalda Soares da. MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: Cunha, Mafalda Soares da; Monteiro, Nuno Gonçalo; Cardim, Pedro (orgs.). *Optima Pars Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. “Pombal e o Brasil”. In: José Tengarrinha (org.); *História de Portugal*, 2ª ed., São Paulo, Edusp/Unesp, 2001, pp. 227-244.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- FIGUEIREDO, Luciano. “Antônio Rodrigues da Costa e os muitos perigos de vassallos aborrecidos (notas a respeito de um parecer do Conselho Ultramarino, 1732)”. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina; NEVES, Guilherme (orgs.). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português dos séculos XVI a XIX*. Niterói (RJ): EdUFF, 2006. p. 187-203.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia Da Revista dos Tribunais, 1912.
- FURTADO, J. F. “Relações de poder no Tejuco ou um teatro em três atos”. *Tempo*, nº 7, p. 129-142, 1999.
- GARCIA, Elisa Frühauf. “A derradeira expansão da fronteira: a ‘conquista’ definitiva dos Sete Povos das Missões – 1801”. In: Actas do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”. Lisboa, 2 a 5 de novembro de 2005, FCSH/UNL. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/elisa_fruhauf_garcia.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2009.

- GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. “Redes de poder e conhecimento no governo do Império português (1688-1735)”. *Topói*, Rio de Janeiro, UFRJ/7 letras, v. 5, nº 8, p. 96-137, 2004.
- HANSEN, João Adolfo. A murmuração do corpo místico. In: _____. *A sátira e o engenho*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria de Cultura, 1989. Cap. 2: p. 71-142.
- HESPANHA, Antônio Manuel. “Revoltas e revolução: a resistência das elites provinciais”. *Análise Social*, Lisboa, vol. 28, n. 120, p. 87-88, 1993.
- _____. “A Resistência aos poderes”, in: José Mattoso (dir.). *História de Portugal: O Antigo Regime*, Lisboa Editora Estampa, v. 4, 1994. p. 451-461.
- _____. (coord.). *Nova História Militar de Portugal*. v. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.
- _____. “Depois do Leviathan” [on-line], *Almanack Braziliense*, São Paulo, nº 5, pp. 55-66, maio 2007.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MACEDO, Jorge Borges de. *A Situação Econômica no Tempo de Pombal*. 3ªed. Lisboa: Gradativa, 1989.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Suplemento do Ano Biográfico*. Rio de Janeiro: Typografia Perceverança, 1880.
- MACEDO, Roberto. “Gomes Freire, o Principal Comissário”. In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 1, Rio de Janeiro, 1979.
- MACHADO, Lourival Gomes. “Política e administração sob os últimos Vice-reis”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, *A época colonial: administração, economia e sociedade*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. pp. 395-422. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 1; v. 2).
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia no Brasil.” In: Seminários de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004, Lisboa. Disponível em: < [HTTP://www.ics.ul.pt/agenda/seminarioshistoria/Joaquimromero.pdf](http://www.ics.ul.pt/agenda/seminarioshistoria/Joaquimromero.pdf)>. Acesso em: 30 de Agosto de 2007.
- _____. *O Algarve Econômico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. v. 4. Antônio Manuel Hespanha (coord.), “O Antigo Regime”. Lisboa: Estampa, 1994.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa. Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*, São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- _____. *Marquês de Pombal: o Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MELLO, Chistiane Figueiredo de. “Guerra e Sociedade: a situação militar do Rio de Janeiro no Vice-reinado do Conde da Cunha, 1763-1767”, *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 9, 2004, p. 54-81.

- _____. *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na Segunda metade do Século XVIII: as Capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império português no centro sul da América*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Século XVII – Século do Pombalismo do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1989.
- _____. *O Marquês de Pombal e o Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- _____. “O pensamento da metrópole portuguesa em relação ao Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 257, p. 43-61, outubro-dezembro 1963.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. *D. José na sombra de Pombal*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2006.
- _____. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os Vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. S.; BICALHO, M. F. (orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII.” In: BICALHO, Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia do Amaral (orgs). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império português – séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. pp. 93-118.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- PÉCORRA, Alcir. “Introdução”. In: *Antônio Vieira, Sermões*. São Paulo: Hedra, v.1. p. 11-25.
- POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. Trad. de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.
- POSSAMAI, Paulo César. “O Recrutamento Militar na América Portuguesa: O esforço conjunto para a defesa da colônia do sacramento (1735-1737)”. *Revista de História*, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, nº 151, 2º semestre de 2004, pp. 151-180.
- PUJOL, Xavier Gil. “Centralismo e Localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias do século XVI e XVII”. *Penélope*, nº6. Lisboa: Cosmos, 1991. p.119-144.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. “Gomes Freire – Governante do Rio de Janeiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 259, p. 155-169, abril-junho 1963.
- REIS, Claudio de Brito. *O Terremoto de Lisboa*. Rio de Janeiro: Aliva, 2003.

- RODRIGUES, José Damião. “Para o sossego e a tranqüilidade pública das ilhas: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos açores”, *Tempo*, nº21, v. 11, Jul. – Dez., p.157-185, 2006.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Centros e Periferias no Mundo Luso-brasileiro, 1500-108.” *Revista Brasileira de História*, v. 18, nº 36, p. 187-250, 1998.
- _____. *Um mundo em movimento; os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Lisboa, DIFEL, 1998, p. 109.
- SÁ, José de Almeida Correia de; *Memórias do Conde do Lavradio: D. Francisco de Almeida Correia de Sá: 1858 a 1865*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.
- SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “Mediações entre a fidalguia portuguesa e o Marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 48, pp. 301-329, 2004.
- _____. “Sociabilidade de Pares: relações cortesãs em torno do Marquês do Lavradio”. In: *Anais do X Encontro Regional de História - ANPUH-RJ História e Biografias - Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, 2002. Disponível em: <www.rj.anpuh.org/Anais/2002/.../Santos%20Fabiano%20V.doc>. Acesso em: julho de 2007.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial – A Suprema Corte da Bahia e seus juízes*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- SERRÃO, José Vicente. “Sistema político e funcionamento institucional do pombalismo”. In: COSTA, Fernando Marques da; MONTEIRO, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Do Antigo Regime ao liberalismo -1750 – 1850*. Lisboa: Vega, 1989, p.11-21.
- SILVA, André Mansuy Diniz. “Portugal e o Brasil: A Reorganização do Império, 1750 – 1808”. In: BETHELL, Leslie (org.); *História da América Latina*. v. 1. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial/, 1996. p.477-518.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do império: um estudo sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- _____. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Unesp, 1998.
- SUBTIL, José. *O Terremoto Político (1755-1759)- Memória e Poder*. Lisboa: EDIUAL, 2006.
- WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. *Direito e Justiça no Brasil Colonial – O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

- VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina; NEVES, Guilherme (orgs.). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português dos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.
- VIERIA, Antônio. *Sermões pregados no Brasil*. V. II. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. v. 2. tomo IV. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1981.
- XAVIER, Angela Barreto; HESPANHA, Antônio Manuel. “As redes clientelares”. In: *História de Portugal*. Vol. 4: p. 381-393.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.). *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, história, nobiliarquia, numismática*. v. 2. Lisboa: Edições Zairol, 2000.

Apêndice

1. Relação de Portarias Expedidas pela Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro no período do Vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha (1763-1767)

(Material consultado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro- *Vice Reinado/ Portarias*, fundo 86, cód. 73, volumes 1 e 2.)

As portarias consultadas e digitalizadas foram organizadas em tabelas, com o objetivo didático de contabilizar e analisar as medidas governativas do Vice-rei Conde da Cunha. Desta forma, buscou-se perceber, através deste trabalho quantitativo a realidade e o peso das preocupações militares na América Portuguesa durante o período de governação do Vice-rei.

Cavalos					
Nº	Assunto	Ação	Objeto	Capitania	Data
1	Compra de três cavalos para tenente de Esquadrão de Cavalaria	Comprar	Cavalos	Rio de Janeiro	13/11/1763
2	Manda servir a ração necessária ao sustento dos cavalos que hão de servir ao Esquadrão de Cavalaria	Servir	Ração	Rio de Janeiro	14/11/1763
3	Manda chaireis e capeladas para Viamão	Mandar	Carros	Rio Grande de São Pedro	13/10/1764
4	Manda dinheiro para pagamento de cavalos do novo Esquadrão de Cavalaria de Lisboa	Enviar	Dinheiro	Lisboa	31/10/1765
5	Manda entregar 176\$400 rs pra comprar 88 alqueires de arroz de casca da Fazenda de Santa Cruz, para a ração dos cavalos do Novo esquadrão da Corte	Enviar	Dinheiro	Lisboa	31/10/1765

Fardamento					
Nº	Assunto	Ação	Objeto	Capitania	Data
1	Manda declarar os anos que se devem de fardas nas tropas desta Capital, do Rio Grande, de Santa Catarina e da Colônia do Sacramento	Declarar	Fardas	Rio de Janeiro	14/11/1763
1	Manda declarar os anos que se devem de fardas nas tropas desta Capital, do Rio Grande, de Santa Catarina e da Colônia do Sacramento	Declarar	Fardas	Santa Catarina	14/11/1763
1	Manda declarar os anos que se devem de fardas nas tropas desta Capital, do Rio Grande, de Santa Catarina e da Colônia do Sacramento	Declarar	Fardas	Colônia do Sacramento	14/11/1763
1	Manda declarar os anos que se devem de fardas nas tropas desta Capital, do Rio Grande, de Santa Catarina e da Colônia do Sacramento	Declarar	Fardas	Rio Grande de S.Pedro	14/11/1763
2	Manda cem fardas ao Regimento da Colônia	Enviar	Fardas	Colônia do Sacramento	9/06/1764
3	Envio de fardamento para a Fortaleza de Cabo Frio	Enviar	Fardas	Rio de Janeiro (Cabo Frio)	18/06/1764
4	Manda assistir com fardamentos os oficiais ferreiros que trabalham na Ferraria de S. Majestade para a Ribeira das Naus	Enviar	Fardas	Rio de Janeiro	02/07/1764
5	Manda remeter fardamento para Rio Grande de São Pedro	Enviar	Fardas	Rio Grande de São Pedro	20/08/1764
6	Manda diversos materiais para o fardamento dos soldados do Regimento da Colônia	Enviar	Materiais para fardamento	Colônia do Sacramento	10/10/1764
7	Manda fardamento para 71 praças do Regimento dos Meneses	Enviar	Fardas	Rio de Janeiro	22/10/1764
8	Manda fardamento para 36 praças do Regimento de Soá	Enviar	Fardas	Rio de Janeiro	22/10/1764
9	Manda fazerem 200 camisas de Pano para o fardamento dos soldados da Praça da Colônia	Fazer	Fardas	Colônia do Sacramento	23/10/1764
10	Manda fazerem 200 camisas para fardamento dos soldados do Regimento da Colônia	Fazer	Fardas	Colônia do Sacramento	5/11/1764
11	Manda para a Praça da Colônia 50 fardas inteiras	Enviar	Fardas	Colônia do Sacramento	11/11/1764
12	Manda dez dúzias de botões amarelos para o fardamento da Colônia	Enviar	Botões	Colônia do Sacramento	12/11/1764
13	Manda materiais para fardamento do Regimento Novo	Enviar	Materiais para fardamento	Rio de Janeiro	24/11/1764
14	Manda materiais para fardamento do Regimento Velho	Enviar	Materiais para fardamento	Rio de Janeiro	24/11/1764
15	Manda cem fardas e materiais para fardamento da Colônia	Enviar	Fardas	Colônia do Sacramento	26/11/1764
16	Manda remeter cinquenta fardas para a Praça da Colônia	Enviar	Fardas	Colônia de Sacramento	22/12/1764
17	Manda remeter fardamento para o Regimento de São	Enviar	Fardas	Rio de Janeiro	17/01/1765
18	Manda remeter fardamento para o Regimento de Meneses desta praça	Enviar	Fardas	Rio de Janeiro	22/01/1765
19	Manda remeter fardamento para o Regimento de Soá	Enviar	Fardas	Rio de Janeiro	26/01/1765
20	Manda remeter 107 fardas inteiras para o Regimento dos Dragões do Rio Grande de São Pedro	Enviar	Fardas	Rio Grande de São Pedro	31/01/1765
21	Manda remeter 100 fardas inteiras para o Regimento dos Dragões do Rio Grande de São Pedro	Enviar	Fardas	Rio Grande de São Pedro	31/01/1765

22	Manda enviar diversos materiais para soldados destacados para a Praça da Colônia	Enviar	Materiais para fardamento	Colônia do Sacramento	06/02/1765
23	Manda remeter materiais para o fardamento do Regimento dos Meneses desta Praça	Enviar	Materiais para fardamento	Rio de Janeiro	25/02/1765
24	Manda dar fardamento ao Regimento de São desta Praça	Enviar	Fardamento	Rio de Janeiro	25/02/1765
25	Manda material para fardar 28 praças do Regimento de Artilharia	Enviar	Materiais para fardamento	Rio de Janeiro	04/03/1765
26	Manda material para fardar 3 praças do Regimento dos Meneses	Enviar	Materiais para fardamento	Rio de Janeiro	04/03/1765
27	Manda material para fardar 3 praças do Regimento de São	Enviar	Materiais para fardamento	Rio de Janeiro	06/03/1765
28	Manda material para fardar 11 praças do Regimento de Artilharia	Enviar	Materiais para fardamento	Rio de Janeiro	15/03/1765
29	Manda material para fardamento de um soldado do Regimento dos Meneses	Enviar	Materiais para fardamento	Rio de Janeiro	20/03/1765
30	Manda material para fardamento de diversos soldados do Regimento dos Sá	Enviar	Materiais para fardamento	Rio de Janeiro	21/03/1765
31	Manda remeter para a Praça da Colônia 30 fardas inteiras	Enviar	Fardamento	Colônia de Sacramento	21/03/1765
32	Manda material para fardar diversos soldados do Regimento dos Meneses	Enviar	Fardamento	Rio de Janeiro	24/03/1765
33	Manda material para fardar diversos soldados do Regimento de Artilharia	Enviar	Fardamento	Rio de Janeiro	25/03/1765
34	Manda material para fardamento de diversos soldados do Regimento de Artilharia que se acham no Rio Grande	Enviar	Fardamento	Rio Grande de São Pedro	2/04/1765
35	Manda material para fardamento de 28 recrutas do Regimento de Artilharia	Enviar	Fardamento	Rio de Janeiro	03/04/1765
36	Manda material para fardamento de 15 recrutas do Regimento dos Sá	Enviar	Fardamento	Rio de Janeiro	11/04/1765
37	Manda remeter cem chapéus grossos para os soldados Aventureiros do Regimento de Viamão	Remeter	Chapéus	Rio Grande de São Pedro	12/05/1765
38	Manda material para fardar uma praça do Esquadrão de Cavalaria desta praça	Enviar	Fardamento	Rio de Janeiro	08/06/1765
39	Manda entregar 62 chapéus para recrutas que sentarão praça nos três Regimentos da Guarnição desta Capital	Entregar	Chapéus	Rio de Janeiro	02/07/1765
40	Manda uma arroba de lã para o fardamento da Companhia de Granadeiros	Enviar	Lã para fardamento	Rio de Janeiro	11/09/1765
41	Manda uma arroba de lã branca para o fardamento do Regimento de Sá	Enviar	Lã para fardamento	Rio de Janeiro	11/09/1765
42	Manda 345 pares de sapato e 3 peças de linhagem com 209 varas para fardamento na Praça da Colônia	Enviar	Sapato e linhagem	Colônia do Sacramento	22/11/1765
43	Manda 375 pares de sapatos para Ilha de Santa Catarina	Enviar	Pares de sapato	Ilha de Santa Catarina	22/11/1765
44	Manda remeter diversos materiais de fardamento para o Destacamento de Viamão	Remeter	Materiais de fardamento	Rio Grande de São Pedro	06/01/1766
45	Manda fazer seis bandeiras para os três regimentos das guarnições da cidade	Fazer	Bandeiras	Rio de Janeiro	21/01/1766
46	Manda fardamento para 28 praças do novo esquadrão de Cavalaria	Enviar	Fardamento	Rio de Janeiro	22/02/1766
47	Manda fardamento para 523 praças, que foram destacados dos Regimentos do Rio de Janeiro para a Ilha de Santa Catarina	Enviar	Fardamento	Ilha de Santa Catarina	22/09/1765
48	Manda remeter fardamento para o Rio Grande de São Pedro	Remeter	Fardamento	Rio Grande de São Pedro	22/09/1765
49	Manda remeter fardamento para 603 praças da Colônia do Sacramento	Remeter	Fardamento	Colônia do Sacramento	21/11/1765
50	Manda fardamento para o Regimento dos Sá	Enviar	Fardamento	Rio de Janeiro	16/08/1765
51	Manda fardamento para o Regimento de Artilharia	Enviar	Fardamento	Rio de Janeiro	01/10/1765

52	Manda fardamento para o Regimento dos Meneses	Enviar	Fardamento	Rio de Janeiro	25/11/1765
53	Manda fardamento para 9 soldados que fazem passagem para o Regimento dos Dragões do Rio Grande	Enviar	Fardamento	Rio Grande de São Pedro	10/02/1766
54	Manda fardar um soldado que vai servir nas tropas de guarnição da Ilha de Santa Catarina	Fardar	Fardamento	Santa Catarina	13/03/1766
55	Manda 154 varas de galão de seda para chairéis (manta usada no lombo do cavalo debaixo da sela) e bolsas do Novo esquadrão de Cavalaria	Enviar	Chairéis e bolsas	Rio de Janeiro	20/03/1766
56	Manda remeter para o Destacamento de Viamão 09 barracas	Remeter	Barracas	Rio Grande de São Pedro	02/04/1766
57	Manda remeter fardamento para 350 soldados da Guarnição da Vila de Santos	Remeter	Fardamento	Vila de Santos	18/03/1766
58	Manda remeter fardamento para os sargentos das fortalezas	Remeter	Fardamento	Rio de Janeiro	25/04/1766
59	Manda remeter fardamento para 100 praças da Guarnição da Ilha de Santa Catarina	Remeter	Fardamento	Santa Catarina	31/05/1766
60	Manda remeter material para fardamento para o Rio Grande	Remeter	Material	Rio Grande de São Pedro	12/06/1766
61	Manda entregar camisas e pares de sapato para os soldados da Praça da Colônia	Entregar	Camisas e pares de sapato	Colônia do Sacramento	27/06/1766
62	Manda fardarem dois praças do Regimento dos Meneses	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	21/11/1766
63	Manda dar vestias a cinco soldados do Regimento dos Menezes, vindos de Santa Catarina, onde estavam destacados	Dar	Vestias	Rio de Janeiro	24/11/1766
64	Manda fardar tambor-mor do Regimento de Artilharia	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	28/11/1766
65	Manda se fardarem 3 praças do Regimento de Artilharia	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	04/12/1766
66	Manda se fardar um praça do Regimento dos Menezes	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	06/12/1766
67	Manda se fardar um praça do Regimento dos Menezes	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	10/12/1766
68	Manda se fardar um praça do Regimento dos Menezes	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	12/12/1766
69	Manda se fardar um praça do Regimento dos Sá	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	17/12/1766
70	Manda fardarem 4 praças do Regimento de Artilharia	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	19/12/1766
71	Manda fardarem 2 praças do Regimento de Artilharia	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	22/12/1766
72	Manda fardarem 2 praças do Regimento dos Meneses	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	01/01/1767
73	Manda fardarem 5 praças do Regimento de Artilharia	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	02/01/1767
74	Manda fardarem outros 5 praças do Regimento de Artilharia	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	03/01/1767
75	Manda fardarem 4 praças do Regimento dos Menezes	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	20/12/1766
76	Manda remeter fardamento para destacamento de Viamão	Fardar	Fardamento	Rio Grande de São Pedro	04/01/1767
77	Manda se fardarem 2 praças do Regimento dos Meneses	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	08/01/1767
78	Manda fardarem 7 praças do Regimento de Artilharia	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	14/01/1767
79	Manda se fardarem 3 praças do Regimento de Artilharia	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	15/01/1767
80	Manda fardar uma praça do Regimento de	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	19/01/1767

	Artilharia				
81	Manda fardar para patrão do Bergantim	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	22/01/1767
82	Manda fardar um praça do Regimento dos Sá	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	22/01/1767
83	Manda fardar um praça do Regimento dos Menezes	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	22/01/1767
84	Manda fardar dois soldados do Regimento dos Menezes	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	21/05/1767
85	Manda fardar cinco soldados do Regimento dos Sá	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	02/06/1767
86	Manda fardarem 8 soldados do Regimento dos Meneses	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	23/06/1767
87	Manda fardarem dois soldados do Regimento de Costa	Fardar	fardamento	Rio de Janeiro	25/06/1767
88	Manda fardarem 6 praças do Regimento de Artilharia	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	07/07/1767
89	Manda fardarem dois soldados do Regimento dos Meneses	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	1/06/1767
90	Manda fardarem dois soldados do Regimento de Artilharia	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	03/07/1767
91	Manda dar fardamento a dois soldados do Regimento de Meneses	Fardar	Fardamento	Rio de Janeiro	13/07/1767
92	Manda dar pano para fardarem dois soldados do Regimento de Costa	Dar	Pano	Rio de Janeiro	15/07/1767
93	Manda dar dois fardamentos para dois soldados do Regimento dos Meneses	Dar	Fardamento	Rio de Janeiro	04/08/1767
94	Manda dar um fardamento para soldado do Regimento de Artilharia	Dar	Fardamento	Rio de Janeiro	06/08/1767
95	Manda dar fardamento para cabo do Regimento dos Meneses	Dar	Fardamento	Rio de Janeiro	21/08/1767
96	Manda dar fardamento a soldados do Regimento de Artilharia	Dar	Fardamento	Rio de Janeiro	31/08/1767
97	Manda dar fardamento a praças do Regimento de Costa	Dar	Fardamento	Rio de Janeiro	02/09/1767
98	Manda dar fardamento para alguns soldados do Regimento dos Meneses	Dar	Fardamento	Rio de Janeiro	07/09/1767
99	Manda dar fardamento a praças do Regimento de Costa	Dar	Fardamento	Rio de Janeiro	25/09/1767
100	Manda dar um fardamento ao Regimento de Costa	Dar	Fardamento	Rio de Janeiro	26/09/1767
101	Manda dar um fardamento ao Regimento de Costa	Dar	Fardamento	Rio de Janeiro	02/10/1767
102	Manda dar fardamento para alguns praças do Regimento dos Meneses	Dar	Fardamento	Rio de Janeiro	03/10/1767
103	Manda dar um fardamento para o Regimento de Costa	Dar	Fardamento	Rio de Janeiro	23/10/1767
104	Manda fazer 98 fardas para os recrutas vindos da Ilha de São Miguel	Fazer	Fardamento	Rio de Janeiro	27/10/1767

Mantimentos					
Nº	Assunto	Ação	Objeto	Capitania	Data
1	Envio regular de mantimentos às fortalezas	Enviar	Mantimentos	Rio de Janeiro	26/10/1763
2	Mantimentos à se enviar na próxima expedição à Colônia do Sacramento	Enviar	Mantimentos	Colônia do Sacramento	14/11/1763
3	Manda remeter diversos apetrechos necessários à Guarda da Vila	Remeter	Apetrechos	Vila de Parati	
4	Manda remeter mantimentos para o Regimento Novo	Remeter	Mantimentos	Rio de Janeiro	07/06/1764
5	Manda assistir com mantimentos os oficiais ferreiros que trabalham na Ferraria de S.Majestade para a Ribeira das Naus	Assistir	Mantimentos	Rio de Janeiro	02/07/1764
6	Manda assistir com mantimentos os oficiais que trabalham na factura de madeiras para a Ribeira das Naus	Assistir	Mantimentos	Rio de Janeiro	07/06/1764
7	Manda pelo Comandante da Guarda do Rio São João material para o conforto do quartel	Enviar	Materiais	Rio São João	28/07/1764
8	Manda assistir com a quantidade necessária de farinha a alguns Regimentos da Cidade	Assistir	Farinha	Rio de Janeiro	28/08/1764
9	Manda trazer feijão e bois de Santa Cruz para embarcar na Fragata de Guerra com destino a Lisboa	Trazer	Feijão e bois	Lisboa	05/09/1764
10	Manda assistir com sustento os ferreiros pretos que vieram da fazenda real de Santa Cruz	Assistir	Sustento	Rio de Janeiro	15/09/1764
11	Manda assistir com sustento o preto ferreiro que trabalha na Ferraria do Arsenal	Assistir	Sustento	Rio de Janeiro	02/10/1764
12	Manda mantimentos para os oficiais que andam na factura das madeiras para a Ribeira das Naus	Enviar	Mantimentos	Rio de Janeiro	09/10/1764
13	Manda embarcar diversos mantimentos para na embarcação que parte para a Colônia	Embarcar	Mantimentos	Colônia do Sacramento	05/11/1764
14	Manda assistir com mantimentos todos os soldados auxiliares que estiverem de Guarnição nas Fortalezas deste porto	Assistir	Mantimentos	Rio de Janeiro	04/06/1765
15	Manda remeter mantimentos para cinco Oficiais em Sumaca que parte para a Vila de Santos	Remeter	Mantimentos	Rio de Janeiro/Vila de Santos	22/07/1765
16	Manda mantimentos para Marinheiros e presos para três dias da Nau Capitania da Frota	Enviar	Mantimentos	Rio de Janeiro	16/11/1765
17	Manda alcatrão, azeite de leite e açúcar para as obras da Casa da Armas da Fortaleza da Conceição	Enviar	Alimentos	Rio de Janeiro	25/11/1765
18	Manda remeter para a vila de Campos vinte arrobas de carne seca, para o sustento dos que se acham no trabalho de factura de madeiras para a Nova Nau de S.Majestade	Remeter	Carne seca	Rio de Janeiro (Vila de Campos)	23/12/1765
19	Manda remeter gêneros ao Regimento de Artilharia	Remeter	Gêneros	Rio de Janeiro	05/06/1766
20	Manda dar 128\$000 para pagamento de farinhas do Regimento de Itaguaí (sic.)	Enviar	Dinheiro para pagamento de farinhas	Rio de Janeiro	27/06/1766
21	Manda entregar 144\$140 para pagamento de farinhas ao Regimento de Itaguaí (sic.)	Entregar	Dinheiro para pagamento de farinhas	Rio de Janeiro	03/12/1766
22	Manda diversos mantimentos para a alimentação dos marinheiros que trabalham atracação e crena da Nova Nau de S.Majestade	Enviar	Mantimentos	Rio de Janeiro	02/06/1767
23	Manda dar comedorias a gente da Guarnição da Fragata Nossa Senhora da Graça	Dar	Comida	Rio de Janeiro	08/06/1767

24	Manda meter na Sumaca Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e Almas, que está a partir para a Vila de Laguna, mantimento para 60 soldados e dez pipas de água	Colocar	Mantimentos e água	Rio Grande de São Pedro/Rio de Janeiro	25/06/1767
25	Manda assistir ao destacamento que veio da Ilha de Santa Catarina com o que se costuma nos semelhantes casos	Assistir	“Com o que se costuma”	Rio de Janeiro	25/07/1767
26	Manda dar mantimento a gente que trabalha no encalhamento da Fragata Estrela	Dar	Mantimento	Rio de Janeiro	26/08/1767
27	Manda assistir com comedorias aos marinheiros que vieram em Nau de Guerra	Assistir	Comida	Rio de Janeiro	15/09/1767
28	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Costa	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	02/10/1767
29	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Artilharia	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	03/10/1767
30	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Meneses	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	03/10/1767
31	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Chichorro	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	05/10/1767
32	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Mendonça	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	05/10/1767
33	Manda pagar as farinhas a dinheiro para os praças da Artilharia da Expedição vinda do Reino	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	07/10/1767
34	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Artilharia	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	10/10/1767
35	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Bragança	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	10/10/1767
36	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Meneses	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	10/10/1767
37	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Costa	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	10/10/1767
38	Manda pagar as farinhas a dinheiro para os praças da Artilharia da Expedição vinda do Reino	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	15/10/1767
39	Manda pagar as arinhas a dinheiro para o Novo Esquadrão de Cavalaria	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	17/10/1767
40	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Artilharia	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	22/10/1767
41	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o segundo Regimento de Infantaria desta praça	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	22/10/1767
42	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Costa	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	22/10/1767
43	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Moura	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	23/10/1767
44	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Chichorro	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	26/10/1767
45	Manda pagar as farinhas a dinheiro para os praças da Artilharia da Expedição vinda do Reino	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	26/10/1767
46	Manda pagar as farinhas a dinheiro para 31 Praças Mortas (sic.)	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	26/10/1767
47	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Segundo Regimento de Infantaria dessa Praça	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	03/11/1767
48	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Bragança	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	03/11/1767
49	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Artilharia	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	03/11/1767
50	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Costa	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	03/11/1767

51	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Moura	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	03/11/1767
52	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Regimento de Estremoz	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	03/11/1767
53	Manda pagar as farinhas a dinheiro para o Novo Esquadrão de Cavalaria desta praça	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	14/11/1767
54	Manda pagar as farinhas a dinheiro para os Regimentos vindos da Corte	Pagar	Farinhas	Rio de Janeiro	14/11/1767

Material Bélico e apetrechos relacionados à vida militar					
Nº	Assunto	Ação	Objeto	Capitania	Data
1	Manda barracas e barranquins para a praça do Rio Grande de S.Pedro	Enviar	Barracas e barranquins	Rio Grande de S.Pedro	6/03/1764
2	Manda remeter diversos apetrechos necessários à Guarda da Vila	Remeter	Materiais	Vila de Parati	6/04/1764
3	Manda remeter diversos apetrechos ao Rio de São João	Remeter	Materiais	Rio de São João	26/04/1764
4	Envio de Cera e Velas a Fortaleza de Santa Cruz	Enviar	Cera e velas	Rio de Janeiro	10/05/1764
5	Manda enviar diversos materiais ao alferes do Regimento Novo para a condução de madeiras que se anda fazendo na Ribeira das Naus	Enviar	Materiais para condução de madeiras	Rio de Janeiro	20/05/1764
6	Mandar fazer f(s)erragem para um tronco que é preciso para a guarda do Rio de São João	Fazer	Ferragem	Rio de São João	22/05/1764
7	Manda remeter meia dúzia de armas com suas baionetas ao capitão-mor de Guaratiba	Remeter	Armas	Rio de Janeiro	1/06/1764
8	Manda diversos materiais bélicos para a Fortaleza da Cidade de Cabo Frio	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro (Cabo Frio)	16/06/1764
9	Manda passar uma certidão sobre armamento que veio de Lisboa	Passar	Certidão	Rio de Janeiro	19/06/1764
10	Manda passar uma certidão sobre distribuição que se fez de Armas e armamentos	Passar	Certidão	Rio de Janeiro	20/06/1764
11	Manda passar uma certidão sobre a entrega de armamentos desde 1733	Passar	Certidão	Rio de Janeiro	20/06/1764
12	Manda entregar aos soldados granadeiros do Regimento Velho vários materiais	Entregar	Materiais	Rio de Janeiro	12/07/1764
13	Manda balas, pólvora e papel para municiar a cavalaria	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	22/10/1764
14	Manda fazer receita ao Almojarife do Armazém da Cidade por dez caixas de madeira e mil e quatrocentos cartuchos	Fazer	Receita	Rio de Janeiro	24/10/1764
15	Manda armas e munição para 36 (...) do Regimento Novo	Enviar	Armas e munição	Rio de Janeiro	26/11/1764
16	Manda fazer receita a munição que recebeu o Sargento José Joaquim de Moreira Telles	Fazer	Receita	Rio de Janeiro	28/11/1764
17	Manda entregar munição para os furriéis dos Regimentos de Infantaria e Artilharia	Entregar	Munição	Rio de Janeiro	28/11/1764
18	Manda entregar armas e munição ao Regimento de São	Entregar	Armas e munição	Rio de Janeiro	03/12/1764
19	Manda entregar trinta armamentos inteiros ao Regimento de São	Entregar	Armamentos	Rio de Janeiro	04/01/1765
20	Manda remeter armamentos para o Regimento dos Meneses desta Praça	Remeter	Armamentos	Rio de Janeiro	25/01/1765
21	Manda diversos apetrechos, armas e munições a Companhia dos Grandeiros do Regimento de São	Enviar	Apetrechos, munições e armas	Rio de Janeiro	05/02/1765
22	Manda remeter diversas armas e pólvora para a Praça da Colônia	Remeter	Armas e pólvora	Colônia do Sacramento	06/02/1765
23	Manda oitenta armamentos inteiros ao Regimento de Artilharia	Enviar	Armamentos	Rio de Janeiro	02/05/1765
24	Manda entregar ao Regimento Novo dez armas velhas que se acham consertadas	Entregar e consertar	Armas velhas	Rio de Janeiro	27/06/1765
25	Manda remeter pólvora e outros armamentos para a Vila de Santos	Remeter	Pólvora e armamentos	Vila de Santos	01/07/1765
26	Manda remeter diversos materiais para o Regimento de Artilharia	Remeter	Materiais	Rio de Janeiro	12/07/1765
27	Manda remeter diversos materiais para o Regimento de Artilharia	Remeter	Materiais	Rio de Janeiro	19/07/1765

28	Manda remeter diversos materiais para o Regimento de Artilharia	Remeter	Materiais	Rio de Janeiro	20/07/1765
29	Envio de diversos materiais necessários a Artilharia	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	01/08/1765
30	Manda diversos materiais necessários à reforma e ministério da Artilharia	Enviar/reformar	Materiais	Rio de Janeiro	07/08/1765
31	Manda para o destacamento de Viamão diversos armamentos	Enviar	Armamentos	Rio Grande de São Pedro	09/08/1765
32	Manda diversos materiais necessários à reforma e ministério da Artilharia	Enviar/reforma	Materiais	Rio de Janeiro	12/08/1765
33	Manda diversos materiais e munição para o Regimento de Artilharia	Enviar	Munições	Rio de Janeiro	28/08/1765
34	Manda embarcar 200 armas, com suas baionetas, para a Ilha de Santa Catarina	Embarcar	Armas	Ilha de Santa Catarina	04/09/1765
35	Manda entregar dois cunhetes (barril) de bala de espingarda à Ilha de Santa Catarina	Entregar	Balas de espingarda	Ilha de Santa Catarina	05/11/1765
36	Manda remeter 110 armas à Capitania do Espírito Santo	Remeter	Armas	Espírito Santo	08/11/1765
37	Manda remeter 1000 granadas a Capitania de Minas Gerais	Remeter	Granadas	Minas Gerais	08/11/1765
38	Manda entregar 200 armamentos para se armarem as quatro companhias de Aventureiros, que do Porto de Santos partem para a Vila de Laguna	Entregar	Armamentos	Vila de Santos	30/11/1765
38	Manda entregar 200 armamentos para se armarem as quatro companhias de Aventureiros, que do Porto de Santos partem para a Vila de Laguna	Entregar	Armamentos	Rio Grande de São Pedro	30/11/1765
39	Manda material a Sargento da Artilharia, para limpeza de bainhas de baionetas	Enviar	Baionetas	Rio de Janeiro	03/01/1766
40	Manda dez peças de linhagem, que são necessárias no trem para se fazer cartuchos para as peças, e vão para a Praia Vermelha	Enviar	Peças para fabricação de cartuchos	Rio de Janeiro	16/01/1766
41	Manda remeter uma Caixa de Guerra para o Regimento dos Menezes	Remeter	Caixa de Guerra	Rio de Janeiro	30/01/1766
42	Manda seis barris de alcatrão para se alcatroarem as peças e carretas das Fortalezas da cidade	Enviar	Seis barris de alcatrão	Rio de Janeiro	30/01/1766
43	Manda 36 varas de linhagem para se fazerem 100 cartuchos de calibre de 8, para duas peças que vão para a Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Peças para fabricação de cartuchos	Rio de Janeiro	03/02/1766
44	Manda remeter às Fortalezas de Villeganhon, Ilha das Cobras, Santa Cruz e São João, uma resma de papel para cartuchos dos mesmos	Remeter	Material para Fabricação de cartuchos	Rio de Janeiro	10/02/1766
45	Manda remeter 600 cartucheiras e 600 Bandoleiras para o Destacamento de Viamão	Remeter	Cartucheiras e bandoleiras	Rio Grande de São Pedro	11/02/1766
46	Manda remeter 300 cartucheiras e 300 bandoleiras para a Ilha de Santa Catarina	Remeter	Cartucheiras e bandoleiras	Ilha de Santa Catarina	11/02/1766
47	Manda remeter 20 peças de linhagem e 30 quintais de amarras velhas (fabricação de cartuchos e tacos) para Sargento de Artilharia	Remeter	Materiais para fabricação de cartucho	Rio de Janeiro	12/02/1766
48	Manda remeter diversos materiais para o uso dos Engenheiros que se acham na Ilha de Santa Catarina e no Destacamento de Viamão	Remeter	Materiais para uso de engenheiros	Ilha de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro	17/02/1766
49	Manda entregar ao sargento do Regimento de Artilharia pólvora, salitre e enxofre para a fabricação de espoletas e granadas	Entregar	Materiais para fabricação de espoletas e granadas	Rio de Janeiro	06/03/1766
50	Manda armamentos para se armar a guarda da Marinha de Guaratiba	Enviar	Armamentos	Rio de Janeiro	24/03/1766

51	Manda entregar balas, pólvora e arame para a preparação de peças para a Vila de Santos	Entregar	Materiais para preparação de peças	Vila de Santos	24/03/1766
52	Manda entregar 6 cunhetes de balas de mosquete para a Vila de Santos	Entregar	Cunhetes de balas de mosquete	Vila de Santos	24/03/1766
53	Manda duas caixas de guerra para o Regimento dos Sá	Enviar	Duas caixas de guerra	Rio de Janeiro	02/05/1766
54	Manda armamentos para destacamento das tropas de Ordenança que se acham na Vila de Parati	Enviar	Armamentos	Rio de Janeiro (Vila de Parati)	29/04/1766
55	Manda diversos materiais para a fabricação de peças que vão para Mato Grosso e a Praia Vermelha	Enviar	Materiais para fabricação de peças	Mato Grosso	07/05/1766
55	Manda diversos materiais para a fabricação de peças que vão para Mato Grosso e a Praia Vermelha	Enviar	Materiais para fabricação de peças	Rio de Janeiro	07/05/1766
56	Manda uma resma de papel para a fabricação de cartuchos para exercícios na Fortaleza de Santa Cruz	Enviar	Materiais para fabricação de peças	Rio de Janeiro	24/05/1766
57	Manda remeter Artilharia e munições para Mato Grosso	Remeter	Artilharia e munições	Mato Grosso	31/05/1766
58	Manda entregar os gêneros necessários ao trem, para um Sargento do Regimento de Artilharia	Entregar	Gêneros necessários ao trem (de Artilharia)	Rio de Janeiro	07/06/1766
59	Manda quatro arrobas de chumbo e uma de pólvora para Tenente Coronel do Regimento da Nobreza para diligências do Real Serviço	Enviar	Chumbo e pólvora	Rio de Janeiro	25/06/1766
60	Manda quatro arrobas de chumbo e uma de pólvora para Sargento Maior do Regimento de Artilharia para diligências do Real Serviço	Enviar	Chumbo e pólvora	Rio de Janeiro	25/06/1766
61	Manda diversos materiais para carregarem 1300 granadas de mão e se estocarem espoletas	Enviar/estocar	Granadas de mão	Rio de Janeiro	07/07/1766
62	Manda dar 3 caixas de guerra ao Regimento dos Sá	Dar	Caixas de guerra	Rio de Janeiro	19/01/1767
63	Manda remeter diversos materiais no Bergantim que segue para a Ilha de Santa Catarina, para serem transportados para Viamão	Remeter	Materiais	Rio Grande de São Pedro	22/01/1767
64	Manda entregar duas resmas de papel necessárias na reforma dos cartuchos da Infantaria e Cavalaria que se fazem na fortaleza da Ilha de Cobras	Entregar/reformar	Materiais para Cartuchos	Rio de Janeiro	11/06/1767
65	Manda entregar 6 quintais de amarras que são precisos no Trem para tacos das peças da Fortaleza da Ilha de Cobras e as Lanadas que se fabricam no Trem da Fortaleza de Santa Cruz	Entregar	Amarras para peças	Rio de Janeiro	25/06/1767
66	Manda entregar 189 cartuchos com bala que se acham necessários para diligência do Real Serviço	Entregar	Cartuchos com bala	Rio de Janeiro	04/07/1767
67	Manda dar 10 cartuchos com bala para Destacamento que vai para o Rio Grande	Dar	Cartuchos de bala	Rio Grande de São Pedro	05/07/1767
68	Manda dar duas patronas (bolsa em que se trazem cartuchos) grandes para inteirar o Parque de Artilharia	Dar	Patronas grandes	Rio de Janeiro	18/07/1767
69	Manda dar diversos materiais para espoletas e granadas	Dar	Espoletas e granadas	Rio de Janeiro	30/07/1767
70	Manda dar grude, fio, linhas e pedras à Casa das Armas da Fortaleza da Conceição	Dar	Materiais	Rio de Janeiro	28/09/1767

71	Manda se assistir com materiais para as espoletas dos Orбуzes	Assistir	Materiais para espoletas	Rio de Janeiro	20/10/1767
72	Manda dar o que for preciso para se fazer mais caixotes para granadas de mão	Dar	Caixotes para granadas de mão	Rio de Janeiro	27/10/1767
73	Manda dar madeira para se fazerem as espoletas para as bombas dos Orбуzes e morteiros	Dar	Material para fabricação de espoletas para bombas	Rio de Janeiro	02/11/1767

Pólvora					
Nº	Assunto	Ação	Objeto	Capitania	Data
1	Envio de pólvora para quebrar pedras em obras na Ribeira das Naus da Ilha de Cobras	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	2/01/1764
2	Envio de pólvora para a mesma obra referida acima	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	26/01/1764
3	Manda entregar quatro arrobas de pólvora ao Regimento Velho	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	26/01/1764
4	Outra do mesmo teor para ser entregue ao Sargento do Regimento Novo	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	26/01/1764
5	Manda entregar pólvora as obras da Ilha de Cobras	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	06/02/1764
6	Manda entregar pólvora as obras da Ilha de Cobras	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	16/02/1764
7	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Ilha de Cobras	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	24/04/1764
8	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Ilha de Cobras	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	14/03/1764
9	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Ilha de Cobras	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	30/03/1764
10	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Ilha de Cobras	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	09/04/1764
11	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Ilha de Cobras	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	25/04/1764
12	Manda dar um barril de pólvora para fatura de Nau	Dar	Pólvora	Rio de Janeiro	5/05/1764
13	Manda pólvora, balas, cadernos de papel ao Regimento de Artilharia	Enviar	Pólvora, balas e cadernos de papel	Rio de Janeiro	11/05/1764
14	Manda o pólvora, balas, cadernos de papel ao Regimento Novo	Enviar	Pólvora, balas e cadernos de papel	Rio de Janeiro	11/05/1764
15	Manda pólvora, balas, cadernos de papel ao Regimento Velho	Enviar	Pólvora, balas e cadernos de papel	Rio de Janeiro	11/05/1764
16	Manda quatro arrobas de pólvora as obras da Ilha de Cobras	Enviar	pólvora	Rio de Janeiro	16/05/1764
17	Manda pólvora e diversos outros materiais ao Regimento de Artilharia	Enviar	Pólvora e diversos materiais	Rio de Janeiro	16/05/1764
18	Manda pólvora para uma embarcação que está a partir para a Colônia	Enviar	Pólvora	Colônia	22/05/1764
19	Manda quatro arrobas de pólvora as obras da Ilha de Cobras	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	04/06/1764
20	Envio de pólvora para as obras da Ribeira das Naus	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	12/06/1764
21	Envio de quatro arrobas de pólvora para as obras do Arsenal da Guerra	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	20/06/1764
22	Envio de pólvora e outros materiais para a continuidade dos exercícios de Artilharia	Enviar	Pólvora e outros materiais	Rio de Janeiro	22/06/1764
23	Envio de pólvora e outros materiais para o Regimento Novo com a finalidade de exercícios	Enviar	Pólvora e outros materiais	Rio de Janeiro	25/06/1764
24	Envio de pólvora e matérias para os exercícios do Regimento de Artilharia	Enviar	Pólvora e materiais	Rio de Janeiro	26/06/1764
25	Envio de pólvora e papel para o Regimento Velho	Enviar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	27/06/1764
26	Manda pólvora e outros materiais para o Regimento dos Granadeiros para exercícios	Enviar	Pólvora e outros materiais	Rio de Janeiro	27/06/1764
27	Manda assistir com quatro arrobas de pólvora para as obras da Ilha de Cobras (Ribeira das Naus)	Assistir	Pólvora	Rio de Janeiro	05/07/1764
28	Manda pólvora e outros materiais aos Regimentos não especificados	Enviar	Pólvora e outros materiais	Rio de Janeiro	6/07/1764
29	Manda entregar quatro arrobas de pólvora para quebrar pedras nas obras da Ilha de Cobras	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	17/07/1764
30	Manda entregar quatro arrobas de pólvora para quebrar pedras nas obras da Ilha de Cobras	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	31/07/1764
31	Manda entregar quatro arrobas de pólvora para quebrar pedras nas obras da Fortaleza da Conceição, na Ilha de Cobras	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	20/08/1764
32	Manda entregar pólvora e outros materiais aos furriéis mores dos três regimentos de Infantaria e Artilharia da Cidade	Entregar	Pólvora e outros materiais	Rio de Janeiro	29/08/1764

33	Manda entregar pólvora e outros materiais para exercício da Artilharia	Entregar	Pólvora e outros materiais	Rio de Janeiro	29/08/1764
34	Manda entregar quatro arrobas de pólvora para quebrar pedras nas obras da Fortaleza da Conceição, na Ilha de Cobras	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	03/09/1764
35	Manda entregar quatro arrobas de pólvora para quebrar pedras nas obras da Fortaleza da Conceição, na Ilha de Cobras	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	03/09/1764
36	Manda embarcar trinta barris de pólvora para a Praça da Colônia	Embarcar	Pólvora	Colônia	04/09/1764
37	Manda entregar um barril de pólvora para a factura do caminho das madeiras para a Ribeira das Naus	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	12/09/1764
38	Manda entregar quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Conceição	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	17/09/1764
39	Manda entregar quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Conceição	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	25/09/1764
40	Manda entregar quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Conceição	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	25/09/1764
41	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	25/10/1764
42	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	03/11/1764
43	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	12/11/1764
44	Manda conduzir um barril de pólvora ao Forte de Macaé	Conduzir	Pólvora	Rio de Janeiro	13/11/1764
45	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	23/11/1764
46	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas, para a factura da Casa de Pólvora	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	07/12/1764
47	Manda remeter cinqüenta barris de pólvora para a Ilha de Santa Catarina, para serem remetidos para o Rio Grande	Remeter	Pólvora	Rio Grande	17/12/1764
48	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas, para a factura da Casa de Pólvora	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	28/12/1764
49	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas, para a factura da Casa de Pólvora	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	04/01/1765
50	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas, para a factura da Casa de Pólvora	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	10/01/1765
51	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas, para a factura da Casa de Pólvora	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	18/01/1765
52	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas, para a factura da Casa de Pólvora	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	23/01/1765
53	Manda remeter uma arroba de pólvora necessária na fatura do caminho para condução das madeiras da Nau	Remeter	Pólvora	Rio de Janeiro	29/01/1765
54	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas, para a factura da Casa de Pólvora	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	30/01/1765
55	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas, para a factura da Casa de Pólvora	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	06/02/1765
56	Manda quatro arrobas de pólvora as obras da Ilha de Cobras	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	14/02/1765
57	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas, para a factura da Casa de Pólvora	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	18/02/1765
58	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas, para a factura da	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	26/02/1765

	Casa de Pólvora				
59	Manda embarcar trinta barris de pólvora para conduzir ao destacamento de Viamão	Embarcar	Pólvora	Rio Grande	26/02/1765
60	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas, para a factura da Casa de Pólvora	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	08/03/1765
61	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas, para a factura da Casa de Pólvora	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	15/03/1765
62	Manda quatro arrobas de pólvora para retirar pedra da Fortaleza de Santa Cruz.	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	26/03/1765
63	Manda quatro arrobas de pólvora para retirar pedra da Fortaleza de Santa Cruz.	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	18/04/1765
64	Manda quatro arrobas de pólvora para retirar pedra da Fortaleza de Santa Cruz.	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	02/05/1765
65	Manda quatro arrobas de pólvora para retirar pedra da Fortaleza de Santa Cruz.	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	17/05/1765
66	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas, para a factura da Casa de Pólvora	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	22/05/1765
67	Manda quatro arrobas de pólvora para retirar pedra da Fortaleza de Santa Cruz.	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	24/05/1765
68	Manda quatro arrobas de pólvora para retirar pedra da Fortaleza de Santa Cruz.	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	14/06/1765
69	Manda quatro arrobas de pólvora para retirar pedra da Fortaleza de Santa Cruz.	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	19/06/1765
70	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas, para a factura da Casa de Pólvora	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	19/06/1765
71	Manda quatro arrobas de pólvora para retirar pedras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	22/06/1765
72	Manda remeter 25 barris de pólvora para a Ilha de Santa Catarina	Remeter	Pólvora	Santa Catarina	24/06/1765
73	Manda 20 barris de pólvora para a Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	01/07/1765
74	Manda remeter 50 barris de pólvora para Santa Catarina	Remeter	Pólvora	Santa Catarina	09/07/1765
75	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	12/07/1765
76	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas.	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	19/07/1765
77	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	24/07/1765
78	Manda remeter cem barris de pólvora para a Ilha de Santa Catarina e Rio Grande	Remeter	Pólvora	Santa Catarina	01/08/1765
78	Manda remeter cem barris de pólvora para a Ilha de Santa Catarina e Rio Grande	Remeter	Pólvora	Rio Grande	01/08/1765
79	Manda quatro arrobas de pólvora para retirar pedra da Fortaleza de Santa Cruz.	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	03/08/1765
80	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	08/08/1765
81	Manda quatro arrobas de pólvora para retirar pedra da Fortaleza de Santa Cruz.	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	17/08/1765
82	Manda quatro arrobas de pólvora necessárias para tirar pedras na Ilha de Pombas e Ilha de Cobras.	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	25/08/1765
83	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	28/08/1765
84	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	02/09/1765
85	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	05/09/1765
86	Manda um barril de pólvora fina necessária aos bota-fogos do mixtos	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	09/09/1765

87	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	09/09/1765
88	Manda duas arrobas de pólvora para a factura dos caminhos por onde se há de conduzir madeiras para a Nau de S.Majestade	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	11/09/1765
89	Manda remeter 50 barris de pólvora para a Capitania de São Paulo	Remeter	Pólvora	São Paulo	02/11/1765
90	Manda remeter 50 barris de pólvora para a Ilha de Santa Catarina	Remeter	Pólvora	Santa Catarina	02/11/1765
91	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	08/11/1765
92	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	19/11/1765
93	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	25/11/1765
94	Manda quatro arrobas de pólvoras para a Ilha das Pombas e Ilha de Cobras	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	25/11/1765
95	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	06/12/1765
96	Manda remeter quatro barris de pólvora para a Fortaleza de Santo Antônio de Macaé	Remeter	Pólvora	Rio de Janeiro	09/12/1765
97	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	27/12/1765
98	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	07/01/1766
99	Manda quatro arrobas de pólvoras para a Ilha das Pombas e Ilha de Cobras	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	09/01/1766
100	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	18/01/1766
101	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	28/01/1766
102	Manda remeter 60 barris de pólvora para a Fortaleza de Sta Cruz	Remeter	Pólvora	Rio de Janeiro	04/02/1766
103	Manda 80 libras de pólvora e 16 mãos de papel para os exercícios que há de fazer o Regimento dos Menezes	Enviar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	08/02/1766
104	Manda 80 libras de pólvora e 16 mãos de papel para os exercícios que há de fazer o Regimento de Artilharia	Enviar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	08/02/1766
105	Manda 80 libras de pólvora e 16 mãos de papel para os exercícios que há de fazer o Regimento de Sá	Enviar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	08/02/1766
106	Manda entregar quatro arrobas de pólvora para quebrar pedras nas obras da Ilha de Cobras	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	13/02/1766
107	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	13/02/1766
108	Manda 60 barris de pólvoras para a Fortaleza da Lage	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	10/02/1766
109	Manda remeter 40 barris de pólvora para a Fortaleza de Villegagnon	Remeter	Pólvora	Rio de Janeiro	15/02/1766
110	Manda entregar 18 barris de pólvora que são precisos para fabricar cartuchos da Artilharia	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	15/02/1766
111	Manda 80 libras de pólvora e 16 mãos de papel para os exercícios do Regimento Velho	Enviar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	22/02/1766
112	Manda 80 libras de pólvora e 16 mãos de papel para os exercícios do Regimento dos Meneses	Enviar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	22/02/1766
113	Manda 80 libras de pólvora e 16 mãos de papel para os exercícios do Regimento de Artilharia	Enviar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	22/02/1766
114	Manda entregar 60 barris de pólvora para a Praça da Colônia	Entregar	Pólvora	Colônia	26/02/1766
115	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	28/02/1766
116	Manda 80 libras de pólvora e 16 mãos de papel para os exercícios do Regimento dos Sá	Enviar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	05/03/1766
117	Manda remeter 27 arrobas e 21 libras de pólvora	Remeter	Pólvora	Rio de Janeiro	07/03/1766

	para a Fortaleza de Boa Viagem				
118	Manda remeter 28 arrobas e 14 libras de pólvora para a Fortaleza de Cravatá	Remeter	Pólvora	Rio de Janeiro	07/03/1766
119	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	11/03/1766
120	Manda 80 libras de pólvora e 16 mãos de papel para os exercícios do Regimento Velho	Enviar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	11/03/1766
121	Manda 80 libras de pólvora e 16 mãos de papel para os exercícios do Regimento dos Meneses	Enviar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	13/03/1766
122	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	20/03/1766
123	Manda vinte barris de pólvora para a Vila de Santos	Enviar	Pólvora	Vila de Santos	20/03/1766
124	Manda 80 libras de pólvora e 16 mãos de papel para os exercícios do Regimento de Sá	Enviar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	04/04/1766
125	Manda 80 libras de pólvora e 16 mãos de papel para os exercícios do Regimento dos Meneses	Enviar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	05/04/1766
126	Manda entregar quatro arrobas de pólvora para quebrar pedras nas obras da Ilha de Cobras	Entregar	Pólvora	Rio de Janeiro	05/04/1766
127	Manda 74 libras de pólvora e 15 mãos de papel para os exercícios do Regimento de Sá	Enviar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	11/04/1766
128	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	14/04/1766
129	Manda entregar 65 libras de pólvora e 13 mãos de papel para os exercícios do Regimento de Sá	Entregar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	21/05/1766
130	Manda entregar 65 libras de pólvora e 13 mãos de papel para os exercícios do Regimento de Menezes	Entregar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	23/05/1766
131	Manda quatro arrobas de pólvora para quebrar pedras na Fortaleza de São João	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	28/04/1766
132	Manda quatro arrobas de pólvora para a Ilha de Cobras e Fortaleza de S.João	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	07/05/1766
133	Manda quatro arrobas de pólvora para quebrar pedras na Fortaleza de São João	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	09/05/1766
134	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	21/05/1766
135	Manda uma arroba e meia de pólvora para cartuchos de peças que vão para o Mato Grosso	Enviar	Pólvora	Mato Grosso	23/05/1766
136	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, nas obras que se fazem no trem	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	24/05/1766
137	Manda quatro arrobas de pólvora para quebrar pedras na Fortaleza de São João	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	28/05/1766
138	Manda quatro arrobas de pólvora para quebrar pedras na Fortaleza de São João	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	05/06/1766
139	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, nas obras que se fazem no trem	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	10/06/1766
140	Manda quatro arrobas de pólvora para se retirar pedras na Fortaleza de São João	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	11/06/1766
141	Manda remeter vinte barris de pólvora para Viamão	Remeter	Pólvora	Rio Grande	11/06/1766
142	Manda entregar 65 libras de pólvora e 13 mãos de papel para os exercícios do Regimento de Sá	Entregar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	14/06/1766
143	Manda quatro arrobas de pólvora para se retirar pedras na Fortaleza de São João	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	20/06/1766
144	Manda entregar 90 libras de pólvora e 18 mãos e dois cadernos de papel para os exercícios do Regimento de Sá	Entregar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	21/06/1766
145	Manda quatro arrobas de pólvora para as obras da Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	26/06/1766

146	Manda entregar 90 libras e meia de pólvora e 18 mãos e dois cadernos de papel para os exercícios do Regimento de Menezes	Entregar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	27/06/1766
-----	--	----------	-----------------	----------------	------------

147	Manda quatro arrobas de pólvora para se retirar pedras na Fortaleza de São João	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	28/06/1766
148	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, nas obras que se fazem no trem	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	01/07/1766
149	Manda quatro arrobas de pólvora para se retirar pedras na Fortaleza de São João	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	04/07/1766
150	Manda quatro arrobas de pólvora e outros materiais para se misturar com pólvora, para se retirar pedras na Fortaleza de São João	Enviar	Pólvora e outros materiais	Rio de Janeiro	08/07/1766
151	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, nas obras que se fazem no trem	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	27/11/1766
152	Manda quatro arrobas de pólvora para se retirar pedras na Fortaleza de São João	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	28/11/1766
153	Manda quatro arrobas de pólvora para se retirar pedras na Fortaleza de São João	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	09/12/1766
154	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, nas obras que se fazem no trem	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	18/12/1766
155	Manda quatro arrobas de pólvora para se retirar pedras na Fortaleza de São João	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	20/12/1766
156	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, nas obras que se fazem no trem	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	28/12/1766
157	Manda quatro arrobas de pólvora para se retirar pedras na Fortaleza de São João	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	05/01/1767
158	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, nas obras que se fazem no trem	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	05/01/1767
159	Manda remeter 98 libras de pólvora, 18 mãos de papel e 400 pederneiras para exercícios do Regimento dos Sá	Remeter	Pólvora, papel e pederneiras	Rio de Janeiro	14/01/1767
160	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, nas obras que se fazem no trem	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	24/01/1767
161	Manda dar pólvora e papel para as Salvas do Regimento de Artilharia para a procissão do padroeiro São Sebastião	Dar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	26/01/1767
162	Manda dar pólvora e papel para as Salvas do Regimento dos Menezes para a procissão do padroeiro São Sebastião	Dar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	26/01/1767
163	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, nas obras que se fazem no trem	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	26/05/1767
164	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, nas obras que se fazem no trem	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	04/06/1767
165	Manda entregar 54 libras de pólvora e 17 mãos e 2 cadernos de papel, necessários ao Regimento de Costa para descarga na Procissão do Corpo de Deus	Entregar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	15/06/1767
166	Manda entregar 24 libras de pólvora e oito mãos e um caderno de papel, necessários ao Regimento de Artilharia para descarga na Procissão do Corpo de Deus	Entregar	Pólvora e papel	Rio de Janeiro	16/06/1767
167	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, nas obras que se fazem no trem	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	16/06/1767
168	Manda dar quatro arrobas de pólvora para as obras do Novo Palácio de São Sebastião	Dar	Pólvora	Rio de Janeiro	09/07/1767

169	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, para as obras do Novo	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	24/07/1767
-----	---	--------	---------	----------------	------------

	Palácio de São Sebastião				
170	Manda quatro arrobas de pólvora para as minas do desmonte da fortaleza de Villegagnon	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	29/07/1767
171	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, para as obras do Novo Palácio de São Sebastião	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	07/08/1767
172	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, para as obras do Novo Palácio de São Sebastião	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	15/09/1767
173	Manda se dar quatro arrobas de pólvoras para recarregarem as espoletas de granadas, bombas,	Dar	Pólvora	Rio de Janeiro	16/09/1767
174	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, para as obras do Novo Palácio de São Sebastião	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	26/09/1767
175	Manda dar 50 arrates de pólvora para se carregarem granadas de mão	Dar	Pólvora	Rio de Janeiro	01/10/1767
176	Manda dar 2 arrobas de pólvora à Fortaleza de Villegagnon, a serem utilizadas para minas da mesma fortaleza	Dar	Pólvora	Rio de Janeiro	16/10/1767
177	Manda dar 300 arrates de pólvora para se carregarem granadas de mão	Dar	Pólvora	Rio de Janeiro	20/10/1767
178	Manda quatro arrobas de pólvora para se tirar pedras da Ilha de Cobras, nas obras que se fazem no trem	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	22/10/1767
179	Manda quatro arrobas de pólvora para se quebrar pedra na Fortaleza da Praia de Fora	Enviar	Pólvora	Rio de Janeiro	05/11/1767
180	Manda dar três arrobas pólvora para se carregar espoletas de bombas de orbúzes, Granadas de mão, botafogos	Dar	Pólvora	Rio de Janeiro	06/11/1767

Soldos					
Nº	Assunto	Ação	Objeto	Capitania	Data
1	Manda por a presença de Sua Majestade a importância do que se deve de soldos aos Regimentos da Praça da Colônia, Rio Grande de S.Pedro e Santa Catarina	Declarar	dívida de soldos	Colônia	14/11/1763
1	Manda por a presença de Sua Majestade a importância do que se deve de soldos aos Regimentos da Praça da Colônia, Rio Grande de S.Pedro e Santa Catarina	Declarar	Divída de soldos	Rio Grande	14/11/1763
1	Manda por a presença de Sua Majestade a importância do que se deve de soldos aos Regimentos da Praça da Colônia, Rio Grande de S.Pedro e Santa Catarina	Declarer	Dívida de soldos	Santa Catarina	14/11/1763
2	Manda pagar ajuda de custo e o soldo a José Custódio de Sá e Faria, nomeado governador do Rio Grande de S.Pedro	Pagar	Ajuda de custo e soldos	Rio Grande	22/02/1764
3	Manda passar à Provedoria da Ilha de Santa Catarina quatro contos de réis referentes ao pagamento de três meses das tropas da Ilha	Enviar	Pagamento	Santa Catarina	21/04/1764
4	Manda passar a Provedoria do Rio Grande de São Pedro dez contos de réis referentes ao pagamento de três meses de pagamento das tropas da capitania	Enviar	Pagamento	Rio Grande	21/04/1764
5	Manda passar a Provedoria da Colônia do Sacramento três contos de réis para o pagamento de três meses de soldo	Enviar	Pagamento	Colônia	24/04/1764
6	Manda pagar três meses de soldo ao destacamento que parte para o Rio Grande	Pagar	Soldo	Rio Grande	24/04/1764
7	Manda passar a Provedoria da Pça da Colônia quatro contos de réis para o pagamento de três meses de soldo das Tropas da referida colônia	Enviar	Pagamento	Colônia	03/03/1764
8	Manda oitenta mil réis a um alferes do Regimento Novo para o pagamento dos oficiais que andam nos trabalhos de madeiras no conserto de uma Nau	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro	2/02/1764
9	Manda a quantia de novecentos e três mil, duzentos e oitenta réis para o pagamento de oficiais do Regimento Novo	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro	7/06/1764
10	Manda o alferes do Regimento Novo fazer pagamento de fêria	Féria	Feria	Rio de Janeiro	19/06/1764
11	Manda assistir com soldo de quinze tostões por mês os oficiais ferreiros que trabalham na Ferraria de S. Majestade para a Ribeira das Naus	Assistir	Soldo	Rio de Janeiro	2/07/1764
12	Manda remeter ferria para pagamento dos oficiais que trabalham na factura de madeiras para a Ribeira das Naus	Remeter	Pagamento	Rio de Janeiro	8/07/1764
13	Manda remeter 222\$200 para pagamento dos oficiais que trabalham na factura de madeiras para a Ribeira das Naus	Remeter	Pagamento	Rio de Janeiro	21/08/1767
14	Manda assistir quatro pretos ferreiros que trabalham na Ferraria do Arsenal com Soldo e sustento	Assistir	Soldo e sustento	Rio de Janeiro	03/09/1764
15	Manda assistir com soldos a cinco ferreiros pretos que vieram da fazenda real de Santa Cruz	Assistir	Soldos	Rio de Janeiro	15/09/1764
16	Manda dinheiro para pagamento dos Carpinteiros que trabalham na factura de madeira para a Ribeira das Naus	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro	22/09/1764
17	Manda dinheiro para pagamento dos Oficiais que trabalham na factura de madeira para a Ribeira das Naus	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro	22/09/1764

18	Manda dar a Cabo de Esquadra quinze mil trezentos e trinta reis e quarenta e seis galinhas da Angola que o sobredito comprou	Dar	Galinhas	Lisboa	01/10/1764
19	Manda assistir com um soldo a um preto ferreiro que trabalha na Ferraria do Arsenal	Assistir	Soldos	Rio de Janeiro	02/10/1764
20	Manda a quantia de 172\$330 para o pagamento de trabalham na factura de Madeiras para a Ribeira das Naus	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro	09/10/1764
21	Manda pagar 200\$760 para pessoas que trabalham no corte de madeira para a Nau de S.Majestade	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro	08/11/1764
22	Mandar pagamento de jornais aos oficiais que trabalham na factura de madeiras para a Nau de S.Majestade	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro	11/12/1764
23	Manda pagar quatro férias de pessoas que trabalham na factura de Nau	Pagar	Férias	Rio de Janeiro	16/12/1764
24	Manda dar duzentos e vinte e três mil e trezentos e oitenta réis para o pagamento dos oficiais que se acham no trabalho da factura das madeiras para a Nau	Dar	Pagamento	Rio de Janeiro	13/02/1765
25	Manda 759\$210 a Pça de Santos para pagar três meses de Soldo para destacamento que parte para Viamão	Pagar	Soldos	Rio Grande	26/02/1765
26	Manda dez mil cruzados para o pagamento das tropas do Rio Grande de São Pedro	Enviar	Pagamento	Rio Grande	26/02/1765
27	Manda remeter vinte mil cruzados para o pagamento das tropas do Rio Grande de São Pedro	Remeter	Pagamento	Rio Grande	26/02/1765
28	Manda 72\$000 para pagamento de pessoas que trabalharam na factura de madeiras na Ilha Grande	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro	11/03/1765
29	Manda 71\$720 para pagamento de oficiais que trabalharam na factura de madeiras para a Nau de Sua Majestade	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro	20/03/1765
30	Manda 167\$900 para pagamento de oficiais que trabalharam na factura de madeiras para a Nau de Sua Majestade	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro	20/03/1765
31	Manda dar meia pataca a cada preso das galés que se acham no trabalho da Fortaleza de Sta Cruz	Dar	Meia pataca	Rio de Janeiro	02/04/1765
32	Manda 340\$900 para pagamento de oficiais que trabalham na factura de madeiras para Nau de S.Majestade	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro	14/04/1765
33	Manda fazer pagamento de três meses de soldo ao Destacamento que parte para as Praças do Sul	Pagar	Pagamento	Capitanias do Sul	12/05/1765
34	Manda assistir com soldo e farinha os noventa recrutas das Minas que se acham na praça do Rio de Janeiro	Assistir	Soldo e farinha	Rio de Janeiro/Minas	13/05/1765
35	Manda remeter 248\$050 para o pagamento de oficiais que trabalham na factura de madeiras para Nau de S.Majestade	Remeter	Pagamento	Rio de Janeiro	20/05/1765
36	Manda pagar dois meses de soldo a destacamento que veio de Pernambuco e parte para a Ilha de Sta Catarina	Pagar	Soldo	Sta Catarina / Pernambuco	21/05/1765
37	Manda assistir 139 galés que se acham trabalhando na Fortaleza de Sta Cruz, com 160 rs a cada uma delas	Assistir	Dinheiro	Rio de Janeiro	31/05/1765
38	Manda assistir com soldos de oito dias e farinha os sessenta e um recrutas vindas de Minas para sentar praça nos Regimentos do Rio de Janeiro	Assistir	Soldos e farinha	Rio de Janeiro/Minas	01/06/1765

39	Manda dar 250\$460 rs para o pagamento dos Oficiais que trabalham na factura de Madeiras para a Nau de S. Majestade	Dar	Pagamento	Rio de Janeiro	03/06/1765
40	Manda assistir com soldos de quinze dias e ração de farinha aos recrutas que se acham nas fortalezas desta Cidade	Assistir	Soldos e farinha	Rio de Janeiro	04/06/1765
41	Manda assistir com 60 rs a cada um dos presos que se acham no trabalho da Fortaleza de Santa Cruz	Assistir	Dinheiro	Rio de Janeiro	04/06/1765
42	Manda entregar 297\$530 rs para pagamento de Oficiais que se acham no trabalho de Corte de Madeiras no distrito de Inhomirim	Entregar	Pagamento	Rio de Janeiro	07/06/1765
43	Manda assistir com soldo de oito dias e ração de farinha a trinta e sete recrutas que se acham na Ilha de Cobras, com praça na Ilha de Sta Catarina e Rio Grande	Assistir	Soldo e farinha	Rio de Janeiro / Rio Grande / Santa Catarina	08/06/1765
44	Manda assistir com soldos de quinze dias e ração de farinha os sessenta e dois recrutas de Minas Gerais que se acham com praça nos três regimentos de guarnição desta praça	Assistir	Soldo e farinha	Rio de Janeiro/Minas	10/06/1765
45	Manda assistir com soldos de oito dias a 37 recrutas, que se acham na Fortaleza da Ilha de Cobras, com praça para a Ilha de Santa Catarina e Rio Grande	Assistir	Soldos	Rio de Janeiro / Rio Grande / Santa Catarina	20/06/1765
46	Manda remeter os soldos dos Oficiais, que vieram do Reino, para servir na Capitania de São Paulo	Remeter	Soldos	Lisboa/ São Paulo	09/07/1765
47	Manda remeter os soldos dos Oficiais, que vieram do Reino, para servir na Ilha de Sta Catarina	Remeter	Soldos	Lisboa / Sta Catarina	09/07/1765
48	Manda fazer pagamentos a Oficiais e Sargentos	Pagar	Pagamentos	Rio de Janeiro	16/07/1765
49	Manda dar ajuda de custo ao Coronel e Tenente-Coronel da Cavalaria Auxiliar que vão destacados para a Praça do Rio Grande	Dar	Ajuda de custo	Rio Grande	01/08/1765
50	Manda pagamento de Oficiais que trabalham na factura de madeiras para a Nau de S.Majestade	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro	25/08/1765
51	Manda pagamento de Oficiais que trabalham no corte de madeiras em Inhomirim	Enviar	pagamento	Rio de Janeiro	26/08/1765
52	Manda a quantia de 233\$340 rs para o pagamento de Oficiais que trabalham na factura de madeiras para a Nau de S.Majestade	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro	30/08/1765
53	Manda ajuda de custo para Tenente do Regimento dos Meneses que se destaca para a Ilha de Santa Catarina	Enviar	Ajuda de custo	Santa Catarina	01/09/1765
54	Manda pagamento para três meses de soldos à duas companhias que vieram por destacamento da cidade da Bahia	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro/Bahia	23/10/1765
55	Manda pagar três meses de soldo e dar ajuda de custo a um tenente do Regimento Velho destacado para a Ilha de Santa Catarina	Pagar	Soldos e ajuda de custo	Santa Catarina	04/11/1765
56	Manda aumentar os soldos da Guarnição da Praça da Colônia, junto com regulamento que segue junto	Aumentar	soldos	Colônia	26/11/1765
57	Manda dez contos de réis para pagamento das Tropas do Rio Grande	Enviar	Pagamento	Rio Grande	28/11/1765
58	Manda dez contos de réis para se remeter à Praça da Colônia, para o pagamento das tropas de sua guarnição.	Remeter	Pagamento	Colônia	28/11/1765
59	Manda entregar dois contos e trezentos mil réis para pagamento de quatro companhias que se levantaram em São Paulo para o Socorro dos portos do Sul	Entregar	Pagamento	São Paulo/Capitanias do Sul	28/11/1765
60	Manda pagar ajuda de custo a Sargento da Artilharia que vai para os portos do Sul em diligência do Real Serviço	Pagar	Ajuda de custo	Rio de Janeiro/Capitanias do Sul	30/11/1765
61	Manda entregar 316\$200 e 253\$660 rs para o pagamento de oficiais que se acham no trabalho de factura de madeiras para as Naus de S.Majestade	Entregar	Pagamento	Rio de Janeiro	14/12/1765

62	Manda 12\$800 e 72\$700 rs para o pagamento de pessoas que se acham no trabalho de factura de	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro	07/01/1766
----	---	--------	-----------	----------------	------------

	madeiras na Vila de Ilha Grande				
63	Manda 188\$120 rs para o pagamento de pessoas que se acham no trabalho de factura de madeiras	Enviar	Pagamento	Rio de Janeiro	07/01/1766
64	Manda satisfazer as quantias de 244\$960 rs, 233\$680 rs e 196\$960 rs para o pagamento de pessoas que se acham no trabalho de factura de madeiras no distrito de Santo Antônio de Jacotinga	Satisfazer	Pagamento	Rio de Janeiro	07/01/1766
65	Manda remeter 10 contos de réis ao Destacamento de Viamão	Remeter	Dinheiro	Rio Grande	14/01/1766
66	Manda pagar um mês de soldo a 17 soldados que vão servir no Regimento dos Dragões do Rio Grande	Pagar	Soldos	Rio Grande	08/02/1766
67	Manda pagar 3 meses de soldo e ajuda de custo para um Alferes e um Sargento que embarcam para os portos do Sul	Pagar	Soldos e ajuda de custo	Capitanias do Sul	10/02/1766
68	Manda pagar 3 meses de soldo a 19 soldados destacados para a Ilha de Santa Catarina	Pagar	Soldos	Santa Catarina	10/02/1766
69	Manda pagar 3 meses de soldo e ajuda de custo para dois engenheiros (um deles, Miguel de Blasco) que embarcam para os portos do Sul	Pagar	Soldo e ajuda de custo	Capitanias do Sul	10/02/1766
70	Manda pagar soldos a ajuda de custo à 3 oficiais do Regimento dos Sá destacados para os Portos do Sul	Pagar	Soldos e ajuda de custo	Capitanias do Sul	01/03/1766
71	Manda entregar 250\$340 rs e 334\$740rs para o pagamento de oficiais e mais pessoas que trabalham no Corte de madeiras para a nova nau de S.Majestade	Entregar	Pagamento	Rio de Janeiro	03/03/1766
72	Manda remeter 2.891\$15 rs para o pagamento dos Regimentos da Capital que se encontram destacados em Santa Catarina, e que passarão para a Colônia	Remeter	Pagamento	Santa Catarina	03/04/1766
72	Manda remeter 2.891\$15 rs para o pagamento dos Regimentos da Capital que se encontram destacados em Santa Catarina, e que passarão para a Colônia	Remeter	Pagamento	Colônia	03/04/1766
73	Manda entregar as quantias de 249\$600 rs, 250\$960 rs e 265\$920 rs para o pagamento de oficiais e pessoas que trabalham no corte de madeiras para a fabricação de Nau	Entregar	Pagamento	Rio de Janeiro	08/04/1766
74	Manda remeter as quantias de 351\$960rs e 320\$300rs para o pagamento de oficiais e pessoas que trabalham no corte de madeiras para a fabricação de Nau	Remeter	Pagamento	Rio de Janeiro	06/05/1766
75	Manda entregar 4 contos de réis para o pagamento da Infantaria da Praça da Colônia	Entregar	Pagamento	Colônia	01/06/1766
76	Manda entregar 4 contos de réis para o pagamento das Tropas do Rio Grande	Entregar	Pagamento	Rio Grande	01/06/1766
77	Manda entregar 2 contos de réis para o pagamento das tropas da Ilha de Santa Catarina	Entregar	Pagamento	Santa Catarina	01/06/1766
78	Manda pagar soldo e ajuda de custo a Ajudante do Regimento de Sá e outros oficiais destacados para os portos do Sul	Pagar	Soldo e ajuda de custo	Capitanias do Sul	03/06/1766
79	Manda remeter a quantia de 1:522\$880 rs para o pagamento de oficiais e pessoas que trabalham no corte de madeiras na vila de S.Salvador de Campos	Remeter	Pagamento	Rio de Janeiro (Vila de Campos)	07/06/1766
80	Manda remeter a quantia de 773\$960 rs para o pagamento de oficiais e pessoas que trabalham no corte de madeiras no Recôncavo	Remeter	Pagamento	Rio de Janeiro	03/07/1766
81	Manda remeter a quantia de 710\$340 rs para o pagamento de oficiais e pessoas que trabalham no corte de madeiras	Remeter	Pagamento	Rio de Janeiro	04/07/1766
82	Manda pagar soldos de quatro soldados do destacamento de Pernambuco, que se achavam servindo no Rio Grande	Pagar	Soldo	Rio Grande / Pernambuco	24/11/1766
83	Manda dar 20\$000 rs de ajuda de custo a Pedro Figueiredo Valadares que vai em diligência do Real Serviço	Dar	Ajuda de custo	Rio de Janeiro	18/12/1766

84	Manda remeter a quantia de 1:216\$120 rs para o pagamento de oficiais e pessoas que trabalham no corte	Remeter	Pagamento	Rio de Janeiro (Vila de Campos)	20/12/1766
----	--	---------	-----------	---------------------------------	------------

	de madeiras na vila de S.Salvador de Campos				
85	Manda remeter a quantia de 397\$910 rs para o pagamento de oficiais e pessoas que trabalham no corte de madeiras na vila de S.Salvador de Campos	Remeter	Pagamento	Rio de Janeiro (Vila de Campos)	22/12/1766
86	Manda pagar a Tenente Coronel de Nação Espanhola 4 meses e cinco dias de soldo; e a Ajudante de Ordens 4 meses e dez dias de soldo	Pagar	Soldos	Rio de Janeiro	29/12/1766
87	Manda se pagar 400\$00 rs relativos aos soldos de Coronel da Praça da Colônia	Pagar	Soldos	Colônia	24/12/1766
88	Manda entregar 92\$560 rs para pagamento da feria do mês dos oficiais carpinteiros que trabalham no corte de madeira para o Novo Palácio de S.Sebastião	Entregar	Pagamento	Rio de Janeiro	06/11/1766
89	Manda entregar 44\$280 rs para pagamento da féria dos oficiais carpinteiros que se acham no corte de madeiras para conserto de Fragata de S.Majestade	Entregar	Pagamento	Rio de Janeiro	06/11/1766
90	Manda remeter a quantia de 408\$960 rs para o pagamento de oficiais e pessoas que trabalham no corte de madeiras para a nova Nau de S.Majestade	Remeter	Pagamento	Rio de Janeiro	06/11/1766
91	Manda fazer pagamento de 4 meses de soldo a gente da marcação do Bergantim Nossa Senhora da Piedade, que está a seguir viagem para a Ilha de Santa Catarina	Pagar	Soldo	Rio de Janeiro / Sta Catarina	20/01/1767
92	Manda dar ajuda de custo a diversos oficiais destacados para o Sul	Dar	Ajuda de custo	Capitanias do Sul	21/01/1767
93	Manda entregar 3 contos de réis para pagamento das Tropas da Guarnição do Rio Grande	Entregar	Pagamento	Rio Grande	24/01/1767
94	Manda dar ajuda de custo para oficiais que encontram-se embarcando para o Sul	Dar	Ajuda de custo	Capitanias do Sul	04/07/1767
95	Manda fazer pagamento a Oficiais e soldados destacados para o Rio Grande, de três meses de soldo	Pagar	Pagamento	Rio Grande	05/07/1767
96	Manda dar dinheiro para pagamento das tropas do Continente do Rio Grande	Dar	Pagamento	Rio Grande	09/07/1767
97	Manda dez mil cruzados para pagamento das Tropas da Ilha de Santa Catarina	Enviar	Pagamento	Santa Catarina	09/07/1767
98	Manda entregar 3 contos de réis para pagamento das tropas da Ilha de Santa Catarina	Entregar	Pagamento	Santa Catarina	23/07/1767
99	Manda entregar 3 contos de réis para pagamento das tropas do Continente do Rio Grande	Entregar	Pagamento	Rio Grande	23/07/1767
100	Manda dar ajuda de custo a José dos Reis Antunes, que parte em diligência do Real Serviço	Dar	Ajuda de custo	Rio de Janeiro	03/09/1767
101	Manda fazer pagamento aos Oficiais e mais praças que se acham no Regimento de que é comandante José Raimundo Chichorro da Gama	Pagar	Oficiais e praças	Rio de Janeiro	15/09/1767
102	Manda fazer pagamento aos Oficiais e mais praças que se acham no Regimento de que é comandante Antônio Carlos Furtado de Mendonça	pagar	Oficiais e praças	Rio de Janeiro	15/09/1767
103	Manda dar seis contos e sessenta e nove mil réis para o pagamento de soldos do Regimento de Lima	Dar	Pagamento	Rio de Janeiro	28/09/1767
104	Manda dar ao capitão Elias Schieling e ao Ajudante de Ordens do brigadeiro Jacques Funck, Francisco José Roscio, a quantia relativa aos seus soldos	Dar	Soldos	Rio de Janeiro	07/10/1767
105	Manda fazer pagamento aos oficiais, e mais praças do Estado maior e menor do Regimento de Moura	Pagar	Oficiais e praças	Rio de Janeiro	10/10/1767
106	Manda pagar ao General João Henrique Bohm 6:026\$664 rs de soldo	Pagar	Soldos	Rio de Janeiro	12/10/1767
107	Manda pagar ao Capitão Comandante dos Soldados da Artilharia da Expedição do Reino a quantia de 89\$800rs relativos aos seus soldos	Pagar	Soldos	Rio de Janeiro	12/10/1767
108	Manda fazer pagamento aos oficiais, e mais praças do Estado maior e menor do Regimento de Estremoz, comandado por José Chichorro da Gama	Pagar	Oficiais e praças	Rio de Janeiro	12/10/1767
109	Manda fazer pagamento aos oficiais, e mais praças do Regimento de Infantaria de Bragança, de que é coronel Francisco de Lima da Silva	Pagar	Oficiais e praças	Rio de Janeiro	13/10/1767
110	Manda fazer pagamento ao Sargento-Mor da Cavalaria Jorge Luiz Teixeira Ajudante de Ordens do Snr	Pagar	Soldos	Rio de Janeiro	15/10/1767

	General João Henrique Bohm, relativos a três meses e quatro dias de soldo				
111	Manda fazer pagamento ao brigadeiro de Infantaria Jacques Funck, relativos a três meses e quatro dias de soldos vencidos	Pagar	Soldos	Rio de Janeiro	15/10/1767
112	Manda fazer pagamento de 71 dias de soldos aos soldados vindos da Ilha de São Miguel, pertencente ao Regimento de Costa	Pagar	Soldos	Rio de Janeiro / Ilha de São Miguel	15/10/1767
113	Manda fazer pagamento de 71 dias de soldos aos soldados vindos da Ilha de São Miguel, pertencente ao Regimento de Meneses	Pagar	Soldos	Rio de Janeiro / Ilha de São Miguel	15/10/1767
114	Manda pagar ao Mestre Coronbeiro (sic.) e aos demais artífices que vieram com a expedição os seus soldos	Pagar	Soldos	Rio de Janeiro	20/10/1767
115	Manda pagar os soldos vencidos do Capitão Engenheiro Francisco João Roscio	Pagar	Soldos	Rio de Janeiro	27/10/1767
116	Manda pagar os soldos vencidos do Capitão Engenheiro Elias Schieling	Pagar	Soldos	Rio de Janeiro	27/10/1767
117	Manda pagar os soldos vencidos do Capitão Antônio de Ribieras Silva Meneses	Pagar	Soldos	Rio de Janeiro	27/10/1767
118	Manda fazer pagamento aos soldos vencidos do Ajudante de Ordens do General João Henrique Bohm, o Sargento Maior Jorge Luíz Teixeira	Pagar	Soldos	Rio de Janeiro	01/11/1767

Tropas					
Nº	Assunto	Ação	Objeto	Capitania	Data
1	Lista em que se assente oficiais e soldados para Novo esquadrão de Cavalaria	Listar	Assentamento de soldados e oficiais	Rio de Janeiro	13/11/1763
2	Sentar praça à oficiais do Novo Regimento de Cavalaria	Assentar	Oficiais	Rio de Janeiro	13/11/1763
3	Sentar praça a três soldados do novo Regimento de Cavalaria	Assentar	Soldados	Rio de Janeiro	14/11/1763
4	Manda Inácio da Costa sentar praça de patrão em Bergantim	Assentar	Patrão	Rio de Janeiro	4/04/1764
5	Manda fazer passagem para o posto de Tenente da Companhia de Coronel do Regimento Novo	Passar	Posto de tenente	Rio de Janeiro	14/05/1764
6	Manda dar baixa a Ajudante do Regimento de Artilharia	Baixar	Ajudante de artilharia	Rio de Janeiro	14/05/1764
7	Manda sentar praça de um sargento maior no Terço Auxiliar e um Capitão no Regimento Novo	Assentar	Sargento	Rio de Janeiro	16/05/1764
8	Manda dar baixa a um Sargento do Regimento dos Alpoim	Baixar	Sargento	Rio de Janeiro	29/08/1764
9	Nomeação de ajudante de Guarnição da Praça de Santos	Nomear	Ajudante de guarnição	Vila de Santos	26/09/1764
10	Manda sentar praça ao tenente do Regimento dos Dragões da Praça do Rio Grande	Sentar	Tenente dos Dragões	Rio Grande de São Pedro	12/10/1764
11	Manda fazer passagem para o Regimento da Colônia a trinta soldados do Regimento Velho e Novo	Passar	Soldados	Colônia do Sacramento	06/11/1764
12	Manda formar lista de uma Companhia de Cavalaria Auxiliar para sentar praça	Listar	Companhia para sentar praça	Rio de Janeiro	15/11/1764
13	Manda fazer passagem de soldado do Regimento da Colônia para Companhia do Regimento Velho	Passar	Soldados	Rio de Janeiro	26/11/1764
14	Manda sentar praça aos oficiais novos do Regimento de São	Assentar	Oficiais	Rio de Janeiro	26/1/1765
15	Manda passar Cabo de Esquadra para o registro do Rio de São João	Passar	Cabo de esquadra	Rio de São João	14/02/1765
16	Manda tomar assento o capelão das Tropas que partem para Viamão, com o soldo que vende o capelão do Regimento Novo	Assentar	Capelão das tropas	Rio Grande de São Pedro	27/02/1765
17	Manda dar baixa a Tenente do Regimento de São	Baixar	Tenente	Rio de Janeiro	29/03/1765
18	Manda sentar praça de Furriel do Esquadrão de Cavalaria	Assentar	Furriel	Rio de Janeiro	30/04/1765
19	Manda sentar praça ao tenente da Cavalaria Auxiliar	Assentar	Tenente	Rio de Janeiro	11/05/1765
20	Manda dar baixa a um Sargento do Regimento de Sá, ficando com praça de soldado na mesma Companhia	Baixar	Sargento	Rio de Janeiro	15/06/1765
21	Manda sentar praça no Regimento Velho do Rio de Janeiro três soldados vindos de Lisboa	Assentar	Soldados	Rio de Janeiro/Lisboa	28/06/1765
22	Manda sentar praça a sargento do Regimento da Cavalaria Auxiliar do Rio de Janeiro	Assentar	Sargento	Rio de Janeiro	05/07/1765
23	Mandar sentar praça de Sargento-maior do Regimento Velho	Assentar	Sargento-maior	Rio de Janeiro	07/07/1765
24	Manda sentar praça de Sargento-maior do Terço dos Auxiliares	Assentar	Sargento-maior	Rio de Janeiro	07/07/1765

25	Manda sentar praça de Tenente da Companhia do Coronel de que é coronel José Custódio de Sá e Faria	Assentar	Tenente	Rio de Janeiro	07/07/1765
26	Manda sentar praça de Capitão da Companhia do Regimento de Artilharia	Assentar	Capitão de Artilharia	Rio de Janeiro	08/07/1765
27	Manda sentar praça do posto de Tenente dos Granadeiros do Regimento de Artilharia	Assentar	Tenente dos Granadeiros	Rio de Janeiro	08/07/1765
28	Manda sentar praça do posto de Tenente do Regimento Velho	Assentar	Tenente	Rio de Janeiro	08/07/1765
29	Manda sentar praça do posto de Ajudante do Regimento Velho	Assentar	Ajudante	Rio de Janeiro	08/07/1765
30	Manda sentar praça do posto de Capitão do Regimento de Artilharia	Assentar	Capitão de Artilharia	Rio de Janeiro	08/07/1765
31	Manda sentar praça do posto de Capitão do Regimento de Artilharia	Assentar	Capitão de Artilharia	Rio de Janeiro	08/07/1765
32	Manda sentar posto de Tenente do Regimento Novo	Assentar	Tenente	Rio de Janeiro	08/07/1765
33	Manda sentar posto de Tenente do Regimento Velho	Assentar	Tenente	Rio de Janeiro	08/07/1765
34	Manda sentar posto de Tenente do Regimento Velho	Assentar	Tenente	Rio de Janeiro	11/07/1765
35	Manda sentar posto de Alferes do Regimento Velho	Assentar	Alferes	Rio de Janeiro	11/07/1765
36	Manda sentar posto de Alferes do Regimento Velho	Assentar	Alferes	Rio de Janeiro	11/07/1765
37	Manda sentar praça de Alferes do Regimento Velho	Assentar	Alferes	Rio de Janeiro	11/07/1765
38	Manda sentar praça de Alferes do Regimento Velho	Assentar	Alferes	Rio de Janeiro	11/07/1765
39	Manda sentar praça de Alferes do Regimento Velho	Assentar	Alferes	Rio de Janeiro	11/07/1765
40	Manda sentar praça de Alferes do Regimento de Artilharia	Assentar	Alferes de Artilharia	Rio de Janeiro	11/07/1765
41	Manda sentar praça do posto de Alferes do Regimento de Artilharia	Assentar	Alferes de Artilharia	Rio de Janeiro	11/07/1765
42	Manda agregar ao Regimento Novo um Ajudante	Agregar	Ajudante	Rio de Janeiro	11/07/1765
43	Manda sentar praça do posto de Capitão em Regimento não identificado	Assentar	Capitão	Rio de Janeiro	16/07/1765
44	A Provedoria de Sta Catarina manda sentar praça do posto de Capitão	Assentar	Capitão	Ilha de Santa Catarina	16/07/1765
45	Manda sentar praça do posto de Ajudante do Regimento de Cavalaria Auxiliar da Capital	Assentar	Ajudante de Cavalaria	Rio de Janeiro	20/07/1765
46	Manda sentar praça do posto de Capitão do Regimento de Artilharia	Assentar	Capitão de Artilharia	Rio de Janeiro	28/07/1765
47	Manda sentar praça do posto de Capitão do Regimento de Artilharia	Assentar	Capitão de Artilharia	Rio de Janeiro	28/07/1765
48	Manda sentar praça do posto de Sargento-Maior do Regimento de Artilharia	Assentar	Sargento-Maior da Artilharia	Rio de Janeiro	28/07/1765
49	Manda dar baixa ao Capitão e Governador da Fortaleza da Praia Vermelha	Baixar	Capitão de Fortaleza	Rio de Janeiro	28/07/1765
50	Manda sentar praça aos Oficiais dos três Regimentos desta Guarnição promovidos no dia 30 do corrente mês	Assentar	Oficiais	Rio de Janeiro	31/07/1765
51	Manda tomar assento a Coronel do Regimento Novo	Assentar	Coronel	Rio de Janeiro	03/08/1765
52	Manda sentar praça ao posto de Capitão de Guarnição da Ilha de Santa Catarina	Assentar	Capitão de Guarnição	Ilha de Santa Catarina	03/09/1765
53	Manda sentar praça do posto de Ajudante de Fortaleza de Santa Cruz	Assentar	Ajudante de fortaleza	Rio de Janeiro	15/09/1765
54	Manda sentar praça do posto de Sargento da Guarnição da Ilha de Santa Catarina	Assentar	Sargento de Guarnição	Ilha de Santa Catarina	03/12/1765
55	Manda sentar praça no Regimento de	Assentar	soldados	Rio de Janeiro	15/02/1766

	Cavalaria Auxiliar 142 pessoas				
56	Mandar passar posto de Tenente Coronel do Regimento Velho um Ajudante de Ordens	Promover	Ajudante de ordens	Rio de Janeiro	17/02/1766
57	Manda dar baixa de diversos oficiais dos Regimentos da Capital	Baixar	Oficiais	Rio de Janeiro	19/02/1766
58	Manda dar baixa a Cabo do Regimento de Meneses, ficando este com praça de Soldado	Baixar	Cabo	Rio de Janeiro	28/02/1766
59	Manda dar baixa ao Tenente do Regimento de Artilharia	Baixar	Tenente de Artilharia	Rio de Janeiro	27/02/1766
60	Manda dar baixa a 28 soldados do Regimento de Cavalaria Auxiliar	Baixar	Soldados	Rio de Janeiro	01/03/1766
61	Manda dar baixa a Tenente do Regimento de Artilharia	Baixar	Tenente de Artilharia	Rio de Janeiro	10/03/1766
62	Manda sentar praça de Sargento do Regimento de Meneses	Assentar	Sargento	Rio de Janeiro	10/03/1766
63	Manda dar baixa a diversos oficiais do Regimento Velho	Baixar	Oficiais	Rio de Janeiro	29/10/1765
64	Manda dar baixa ao posto de Tenente do Regimento dos Sá	Baixar	Tenente	Rio de Janeiro	15/03/1766
65	A Provedoria da Fazenda Real de Sta Catarina Manda dar baixa a Tenente da Companhia de Rodrigues das Tropas de Guarnição	Baixar	Tenente	Ilha de Santa Catarina	17/03/1766
66	Manda sentar praça aos oficiais do Regimento dos Sá contidos na promoção	Assentar	Oficiais	Rio de Janeiro	20/03/1766
67	Manda sentar praça do posto de Alferes do Regimento de Meneses	Assentar	Alferes	Rio de Janeiro	20/03/1766
68	Manda sentar praça do posto de Sargento Maior do Terço de Auxiliares	Assentar	Sargento-maior	Rio de Janeiro	21/03/1766
69	Manda dar baixo do posto de Cabo do Regimento de Sá	Baixar	Cabo	Rio de Janeiro	22/03/1766
70	Manda dar baixa a Cabo do Regimento de Artilharia	Baixar	Cabo	Rio de Janeiro	29/03/1766
71	Manda fazer passagem para a Companhia de Viegas do Regimento dos Sá a Sargento do número da Companhia de Santos do Regimento de Meneses	Passar	Sargento	Vila de Santos	08/04/1766
72	Manda sentar praça do posto de Cabo do Regimento de Sá	Assentar	Cabo	Rio de Janeiro	08/04/1766
73	Manda sentar praça do posto de soldado do Regimento de Artilharia	Assentar	Soldado	Rio de Janeiro	08/04/1766
74	Manda dar baixa a Capitão do Terço dos Auxiliares	Baixar	Capitão	Rio de Janeiro	27/05/1766
75	Manda passar Tenente do Regimento de Cavalaria Auxiliar, que vai com dois soldados do seu regimento e dois escravos para uma diligência em Minas	Passar	Tenente, dois soldados e dois escravos	Minas Gerais	30/05/1766
76	Manda um capitão do Regimento de Artilharia tomar assento do posto de Ajudante de Ordens do Governo da Capitania	Assentar	Ajudante de ordens do governo	Rio de Janeiro	06/06/1766
77	Manda fazer passagem de um Capitão do Regimento dos Menezes para o da Artilharia	Passar	Capitão dos Menezes	Rio de Janeiro	06/06/1766
78	Manda sentar praça do posto de Alferes da Companhia de Campos da Guarnição da Ilha de Santa Catarina	Assentar	Alferes	Ilha de Santa Catarina	09/06/1766
79	Manda sentar praça de Mestre da Corveta de S.Majestade	Assentar	Mestre de Corveta	Rio de Janeiro	27/06/1766
80	Manda sentar praça do posto de Tenente do Regimento dos Meneses	Assentar	Tenente	Rio de Janeiro	05/07/1766

81	Manda dar baixa de dois soldados dos	Baixar	Soldados	Rio de Janeiro	21/11/1766
----	--------------------------------------	--------	----------	----------------	------------

	Regimentos de Artilharia e dos Meneses				
82	Manda sentar praça do posto de Capitão do Regimento dos Sá e de Capitão do Regimento de Artilharia	Assentar	Capitães	Rio de Janeiro	17/01/1767
83	Manda dar baixa a diversos soldados da Guarnição da Capital	Baixar	Soldados	Rio de Janeiro	23/01/1767
84	Manda sentar praça a Mestre de Campo de Auxiliares e Oficiais do Regimento de Costa	Assentar	Oficiais	Rio de Janeiro	13/07/1767
85	Manda fazer passagem aos soldados para as companhias novas do Regimento de Meneses	Passar	Soldados	Rio de Janeiro	21/07/1767
86	Manda formalizar as três companhias novas do Regimento dos Meneses	Formali-zar	Companhias Novas	Rio de Janeiro	21/07/1767
87	Manda dar baixa a Tenente do Regimento de Artilharia	Baixar	Tenente	Rio de Janeiro	25/08/1767
88	Manda sentar praça do posto de Sargento do Regimento de Meneses	Assentar	Sargento	Rio de Janeiro	03/09/1767
89	Manda sentar praça dos postos de cabo da Companhia de Cabral do Regimento de Costa	Assentar	Cabo	Rio de Janeiro	09/09/1767
90	Manda sentar praça do posto de Sargento do Regimento de Meneses	Assentar	Sargento	Rio de Janeiro	10/09/1767
91	Manda sentar praça do posto de Sargento do Regimento de Meneses	Assentar	Sargento	Rio de Janeiro	10/09/1767
92	Manda sentar praça do posto de Sargento do Regimento de Meneses	Assentar	Sargento	Rio de Janeiro	16/09/1767
93	Manda sentar praça a Sargento do Número do Regimento dos Meneses	Assentar	Sargento	Rio de Janeiro	07/10/1767
94	Manda sentar praça de Mestre Piloto, e prático, da Fragata Glória	Assentar	Mestre Piloto	Rio de Janeiro	14/10/1767

Outros					
Nº	Assunto	Ação	Objeto	Capitania	Data
1	Envio de Bolsa para armazenar Papéis	Enviar	Bolsa	Rio de Janeiro	26/10/1763
2	Envio de Livros de capa de Pasta à Secretaria	Enviar	Capa de pasta	Rio de Janeiro	31/10/1763
3	Manda declarar a importância de todo o dinheiro existente no cofre da dita Provedoria	Declarar	Dinheiro	Rio de Janeiro	14/11/1763
4	Manda declarar tudo quanto deve a Provedoria da Fazenda Real desta Capitania	Declarar	Dívida	Rio de Janeiro	14/11/1763
5	Ao provedor da Casa da Moeda, mandando declarar a quantia que há na sua repartição pertencente a S. Majestade	Declarar	Dinheiro	Rio de Janeiro	14/11/1763
6	Manda declarar a importância de todas as dívidas pertencentes à Fazenda Real	Declarar	Dívida	Rio de Janeiro	14/11/1763
7	Manda declarar a importância das Rendas Reais da capital (Rio de Janeiro)	Declarar	Dinheiro	Rio de Janeiro	14/11/1763
8	Manda dar a desembargador uma quantia referente aos seus ordenados	Dar	Dinheiro	Rio de Janeiro	23/11/1763
9	Manda a Casa da Moeda pagar uma determinada quantia referente a pagamentos relacionados à Nau de Guerra	Pagar	Dinheiro	Rio de Janeiro	18/12/1763
10	Manda o almoxarife da Provedoria receber da Casa da Moeda o dinheiro referente ao pagamento acima.	Enviar	Dinheiro	Rio de Janeiro	18/12/1763
11	Manda a Casa da Moeda declarar as quantias que pertencem à Real Fazenda	Declarar	Dinheiro	Rio de Janeiro	24/01/1764
12	Manda o Desembargador da Provedoria da Fazenda Real declarar a quantia que se acha no Cofre da Provedoria	Declarar	Dinheiro	Rio de Janeiro	24/01/1764
13	Manda o Provedor declarar o que importa a um mês das folhas Eclesiásticas e guisamentos de Santa Catarina, Rio Pardo e Rio Grande	Declarar	Pagamentos	Santa Catarina	24/01/1764
13	Manda o Provedor declarar o que importa a um mês das folhas Eclesiásticas e guisamentos de Santa Catarina, Rio Pardo e Rio Grande	Declarar	Pagamentos	Rio Pardo	24/01/1764
13	Manda o Provedor declarar o que importa a um mês das folhas Eclesiásticas e guisamentos de Santa Catarina, Rio Pardo e Rio Grande	Declarar	Pagamentos	Rio Grande de S.Pedro	24/01/1764
14	Manda fazerem duas estantes para a Secretaria	Fazer	Estantes	Rio de Janeiro	24/01/1764
15	Manda remeter a Provedoria da Vila de Santos quatro mil cruzados	Remeter	Dinheiro	Vila de Santos	19/02/1764
16	Manda remeter um alqueire de arpista para as quintas do Rei	Remeter	Alpiste	Rio de Janeiro	14/03/1764
17	Manda seqüestrar baús do almoxarife da Praça da Colônia	Seqüestrar	Baús do almoxarife	Praça da Colônia	19/03/1764
18	Manda servir o ofício de escrivão da Câmara da vila de Paraty	Servir	Ofício de escrivão	Vila de Paraty	23/03/1764
19	Manda remeter meio alqueire de arpista para as quintas de V.Majestade	Remeter	Alpiste	Rio de Janeiro	02/04/1764
20	Manda a Provedoria da Casa da Moeda remeter uma lista com todos os moedeiros e mais indivíduos da Casa da Moeda e salários que os vencem	Remeter	Lista	Rio de Janeiro	21/05/1764
21	Manda remeter a Ferraria do Arsenal de Guerra cinco barras de ferro	Remeter	Barras de ferro	Rio de Janeiro	30/05/1764

22	Manda deixar a disposição os materiais pedidos pelo Alvineo e Carpinteiro que trabalham nas obras da Sala de Armas e reedificação da fortaleza de N ^a S ^a da Conceição	Disponibilizar	Materiais	Rio de Janeiro	26/06/1764
23	Manda para a Provedoria de Santos o produto das barras de ouro que vem da Capitania das Minas Gerais	Enviar	Barras de ouro	Vila de Santos	27/06/1764
24	Manda entregar aos Mestres da Ferraria do Arsenal uma barra de ferro larga	Entregar	Barra de ferro larga	Rio de Janeiro	08/07/1764
25	Manda entregar aos Mestres da Ferraria do Arsenal ferro e aço	Entregar	Ferro e aço	Rio de Janeiro	02/07/1764
26	Manda comprar material para a Secretaria de Estado	Comprar	Material	Rio de Janeiro	23/07/1764
27	Manda assistir com uma pataca de azeite para acender as luzes da cidade	Assistir	Pataca de azeite	Rio de Janeiro	06/08/1764
28	Manda o Provedor da Casa da Moeda entregar trinta marcos (sic) de prata para o Tesoureiro da Intendência Geral	Entregar	Prata	Minas Gerais	18/08/1764
29	Manda remeter mantimentos para os pássaros das quintas de S.Majestade	Remeter	Mantimentos	Rio de Janeiro	23/08/1764
30	Manda remeter mantimentos para os pássaros das quintas de S.Majestade (diferente)	Remeter	Mantimentos	Rio de Janeiro	23/08/1764
31	Manda pagar determinada quantia a capitão da Nau inglesa por produtos adquiridos	Pagar	Dinheiro	Rio de Janeiro	03/09/1764
32	Manda entregar materiais para se trabalhar nas obras da Ilha das Pombas	Entregar	materiais	Rio de Janeiro	04/09/1764
33	Manda entregar ferro ao Mestre da Ferraria do Arsenal	Entregar	Ferro	Rio de Janeiro	06/09/1764
34	Manda milho e casca para a alimentação dos pássaros das quintas reais	Mandar	Alimento de passáros	Rio de Janeiro	12/09/1764
35	Manda trezentos e vinte e nove mil e setecentos réis para despesas na reforma da Igreja que foi dos jesuítas	Mandar	Dinheiro	Rio de Janeiro	13/09/1764
36	Manda materiais para a continuidade das obras na Ilha das Pombas	Mandar	Materiais	Rio de Janeiro	6/10/1764
37	Manda assistir com as luzes necessárias para o Calabuço do Arsenal	Assistir	Luzes	Rio de Janeiro	08/10/1764
38	Manda interrogar testemunhas sobre a prisão de capitão que foi da Praça da Colônia	Interrogar	Testemunhas	Colônia do Sacramento	10/10/1764
39	Manda o Provedor da Casa da Moeda entregar determinada quantia ao Cabo de Esquadra do Regimento dos Dragões quarenta mil cruzados	Entregar	Dinheiro		24/10/1764
40	Manda o Provedor da Casa da Moeda dar oitenta mil cruzados por empréstimo a Provedoria de Vila Rica	Enviar	Dinheiro	Minas Gerais	24/10/1764
41	Manda entregar ao Mestre do Arsenal cem quintais de ferro para as obras de Nau de S. Majestade	Entregar	Ferro	Rio de Janeiro	21/11/1764
42	Manda entregar uma pessoa na Vila de Santos	Entregar	Pessoa	Vila de Santos	29/01/1765
43	Manda entregar quatro contos de réis na Provedoria do Rio Grande	Entregar	Dinheiro	Rio Grande de S.Pedro	29/01/1765
44	Manda emprestar uma amarra e uma ancora para embarcação que vai para a Colônia	Emprestar	Amarra e âncora	Colônia do Sacramento	06/02/1765
45	Manda remeter arpista, milho e arroz de casca para o sustento dos pássaros que vão para Lisboa	Remeter	Alimentos para passáros	Rio de Janeiro	10/02/1765
46	Manda o Juiz de Fora tomar conhecimento da falsificação da rubrica de V.Ex ^a (possivelmente Vice-Rei)	Tomar conhecimento	Falsificação de rubrica	Rio de Janeiro	12/02/1765

47	Manda pagar frete de presos para o Rio das Caravelas, para se entregar em Porto Seguro	Pagar	Frete	Bahia	19/02/1765
48	Manda ao capitão do Regimento de Artilharia uma resma de papel	Enviar	Resma de papel	Rio de Janeiro	21/02/1765
49	Manda 400\$000 por conta da contribuição ordenada por Sua Majestade para a Praça de Santos	Enviar	Dinheiro	Vila de Santos	24/02/1765
50	Manda quatro contos de réis à Provedoria do Rio Grande	Enviar	Dinheiro	Rio Grande de S.Pedro	26/04/1765
51	Manda nove quartas de arpista para sustento de pássaros de S. Majestade	Enviar	Alpiste	Rio de Janeiro	28/04/1765
52	Manda a Provedoria da Casa da Moeda remeter à Intendência Geral, e esta as Casas de Fundação de Minas, quinze marcos de prata	Remeter	Prata	Minas Gerais	29/04/1765
53	Manda entregar diversos materiais a Fortaleza da Barra de Macaé	Entregar	Materiais	Rio de Janeiro	01/05/1765
54	Manda dois sacos de arpista para o sustento dos pássaros de S. Majestade	Enviar	Alpiste	Rio de Janeiro	05/05/1765
55	Manda assistir com 3 vintens por dia para o sustento dos presos que se acham na Ilha de Cobras	Assistir	Dinheiro	Rio de Janeiro	06/05/1765
56	Manda remeter 4 contos de réis para a Provedoria da Ilha de Sta Catarina	Remeter	Dinheiro	Ilha de Santa Catarina	14/05/1765
57	Manda remeter doze livros para registros nesta Secretaria de Estado	Remeter	Livros	Rio de Janeiro	22/06/1765
58	Manda enviar quatrocentos mil cruzados para o Real Erário	Enviar	Dinheiro	Rio de Janeiro/Lisboa	26/06/1765
59	Manda dar dois sacos de milho e sete sacos de arpista para o sustento dos pássaros das quintas reais	Dar	Alimentos para passáros	Rio de Janeiro	04/07/1765
60	Manda dar mantimentos para o sustento de vinte e seis presos que vão para a Corte	Dar	Mantimentos	Rio de Janeiro/Lisboa	04/07/1765
61	Manda assistir com 60 reis para o sustento dos presos que se acham na Fortaleza da Ilha de Cobras	Assistir	Dinheiro	Rio de Janeiro	06/07/1765
62	Manda remeter 48 livros em branco para a Provedoria de Santos	Remeter	Livros	Vila de Santos	10/07/1765
63	Manda remeter mantimentos da Fortaleza de Santa Cruz para o hospital dos lázaros de S.Cristovão	Remeter	Mantimentos	Rio de Janeiro	12/07/1765
64	Manda entregar vinte quintais de ferro para as obras na Nau de S.Majestade	Entregar	Ferro	Rio de Janeiro	22/07/1765
65	Manda continuar diligências relacionadas às falsificações nos despachos da Secretaria de Estado	Continuar	Diligências	Rio de Janeiro	20/07/1765
66	Manda dois barris de alcatrão à Fortaleza de São João	Enviar	Alcatrão	Rio de Janeiro	29/07/1765
67	Manda dar dois machados para a factura de madeiras para Naus de S. Majestade	Dar	Machados	Rio de Janeiro	01/08/1765
68	Manda altar inteiro para a Fortaleza da Praia Vermelha	Enviar	Altar	Rio de Janeiro	02/08/1765
69	Manda 4 contos de réis para entregar na Provedoria do Rio Grande	Mandar	Dinheiro	Rio Grande de S.Pedro	03/08/1765
70	Manda entregar ao Mestre da Ferraria do Arsenal cem quintais de ferro para as obras da Nau de S. Majestade	Entregar	Ferro	Rio de Janeiro	07/08/1765
71	Manda dar quatorze marcos de Prata à Intendência Geral das Minas	Dar	Prata	Minas Gerais	07/08/1765
72	Manda diversos materiais para o trabalho das Galés e Artilharia	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	14/08/1765

73	Manda uma caixa de guerra para o Regimento Velho	Enviar	Caixa de guerra	Rio de Janeiro	26/08/1765
74	Manda remeter quantia como donativo dos officios a serem remetidos para a Corte	Remeter	Dinheiro	Rio de Janeiro/Lisboa	23/10/1765
75	Manda remeter vinte mil cruzados para a Provedoria da Ilha de Santa Catarina	Remeter	Dinheiro	Santa Catarina	03/11/1765
76	Manda satisfazer a gente da Guarnição e Equipagem de Nau de Guerra Capitania da Frota, tirando-se por empréstimo da Provedoria o dinheiro	Satisfazer	Empréstimo	Rio de Janeiro	14/11/1765
77	Manda remeter pela Nau Capitania da Frota dois sacos de milho e quatro de arroz de casca, para o sustento dos pássaros das quintas reais	Remeter	Alimentos para pássaros	Lisboa	15/11/1765
78	Manda milheiro de achas de lenha para consumo da Nau de Guerra	Enviar	Lenha	Lisboa	17/11/1765
79	Manda diversos materiais para se fazer mapas	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	25/11/1765
80	Manda remeter vinte mil cruzados em prata para empréstimo à Provedoria de Vila Rica	Remeter	Dinheiro	Minas Gerais	26/11/1765
81	Manda entregar 3 contos e novecentos mil réis à Provedoria de Santos, de quem a Provedoria da Capital é devedora	Entregar	Dinheiro	Vila de Santos	28/11/1765
82	Manda 60 quintais de ferro para a Ferraria do Arsenal, para as obras da Nau de S. Majestade	Enviar	Ferro	Rio de Janeiro	16/12/1765
83	Manda a Companhia Geral do Alto Douro entregar a Provedoria da Fazenda Real a quantia de 6:412\$921 rs, sobre impostos da carregação de vinhos, e se aplique no Hospital dos Lázarus da Cidade	Entregar	Impostos	Rio de Janeiro	16/12/1765
84	Manda cinco tangas de bacta de dois côvados para cinco presos que vão servir nas Galés	Enviar	Vestimentos	Rio de Janeiro	24/12/1765
85	Manda remeter diversos materiais para fortaleza	Remeter	Materiais	Rio de Janeiro	09/01/1766
86	Portaria ao Desembargador Ouvidor Geral do Crime, para tomar conhecimento do crime que cometeu José dos Santos Silva	Conhecer	Crime	Rio de Janeiro	09/01/1766
87	Manda remeter para a Corte sustento para os pássaros das quintas reais	Remeter	Alimento para pássaros	Lisboa	30/01/1766
88	Manda remeter diversos materiais para o mestre de Carpintaria do Arsenal	Remeter	Materiais	Rio de Janeiro	01/02/1766
89	Manda assistir com comedorias aos 16 desertores espanhóis que se acham na Ilha de Cobras	Assistir	Comedorias	Rio de Janeiro	08/02/1766
90	Manda assistir com 3 vinténs por dia a 16 desertores espanhóis e 4 índios que se acham presos a bordo do Corsário	Assistir	Dinheiro	Rio de Janeiro	15/02/1766
91	Manda avaliar dois rolos de pergaminhos que foram dos Jesuítas, para serem pagos na Real Fazenda	Avaliar	Pergaminhos	Rio de Janeiro	15/02/1765
92	Manda dar baixa ao Enfermeiro do Hospital Real dos Militares e sentar praça a outro	Baixar	Enfermeiro	Rio de Janeiro	21/02/1766
93	Manda aprontar 100 camisas de pano de linho para os Enfermos do Hospital Real dos Militares	Aprontar	Camisas de linho	Rio de Janeiro	21/02/1766
94	Manda materiais para um cofre que há de servir na Ilha de Pombas	Enviar	Materiais para cofre	Rio de Janeiro	25/02/1766
95	Manda entregar 10 quintais de ferro de Biscaia para as obras da Nau de S.Majestade	Entregar	Ferro	Rio de Janeiro	26/02/1766
96	Manda assistir com 1\$500rs por mês a dois escravos de S.Majestade que trabalham na Ferraria do Arsenal	Assistir	Dinheiro e escravos	Rio de Janeiro	01/03/1766

97	Manda o Escrivão da Ouvidoria Geral do Crime passar certidão sobre degredo	Passar	Certidão	Rio de Janeiro	12/03/1766
98	Manda assistir com três vinténs por dia a 16 presos vindos da Colônia e Rio Grande	Assistir	Dinheiro	Rio de Janeiro	13/03/1766
99	Manda materiais para a pintura das portas da Casa do Castelo desta cidade	Enviar	Materiais para pintura	Rio de Janeiro	18/03/1766
100	Manda pagar 6 vinténs por dia para comedorias de desertos de nação francesa das tropas espanholas onde servia	Pagar	Dinheiro para comedorias	Rio de Janeiro	15/04/1766
101	Manda entregar 50 quintais de ferro de Biscaia ao Mestre da Ferraria do Arsenal, para as obras da Nau de S. Majestade	Entregar	Ferro	Rio de Janeiro	22/04/1766
102	Manda 24 medidas de azeite de peixe para as obras do cais da Ilha de Pombas	Enviar	Azeite de peixe	Rio de Janeiro	30/04/1766
103	Manda remeter 2 arrobas de morrão (sic.) para a Capitania de Minas Gerais	Remeter	Morrão (sic.)	Minas Gerais	30/04/1766
104	Manda fazer pagamento de pretos ferreiros que trabalham na Ferraria do Arsenal de Guerra	Pagar	Pretos ferreiros	Rio de Janeiro	28/04/1766
105	A Provedoria da Fazenda de Sta Catarina manda executar precatório contra moradores da Ilha	Executar	Precatório	Ilha de Santa Catarina	07/05/1766
106	Aos juizes ordinários da Vila de S.Salvador dos Campos para executar precatórios	Executar	Precatório	Rio de Janeiro (Vila de Campos)	07/05/1766
107	Aos juizes ordinários da cidade de Cabo Frio, manda executar precatórios contra pessoas da cidade	Executar	Precatório	Rio de Janeiro (Cabo Frio)	07/05/1766
108	Manda aprontar uma bandeira para a Fortaleza de Ilha de Cobras	Aprontar	Bandeira	Rio de Janeiro	26/05/1766
109	Manda entregar cinquenta quintais de ferro surtido para o Mestre da Ferraria do Arsenal	Entregar	Ferro	Rio de Janeiro	10/06/1766
110	Manda assistir com 3 vinténs por dia a quinze desertores espanhóis e ingleses, que se acham na Ilha de Cobras, para comedorias	Assistir	Dinheiro	Rio de Janeiro	04/07/1766
111	Manda o Tesoureiro dos bens dos jesuítas entregar dois contos de réis relativos a feria que se faz das obras do Novo Palácio	Entregar	Dinheiro	Rio de Janeiro	20/11/1766
112	Ao Juiz e Ouvidor da Alfândega para mandar entregar ao Administrador do Contrato das Baleias 153\$255 rs	Entregar	Dinheiro	Rio de Janeiro	23/11/1766
113	Manda assistir com 60 réis por dia a 38 espanhóis desertores, presos na Fortaleza de Villegagnon	Assistir	Dinheiro	Rio de Janeiro	29/11/1766
114	Manda entregar 50 sirios (sic) que são precisos para o Farol da Fortaleza de Santa Cruz	Entregar	Sírios para farol	Rio de Janeiro	03/12/1766
115	Manda fazer pagamento da gente da equipagem de Nau que parte para Lisboa	Pagar	Gente de equipagem de Nau	Rio de Janeiro	04/12/1766
116	Manda diversos materiais para o vestuário dos ingleses que se encontram trabalhando na Fortaleza de Villegagnon	Enviar	Materiais para vestuário	Rio de Janeiro	10/12/1766
117	Manda o Tesoureiro dos bens dos jesuítas entregar dois contos de réis relativos a feria que se faz das obras do Novo Palácio	Entregar	Dinheiro para féria	Rio de Janeiro	15/12/1766
118	Manda fazer pagamento da gente da equipagem de Nau que parte para Lisboa	Pagar	Gente de equipagem de Nau	Rio de Janeiro	02/01/1767
119	Manda o Tesoureiro dos bens dos jesuítas entregar 2:160\$000 réis relativos a feria que se faz das obras do Novo Palácio	Entregar	Dinheiro para féria	Rio de Janeiro	05/01/1767
120	Manda pagar 6\$400rs ao trabalho de transporte de tóneis de um Grumete	Pagar	Transporte de tonéis	Rio de Janeiro	26/05/1767

121	Manda entregar diversos materiais para a Nova Nau	Entregar	Materiais	Rio de Janeiro	27/05/1767
122	Manda entregar outros mais materiais para a Nova Nau	Entregar	Materiais	Rio de Janeiro	27/05/1767
123	Manda entregar mais materiais para a Nova Nau	Entregar	Materiais	Rio de Janeiro	27/05/1767
124	Manda materiais para o conserto de Escaler na Ribeira	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	01/06/1767
125	Manda diversos materiais para as embarcações da Nova Nau de S. Majestade	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	01/06/1767
126	Manda entregar duas dúzias de taboado de canela para a Nova Nau	Entregar	Taboado de canela	Rio de Janeiro	01/06/1767
127	Manda entregar quatro pipas inúteis, para o serviço de Crena da Nova Nau	Entregar	Pipas para o serviço de Crena	Rio de Janeiro	01/06/1767
128	Manda diversos materiais para conserto de embarcação que serve na Ilha de Santa Bárbara	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	01/06/1767
129	Manda doze mil tachas de corda, precisas no Trem das Fortalezas	Enviar	Corda	Rio de Janeiro	11/06/1767
130	A necessidade do envio de carnes secas de Pernambuco à boa arrecadação da Real Fazenda	Arrecadar	Comércio de carne seca	Rio de Janeiro	11/06/1767
131	Manda assistir a Fragata Nossa Senhora da Graça com diversos materiais	Assistir	Materiais	Rio de Janeiro	12/06/1767
132	Manda para a Mesa de Recebimento do Ouro da Fragata Nossa Senhora da Graça diversos materiais	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	15/06/1767
133	Manda assistir a Fragata Nossa Senhora da Graça com diversos materiais	Assistir	Materiais	Rio de Janeiro	12/06/1767
134	Manda materiais para retocar o teto da Casa das Armas	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	15/06/1767
135	Manda materiais para se pintar o Escaler da Intendência	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	15/06/1767
136	Manda materiais para a pintura da Nova Nau	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	15/06/1767
137	Manda outros materiais para trabalhos na Nova Nau	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	15/06/1767
138	Manda materiais para o conserto de uma catraia (sic.) da Alfândega	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	15/06/1767
139	Manda material para conserto de tonéis para aguada da Nova Nau	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	16/06/1767
140	Manda materiais para se fazerem 24 pipas para a Nova Nau de Sua Majestade	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	16/06/1767
141	Manda dar mantimentos a doze escravos que vão trabalhar no corte de Lenha para a Colônia	Dar	Mantimentos	Rio de Janeiro/Colônia do Sacramento	16/06/1767
142	A Provedoria da Casa da Moeda manda entregar à Provedoria da Fazenda Real cofres e ferragens que vieram de Lisboa	Entregar	Cofres e ferragens	Rio de Janeiro	16/06/1767
143	Manda assistir com materiais para forrar a Fragata Nossa Senhora da Graça	Assistir	Materiais	Rio de Janeiro	16/06/1767
144	Manda assistir a Fragata Nossa Senhora da Graça com diversos materiais	Assistir	Materiais	Rio de Janeiro	17/06/1767
145	Manda entregar diversos materiais para o Paiol de Pólvora da Nova Nau	Entregar	Materiais	Rio de Janeiro	17/06/1767
146	Manda entregar 24 cestos para conduzir saborras para a Nova Nau	Entregar	Cestos	Rio de Janeiro	17/06/1767
147	Manda diversos materiais para o Escaler da Fragata Nossa Senhora da Graça	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	17/06/1767
148	Manda diversos materiais para Mestre de Campo que segue com sua Companhia para Expedição em diligência de Sua Majestade	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	17/06/1767

149	Manda diversos materiais para assistir à Fragata Nossa Senhora da Graça	Assistir	Materiais	Rio de Janeiro	19/06/1767
150	Manda entregar oito cofres, oito livros dos ditos cofres e um livro para manifesto, à Fragata Nossa Senhora da Graça	Entregar	Cofres	Rio de Janeiro	19/06/1767
151	Manda receber ferramenta que se tinha dado para o corte de Paos de Pinho	Receber	Ferramenta	Rio de Janeiro	19/06/1767
152	Manda o Tesoureiro dos bens dos jesuítas entregar 5:600\$000 réis relativos ao pagamento de ferias que se faz das obras do Novo Palácio	Entregar	Dinheiro para fêria	Rio de Janeiro	20/06/1767
153	Manda entregar um barril de alcatrão para se alcatroarem os tonéis que se acham prontos no Seleiro (sic.)	Entregar	Barril de Alcatrão	Rio de Janeiro	22/06/1767
154	Manda diversos materiais para as rodas que se hão de preparar para as carretas da Nova Nau	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	22/06/1767
155	Manda assistir com diversos materiais a Fragata Nossa Senhora da Graça	Assistir	Fragata	Rio de Janeiro	22/06/1767
156	Manda entregar duas peças de Bretanha da França, e 16 varas de fita para os dois mapas que o Sargento-Maior Governador do Castelo está fazendo	Entregar	Materiais	Rio de Janeiro	22/06/1767
157	Manda entregar diversos materiais para a pintura da Nova Nau de Sua Majestade	Entregar	Materiais	Rio de Janeiro	23/06/1767
158	Manda entregar material necessário ao provimento das oito fortalezas	Entregar	Material	Rio de Janeiro	25/06/1767
159	Manda entregar diversos materiais que são necessários na Nova Nau de S. Majestade	Entregar	Materiais	Rio de Janeiro	25/06/1767
160	Manda entregar material para a pintura da Nova Nau de S. Majestade	Entregar	Materiais	Rio de Janeiro	26/06/1767
161	Manda remeter diversos materiais para a Nova Nau de S. Majestade	Remeter	Materiais	Rio de Janeiro	01/07/1767
162	Manda remeter diversos materiais para o Escaler da Nova Nau de S. Majestade	Remeter	Materiais	Rio de Janeiro	01/07/1767
163	Manda entregar materiais para as obras da Nova Nau de S. Majestade	Entregar	Materiais	Rio de Janeiro	01/07/1767
164	Manda assistir a Fragata Nossa Senhora da Graça com diversos materiais	Assistir	Fragata	Rio de Janeiro	01/07/1767
165	Manda dar um barco de carvão para a Casa das Armas da Fortaleza da Conceição	Dar	Barco de carvão	Rio de Janeiro	02/07/1767
166	Manda entregar três mãos de papel imperial, e uma bússola e um semicírculo, e um paralelo grama, para Mestre de Sumaca que segue viagem para a Ilha de Santa Catarina	Entregar	Materiais	Rio de Janeiro	02/07/1767
167	Ao Desembargador Miguel Ribeiro da Cruz, para continuar a servir na Casa dos Agravos, e Jozé Leandro de Gusmão e Vasconcelos, para servir o de Juiz da Coroa	Servir	Desembargador	Rio de Janeiro	09/10/1767
168	Ao Desembargador Pedro Corrêa dos Santos, para continuar a serventia da vara de Ouvidor Geral do Crime, e ao Desembargador Manoel Caetano de Sá, para servir a Casa dos Agravos	Servir	Desembargador	Rio de Janeiro	09/10/1767
169	Mando o pano necessário ao toldo de Falua	Enviar	Pano	Rio de Janeiro	04/07/1767
170	Manda dar 30 quintais de ferro de biscaia para o Mestre da Ferraria do Arsenal, para as obras da Nova Nau	Dar	Ferro	Rio de Janeiro	06/07/1767
171	Manda assistir com materiais que há na relação junta	Assistir	Materiais	Rio de Janeiro	06/07/1767
172	Manda dar diversos materiais para tabuado da Nau Nova	Dar	Materiais	Rio de Janeiro	06/07/1767
173	A Provedoria da Casa da Moeda, manda dar cofres para a Nova Nau	Dar	Cofres	Rio de Janeiro	06/07/1767
174	Manda entregar tabuado ao Mestre Tanoeiro	Entregar	Madeira	Rio de Janeiro	09/07/1767

	para completar e ratificar todas as pipas da Aguada da Nova Nau				
175	Manda dar amarras para a Nova Nau	Dar	Amarras	Rio de Janeiro	09/07/1767
176	O capitão de Mar e Guerra de Nau manda entregar na Provedoria bandeiras e flâmulas da Nau	Entregar	Bandeiras e flâmulas	Rio de Janeiro	10/07/1767
177	O capitão de Mar e Guerra e comandante de Fragata manda entregar na Provedoria bandeiras e flâmulas da Fragata	Entregar	Bandeiras e flâmulas	Rio de Janeiro	10/07/1767
178	Manda dar tabuado para fazer todas as carretas da Nova Nau	Dar	Madeira	Rio de Janeiro	11/07/1767
179	Manda dar panos para a Nova Nau	Dar	Panos	Rio de Janeiro	11/07/1767
180	Manda assistir com varas de brim para cortina do Jardim da Nova Nau	Assistir	Varas de brim	Rio de Janeiro	11/07/1767
181	Manda dar graxa, e uma barrica de breu a Fragata Nossa Senhora da Graça	Dar	Graxa e barrica de breu	Rio de Janeiro	21/07/1767
182	Manda entregar tabuado para a Nova Nau	Entregar	Madeira	Rio de Janeiro	14/07/1767
183	Manda entregar pregos de forro grande para sintas de Lancha que se faz na Ribeira	Entregar	Pregos	Rio de Janeiro	16/07/1767
184	Manda entregar tintas ao pintor João Francisco Muniz	Entregar	Tintas	Rio de Janeiro	16/07/1767
185	Manda dar óleo de Linhaça para engraxar os misteres (sic.) da Nau São Sebastião	Dar	Óleo de linhaça	Rio de Janeiro	16/07/1767
186	Manda dar tintas para pintar o Palácio de São Sebastião	Dar	Tintas	Rio de Janeiro	18/07/1767
187	Manda assistir com ferro para a Casa de Armas	Assistir	Ferro	Rio de Janeiro	18/07/1767
188	Manda sargento do Regimento de Costa passar para o Rio de Janeiro para enviar a madeira necessária ao novo palácio de São Sebastião	Enviar	Madeira	Rio de Janeiro	21/07/1767
189	Manda assistir com pregos e tabuados para a Nova Nau	Assistir	Pregos e tabuados	Rio de Janeiro	22/07/1767
190	Manda diversos materiais para uso na Nau São Sebastião	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	24/07/1767
191	Manda assistir com comedorias aos prisioneiros que se acham nas fortalezas	Assistir	comedorias	Rio de Janeiro	25/07/1767
192	Manda dar ferro para a Ferraria do Arsenal	Dar	Ferro	Rio de Janeiro	28/07/1767
193	Manda assistir com sebo e breu para a Nau São Sebastião	Assistir	Sebo e breu	Rio de Janeiro	28/07/1767
194	Manda assistir com pano do toldo do tombadilho (sic.) da Nau São Sebastião	Assistir	Pano	Rio de Janeiro	28/07/1767
195	Manda assistir com sebo para a nova lancha e escaler da Nova Nau	Assistir	Sebo	Rio de Janeiro	28/07/1767
196	Manda assistir com tintas para a Nova Nau	Assistir	Tintas	Rio de Janeiro	28/07/1767
197	Manda assistir com óleo para a Nova Nau São Sebastião	Assistir	Óleo	Rio de Janeiro	29/07/1767
198	Manda dar uma quarta de arpista para o sustento dos pássaros das quintas reais	Dar	alpiste	Lisboa	29/07/1767
199	Manda assistir aos 29 prisioneiros espanhóis que se acham nas fortalezas da cidade	Assistir	Prisioneiros espanhóis	Rio de Janeiro	05/08/1767
200	Manda a Provedoria da Casa da Moeda dar a Provedoria da Fazenda Real dois cofres velhos	Dar	Cofres velhos	Rio de Janeiro	06/08/1767
201	Manda assistir com materiais a nova Nau S. Sebastião	Assistir	materiais	Rio de Janeiro	07/08/1767
202	Manda assistir com tintas para o Oratório	Assistir	Tintas	Rio de Janeiro	07/08/1767
203	Manda assistir com ferro para a Nova Nau	Assistir	Ferro	Rio de Janeiro	11/08/1767
204	Manda fazer bandeiras para as fortalezas	Fazer	Bandeiras	Rio de Janeiro	14/08/1767
205	Manda dar 4 cofres, com seus respectivos livros competentes, para a Nau São Sebastião	Dar	Cofres	Rio de Janeiro	15/08/1767

206	Manda continuar a assistências aos prisioneiros espanhóis que se acham presos nas fortalezas da Praça	Assistir	Prisioneiros espanhóis	Rio de Janeiro	17/08/1767
207	Manda assistir com ferro, carvão, azeite e pedras para a Casa de Armas da Fortaleza da Conceição	Assistir	Materiais	Rio de Janeiro	20/08/1767
208	Manda assistir aos oficiais da Guarnição da Nau Natividade	Assistir	Oficiais	Rio de Janeiro	21/08/1767
209	Manda o Desembargador Pedro Corrêa dos Santos servir o lugar de Ouvidor Geral do Crime	Servir	Desembargador	Rio de Janeiro	26/08/1767
210	Manda continuar a assistências aos prisioneiros espanhóis que se acham presos nas fortalezas da Praça	Assistir	Prisioneiros espanhóis	Rio de Janeiro	26/08/1767
211	Manda continuar a assistências aos prisioneiros espanhóis que se acham presos nas fortalezas da Praça	Assistir	Prisioneiros espanhóis	Rio de Janeiro	04/09/1767
212	Manda meter a bordo de dois navios que seguem para Lisboa mantimentos para três desertores espanhóis	Enviar	Mantimentos	Rio de Janeiro/Lisboa	04/09/1767
213	Manda continuar a assistências aos prisioneiros espanhóis que se acham presos nas fortalezas da Praça	Assistir	Prisioneiros espanhóis	Rio de Janeiro	14/09/1767
214	Manda o Provedor da Casa da Moeda dar dois marcos de prata ao tesoureiro da Intendência para se remeterem as Minas	Dar	Prata	Minas Gerais	16/09/1767
215	Manda diversos materiais precisos pela capela da Fortaleza de São João	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	18/09/1767
216	Manda dar a sargento-maior engenheiro diversos materiais necessários as obras de S. Majestade	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	20/09/1767
217	Manda dar diversos materiais a Fortaleza de Santo Antônio da Praia de Fora	Enviar	Materiais	Rio de Janeiro	23/09/1767
218	Manda dar lençóis e calções para o Hospital de S. Majestade	Enviar	Lençóis e calções	Rio de Janeiro	24/09/1767
219	Manda assistir com 3 vinténs por dia 3 desertores vindos da Praça da Colônia	Assistir	Dinheiro	Rio de Janeiro	25/09/1767
220	Manda continuar a assistências aos 29 prisioneiros espanhóis que se acham presos nas fortalezas da Praça	Assistir	Prisioneiros espanhóis	Rio de Janeiro	25/09/1767
221	Manda dar amarras à Fortaleza de São João	Dar	Amarras	Rio de Janeiro	28/09/1767
222	Manda dar pregos ao Sargento-mor Engenheiro, necessários a Fortaleza da Praia de Fora	Dar	Pregos	Rio de Janeiro	28/09/1767
223	Manda dar diversos materiais a Fortaleza de São João	Dar	materiais	Rio de Janeiro	30/09/1767
224	Manda dar diversos materiais a Fortaleza da Ilha de Cobras	Dar	Materiais	Rio de Janeiro	30/09/1767
225	Manda dar 5 quintais de amarras velha para a Fortaleza de Villegagnon	Dar	Amarras velhas	Rio de Janeiro	30/09/1767
226	Manda dar tabuado mais petrechos para o Parque de Artilharia	Dar	Tabuado	Rio de Janeiro	01/10/1767
227	Manda dar tinas e barris para a Fortaleza de Santa Cruz	Dar	Tinas e barris	Rio de Janeiro	02/10/1767
228	Manda dar diversos materiais, contido em relação, necessários a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Praia Vermelha	Dar	Materiais	Rio de Janeiro	03/10/1767
229	Manda dar diversos materiais, contido em relação, necessários a Fortaleza da Ilha de Cobras	Dar	Materiais	Rio de Janeiro	03/10/1767
230	Portaria para Desembargadores servirem em novos lugares	Servir	Desembargadores	Rio de Janeiro	09/10/1767
231	Portaria para Desembargadores servirem em novos lugares	Servir	Desembargadores	Rio de Janeiro	09/10/1767
232	Manda o Tesoureiro dos bens dos jesuítas	Entregar	Dinheiro	Rio de Janeiro	10/10/1767

	entregar 50\$000 réis				
233	Manda dar oito quintais de ferro largo da Alemanha para as carretas (...)	Dar	Ferro largo	Rio de Janeiro	21/10/1767
234	Manda dar cobertas e mais necessários para o Hospital de S.Majestade	Dar	Cobertas e materiais	Rio de Janeiro	24/10/1767
235	Manda se assistir com o que se precisa para fabricar a Lancha da Nau Natividade	Assistir	Materiais	Rio de Janeiro	26/10/1767
236	Manda dar o cobre que se necessita para o Hospital	Dar	Cobre	Rio de Janeiro	02/11/1767
237	Manda dar dois cofres que se acham na Casa do Almoarifado da Fazenda Real para a Fragata Nossa Senhora da Graça	Dar	Cofres	Rio de Janeiro	14/11/1767

2. Índice referente à digitalização dos documentos relacionados ao período de governo do Vice-rei Antônio Álvares da Cunha, depositados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, contendo toda a documentação encontrada no acervo.

(A digitalização das fontes referentes ao Vice-rei Conde da Cunha teve por objetivo facilitar o processo de pesquisa, viabilizando a consulta da documentação em CDs.)

Índice dos Cds:

N° do Cd: 1	Páginas: 1à 48
Conjunto Documental:	Correspondência da Corte com o vice Reinado
Notação:	Código 67, vol. 04
Fundo: 86	

N° do Cd: 2	Páginas: 48 á 96
Conjunto Documental:	Correspondência da Corte com o vice Reinado
Notação:	Código 67, vol. 04
Fundo:86	Obs: A pág. 59 foi batida 2 vezes.

N° do Cd: 3	Páginas: 96 à 103
Conjunto Documental:	Correspondência da Corte com o vice Reinado
Notação:	Código 67, vol. 04
Fundo:86	Obs: O restante da documentação deste volume não foi fotografada, pois não dizia respeito ao Vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha

N° do Cd: 04	Páginas:1 à 24
Conjunto Documental:	Auto de Posse dos Vice-reis
Notação:	Código: 774, vol. 01
Fundo: 86	

N° do Cd: 04	Páginas: 1 à 31
Conjunto Documental:	Correspondência da Corte com o Vice-reinado
Notação:	Código 67 vol. 01
Fundo:D9	Obs: o restante deste código está no cd n°5

N° do Cd: 05	Páginas: 31 à 77
Conjunto Documental:	Correspondência da Corte com o Vice-reinado
Notação:	Código 67 vol. 01
Fundo:D9	Obs: A página 55 foi batida duas vezes e a 64 (verso) também.
N° do Cd: 05	Páginas:
Conjunto Documental:	Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a corte.
Notação:	Código 80, vol. 10
Fundo 86	Este código continua no cd n° 6.

N° do Cd: 06	Páginas: 142 à 178
Conjunto Documental:	Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a corte.
Notação:	Código 80, vol. 10
Fundo: 86	Este código continua no cd n° 7

N° do Cd: 07	Páginas: 178 à 225
Conjunto Documental:	Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a corte.
Notação:	Código 80, vol. 10
Fundo:86	

N° do Cd: 08	Páginas: 225 á 244
Conjunto Documental:	Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a corte.
Notação:	Código 80, vol. 10
Fundo:86	

N° do Cd: 8	Páginas:
Conjunto Documental:	Requerimentos Militares
Notação:	Caixa 488, pacote 01
Fundo: D9	Obs: Trata-se de folhas avulsas.

N° do Cd: 08	Páginas: 1 à 17
Conjunto Documental:	Ordens Régias pelo governo geral do Brasil e governo do Rio de Janeiro
Notação:	Código 128, vol. 17
Fundo: 86	Obs: Este código continua no próximo cd.

N° do Cd: 8 A	Páginas: 17 à 70
Conjunto Documental:	Ordens Régias pelo governo geral do Brasil e governo do Rio de Janeiro
Notação:	Código 128, vol. 17
Fundo: 86	Obs: Este código continua no próximo cd.

N° do Cd:09	Páginas: 70 à 149
Conjunto Documental:	Ordens Régias pelo governo geral do Brasil e governo do Rio de Janeiro
Notação:	Código 128, vol. 17
Fundo: 86	Obs: Este código continua no próximo cd.

N° do Cd: 10	Páginas: 149 à 167
Conjunto Documental:	Ordens Régias pelo governo geral do Brasil e governo do Rio de Janeiro
Notação:	Código 128, vol. 17
Fundo: 86	Obs: Este código continua no próximo cd.

N° do Cd: 11	Páginas: 149 à 215
Conjunto Documental:	Ordens Régias pelo governo geral do Brasil e governo do Rio de Janeiro
Notação:	Código 128, vol. 17
Fundo: 86	Obs: Este código continua no próximo cd.

N° do Cd: 12	Páginas:
Conjunto Documental:	Ordens Régias pelo governo geral do Brasil e governo do Rio de Janeiro
Notação:	Código 128, vol. 17
Fundo: 86	

N° do Cd: 12	Páginas:
Conjunto Documental:	Capitania do Rio de Janeiro
Notação:	Caixa 746, pacote 01
Fundo: D9	Obs:Folhas avulsas.

N° do Cd: 13	Páginas:
Conjunto Documental:	Alfândega do Rio de Janeiro
Notação:	Caixa 495, pacote 01
Fundo: D9	Obs: Trata-se de documentos avulsos.

N° do Cd: 13	Páginas:
Conjunto Documental:	Correspondência de diversas autoridades com os Vice-reis
Notação:	Caixa 485, pacote 01
Fundo: D9	Obs: Trata-se de documentos avulsos.

N° do Cd: 13	Páginas:
Conjunto Documental:	Cartas régias Provisões, alvarás e avisos
Notação:	Código 952, vol. 42
Fundo: 86	Obs: Trata-se de documentos avulsos.

N° do Cd:14	Páginas:
Conjunto Documental:	Cartas régias Provisões, alvarás e avisos
Notação:	Código 952, vol. 42
Fundo: 86	Obs: Trata-se de documentos avulsos

N° do Cd: 15	Páginas:
Conjunto Documental:	Cartas régias Provisões, alvarás e avisos
Notação:	Código 952, vol. 42
Fundo: 86	Obs: Trata-se de documentos avulsos

N° do Cd: 16	Páginas:
Conjunto Documental:	Cartas régias Provisões, alvarás e avisos
Notação:	Código 952, vol. 42
Fundo: 86	Obs: Trata-se de documentos avulsos

N° do Cd: 17	Páginas:
Conjunto Documental:	Cartas régias Provisões, alvarás e avisos
Notação:	Código 952, vol. 42
Fundo: 86	Obs: Trata-se de documentos avulsos

N° do Cd: 18	Páginas:
Conjunto Documental:	Cartas régias Provisões, alvarás e avisos
Notação:	Código 952, vol. 42
Fundo: 86	Obs: Trata-se de documentos avulsos

N° do Cd: 19	Páginas:
Conjunto Documental:	Cartas régias Provisões, alvarás e avisos
Notação:	Código 952, vol. 42
Fundo: 86	Obs: Trata-se de documentos avulsos

N° do Cd: 20	Páginas:
Conjunto Documental:	Cartas régias Provisões, alvarás e avisos
Notação:	Código 952, vol. 42
Fundo: 86	Obs: Trata-se de documentos avulsos

N° do Cd: 20	Páginas: 263 à 301
Conjunto Documental:	Correspondências dos Governadores do Rio de Janeiro com diversas

	autoridades
Notação:	Código 84, vol. 12
Fundo: 86	

N° do Cd: 21	Páginas: 301 à 348
Conjunto Documental:	Correspondências dos Governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades
Notação:	Código 84, vol. 12
Fundo: 86	Obs: Na página 337 contém a nomeação do Vice-rei

N° do Cd: 22	Páginas: 348 à 398
Conjunto Documental:	Correspondências dos Governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades
Notação:	Código 84, vol. 12
Fundo: 86	

N° do Cd: 23	Páginas: 01 à 36
Conjunto Documental:	Registro Geral das Ordens Régias
Notação:	Código 64, vol. 15
Fundo: 86	

N° do Cd: 24	Páginas: 36 à 70
Conjunto Documental:	Registro Geral das Ordens Régias
Notação:	Código 64, vol. 15
Fundo: 86	

N° do Cd: 24	Páginas: 01 à 17
Conjunto Documental:	Registros de Correspondência do Vice-reinado com diversas autoridades
Notação:	Código 70, vol. 02
Fundo: 86	

N° do Cd:25	Páginas: 25 à 68
Conjunto Documental:	Registros de Correspondência do Vice-reinado com diversas autoridades
Notação:	Código 70, vol. 02
Fundo: 86	

N° do Cd: 26	Páginas: 26 à 113
Conjunto Documental:	Registros de Correspondência do Vice-reinado com diversas autoridades
Notação:	Código 70, vol. 02
Fundo: 86	

N° do Cd: 27	Páginas: 113 à 156
Conjunto Documental:	Registros de Correspondência do Vice-reinado com diversas autoridades
Notação:	Código 70, vol. 02
Fundo: 86	

N° do Cd: 28	Páginas: 156 à 161
Conjunto Documental:	Registros de Correspondência do Vice-reinado com diversas autoridades
Notação:	Código 70, vol. 02
Fundo: 86	

N° do Cd: 28	Páginas: 01 à 43
Conjunto Documental:	Vice-reinado - Portarias
Notação:	Código 73, vol. 01
Fundo: 86	

N° do Cd: 29	Páginas: 43 à 91
Conjunto Documental:	Vice-reinado - Portarias
Notação:	Código 73, vol. 01
Fundo: 86	

N° do Cd: 30	Páginas: 91 à 140
Conjunto Documental:	Vice-reinado - Portarias
Notação:	Código 73, vol. 01
Fundo: 86	

N° do Cd: 31	Páginas: 140 à 182
Conjunto Documental:	Vice-reinado - Portarias
Notação:	Código 73, vol. 01
Fundo: 86	

N° do Cd: 32	Páginas: 182 à 229
Conjunto Documental:	Vice-reinado - Portarias
Notação:	Código 73, vol. 01
Fundo: 86	

N° do Cd: 33	Páginas: 29 à 72
Conjunto Documental:	Vice-reinado - Portarias
Notação:	Código 73, vol. 01
Fundo: 86	

N° do Cd: 34	Páginas: 72 à 102
Conjunto Documental:	Vice-reinado - Portarias
Notação:	Código 73, vol. 02
Fundo: 86	

N° do Cd: 35	Páginas:
Conjunto Documental:	Vice-reinado - Portarias
Notação:	Código 73, vol. 02
Fundo: 86	

3 . Mapeamento temático antroponímico das cartas do Vice-rei Antônio Álvares da Cunha encontradas do no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Arquivo do Conselho ultramarino

FXMF- Francisco Xavier de Mendonça Furtado (Secretário de Estado)

CC- Conde da Cunha

Arq. 1. 1. 29

Ano de 1763:

1ª Carta - 28 de março de 1763 – p. 1-3

Nomes: FXMF, Frei Bispo do Rio de Janeiro, João Alberto de Castelo Branco, José Fernandes Pinto Alpoim

2ª Carta - 30 de junho de 1763 – p.3-6

Nomes: FXMF, Frei Bispo do Rio de Janeiro, João Alberto Castelo Branco – José Fernandes Pinto Alpoim

3ª Carta - 30 de junho de 1763 – p. 6-23

Nomes: FXMF, Frei Bispo do Rio de Janeiro, João Alberto de Castelo Branco e José Fernandes Pinto Alpoim

4ª Carta - 17 de novembro de 1763 – p.23-23b

Assunto: Contas prestadas pelo C. C. sobre o estado em que se encontram as fortalezas do porto do Rio de Janeiro, todas precisando de reformas, e também sobre a falta de pessoal. Outro assunto abordado é a precária situação financeira da Casa da Moeda.

Nomes: FXMF = CC

Obs: Carta escrita assim que o Vice Rei toma posse.

5ª Carta - 17 de dezembro de 1763 - p.24-25

Assunto: Conta prestada por C. C. sobre o estado que se encontra todas as dependências do governo. Fortalezas precisando de reparos, Armazéns funcionando precariamente, cofres da fazenda real em deplorável estado, dívidas com os três regimentos, necessidade de fardas para os regimentos e dívidas dos governos anteriores.

Nomes: FXMF = CC

6ª Carta - 19 de dezembro de 1763 – p. 25-29

Assunto: Contas prestadas pelo Vice Rei sobre o perigo que o rio de janeiro estava enfrentando por causa dos leprosos. Falando da necessidade de se construir um hospital e pedindo auxílio financeiro para sua construção.

Nomes: Conde de Bobadela / FXMF = CC

7ª Carta - 22 de dezembro de 1763 – p. 29-29b

Assunto: Contas prestadas pelo Vice Rei C. C. sobre as dívidas que a família Real tinha. Assim como, o mau costume que se tinha de não arrecadar as rendas necessárias ao real cofre nesta terra. Outro ponto diz respeito a problemas enfrentados por C. C. por não ter acesso aos documentos da antiga administração, uma vez que estes papéis tinham sido enviados ao reino.

Nomes: Conde de Bobadela / FXMF = CC

8ª Carta 30 de dezembro de 1763 – p.30-37b

Assunto: Contas prestadas por C. C. a sua majestade sobre os rendimentos da real fazenda em um espaço de cinco anos.

Nomes: Joaquim José da Silva Galvão / Antônio Álvares de Oliveira / Francisco Xavier da Silva / FXMF = CC

Ano de 1764:

1ª Carta - 29 de fevereiro de 1764 – p. 37b-38

Assunto: As principais pessoas influentes na Capitania de São Paulo. E as pretensões destas perante a Junta.

Nomes: Conde de Oeiras = CC

2ª Carta - 6 de maio de 1764 – p. 38-43

Assunto: Pedido de permissão para explorar os sertões dos Mattos e Campo da Guanabara.

Nomes: Conde Francisco Pinto do Rego (Capitão Mor da vila de Sorocaba) / José de Almeida Leme / João da Cunha Franco / Fernando Dias Paes Leme / Dom Rodrigo de Castela Branco / Jorge Soares Macedo / Roque da Costa Barreto.FXMF = CC

3ª Carta - 15 de março de 1764 – p. 43-44b

Assunto: Carta enviada pelo Vice Rei para saber se podia esperar socorro militar do reino.

Nomes: Conde de Oeiras = CC

4ª Carta - 15 de março de 1764 – p. 43b

Assunto: Carta referente ao ataque de castelhanos a colônia de Sacramento.

Nomes: (governador) Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento / (brigadeiro) José Fernandes Pinto Alsoim / Dom Pedro de Cervalhos / FXMF = CC

Obs: Cópias de cartas inclusas.

5ª Carta - 2 de junho de 1764 – p. 50b-51

Assunto: Carta do Vice Rei relatando as dificuldades encontradas por ele para a construção de uma nova ribeira.

Nomes: FXMF = CC

6ª Carta - 16 de junho de 1764 p. 51b-56

Assunto: Contas prestadas pelo Vice Rei sobre as medidas tomadas para a defesa dos portos contra os perigosos vizinhos. Tratando também do pagamento das tropas, a desordem que estas se encontram e a falta de pessoal para o seu corpo.

Nomes: Dom Pedro Cervalhos / Francisco Antônio Cardoso / José Fernandes pinto de Alsoim / Luis Manuel da Silva e Paes / Gregório de Moraes e Castro / Vasco Fernandes pinto Alsoim / Antônio Veiga de Andrade / José Costrado / Fernando José Mascarenhas / FXMF = CC

7ª Carta - 17 de junho de 1764 - p 56-56b

Assunto: Carta onde o Vice Rei presta conta sobre a situação dos lásaros, no Rio de Janeiro, pedindo remédios e ajuda para estes.

Nomes: FXMF = CC (ver 56-60 – 4 cópias)

Obs: Cópias de cartas inclusas.

8ª Carta - 13 de junho de 1764 – p. 60-60b

Assunto: Carta do Vice Rei dando conta da chegada a capital do ministro que tinha enviada a Viamão e Rio pardo para fazer uma devassa da Pedra do Rio Grande, cuja diligência não foi concluída. Nesta C. C. dava conta das informações recebidas pelo ministro.

Nomes: Augostinho Feliz dos santos Capelo / FXMF = CC

9ª Carta - 13 de julho de 1764 – p. 60b-66b

Nomes: FXMF = CC / Thomas Luis Osório / Furrel Manoel Batista / João Barbosa / Antônio Joseph Pereira / João Ferreira de Abreu / Joseph Cardil.

Assunto: O vice –rei da conta da devassa feita na ilha de Santa Catarina e Rio Grande. Trata principalmente das fortalezas, da situação das tropas e a segurança da região.

Relata a má administração do governo na região, que não sabe fortificar seu território. E as providências que o Vice-rei estava tomando para remediar a situação.

10ª Carta - 12 de agosto de 1764 – p. 66b-68b

Nomes: FXMF = CC/ Conde de Bobadela / José Fernandes pinto Alsoim / José Cardoso ramalho.

Assunto: Contas prestadas pelo Vice-rei sobre a atual situação de desordem das Capitânicas. Referindo-se aos soldos que já não vinham sendo pagos desde a época de Bobadela, tanto na praça colonial como no Rio Grande e em Santa Catarina. Aborda também a questão dos lásaros e a questão da segurança, pedindo que se enviasse oficiais e engenheiros do reino. Outro aspecto abordado diz respeito a impossibilidade de governar o Rio de Janeiro e São Paulo ao mesmo tempo

11ª Carta - 5 de setembro de 1764 – p. 68b-70

Nomes: FXMF = CC / Conde de Bobadela

Assunto: dando conta da deplorável situação em que se encontram os quartéis e regimentos de artilharia. E as dificuldades encontradas para defender a capital. Chamando a atenção para as excessivas despesas que eram necessárias para remediar a situação. Pedindo permissão para por em prática seus projetos de construir novos quartéis.

12ª Carta - 19 de setembro de 1764 – p. 70-71

Nomes: FXMF = CC / Conde de Bobadela e Dom Pedro de Cervalhos.

Assuntos: A respeito dos índios que o Conde de Bobadela trouxe para Viamão e os roubos que estes faziam na região. Pedia esclarecimentos de como proceder.

Ano de 1765:

1ª Carta - 9 de março de 1765 – p. 71-72b

Nomes: FXMF = CC / Conde de Bobadela / José Costodio / Félix José Pereira.

Assunto: Refere-se à dificuldade encontrada pelo coronel governador do Rio Grande em estabelecer os índios que Bobadela trouxe para aquele distrito.

2ª Carta – 16 de dezembro de 1764 – p. 72b-84

Nomes: CC = José Costodio de Sá Faria

Assunto: A respeito da arrumação dos índios e das dificuldades que se encontram no seu estabelecimento, devido a inúmeros furtos que estes fazem. Apresentando os meios pelos quais os seria possível aos índios continuarem a viver naquele continente.

3ª Carta - 13 de janeiro de 1765- p. 84-85

Nomes: CC = José Costodio de Sá Faria / Conde de Bobadela / Félix José Pereira / Francisco Pinto Bandeira.

Assunto: A respeito de qual seria o local apropriado para colocar os animais da real fazenda.

4ª Carta - 25 de junho de 1765 – p. 86-87b

Nomes: FXMF = CC / Frei Antônio do Desterro / José Castro de Sá Faria / Francisco Antônio Cardoso de Meneses e Sousa / João André Gaso / Luis Manoel de Faria.

Assunto: Agradecendo as mercês dadas pelo rei em função dos lázaros e dos demais moradores da cidade. Agradecendo também a admirável atenção com a segurança da colônia e o estabelecimento das tropas. Dando conta dos serviços prestados pelo Vice-rei nestes assuntos.

Obs: segue em anexo cópias dos documentos para prestação de contas.

5ª Carta - 30 de junho de 1765 – p. 89-93b

Nomes: Conde de Oeiras = CC / Dom Pedro de Cervelhos / Conde de Bobadela / Ayres de Sá e Mello.

Assunto: Resposta à carta recebida do Conde de Oeiras de 26 de janeiro de 1765. Sobre as intenções do general castelhano e suas controvérsias com Conde de Bobadela em relação à fortaleza do rio pardo. E sobre os índios que se encontram nos domínios de sua majestade.

Tratando da defesa do território frente ao perigo castelhano e também francês.

6ª Carta - 31 de outubro de 1765 – p. 93b-99

Nomes: FXMF = CC / Dom Luis Antônio de Sousa / Nunes Vieira / Pedro dias Paes Leme / Bento Pereira de Sá / Padre Antônio Gonçalves de Carvalho / Bartolomeu Bueno da Silva / Gomes Freire de Andrada / Thomas Roby / Luis Diogo Lobo da Silva / Conde de Gouvêas.

Assunto: Sobre os limites que devem tomar as Capitânicas de São Paulo Minas Gerais e Goiás.

Obs: Segue anexo 8 Cópias de documentos “precisos para se poder regular, o por onde se deve dividir os governos de minas Gerais e São Paulo” – (p. 99-119)

7ª Carta - 10 de novembro de 1765 – p. 119-121

Nomes: Conde de Oeiras = CC / Conde de Bobadela

Assunto: A respeito do estabelecimento dos índios que viviam nos domínios espanhóis e vieram para Viamão. E a necessidade da construção de villas e casas para acomodar estes índios. Pedindo a permissão do rei para fazer tais obras.

Ano de 1766:

1ª Carta - 22 de janeiro de 1766 – p. 121-122

Nomes: FXMF = CC

Assunto: Sobre o estado dos regimentos da capital. Relata também o número de homens que o Vice-rei tem mandado para Santa Catarina e para o Rio Grande, trazendo a problemática de se arregimentar homens para o serviço militar.

2ª Carta - 18 de Abril de 1766 – p. 122-123

Nomes: FXMF = CC

Assunto: A carta faz uma denúncia sobre o contrabando de ouro por parte dos ourives. Trata do problema dos homens que trabalham na Rua dos Ourives, depois da extinção deste ofício.

3ª Carta - 30 de julho de 1766 – p. 123-126

Nomes: FXMF = CC / Conde de Azambuja / Vasco Fernandes Pinto Alsoim

Assunto: Dando conta de dois navios Nossa Senhora do Pilar Fortaleza e Nossa Senhora de Porto Salvo que deviam já ter chegado ao porto do Rio e ainda não tinham dado nenhuma notícia. Trata também do envio de provisões e materiais para o Rio Grande. Também aborda a fortificação da capital, a fortificação da casa do Trem e a falta de armazéns em bom estado.

4ª carta - 10 de setembro de 1766 – p. 126-127

Nomes: FXMF = CC / Conde de Bobadela / José Costódio

Assunto: A respeito dos índios que vieram das missões jesuítas com o Conde de Bobadela para Viamão. E os estragos que estes causam a cidade. Pedindo orientação de como proceder com eles.

Obs: Cópia da carta do coronel Józse Costódio inclusa.

5ª Carta - 2 de agosto de 1766 – p. 127-128

Nomes: José Costodio de Sá Faria = CC.

Assunto: A respeito dos índios estabelecidos em Viamão.

6ª carta - 16 de setembro de 1766 – p. 128-128b

Nomes: FXMF = CC

Assunto: Prestação de contas sobre os regimentos da cidade do Rio de Janeiro e os soldados que estão sendo enviados para o Rio Grande, Colônia e Santa Catarina. Dando conta também dos soldos pagos aos soldados.

7ª Carta - 26 de setembro de 1766 – p. 128b-131

Nomes: FXMF = CC

Assuntos: Sobre o problema do estabelecimento dos índios. E a necessidade de construir fortificações na barra do Rio Grande.

8ª carta - 8 de setembro de 1766 – p. 131-132

Nomes: FXMF = CC / Manoel Barbosa dos Santos / João Caetano Sacomano.
Assunto: A respeito da desordem que o Vice-rei tinha encontrado na arrecadação da Real Fazenda. Dando conta das punições que deveriam ser empreendidas aos infratores.

9ª carta - 2 de novembro de 1766 – p. 132-134

Nomes: Desembargador Procurador da Coroa e da fazenda Alexandre Nunes Leal = CC

Assunto: Sobre as práticas observadas na alfândega deste reino e os prejuízos que se seguem a Real Fazenda pelos inúmeros gêneros mal avaliados. Sugerindo uma ampla reforma na Pauta de produtos. Pedindo ao rei o aval para tal procedimento.

*Anexo: Pauta de Avaliações das fazendas da Adega do RJ- p. 134-163b

Ano de 1767:

1ª Carta quatro de fevereiro de 1767 – p. 163b- 165b

Nomes: FXMF = CC / João Barbosa de Sá / Miguel Antunes Pereira / Crispim Teixeira / João Velho.

Assunto: Sobre o alistamento de moradores para as tropas auxiliares, para a formação de terços auxiliares e ordenanças de infantaria e cavalaria para a defesa das comarcas do Estado.

2ª Carta - 23 de fevereiro de 1767 – p.165-168

Nomes: FXMF = CC

Assunto: Sobre como por em prática uma ordem real que manda assentar em povoados os homens dos sertões que vivem alheios da sociedade. Para tanto o Vice-rei pede instruções de como colocar em prática tal ordem. Propondo como saída à construção de novas vilas.

3ª Carta - 8 de março de 1767 – p. 168-168b

Nomes: FXMF = CC

Assunto: Pedido de mercê para que seja construída uma cerca na propriedade dos Vice-reis.

4ª Carta - 8 de março de 1767 – p. 168b-169b

Nomes: FXMF = CC

Assunto: Dando conta sobre a construção da fortaleza de São João. E a construção do novo palácio que tem se dado em ritmo mais demorado devido à grandiosidade da obra. O Vice-rei informa que enviará todas as plantas para sua majestade.

5ª Carta - 24 de março de 1767 – p. 169b-172b

Nomes: FXMF = CC

Assunto: O Vice-rei informa que se encontra em uma situação delicada por não ter meios de premiar os bons, lhe cabendo apenas punir os maus, fato que lhe torna mal quisto. Diz ser preciso que seus sucessores consigam remediar esta situação dando algumas úteis mercês. Chamando ainda a atenção para o fato de que os Vice-reis deveriam poder conceder alguns ofícios e dar ajudas de custo.

6ª Carta - 28 de março de 1767 – p. 172b- 174

Nomes: FXMF = CC

Assunto: Sobre a dificuldade encontrada de se cumprir a ordem de se formar terços auxiliares. Dizendo ser necessário que os capitães e seus subalternos mantenham seus domicílios no mesmo distrito, para o bom cumprimento de seus ofícios. Para tanto se torna necessário a construção de vilas em algumas Capitânicas, fato que facilitaria a defesa destas.

O Vice-rei diz ser possível as obras propostas com os rendimentos da Casa da Moeda, pedindo permissão para tanto.

7ª Carta - 25 de abril de 1767 – p. 174- 176

Nomes: FXMF = CC

Assunto: Nesta carta o Vice-rei dá conta dos seus serviços durante os 42 meses de seu governo. Sendo eles: a reedificação do Palácio e dos Contos, a fortificação das quatro principais fortalezas, a construção da Casa do Trem, a reedificação do hospital militar, os reparos feitos na Casa da Relação e a construção de dois tribunais anexos, a construção e fortificação de cadeias. Além do fato de ter feito as despesas da Não São Sebastião e a construção de um bom Arsenal com ótimos armazéns. O concerto das Naos da Coroa e obras de despesa marítimas. O pagamento e o fardamento destas, assim como, despesas com esquadrões de cavalos. O Vice-rei também dá conta de seus gastos e pede a liberação de mais rendimentos para a Casa da Moeda.

8ª Carta - 3 de maio de 1767 – p. 176b-177

Nomes: FXMF = CC

Assunto: A respeito do número de armamentos preciso para armar os auxiliares.

9ª Carta - 7 de junho de 1767 – p. 177-181

Nomes: FXMF = CC / Conde de Bobadela / João Alberto Castelo Branco / Gonçalo José / AlEx^ondre de Faria.

Assunto: Carta pedindo um sucessor e apresentando os motivos para tanto. Dizendo ser preciso que o rei conceda esta graça para o bem da capital.

10ª Carta - 27 de junho de 1767 – p. 181-183

Nomes: FXMF = CC

Assunto: Trata da necessidade que o Vice-rei encontra em recrutar novos soldados para a capital. Diz que o envio dos homens para Santa Catarina e Rio Grande diminuiu o número de soldados na capital. O Vice-rei chama a atenção para necessidade de controlar o número dos eclesiásticos para que sobre os homens para o serviço nas tropas.

11ª Carta - 14 de Agosto de 1767 – p. 183-185b

Nomes: FXMF = CC / José Maurício da Gama e Freitas

Assuntos: A respeito da lei régia de 30 de julho de 1766 que extinguiu o cargo de ourives. Dizendo quais atitudes foram tomadas para implementar tal lei. A carta trata também dos conflitos que tem havido envolvendo os domínios de Castela que confinam com o Brasil.

12ª Carta - 9 de agosto de 1767 – p. 186-187

Nomes: CC. – Desembargador Intendente Geral Maurício da Gama e Freitas

Assunto: A respeito da extinção do cargo de ourives e das penas impostas aos que insistem em praticar o ofício ou mantêm qualquer tipo de instrumento ligado a este.

13ª Carta - 30 de outubro de 1767 – p. 187-189

Nome: Conde de Oeiras = CC / João Henrique Böhn / Alexandre Faria Brigadeiro Funck / Francisco Xavier.

Assunto: A carta dá explicações de que uma enfermidade impediu o Vice-rei de buscar o general João Henrique Böhn no seu desembarque no Brasil. Contudo, relata o ter recebido depois em sua casa com toda a pompa e ter tomado todas as providências para estabelecê-lo da melhor forma possível.

14ª Carta - 30 de outubro de 1767 – p. 189-191

Nomes: Conde de Oeiras = CC

Assunto: A respeito do perigo que os jesuítas e Ingleses apresentam para o continente. Tratando do medo dos ingleses se estabelecerem no Rio da Prata e suas vizinhanças, atacando não só a Espanha, mas também Portugal.

15ª Carta - 2 de novembro de 1767 – p. 191-192

Nomes: FXMF = CC / João Henrique Böhn / Pedro Dias Paes Leme.

Assunto: A respeito da formação de Terços auxiliares. Trata também do critério de escolha dos homens que iriam ocupar os cargos militares.

*16ª Carta - 11 de dezembro de 1767 – p. 192b-193b

Nomes: Conde de Oeiras = Conde de Asambuja / Conde da Cunha

Assuntos: O Conde de Azambuja relata sua apresentação ao Conde da Cunha, por conta de sua chegada ao Brasil. Relata também as atitudes tomadas para preparar sua posse, em 17 de dezembro de 1767. Dando conta do embarque do Conde da Cunha para Portugal na Nã Nossa Senhora da Ajuda.

Arq. 1. 1. 28: Cartas enviadas ao Conselho Ultramarino

1ª Carta - 18 de junho de 1764 – p. 109-110b

Assunto: Sobre o regimento de Infantaria CU- Rei – Contas prestadas pelo C. C. sobre a remessa de armamentos e mais gêneros para o regimento de infantaria do Rio de Janeiro e Bahia.

Lisboa 19 de outubro de 1767

Nomes: C. C. / Andrade = Rangel = Costa = Sampaio = Tavares

2ª Carta - 1 de junho de 1764 p. 110b

Assunto: Contas prestadas pelo CC sobre o Regimento de Cavalaria auxiliar do Rio de Janeiro e as providências que deveria tomar para que ficasse em boa ordem.

Resolução: Lisboa 19 de outubro de 1764

Nomes: C. C. / Andrade = Rangel = Costa = Tavares = Sampaio

Nossa Senhora da Ajuda 1764 12 de dezembro – Com Rubrica de sua Majestade

3ª Carta - 1 de junho de 1764 – p. 112-113b

Assunto: Contas prestadas pelo Vice-rei CC a respeito de não caberem os presos na cadeia da cidade do RJ. Apontando as providências tomadas nesta matéria.

Resolução: Lisboa 29 de outubro de 1764

Nomes: C. C. / Andrada = Rangel = Bacalhau = Costa = Tavares = Sampaio = Souto-Maior

Nossa Senhora da Ajuda 12 de dezembro de 1764 – Com Rubrica de sua majestade

4ª Carta - 13 de junho de 1764

Assunto: Conta a atitude tomada sobre o contrato dos direitos que pagam os escravos por saída para as minas em Pernambuco, Bahia, e RJ.

Resolução: Lisboa 15 de novembro de 1764

Nomes: C. C. / Andrada = Rangel = Bacalhau = Costa = Sampaio = Souto-Maior

Obs: fala também do comércio estabelecido com a Costa da Mina e mais partes da África.

5ª Carta - 27 de dezembro de 1763 – p. 136-138

Assunto: Relato do Vice-rei CC sobre o perigo dos Leprosos e o lamentável estado que se encontrava o RJ, por conta destes. Pedindo recursos para mandar construir um hospital para os lázaros.

Resolução: Lisboa 24 de Janeiro de 1765

Nomes: C. C. / Bacalhau = Rangel = Costa = Tavares = Sampaio = Souto-Maior

6ª Carta - 2, 8, 11 de março de 1765 – p. 138-139b

Assunto: Contas prestadas pelo Vice-rei CC sobre o movimento de tropas Castelhanas, contando as providências tomadas para socorrer o Rio grande.

Resolução: Lisboa 16 de novembro de 1765

Nomes: C. C. / Andrada = Tavares = Castello Branco = Souto-Maior.

Obs: Cópias de cartas inclusas, falando do conflito.

7ª Carta - 20 de outubro de 1765 - p.139-139b

Assunto: Sobre conta do Vice-rei CC da precisão em que se acha a Capitania do RJ em relação à munição de guerra.

Resolução: Lisboa 20 de novembro de 1765

Nomes: C. C. / Andrada = Bacalhau = Tavares = Sampaio.

8ª Carta - 14 de novembro de 1766 – p. 141-141b

Assunto: Sobre conta prestada a sua majestade pelo Vice-rei CC sobre a carga que veio na presente frota do RJ, e a necessidade que há de muitos gêneros nas casas de fundição.

Resolução: Lisboa 17 de março de 1766

Nomes: C. C. / Andrada = Bacalhau = Rangel = Tavares.

9ª Carta - 20 de outubro de 1765 – p. 141b - 143

Assunto: Conta do Vice-rei CC sobre obras de fortaleza no Porto do Rio de Janeiro e Hospital dos Lázaros.

Resolução: Lisboa 12 de novembro de 1767

Nomes: C. C. / Conde de Bobadela Andrada = Bacalhau = Rangel = Gouveia .

10ª Carta - 10 de setembro de 1765 (ver data) – p. 148-148b

Assunto: Conta prestada pelo Vice-rei CC de não haver naquela Capitania novidade importante achando-se a Praça da Colônia pacificada, o continente do Rio Grande

também gozava da mesma felicidade e não as relações se acusem. Fala do bom estado que se encontra a Casa do Trem de Artilharia e as fortificações e ainda pede materiais.
Resolução: Lisboa 12 de novembro de 1767

Nomes: C. C. / Andrada = Bacalhau = Bambino = Gouveia = Castello Branco

11ª Carta - 15 de setembro de 1767 – p. 148b-150

Assunto: Conta que deu a sua majestade, Conde da Cunha, apresenta motivos para promover os postos de Coronel, Sargento- mor, Tenente Coronel e ajudante do Regimento de Cavalaria.

Resolução: Lisboa 12 de novembro de 1767

Nomes: C. C. / José Marcelino / Gregório de Moraes Castro / Andrada = Bacalhau = Bambino = Gouveia = Castello Branco

Obs: Aparecem também nas cartas os impasses com os espanhóis no Rio Grande.

12ª Carta - 28 de agosto de 1767 – p. 150

Assunto: O provedor da Fazenda Real da capitania do Rio de Janeiro dá conta a sua majestade, através do Conselho Ultramarino, da ordem que recebera do Vice Rei C. C. para mandar alistar Dom Henrique Garcia d'Orta, ajudante das tropas espanholas da guarnição de Buenos Aires, com o soldo que recebem os ajudantes de guarnição daquela cidade.

Resolução: Lisboa 13 de abril de 1768

Nomes: C. C. / Dom Henrique Garcia d' Orta / Francisco Cordovil e Melo / Bacalhau = Rangel = Bambino = Gouveia

Principais Assuntos das Cartas de Antônio Álvares da Cunha contidas no IHGB:

Cartas que abordam aspectos militares:

Arq. 1. 1. 29 - 4ª Carta- 17 de novembro de 1763 – p.23-23b

Assunto: Contas prestadas pelo C. C. sobre o estado em que se encontram as fortalezas do porto do Rio de Janeiro, todas precisando de reformas, e também sobre a falta de pessoal. Outro assunto abordado é a precária situação financeira da Casa da Moeda.

Nomes: FXMF = CC

Obs: Carta escrita assim que o Vice Rei toma posse.

Arq. 1. 1. 29 - 5ª Carta- 17 de dezembro de 1763 - p.24-25

Assunto: Conta prestada por C. C. sobre o estado que se encontra todas as dependências do governo. Fortalezas precisando de reparos, Armazéns funcionando precariamente, cofres da fazenda real em deplorável estado, dívidas com os três regimentos, necessidade de fardas para os regimentos e dívidas dos governos anteriores.

Nomes: FXMF = CC

Arq. 1. 1. 29 - 3ª Carta- 15 de março de 1764 – p. 43-44b

Assunto: Carta enviada pelo Vice Rei para saber se podia esperar socorro militar do reino.

Nomes: Conde de Oeiras = CC

Arq. 1. 1. 28 - 1ª Carta- 18 de junho de 1764 – p. 109-110b
Assunto: Sobre o regimento de Infantaria CU- Rei – Contas prestadas pelo C. C. sobre a remessa de armamentos e mais gêneros para o regimento de infantaria do Rio de Janeiro e Bahia.

Lisboa 19 de outubro de 1767

Nomes: C. C. / Andrade = Rangel = Costa = Sampaio = Tavares

Arq. 1. 1. 28 - 2ª Carta- 1 de junho de 1764 p. 110b

Assunto: Contas prestadas pelo CC sobre o Regimento de Cavalaria auxiliar do Rio de Janeiro e as providências que deveria tomar para que ficasse em boa ordem.

Resolução: Lisboa 19 de outubro de 1764

Nomes: C. C. / Andrade = Rangel = Costa = Tavares = Sampaio

Nossa Senhora da Ajuda 1764 12 de dezembro – Com Rubrica de sua Majestade

Arq. 1. 1. 28 - 3ª Carta- 1 de junho de 1764 – p. 112-113b

Assunto: Contas prestadas pelo Vice-rei CC a respeito de não caberem os presos na cadeia da cidade do RJ. Apontando as providências tomadas nesta matéria.

Resolução: Lisboa 29 de outubro de 1764

Nomes: C. C. / Andrada = Rangel = Bacalhau = Costa = Tavares = Sampaio = Souto-Maior

Nossa Senhora da Ajuda 12 de dezembro de 1764 – Com Rubrica de sua majestade

Arq. 1. 1. 28 - 7ª Carta- 20 de outubro de 1765 - p.139-139b

Assunto: Sobre conta do Vice-rei CC da precisão em que se acha a Capitania do RJ em relação a munição de guerra.

Resolução: Lisboa 20 de novembro de 1765

Nomes: C. C. / Andrada = Bacalhau = Tavares = Sampaio

Arq. 1. 1. 28 - 9ª Carta- 20 de outubro de 1765 – p. 141b - 143

Assunto: Conta do Vice-rei CC sobre obras de fortaleza no Porto do Rio de Janeiro e Hospital dos Lázarus.

Resolução: Lisboa 12 de novembro de 1767

Nomes: C. C. / Conde de Bobadela Andrada = Bacalhau = Rangel = Gouveia

Arq. 1. 1. 28 - 11ª Carta- 15 de setembro de 1767 – p. 148b-150

Assunto: Conta que deu a sua majestade, Conde da Cunha, apresenta motivos para promover os postos de Coronel, Sargento- mor, Tenente Coronel e ajudante do Regimento de Cavalaria.

Resolução: Lisboa 12 de novembro de 1767

Nomes: C. C. / José Marcelino / Gregório de Moraes Castro / Andrada = Bacalhau = Bambino = Gouveia = Castello Branco

Obs: Aparece também, impasses com os espanhóis no Rio Grande.

Arq. 1. 1. 29 - 9ª Carta- 13 de julho de 1764 – p. 60b-66b

Nomes: FXMF = CC / Thomas Luis Osório / Furrel Manoel Batista / João Barbosa / Antônio Joseph Pereira / João Ferreira de Abreu / Joseph Cardil .

Assunto: O vice-rei da conta da devassa feita na ilha de Santa Catarina e Rio Grande. Trata principalmente das fortalezas, da situação das tropas e a segurança da região. Relata a má administração do governo na região, que não sabe fortificar seu território. E as providências que o Vice-rei estava tomando para remediar a situação.

Arq. 1. 1. 29 - 10ª Carta- 12 de agosto de 1764 – p. 66b-68b

Nomes: FXMF = CC/ Conde de Bobadela / José Fernandes Pinto Alsoim / José Cardoso ramalho.

Assunto: Contas prestadas pelo Vice-rei sobre a atual situação de desordem das Capitânicas. Referindo-se aos soldos que já não vinham sendo pagos desde a época de Bobadela, tanto na praça colonial como no Rio Grande e em Santa Catarina. Aborda também a questão dos índios e a questão da segurança, pedindo que se enviasse oficiais e engenheiros do reino. Outro aspecto abordado diz respeito a impossibilidade de governar o Rio de Janeiro e São Paulo ao mesmo tempo

Arq. 1. 1. 29 - 11ª Carta- 5 de setembro de 1764 – p. 68b-70

Nomes: FXMF = CC / Conde de Bobadela

Assunto: dando conta da deplorável situação em que se encontra os quartéis e regimentos de artilharia. E as dificuldades encontradas para defender a capital. Chamando a atenção para as excessivas despesas que eram necessárias para remediar a situação. Pedindo permissão para por em prática seus projetos de construir novos quartéis.

Arq. 1. 1. 29 - 5ª Carta- 30 de junho de 1765 – p. 89-93b

Nomes: Conde de Oeiras = CC / Dom Pedro de Cevalhos / Conde de Bobadela / Ayres de Sá e Mello.

Assunto: Resposta à carta recebida do Conde de Oeiras de 26 de janeiro de 1765. Sobre as intenções do general castelhano e suas controvérsias com Conde de Bobadela em relação a fortaleza do rio pardo. E sobre os índios que se encontram nos domínios de sua majestade.

Tratando da defesa do território frente ao perigo castelhano e também francês.

Arq. 1. 1. 29 - 1ª Carta- 22 de janeiro de 1766 – p. 121-122

Nomes: FXMF = CC

Assunto: Sobre o estado dos regimentos da capital. Relata também o número de homens que o Vice-rei têm mandado para Santa Catarina e para o Rio Grande, trazendo a problemática de se arregimentar homens para o serviço militar.

Arq. 1. 1. 29 - 3ª carta- 30 de julho de 1766 – p. 123-126

Nomes: FXMF = CC / Conde de Azambuja / Vasco Fernandes Pinto Alsoim

Assunto: Dando conta de dois navios Nossa Senhora do Pilar Fortaleza e Nossa Senhora de Porto Salvo que deviam já ter chegado ao porto do Rio e ainda não tinham dado nenhuma notícia. Trata também do envio de provisões e materiais para o Rio Grande. Também aborda a fortificação da capital, a fortificação da casa do Trem e a falta de armazéns em bom estado.

Arq. 1. 1. 29 - 6ª carta 16 de setembro de 1766 – p. 128-128b

Nomes: FXMF = CC

Assunto: Prestação de contas sobre os regimentos da cidade do Rio de Janeiro e os soldados que estão sendo enviados para o Rio Grande, Colônia e Santa Catarina. Dando conta também dos soldos pagos aos soldados.

Arq. 1. 1. 29 - 1ª Carta 4 de fevereiro de 1767 – p. 163b- 165b

Nomes: FXMF = CC / João Barbosa de Sá / Miguel Antunes Pereira / Crispim Teixeira / João Velho.

Assunto: Sobre o alistamento de moradores para as tropas auxiliares, para a formação de terços auxiliares e ordenanças de infantaria e cavalaria para a defesa das comarcas do Estado.

Arq. 1. 1. 29 - 4ª Carta- 8 de março de 1767 – p. 168b-169b

Nomes: FXMF = CC

Assunto: Dando conta sobre a construção da fortaleza de São João. E a construção do novo palácio que tem se dado em ritmo mais demorado devido a grandiosidade da obra. O Vice-rei informa que enviará todas as plantas para sua majestade.

Arq. 1. 1. 29 - 6ª Carta- 28 de março de 1767 – p. 172b- 174

Nomes: FXMF = CC

Assunto: Sobre a dificuldade encontrada de se cumprir a ordem de se formar terços auxiliares. Dizendo ser necessário que os capitães e seus subalternos mantenham seus domicílios no mesmo distrito, para o bom cumprimento de seus ofícios. Para tanto se torna necessário a construção de vilas em algumas Capitânicas, fato que facilitaria a defesa destas.

O Vice-rei diz ser possível as obras propostas com os rendimentos da Casa da Moeda, pedindo permissão para tanto.

Arq. 1. 1. 29 - 8ª Carta- 3 de maio de 1767 – p. 176b-177

Nomes: FXMF = CC

Assunto: A respeito do número de armamentos preciso para armar os auxiliares.

Arq. 1. 1. 29 - 10ª Carta- 27 de junho de 1767 – p. 181-183

Nomes: FXMF = CC

Assunto: Trata da necessidade que o Vice-rei encontra em recrutar novos soldados para a capital. Diz que o envio dos homens para Santa Catarina e Rio Grande diminuiu o número de soldados na capital. O Vice-rei chama a atenção para necessidade de controlar o número dos eclesiásticos para que sobrem homens para o serviço nas tropas.

Arq. 1. 1. 29 - 14ª Carta- 30 de outubro de 1767 – p. 189-191

Nomes: Conde de Oeiras = CC

Assunto: A respeito do perigo que os jesuítas e Ingleses apresentam para o continente. Tratando do medo dos ingleses se estabelecerem no Rio da prata e suas vizinhanças, atacando não só a Espanha, mas também Portugal.

Arq. 1. 1. 29 - 15ª Carta- 2 de novembro de 1767 – p. 191-192

Nomes: FXMF = CC / João Henrique Böhn / Pedro Dias Paes Leme.

Assunto: A respeito da formação de Terços auxiliares. Trata também do critério de escolha dos homens que iriam ocupar os cargos militares.

Cartas que abordam o surto de lepra no Rio de Janeiro:

Arq. 1. 1. 29 - 6ª Carta- 19 de dezembro de 1763 – p. 25-29

Assunto: Contas prestadas pelo Vice Rei sobre o perigo que o rio de janeiro estava enfrentando por causa dos leprosos. Falando da necessidade de se construir um hospital e pedindo auxílio financeiro para sua construção.

Nomes: Conde de Bobadela / FXMF = CC

Arq. 1. 1. 29 - 7ª Carta- 17 de junho de 1764 - p 56-56b

Assunto: Carta onde o Vice Rei presta conta sobre a situação dos lázaros no Rio de Janeiro, pedindo remédios e ajuda para estes.

Nomes: FXMF = CC (ver 56-60 – 4 cópias)

Obs: Cópias de cartas inclusas.

Arq. 1. 1. 28. - 5ª Carta- 27 de dezembro de 1763 – p. 136-138

Assunto: Relato do Vice-rei CC sobre o perigo dos Leprosos e o lamentável estado que se encontrava o RJ, por conta destes. Pedindo recursos para mandar construir um hospital para os lázaros.

Resolução: Lisboa 24 de Janeiro de 1765

Nomes: C. C. / Bacalhau = Rangel = Costa = Tavares = Sampaio = Souto-Maior

Arq. 1. 1. 29 - 10ª Carta- 12 de agosto de 1764 – p. 66b-68b

Nomes: FXMF = CC/ Conde de bobadela / José Fernandes pinto Alsoim / José Cardoso ramalho.

Assunto: Contas prestadas pelo Vice-rei sobre a atual situação de desordem das Capitânicas. Referindo-se aos soldos que já não vinham sendo pagos desde a época de Bobadela, tanto na praça colonial como no Rio Grande e em santa Catarina. Aborda também a questão dos lázaros e a questão da segurança, pedindo que se enviasse oficiais e engenheiros do reino. Outro aspecto abordado diz respeito a impossibilidade de governar o Rio de Janeiro e São Paulo ao mesmo tempo

Arq. 1. 1. 29 - 4ª Carta- 25 de junho de 1765 – p. 86-87b

Nomes: FXMF = CC / Frei Antônio do Desterro / José Castro de Sá Faria / Francisco Antônio Cardoso de Meneses e Sousa / João André Gaso / Luis Manoel de Faria.

Assunto: Agradecendo as mercês dadas pelo rei em função dos lázaros e dos demais moradores da cidade. Agradecendo também a admirável atenção com a segurança da colônia e o estabelecimento das tropas. Dando conta dos serviços prestados pelo Vice-rei nestes assuntos.

Obs: segue em anexo cópias dos documentos para prestação de contas.

Cartas a respeito da extinção do cargo de ourives:

Arq. 1. 1. 29 - 11ª Carta- 14 de Agosto de 1767 – p. 183-185b

Nomes: FXMF = CC / José Maurício da Gama e Freitas

Assuntos: A respeito da lei régia de 30 de julho de 1766 que extinguiu o cargo de ourives. Dizendo quais atitudes foram tomadas para implementar tal lei . A carta trata também dos conflitos que tem havido envolvendo os domínios de Castela que confinam com o Brasil.

Arq. 1. 1. 29 - 12ª Carta- 9 de agosto de 1767 – p. 186-187

Nomes: CC – Desembargador Intendente Geral Maurício da Gama e Freitas

Assunto: A respeito da extinção do cargo de ourives e das penas impostas aos que insistem em praticar o ofício ou mantêm qualquer tipo de instrumento ligado a este.

Cartas que abordam outros problemas administrativos ligados à Fazenda Real:

Arq. 1. 1. 29 - 7ª Carta- 22 de dezembro de 1763 – p. 29-29b

Assunto: Contas prestadas pelo Vice Rei C. C. sobre as dívidas que a família Real tinha. Assim como, o mau costume que se tinha de não arrecadar as rendas necessárias ao real cofre nesta terra. Outro ponto diz respeito a problemas enfrentados por C. C. por não ter acesso aos documentos da antiga administração, uma vez que estess papéis tinham sido enviados ao reino.

Nomes: Conde de Bobadela / FXMF = CC

Arq. 1.1.29 - Carta 30 de dezembro de 1763 – p.30-37b

Assunto: Contas prestadas por C. C. a sua majestade sobre os rendimentos da real fazenda em um espaço de cinco anos.

Nomes: Joaquim José da silva Galvão / Antônio Álvares de Oliveira / Francisco Xavier da Silva / FXMF = CC

Cartas que tratam de assuntos diversos ligados a administração:

Arq. 1. 1. 29 - 1ª Carta- 29 de fevereiro de 1764 – p. 37b-38

Assunto: As principais pessoas influentes na Capitania de São Paulo. E as pretensões destas perante a Junta.

Nomes: Conde de Oeiras = CC

Arq. 1. 1. 29 - 5ª Carta- 2 de junho de 1764 – p. 50b-51

Assunto: Carta do Vice Rei relatando as dificuldades encontradas por ele para a construção de uma nova ribeira.

Nomes: FXMF = CC

Arq. 1. 1. 29 - 8ª Carta- 13 de junho de 1764 – p. 60-60b

Assunto: Carta do Vice Rei dando conta da chegada a capital do ministro que tinha enviada a Viamão e Rio pardo para fazer uma devassa da Pedra do Rio Grande, cuja diligência não foi concluída. Nesta C. C. dava conta das informações recebidas pelo ministro.

Nomes: Augostinho Feliz dos santos Capelo / FXMF = CC

Arq. 1. 1. 28 - 8ª Carta- 14 de novembro de 1766 – p. 141-141b

Assunto: Sobre conta prestada a sua majestade pelo Vice-rei Conde da Cunha sobre a carga que veio na presente frota do RJ, e a necessidade que há de muitos gêneros nas casas de fundição.

Resolução: Lisboa 17 de março de 1766

Nomes: C. C. / Andrada = Bacalhau = Rangel = Tavares

Arq. 1. 1. 28 - 10ª Carta- 10 de setembro de 1765 (ver data) – p. 148-148b

Assunto: Conta prestada pelo Vice-rei CC de não haver naquela Capitania novidade importante achando-se a Praça da Colônia pacificada, o continente do Rio Grande também gozava da mesma felicidade e não as relações se acusem. Fala do bom estado que se encontra a Casa do Trem de Artilharia e as fortificações e ainda pede materiais.
Resolução: Lisboa 12 de novembro de 1767

Nomes: C. C. / Andrada = Bacalhau = Bambino = Gouveia = Castello Branco

Arq. 1. 1. 28 - 12ª Carta- 28 de agosto de 1767 – p. 150

Assunto: O provedor da Fazenda real da capitania do Rio de Janeiro dá conta a sua majestade, através do Conselho Ultramarino, da ordem que recebera do Vice Rei C. C. para mandar alistar Dom Henrique Garcia d' Orta, ajudante das tropas espanholas da guarnição de Buenos Aires, com o soldo que recebem os ajudantes de guarnição daquela cidade.

Resolução: Lisboa 13 de abril de 1768

Nomes : C. C. / Dom Henrique Garcia d' Orta / Francisco Cordovil e Melo / Bacalhau = Rangel = Bambino= Gouveia

Arq. 1.1.29 - 3ª Carta 13 de janeiro de 1765- p. 84-85

Nomes: CC = José Costodio de Sá Faria / Conde de Bobadela / Félix José Pereira / Francisco Pinto Bandeira.

Assunto: A respeito de qual seria o local apropriado para colocar os animais da real fazenda.

Arq. 1.1.29 - 8ª carta 8 de setembro de 1766 – p. 131-132

Nomes: FXMF = CC / Manoel Barbosa dos Santos / João Caetano Sacomano.

Assunto: A respeito da desordem que o Vice-rei tinha encontrado na arrecadação da Real Fazenda. Dando conta das punições que deveriam ser empreendidas aos infratores.

Arq. 1.1.29 - 9ª carta- 2 de novembro de 1766 – p. 132-134

Nomes: Desembargador Procurador da Coroa e da fazenda Alexandre Nunes Leal = CC

Assunto: Sobre as práticas observadas na alfândega deste reino e os prejuízos que se seguem a Real Fazenda pelos inúmeros gêneros mal avaliados. Sugerindo uma ampla reforma na Pauta de produtos. Pedindo ao rei o aval para tal procedimento.

*Anexo: Pauta de Avaliações das fazendas da Adega do RJ- p. 134-163b

Arq. 1.1.29 - 3ª Carta- 8 de março de 1767 – p. 168-168b

Nomes: FXMF = CC

Assunto: pedido de mercê para que seja construída uma cerca na propriedade dos Vice-reis.

Arq. 1.1.29 - 5ª Carta- 24 de março de 1767 – p. 169b-172b

Nomes: FXMF = CC

Assunto: O Vice-rei informa que se encontra em uma situação delicada por não ter meios de premiar os bons, lhe cabendo apenas punir os maus, fato que lhe torna mal quisto. Diz ser preciso que seus sucessores consigam remediar esta situação dando algumas úteis mercês. Chamando ainda a atenção para o fato de que os Vice-reis deveriam poder conceder alguns ofícios e dar ajudas de custo.

Arq. 1.1.29 -7ª Carta- 25 de abril de 1767 – p. 174- 176

Nomes: FXMF = CC

Assunto: Nesta carta o Vice-rei dá conta dos seus serviços durante os 42 meses de seu governo. Sendo eles: a reedificação do Palácio e dos Contos, a fortificação das quatro principais fortalezas, a construção da Casa do Trem, a reedificação do hospital militar, os reparos feitos na Casa da Relação e a construção de dois tribunais anexos, a construção e fortificação de cadeias. Além do fato de ter feito as despesas da Não São Sebastião e a construção de um bom Arsenal com ótimos armazéns. O concerto das Naos da Coroa e obras de despesa marítimas. O pagamento e o fardamento destas, assim como, despesas com esquadrões de cavalos. O Vice-rei também dá conta de seus gastos e pede a liberação de mais rendimentos para a Casa da Moeda.

Arq. 1.1.29 - 13ª Carta- 30 de outubro de 1767 – p. 187-189

Nome: Conde de Oeiras = CC / João Henrique Böhn / Alexandre Faria Brigadeiro Funck / Francisco Xavier.

Assunto: A carta dá explicações de que uma enfermidade impediu o Vice-rei de buscar o general João Henrique Böhn no seu desembarque no Brasil. Contudo relato o ter recebido depois em sua casa com toda a pompa e ter tomado todas as providências para estabelecê-lo da melhor forma possível.

*16ª Carta- 11 de dezembro de 1767 – p. 192b-193b

Nomes: Conde de Oeiras = Conde de Asambuja / Conde da Cunha

Assuntos: O Conde de Azambuja relata sua apresentação ao Conde da Cunha, por conta de sua chegada ao Brasil. Relata também as atitudes tomadas para preparar sua posse, em 17 de dezembro de 1767. Dando conta do embarque do Conde da cunha para Portugal na Não Nossa Senhora da Ajuda.

Cartas referentes às Minas e exploração dos sertões e fronteiras:

Arq. 1. 1. 29 - 2ª Carta- 6 de maio de 1764 – p. 38-43

Assunto: Pedido de permissão para explorar os sertões dos Mattos e Campo da Guanabara.

Nomes: Conde Francisco Pinto do Rego (Capitão Mor da vila de Sorocaba) / José de Almeida Leme / João da Cunha Franco / Fernando Dias Paes Leme / Dom Rodrigo de Castela Branco / Jorge Soares Macedo / Roque da Costa Barreto. FXMF = CC

Arq. 1. 1. 28 - 4ª Carta- 13 de junho de 1764

Assunto: Conta a atitude tomada sobre o contrato dos direitos que pagam os escravos por saída para as minas em Pernambuco, Bahia, e RJ.

Resolução: Lisboa 15 de novembro de 1764

Nomes: C. C. / Andrada = Rangel = Bacalhau = Costa = Sampaio = Souto- Maior

Obs: fala também do comércio estabelecido com a Costa da Mina e mais partes da África.

Cartas referentes ao problema da fronteira:

Arq. 1. 1. 29 - 4ª Carta- 15 de março de 1764 – p. 43b

Assunto: Carta referente ao ataque de castelhanos a colônia de Sacramento.

Nomes: (governador) Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento / (brigadeiro) José Fernandes Pinto Alsoim / Dom Pedro de Cervalhos / FXMF = CC

Obs: Cópias de cartas inclusas.

Arq. 1. 1. 29 - 6ª Carta- 16 de junho de 1764 p. 51b-56

Assunto: Contas prestadas pelo Vice Rei sobre as medidas tomadas para a defesa dos portos contra os perigosos vizinhos. Tratando também do pagamento das tropas, a desordem que estas se encontram e a falta de pessoal para o seu corpo.

Nomes: Dom Pedro Cervalhos / Francisco Antônio Cardoso / José Fernandes pinto de Alsoim / Luis Manuel da Silva e Paes / Gregório de Moraes e Castro / Vasco Fernandes pinto Alsoim / Antônio Veiga de Andrade / José Costrado / Fernando José Mascarenhas / FXMF = CC

Arq. 1. 1. 28 - 6ª Carta- 2,8,11 de março de 1765 – p. 138-139b

Assunto: Contas prestadas pelo Vice-rei CC sobre o movimento de tropas Castelhanas, Contando as providências tomadas para socorrer o Rio grande.

Resolução: Lisboa 16 de novembro de 1765

Andrada = Tavares = Castello Branco = Souto-Maior

Obs: Cópias de cartas inclusas, falando do conflito.

Arq. 1. 1. 29 - 6ª Carta 31 de outubro de 1765 – p. 93b-99

Nomes: FXMF = CC / Dom Luis Antônio de Sousa / Nunes Vieira / Pedro dias Paes Leme / Bento Pereira de Sá / Padre Antônio Gonçalves de Carvalho / Bartolomeu Bueno da Silva / Gomes Freire de Andrada / Thomas Roby / Luis Diogo Lobo da Silva / Conde de Gouvêas.

Assunto: Sobre os limites que devem tomar as Capitanias de São Paulo Minas Gerais e Goiás.

Obs: Segue em anexo oito Cópias de documentos “precisos para se poder regular, o por onde se deve dividir os governos de minas Gerais e São Paulo” – (p. 99-119)

Arq. 1. 1. 29 - 2ª Carta- 18 de Abril de 1766 – p. 122-123

Nomes: FXMF = CC

Assunto: A carta faz uma denúncia sobre o contrabando de ouro por parte dos ourives. Trata do problema dos homens que trabalham na Rua dos Ourives, depois da extinção deste ofício.

Arq. 1. 1. 29 - 2ª Carta- 23 de fevereiro de 1767 – p.165-168

Nomes: FXMF = CC

Assunto: Sobre como por em prática uma ordem real que manda assentar em povoados os homens dos sertões que vivem alheios da sociedade. Para tanto o Vice-rei pede instruções de como colocar em prática tal ordem. Propondo como saída a construção de novas vilas.

Cartas sobre a situação dos Índios:

Arq. 1. 1. 29 -12ª Carta- 19 de setembro de 1764 – p. 70-71

Nomes: FXMF = CC / Conde de Bobadela e Dom Pedro de Cervalhos.

Assuntos: A respeito dos índios que o Conde de Bobadela trouxe para Viamão e os roubos que estes faziam na região. Pedia esclarecimentos de como proceder.

Arq. 1. 1. 29 -1ª Carta- 9 de março de 1765 – p. 71-72b

Nomes: FXMF = CC / Conde de Bobadela / José Costodio / Félix José Pereira.

Assunto: Refere-se a dificuldade encontrada pelo coronel governador do Rio Grande em estabelecer os índios que Bobadela trouxe para aquele distrito.

Arq. 1. 1. 29 -2ª Carta – 16 de dezembro de 1764 – p. 72b-84

Nomes: CC = José Costodio de Sá Faria

Assunto: A respeito da arrumação dos índios e das dificuldades que se encontram no seu estabelecimento, devido a inúmeros furtos que estes fazem. Apresentando os meios pelos quais os seria possível aos índios continuarem a viver naquele continente.

Arq. 1. 1. 29 -7ª Carta - 10 de novembro de 1765 – p. 119-121

Nomes: Conde de Oeiras = CC / Conde de Bobadela

Assunto: A respeito do estabelecimento dos índios que viviam nos domínios espanhóis e vieram para Viamão. E a necessidade da construção de villas e casas para acomodar estes índios. Pedindo a permissão do rei para fazer tais obras.

Arq. 1. 1. 29 - 4ª carta 10 de setembro de 1766 – p. 126-127

Nomes: FXMF = CC / Conde de Bobadela / José Costódio

Assunto: A respeito dos índios que vieram das missões jesuítas com o Conde de Bobadela para Viamão. E os estragos que estes causam a cidade. Pedindo orientação de como proceder com eles.

Obs: Cópia da carta do coronel Józse Costódio inclusa.

Arq. 1. 1. 29 - 5ª Carta- 2 de agosto de 1766 – p. 127-128

Nomes: José Costodio de Sá Faria = CC.

Assunto: A respeito dos índios estabelecidos em Viamão.

Arq. 1. 1. 29 - 7ª Carta 26 de setembro de 1766 – p. 128b-131

Nomes: FXMF = CC

Assuntos: Sobre o problema do estabelecimento dos índios. E a necessidade de construir fortificações na barra do Rio Grande.

